

Casa de Oswaldo Cruz - FIOCRUZ
Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde

RENILSON BERALDO

**CIÊNCIA E ASSOCIATIVISMO MÉDICO: MEDICINA LEGAL E
PSIQUIATRIA NA *TERRA DOS PINHEIRAIS* (1930-1941)**

Rio de Janeiro

2016

RENILSON BERALDO

**CIÊNCIA E ASSOCIATIVISMO MÉDICO: MEDICINA LEGAL E
PSIQUIATRIA NA *TERRA DOS PINHEIRAIS* (1930-1941)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências.

Orientadora: Professora Dra. Ana Teresa A. Venancio

Rio de Janeiro
2016

RENILSON BERALDO

**CIÊNCIA E ASSOCIATIVISMO MÉDICO: MEDICINA LEGAL E
PSIQUIATRIA NA *TERRA DOS PINHEIRAIS* (1930-1941)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Ana Teresa A. Venancio (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz) – Orientador

Profa. Dra. Beatriz Anselmo Olinto (Programa de Pós-Graduação em História – UNICENTRO)

Prof. Dr. Luiz Otávio Ferreira (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz)

Suplentes:

Profa. Dra. Yonissa Marmitt Wadi (Universidade Estadual do Oeste do Paraná)

Prof. Dr. Luiz Antonio Teixeira (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz)

Rio de Janeiro
2016

FICHA CATALOGRÁFICA

B482c Beraldo, Renilson.

Ciência e associativismo médico: medicina legal e psiquiatria na terra dos pinheirais (1930-1941) / Renilson Beraldo. – Rio de Janeiro: s.n., 2016.

198 f.

Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2016.

1. Medicina Legal. 2. Psiquiatria. 3. Associação Médica do Paraná. 4. Intercâmbio de Pesquisadores.

CDD 614.1

Aos meus pais.

AGRADECIMENTOS

Aproveito esse espaço para agradecer ao acompanhamento sempre sadio e sensato que tive por parte de minha orientadora Ana Teresa A. Venâncio desde que adentrei no PPGHCS, cujo corpo docente me acolheu da maneira mais prestativa possível nesta caminhada. Paciência, critério e organização são palavras que resumem bem aquilo que aprendi das trocas que tivemos nesses anos de mestrado. Sou grato pela assistência também do Deivison Henrique (Cris), do Sandro Hilário, da Maria Cláudia, do Paulo Chagas e do Nelson Nascimento; dos funcionários da biblioteca da COC, do setor de documentação e pesquisa, bem como aos fundos da FIOCRUZ que financiaram esta pesquisa.

O resultado dessa empreitada é também parte do acolhimento que recebi nos arquivos de guarda de documentação da cidade de Curitiba. Um agradecimento especial aos funcionários da Biblioteca Pública do Paraná (Divisão de Documentação Paranaense); ao Sr. Ehrenfried O. Wittig pela recepção na Associação Médica do Paraná e pelos passeios e cafés. Às professoras Beatriz A. Olinto, Márcia Dalledone Siqueira, Érica Cintra, Yonissa M. Wadi e Vanderlei Sebastião de Souza e Maurício Ouyama pelos compartilhamentos, achados e sugestões.

Geograficamente instável, minha estada na cidade do Rio de Janeiro também foi fruto de orientações de amigos, ex-professores e ex-colegas de graduação. Jadson, é preciso sempre lembrar: desde as investidas inspiradoras da professora Belinha, saibamos que o sonho não morreu e precisamos seguir. Essa dissertação é parte de vocês também Gilvana e Rodolfo: quando eu pensava que meu tempo dedicado à pesquisa estava me sufocando, então passava a lembrar de nossas rodas de estudo no GPCEI, dos cigarros, cervejas, e me cobria do anseio de vê-los novamente. Vocês são para a vida. Seguimos. Aos amigos Vitor, Polaco, Eduardo (Dudu) e Marco. Gostaria de registrar meus agradecimentos especialmente à professora Bia, que desde aquele final de 2013 apostou no sujeito que mal apostava em si mesmo.

À minha amada Grazi. Duas vidas sob a mesma lua. Sou grato por sua paciência, pelo conforto e por repartir seu tempo e suas facetas comigo. Essa conquista é nossa.

Essa dissertação é uma afronta. Uma afronta contra um padrão que sempre foi conservado no seio de minha família e que diz respeito ao distanciamento estrutural em relação ao universo acadêmico. Se as exceções existirem para tornarem-se regras, parte de meu fôlego cumprirá o seu papel com a finalização desse percurso. Aos meus pais,

Elza e João. Principalmente à minha mãe por ter sido obrigada a parir pela segunda vez quando decidi sair de casa e ingressar na pós-graduação. Logo cessarão as despedidas. Aos meus irmãos, Fernando e Denilson, e aos meus pequenos, Matheusinho, Helena, Renan e Maju. Do lado de cá, meu estranhamento da cidade foi amenizado pelos sorrisos de gente de me ensinou que a vida pode ser mais. Aos amigos e colegas, alguns da noite, outros dos cafés e butecos, especialmente ao Érico, Rodrigo, Yaiza, Jerferson e Samuel. Aos colegas e amigos nessa trajetória de pós-graduação: Luiz, Otto, Larissa, Mariana, Josie, Leandro, Pedro, Anderson e Roberto; a toda galera do Bar do Momo, o pé sujo mais badalado do Rio.

Orientadores acadêmicos, orientadores maternos e paternos, amigos-orientadores... logo cessarão as despedidas. Amo vocês.

“Também me afligiu a idéia de jogar no papel criaturas vivas, sem disfarces, com os nomes que têm no registro civil. Repugnava-me deformá-las, dar-lhes pseudônimo, fazer do livro uma espécie de romance; mas teria eu o direito de utilizá-las em história presumivelmente verdadeira? Que diriam elas se se vissem impressas, realizando atos esquecidos, repetindo palavras contestáveis e obliteradas?” (Graciliano Ramos, *Memórias do Cárcere*, 1953).

RESUMO

Procuramos demonstrar nesta pesquisa de que maneira a produção de conhecimento médico-legal e psiquiátrico figurou no processo de institucionalização da medicina no estado do Paraná, entre os anos de 1930-1941, por intermédio da Associação Médica do Paraná (AMP, 1933). Tal associação foi resultado da fusão de outras três agremiações paranaenses: Sociedade de Medicina do Paraná (SMP, 1914), Sociedade Médica dos Hospitais do Paraná (SMHP, 1930) e Sindicato Médico do Paraná (SINDMPR, 1931). Utilizamos as atas de sessões da AMP publicas na *Revista Médica do Paraná* (RMP, 1931), como fontes principais, cruzando-as com recortes de jornais e material secundário. Examinamos aquela associação como fruto do contexto associativo das décadas de 1920-1930 e da fusão das tais associações citadas. A partir da análise das trajetórias formativas dos atores vinculados com instituições paranaenses profissionais, científicas e de assistência das quais participavam, defendemos que a circunscrição e produção de conhecimento médico-legal e psiquiátrico no estado do Paraná entre 1930-1941 foi propiciado por movimentos de intercâmbios médico-científicos os quais viabilizaram, por sua vez, o processo de institucionalização da medicina naquele estado.

Palavras-chave: Associação Médica do Paraná; associativismo médico; medicina legal; psiquiatria; intercâmbio científico; Paraná.

ABSTRACT

We try to show in this study how the production of forensic and psychiatric knowledge figured in the medical institutionalization process in the state of Paraná, between the years 1930-1941, through the Medical Association of Paraná (AMP, 1933). This association was a result of the merger of three other paranaenses associations: Society of Medicine of Paraná (SMP, 1914), Medical Society of Paraná Hospitals (SMHP, 1930) and Paraná Medical Syndicate (SINDMPR, 1931). As the main sources, we use the AMP sessions of minutes published in the Medical Journal of Paraná (RMP, 1931), crossing them with clippings and secondary material. We examined this association as a result of the associative context of the decades of 1920-1930 and the merger of mentioned associations. From the analysis of the formative trajectories of actors linked with professional institutions paranaenses, scientific and assistance which participated, we argue that the circumscription and production of forensic and psychiatric knowledge, in the state of Paraná between 1930-1941, was allow by movements of medical and scientific exchanges which made possible, in turn, the process of institutionalization of medicine in that state.

Keywords: Medical Association of Paraná, medical associativism; forensic medicine; psychiatry; scientific exchanges; Paraná.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1: Sociedades médico-científicas no Paraná	40
QUADRO 2: Instituições de atuação dos médicos paranaenses, séc. XX	44
QUADRO 3: Corpo clínico da Santa Casa de Misericórdia e do Hospício (1932)	47
QUADRO 4: Comissão de médicos paranaenses que participaram do Congresso Nacional dos Práticos (1922)	52
QUADRO 5: Sociedade Médica dos Hospitais do Paraná – gestão 1931	56
QUADRO 6: Perfil prosopográfico da primeira diretoria da SMHPR	57
QUADRO 7: Presidências da AMP (1933-1941)	78
QUADRO 8: Comissões criadas na AMP (1933-1939)	85
QUADRO 9: Número de comunicações conforme área ou clínica (1933-1941)	90
QUADRO 10: Cartas recebidas pela AMP durante a presidência de Milton de M. Munhoz e José P. de Macedo (1933-1935)	92
QUADRO 11: Médicos-associados falecidos durante a presidência de Milton de M. Munhoz, José P. de Macedo, Mário B. de Abreu e Aramis T. de Athayde (1933-1941)..	96
QUADRO 12: Relação por idade dos médicos homenageados (1933-1940)	98
QUADRO 13: Registro parcial de novos sócios titulares, correspondentes e honorários (1933-1945)	104
QUADRO 14: Periódicos em permuta com a RMP (1933-1936)	118
QUADRO 15: Médicos atuantes no Serviço Médico Legal (SML) e no Departamento Médico Legal (DML) do Estado do Paraná (1892-1941)	125
QUADRO 16: Medicina Legal no curso de Medicina e Cirurgia da FMP (1913-1947)	129
QUADRO 17: Médicos envolvidos com a Medicina Legal e seus postos na AMP (1933-1941)	133
QUADRO 18: A matéria psiquiátrica no curso de Medicina e Cirurgia da FMP (1913-1955)	153
QUADRO 19: Total de trabalhos sobre medicina legal, neurologia e psiquiatria do montante de artigos na <i>Revista Médica do Paraná</i> (1932-1940)	161
GRÁFICO 1: Expediente/Ordem do dia – Presidência de Milton de M. Munhoz	79
GRÁFICO 2: Expediente/Ordem do dia – Presidente José P. de Macedo	84
GRÁFICO 3: Gráfico geográfico de permuta de periódicos com a RMP (1932-1936) .	117
FIGURA N° 1: Divisão Político Administrativa do Paraná (1939)	16

FIGURA N° 2: Projeto de Instituto Médico-Social elaborado por Hilário Veiga de Carvalho e apresentado na FMP no ano de 1934	139
FIGURA N° 3: Planta correspondente ao Projeto de Instituto Médico-Social elaborado por Hilário Veiga de Carvalho e apresentado na FMP no ano de 1934	140
FIGURA N° 4: Registro frontal das Faculdades de Medicina, Engenharia e Direito do Paraná (1928)	194
FIGURA N° 5: Confraternização da classe médica pontagrossense e curitibana (1931)	194
FIGURA N° 6: Ernani S. Alves, Julio E. Moreira e Alô T. Guimarães	195
FIGURA N° 7: Sede atual da Associação Médica do Paraná	196
FIGURA N° 8: Galeria atual dos Presidentes da Associação Médica do Paraná	197
FIGURA N° 9: Revista Médica do Paraná de Ago., Set., 1933	198

LISTA DE ABREVIATURAS

- AMP** – Associação Médica do Paraná
- AMPg** – Associação Médica de Ponta Grossa
- CMEBR** – Centro Médico Eurico Branco Ribeiro
- DD** – Dispensário Dentário
- DGSP-PR** – Diretoria Geral de Saúde Pública do Estado do Paraná
- DML** – Departamento Médico Legal
- FMP** – Faculdade de Medicina do Paraná
- FMRJ** – Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro
- HC** – Hospital de Crianças
- HNSL** – Hospício Nossa Senhora da Luz
- IGHPR** – Inspeção Geral de Higiene do Paraná
- IID** – Instituto de Identificação
- MVA** – Maternidade Victor do Amaral
- PM** – *Paraná-Médico*
- RMP** – *Revista Médica do Paraná*
- SCMC** – Santa Casa de Misericórdia de Curitiba
- SINDMB** – Sindicato Médico Brasileiro
- SINDMPR** – Sindicato Médico do Paraná
- SMCPR** – Sociedade de Medicina e Cirurgia do Paraná
- SMHPR** – Sociedade Médica dos Hospitais do Paraná
- SMP** – Sociedade de Medicina do Paraná
- SMPg** – Sociedade Médica Pontagrossense
- UP** – Universidade do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO I: “CONGREGAR, DEFENDER E AMPARAR A CLASSE MÉDICA DO ESTADO”: O CONTEXTO ASSOCIATIVO	39
1.1. Sociedade de Medicina e Cirurgia do Paraná (SM CPR) no contexto da assistência à saúde de fins do século XIX e início do XX	41
1.2. Sociedade de Medicina do Paraná (SM PR) no contexto da assistência à saúde das primeiras décadas do século XX	48
1.3. Circunstâncias e interesses	51
1.4. Sociedade Médica dos Hospitais do Paraná (SM HPR) no contexto do início da década de 1930	54
1.5. Mobilização e defesa da classe: o Sindicato Médico do Paraná (SIND MPR)	60
1.6. Um intercâmbio inter-regional de ideias entre médicos	64
1.7. Epílogo: Relações de reciprocidade e consagração social: uma análise a partir da classe médica paranaense das primeiras décadas do século XX	70
CAPÍTULO II: ASSOCIAÇÃO MÉDICA DO PARANÁ: CIÊNCIA E ASSOCIATIVISMO ENTRE CORDIALIDADES E INTERCÂMBIOS CIENTÍFICOS	76
2.1. Estruturando a Associação Médica do Paraná	77
2.2. Admissão de sócios: o “médico da caserna” e o “médico civil”	103
2.3. Intercâmbio científico: “conhecer a vida das associações congêneres”	109
2.4. Epílogo: A vida associativa através de relações de permuta	113
CAPÍTULO III: MEDICINA LEGAL E PSIQUIATRIA NA TERRA DOS PINHEIRAS	123
3. 1. Medicina Legal em Curitiba: personagens e posições institucionais	123
3.2. Medicina Legal na Associação Médica do Paraná	132
3.3. Entre “pinheiros” e “cafezaes”: a Medicina Legal e o intercâmbio científico com o Estado de São Paulo	136

3.4. Psiquiatria em Curitiba: personagens e posições institucionais	150
3.5. “Uma embaixada de cientistas em visita a Curityba”: um gesto de cordialidade ...	156
3.6. Epílogo: Ciência Constitucional e Biotipologia <i>na terra dos pinheiros</i>	161
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	170
5. FONTES	174
6. BIBLIOGRAFIA	182
7. ANEXOS: Anexo 1: Relação parcial das posições institucionais de médicos envolvidos com as matérias psiquiátrica e médico-legal (1930-1941)	192

INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa oferecemos uma análise da atuação de médicos envolvidos com as matérias e temáticas da Medicina Legal e Psiquiatria, na cidade de Curitiba, Paraná, procurando demonstrar como tal atuação figurou no processo de institucionalização da medicina por intermédio da Associação Médica do Paraná (AMP, 1933) entre os anos de 1930-1941. Tal associação foi resultado da fusão de outras três agremiações paranaenses: Sociedade de Medicina do Paraná (SMP, 1914), Sociedade Médica dos Hospitais do Paraná (SMHP, 1930) e Sindicato Médico do Paraná (SINDMPR, 1931). Embora nenhuma dessas agremiações constituísse em espaço privilegiado daquelas matérias (medicina legal e psiquiatria) elas traziam em seu corpo de associados atores que com elas dialogaram.

Nosso recorte inicial sinaliza para o momento de fundação da Sociedade Médica dos Hospitais do Paraná em 1930, do Sindicato Médico e da Revista Médica do Paraná em 1931 e a conseguinte fundação da Associação Médica do Paraná em 1933, fruto do contexto associativo brasileiro das décadas de 1920-1930. A indicação final toma o ano de 1941 como indicativo do momento em que prevaleceram determinados atores envolvidos com as matérias *Medicina Legal e Psiquiatria* na composição da diretoria da AMP entre 1940-1941. Participantes ativos no contexto do associativismo médico paranaense durante toda a década de 1930, a aglomeração de posições institucionais de pessoas articuladas com os campos médicos da Medicina Legal e da Psiquiatria possibilitaram a criação, naquele ano de 1941, de uma seção de Psicopatologia Forense na *Revista Médica do Paraná* (RMP) a qual foi constatada por nós como a primeira seção especializada criada no órgão da AMP.¹

Os fios condutores desta pesquisa foram os seguintes: a) investigação do contexto associativo e do processo de fusão das agremiações que deram origem à

¹ A princípio, e como recomendação da banca de qualificação, o ano de 1947 sinalizava o recorte final de nossa pesquisa. Tal ano apontava como momento chave a criação do Departamento de Higiene Mental e Assistência a Psicopatas do Estado do Paraná, elaborado junto à Secretaria de Saúde e Assistência Social; bem como ao lançamento da pedra fundamental de construção do Hospital-Colônia Aduato Botelho no mesmo ano, o primeiro no estado. Em termos práticos, isso representaria, em décadas, um passo significativo em direção à assistência pública aos enfermos mentais no Paraná, a qual vinha sendo mantida, desde o início do século XX, pelo Hospício Nossa Senhora da Luz (HNSL, 1903). O investimento em tal recomendação mobilizaria uma narrativa voltada à análise do contexto assistencial no universo da Psiquiatria pós 1941 que divergia do exame que vínhamos empreendendo do associativismo médico paranaense na década de 1930. Tal divergência foi notada por nós em termos documentais e bibliográficos, bem como pelo tempo disponível para o prosseguimento da presente pesquisa.

Associação Médica do Paraná em 1933; buscando identificar em meio a tal processo, quais as mudanças ocorridas nos elementos definidores da profissão médica e os interesses da categoria médica decorrentes de tais mudanças; b) esquadramento e exame das agremiações médico-científicas surgidas no contexto paranaense das primeiras décadas do século XX, sobretudo aquelas que deram origem à AMP, bem como a análise das trajetórias formativas dos atores vinculados com instituições paranaenses profissionais, científicas e assistenciais das quais participavam; c) problematização do intercâmbio médico-científico inter-regional, principiado na atuação da Sociedade Médica dos Hospitais do Paraná (SMHPR) nos primeiros anos da década de 1930, e seu incremento interestadual com outros estados da federação, aproximando pessoas e especialidades, e ampliado por relações de permuta de periódicos entre o Paraná, outros estados brasileiros e regiões do Cone Sul e Central da América Latina; d) análise das posições institucionais dos atores envolvidos com as matérias médico-legal e psiquiátrica observadas na AMP e na cidade de Curitiba; bem como a atenção aos temas abordados em artigos, conferências e atas de reuniões, procurando compreender como o objeto médico legal e psiquiátrico foi circunscrito por um grupo exclusivo de médicos.

Tais análises basearam-se na consulta e exame das atas, conferências, artigos, entre outros registros, identificados, principalmente, nas páginas do órgão de divulgação dos trabalhos da AMP², a *Revista Médica do Paraná* (RMP, 1931). Ainda que brevemente, também utilizamos recortes de notícias de jornais brasileiros pertinentes aos fios condutores destacados acima.

A bibliografia pertinente ao tema da institucionalização da medicina e saberes correlatos no Estado do Paraná foi dividida entre os seguintes eixos: 1) trabalhos pautados na problematização de sociedades científicas, os quais basearam sua discussão na análise dos órgãos de divulgação de tais sociedades e demais fontes; 2) estudos que priorizaram o estudo de instituições, como hospitais e maternidades, onde atuaram alguns dos médicos considerados nessa pesquisa. Os demais trabalhos que abordaram outras regiões do Brasil foram incluídos no corpo desta pesquisa conforme sua pertinência e não formam, necessariamente, outro eixo temático.

² A Associação Médica do Paraná existe até os dias atuais, mantendo ainda as publicações da Revista Médica do Paraná. Ver: SIQUEIRA, Márcia Dalledone. *Associação Médica do Paraná – 60 anos de história*, 1993; <http://www.amp.org.br/2012/>.

Quanto ao primeiro eixo, consultamos os seguintes trabalhos: *Prescrições médicas sobre higiene e sexualidade e suas relações com a educação: 1920-1930*, de autoria de Marilice Trentini de Oliveira (2004) – Programa de Pós-Graduação em Educação; *Higienizar, cuidar e civilizar: o discurso médico para a escola paranaense (1886-1947)*, de Liliana Müller Larocca (2009) – Programa de Pós-Graduação em Educação; *“Paraná-Médico (1916-1930)”: intelectuais em defesa da ciência médica e da educação dos habitantes do meio rural*, de Silvia de Ross (2012) – Programa de Pós-Graduação em Educação; *Em páginas impressas e nas ondas do rádio: ações educativas para combater a tuberculose. Curitiba, 1937-1952*, de Marinice Sant’Ana de Oliveira (2012) – Programa de Pós-Graduação em Educação; *A eugenia nas páginas da “Revista Médica do Paraná”, 1931-1940* de Dones Cláudio Janz Júnior (2012) – Programa de Pós-Graduação em História.³

O trabalho de Marilice T. de Oliveira (2004) analisou os discursos higienistas e eugenistas de médicos paranaenses voltados para a educação da população do Paraná entre os anos de 1920-1930. A autora tentou perceber de que maneira os escritos e conferências dos médicos mobilizaram práticas e programas voltados a medicalização do ensino escolar no início do século XX. Tais médicos aproveitaram-se dos espaços em revistas paranaenses para divulgar seus posicionamentos. De acordo com a autora, os autores de uma dessas revistas, a RMP, dialogaram com preceitos higiênicos e eugênicos em voga no período analisado. Conforme Souza (2006):

Ao longo das décadas de 1910 a 1940, a ciência eugênica não apenas encorajou a administração científica e “racional” da composição hereditária humana, como introduziu também novas ideias sociais e políticas potencialmente explosivas. Além das discussões sobre raça, gênero, matrimônio, imigração e a formação das identidades nacionais, a eugenia apresentou noções “cientificamente fundamentadas” que procuravam justificar as diferenças entre os indivíduos biologicamente superiores e inferiores, entre os “aptos” e os “inaptos”. (Souza, 2006, p. 13-14).

Para esse autor, um dos principais interlocutores do discurso eugenista, no Brasil pós 1920, foi o médico Renato Kehl. Neste sentido, o intento de Oliveira (2014) foi justamente demonstrar que no contexto paranaense o diálogo dos médicos com a ciência eugênica também ocorreu. Contudo, ao tentar identificar a maneira como um autor x ou

³ Salientamos os programas aos quais tais trabalhos estiveram vinculados a título de demonstração do tipo de abordagem que tais autores empreenderam. Como destacado, percebemos que grande parte dos trabalhos partiu do viés *educação-saúde-ciência médica*.

y correspondia ou não àqueles preceitos, em alguns momentos tal abordagem chega a priorizar apenas as vias de difusão e recepção daquele discurso na ciência médica paranaense. Em nossa abordagem, entretanto, ao analisarmos discursos mobilizados pelos médicos paranaenses no tocante aos saberes médico-legal e psiquiátrico, partimos do pressuposto que privilegia a análise da configuração de um contexto de legitimação próprio ao espaço paranaense e expresso na atuação da AMP. (Cf. Abadía, 2005; Gavroglu, 2008; Patiniotis, 2013).

De nossa parte, procuramos observar, a partir da análise do intercâmbio entre médicos da capital paranaense e do interior do estado, que a própria dicotomia ‘centro/periferia’ foi ponderada quanto aos seus limites. Tal apreciação redireciona o debate aos locais, podendo-se visualizar como estes, a partir da atuação dos médicos associados, agenciam também a(s) identidade(s) daquilo que chamaram de “grandes centros”. Assim, aquilo que num momento era centro pode acabar por ser reduzido à periferia conforme a perspectiva ou os interesses com que se olha para um ou outro local (Patiniotis, 2013, p. 362-363). Veremos tais assertivas aplicadas no exame do intercâmbio entre os médicos da capital paranaense com os da cidade de Ponta Grossa e, posteriormente, com os estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

Partindo da utilização de dados da RMP, Oliveira (2004) nos ofereceu informações valiosas a respeito de médicos que também participavam de reuniões junto à AMP, embora tais reuniões não tivessem sido o seu foco. Oliveira (2004) investigou médicos como: Mário Gomes, que publicou seus escritos sobre puericultura nas páginas da RMP; José Pereira de Macedo, um dos egressos da Faculdade de Medicina do Paraná (FMP) ao final da década de 1920. Pereira de Macedo foi eleito segundo presidente da AMP para a gestão 1934/1935 e, em fevereiro de 1936, com uma importante fala sobre medicina legal, recebeu o médico e criminologista paulista Hilário Veiga de Carvalho, que na ocasião apresentaria um projeto de implantação de um complexo Instituto de Medicina Social em Curitiba. Prestamos devida atenção a esse episódio de intercâmbio médico-científico entre os estados do Paraná e São Paulo no Capítulo III da presente pesquisa.

Situamos o trabalho de Liliana M. Larocca (2009) como mais um dos quais consideraram as trajetórias e temas abordados por personagens associados à AMP durante a década de 1930. Assim como o trabalho de Oliveira (2004), a pesquisa de Larocca (2009) também não tomou as sociedades médico-científicas como objeto de

análise. Partindo da problematização da temática da higiene e suas assertivas voltadas para a escola, precisamente à infância, a autora centrou sua análise entre 1886-1947, tentando entender de que maneira o cruzamento higiene-educação inseriu-se na lógica nacional de saneamento sanitário e social. Utilizando-se de discursos e artigos publicados, principalmente na RMP, enfatizou o papel do, então diretor daquele órgão, Milton de Macedo Munhoz que, em 1932, publicara sua aula inaugural do ano letivo da FMP, intitulada “Consciencia Sanitaria” (Larocca, 2009, p. 204). Nossa pesquisa aproveitou-se do trabalho de Larocca norteando-se, sobretudo, nas suas indicações a respeito da trajetória intelectual, relacional e científica de Milton de Macedo Munhoz. Tal ator concorreu, em 1929, à Cátedra de Higiene da FMP, defendendo sua tese sobre o tema “higiene mental”.⁴ Pertencente à geração de médicos formados na década de 1920, analisamos a posição ocupada por esse personagem na vida associativa paranaense da década de 1930 e sua vinculação com atores formados ao final do século XIX, buscando compreender os conflitos de ordem geracional etária proporcionado pelo encontro dessas gerações no contexto de nossa pesquisa.

Outro trabalho, a pesquisa de Silvia de Ross (2012) trata-se de uma extensa análise da trajetória de médicos que atuaram no âmbito da publicação e divulgação de discursos voltados para a população rural do estado do Paraná durante as primeiras décadas do século XX. A Sociedade de Medicina do Paraná (SMPR, 1914) aparece neste trabalho como a instituição que financiava o periódico *Paraná-Médico* (PM, 1916). Tal agremiação foi um dos tripés formativos da Associação Médica do Paraná e, conseqüentemente, vários de seus associados passaram a compor os quadros da AMP na década de 1930.

A autora demonstrou que as propagandas veiculadas no periódico PM a respeito de consultórios e medicamentos, estavam intimamente relacionadas à propriedade dos próprios médicos-autores de artigos publicados no periódico. Ao analisar os momentos de crise, inadimplência de sócios e o risco da sobrevivência da revista PM, Ross (2012) destacava um detalhe importante e recorrente no que diz respeito à historiografia sobre agremiações médico-científicas e seus órgãos de divulgação: o embaraço na

⁴ Candidato à Cátedra de Higiene na Faculdade de Medicina do Paraná com a tese: *A importância da higiene mental*. These de livre escolha para o concurso á cathedra de Hygiene da Faculdade de Medicina do Paraná. Curitiba, 1929.

continuidade de publicações dos órgãos de divulgação de agremiações médico-científicas.⁵

Identificamos incidente similar no que concerne à RMP. Fundada após um ano de atuação da SMHPR, seu primeiro número apareceu em dezembro de 1931 no seio dessa agremiação e passou a ser mantida com recursos dos seus associados por meio das propagandas de seus consultórios. Contudo, segundo Siqueira (1993, p. 40), os principais recursos vinham do bolso de Milton de Macedo Munhoz, seu fundador e diretor por quase dez anos. Direcionada ao público especializado da área médica e órgão autorizado da AMP, por volta de 1936 veio à tona naquela associação a questão da real utilidade da revista para a AMP. Observamos que, ora o título do periódico aparecia como órgão da AMP, ora como autônoma. Apenas em 1939 a associação tornar-se-ia efetivamente a mantenedora da RMP sob as seguintes condições “(...) fazer figurar, junto ao título da revista, o nome de seu fundador e ceder ao Sr. Adolfo Romanó uma página para anúncios gratuitos de propagandas médicas.” (Siqueira, 1993, p. 41).

Destacamos que, embora Ross (2012) situe a SMP através de alguns destaques de suas atas de reuniões, também não foi o intento da autora problematizar a sociedade em si, mas sim seu órgão de divulgação. Alguns nomes observados por Ross e atuantes durante a década de 1920 também foram identificados por nós nas sessões da AMP e na autoria de artigos sobre a matéria médico legal e psiquiátrica na década seguinte.

Luiz Osmundo de Medeiros, nascido na Bahia, em 1888, só passou a compor o grupo do *Paraná-Médico* em 1925, ano em que começou a lecionar na Faculdade de Medicina do Paraná. Foi também na década de 1920 que Carlos Moreira, Octavio Silveira e José Pereira de Macedo, egressos da Faculdade de Medicina do Paraná, integraram o corpo de redatores da revista. (Ross, 2012, p. 45).

Embora não fosse egresso da FMP, mas sim da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, examinaremos de que maneira a atuação de Octávio Augusto da Silveira, médico e neurologista gaúcho diplomado em 1917, influenciou na mobilização sindical da classe médica paranaense no começo da década de 1930. A sua participação e de outros colegas em torno do SINDMPR foi problematizada no Capítulo I dessa pesquisa.

Neste primeiro eixo, destacamos também a contribuição de Marinice S. de Oliveira (2012) para a historiografia a respeito de educação e sua articulação com saúde

⁵ Cf.: Ferreira; Maio; Azevedo, 1998; Cerqueira, 2014.

no estado do Paraná entre os anos de 1937-1952. Tal trabalho investigou de que forma a união entre médicos e imprensa buscou ensinar a população a evitar/tratar a tuberculose na cidade de Curitiba. No que concerne à nossa pesquisa, embora seu trabalho tenha um recorte localizado ao final dos anos 1930, a importância que atribuímos ao mesmo refere-se ao balanço feito pela autora sobre a organização da saúde pública no Paraná do início da década de 1930, período de nosso recorte. Grande parte dos médicos que aparecerão discutindo e participando das reuniões da AMP, ocuparam cargos em locais como a Diretoria Geral de Saúde Pública ou o Leprosário São Roque, como foi o caso do médico Octávio Augusto da Silveira, por exemplo.

Ao localizarmos esses atores envolvidos institucionalmente em vários locais na cidade de Curitiba, procuraremos demonstrar como os ditames da ciência médica – enquanto verdade e legitimidade – podem ser relativizados ao percebermos que atores e ideias moveram-se e foram possíveis muitas vezes pelas formas de relações estabelecidas entre grupos e instituições, criadas e ampliadas além de fronteiras geográficas, e não apenas pela aceitação de um ideário progressivo e universalizante de certos saberes.

Por último, mas não menos importante para o primeiro eixo temático, a pesquisa de Dones C. J. Júnior (2012) também analisou os discursos sobre eugenia no órgão que chamou de uma das principais publicações médicas do estado, a *Revista Médica do Paraná*. Tentou demonstrar que os médicos que publicavam na revista não estavam inertes às influências do pensamento eugênico que grassava nos Estados Unidos e Europa durante os anos 1930. O médico Milton de Macedo Munhoz foi objeto de análise privilegiada por este autor, que também se ateve ao histórico de fundação e publicação na RMP. Tal como os autores citados anteriormente, a importância em referenciá-lo pauta-se na efetividade da apresentação de dados profissionais a respeito dos médicos analisados.

Os trabalhos citados até aqui demonstram, primeiro, que as agremiações que surgiram durante a primeira metade do século XX no estado do Paraná foram analisadas a partir das matérias encontradas em seus órgãos de divulgação, utilizados como fonte privilegiada. Em segundo lugar, embora as sociedades médico-científicas existentes em Curitiba no século XX tenham sido referidas em tais pesquisas, percebemos que o enfoque a respeito do surgimento e legitimação de uma agremiação localizada historicamente não foi extensamente contemplado por aqueles autores.

Vejam, a seguir, os trabalhos do eixo temático desta pesquisa, os quais foram assim organizados tendo em conta a temática do ensino da ciência médica na Faculdade de Medicina do Paraná e da historiografia a respeito da psiquiatria, dos personagens envolvidos com esse saber e dos espaços de atuação de seus interlocutores. São eles: *“Scientia et Labor” no “Palácio de Luz”: a institucionalização da ciência médica e a faculdade de medicina do Paraná (Curitiba, 1912-1946)*, de autoria de Erica Piovam de Ulhôa Cintra (2010); *Uma máquina de curar: o Hospício Nossa Senhora da Luz em Curitiba e a formação da tecnologia asilar (final do século XIX e início do XX)*, de Maurício N. Ouyama (2006); *Psiquiatria e espiritismo no atendimento à doença mental: a história do Hospital Espírita de Psiquiatria Bom Retiro (Curitiba, 1930-1950)*, de Andrea de Alvarenga Lima (2011).

Voltada para a reflexão em torno das condições a partir das quais o ensino médico foi institucionalizado no Estado do Paraná e focalizando o contexto de Curitiba das primeiras décadas do século XX, o trabalho de Cintra (2010) visou investigar de que maneira apreensões no campo da saúde e da educação mobilizaram alguns atores a colocarem em prática a fundamentação da Universidade do Paraná (UP, 1912) e da Faculdade de Medicina (FMP). A autora buscou entender, sobretudo, como foi possível a constituição do curso médico daquela Universidade, passando pela análise da trajetória e atuação de médicos como Victor Ferreira do Amaral e Silva, um dos fundadores da universidade, nome consagrado na historiografia memorialística e que permaneceu na direção da FMP entre 1912-1946 (Cintra, 2010, p. 207). No período analisado pela autora, procuraremos identificar quais atores, tal como Victor F. do A. e Silva, foram atuantes na FMP, em seus gabinetes correlatos, bem como na AMP.

Os desenvolvimentos dessa pesquisa tiveram um interesse considerável na obra de Cintra, visto que se mostra um dos trabalhos mais completos sobre as atuações e projetos da comunidade de médicos na FMP durante as primeiras décadas do século XX. O seu levantamento das teses produzidas por aqueles “médicos-professores” – termo utilizado por Cintra e tomado de empréstimo em nossa pesquisa – indicou-nos alguns caminhos a percorrer quanto ao mapeamento dos trabalhos da área da medicina legal e psiquiatria, por exemplo, que foram defendidos no período em análise. Tal trabalho também se compõe de quadros e listas sucintas de professores da FMP quanto às cadeiras das disciplinas por eles assumidas entre 1912-1939. Estas informações

colaboraram na confecção de nossos próprios quadros prosopográficos, distribuídos no decorrer da pesquisa, conforme as problemáticas por nós elencadas.

Outro ponto significativo para nossa pesquisa foi que Cintra (2010) auxiliou no mapeamento das várias formas de convênios estabelecidos entre a FMP e instituições beneméritas e particulares – a Santa Casa de Misericórdia de Curitiba (SCMC, 1896) e o Hospício Nossa Senhora da Luz (clínica Neurológica e Psiquiátrica)⁶ –, bem como, entre a faculdade, instituições e dispensários anexos a ela: a Maternidade Victor do Amaral (MVA, 1929) – curso de Obstetrícia –, o Dispensário Dentário (DD, 1913) – cursos de Odontologia – e o Hospital de Crianças (HC, 1930). Segundo aquela autora, o convênio com a SCMC, por exemplo, começou logo em 1915 com a primeira turma do curso médico-cirúrgico. O diretor da Santa Casa e professor de Clínica Propedêutica Médica à época, João Evangelista Espíndola, foi responsável por angariar, naquele momento, um espaço para o ensino prático das disciplinas médicas. Já o convênio com o HNSL, para as clínicas de Psiquiatria e Neurologia, teria iniciado mais tarde, por volta de 1919, segundo consta no Relatório da Universidade do Paraná de 1920, consultado pela autora (Cintra, 2010, p. 180-181). Assim, é importante ressaltar que considerável parte das informações sobre as trajetórias dos médicos que passaram a integrar o corpo de associados da AMP em 1933 foi, sucintamente, levantada por Cintra (2010), auxiliando, deste modo, de maneira significativa, os caminhos da pesquisa que ora apresentamos.

Conforme seus achados, Cintra (2010) afirmou o posicionamento segundo o qual, com a constituição da FMP houve um espaço para que o corpo de médicos-professores pudessem alargar as ações do campo médico e de assistência à saúde na cidade de Curitiba. A presente pesquisa concorda com essa posição. No entanto, discorda quando Cintra afirma que a FMP havia se tornado:

o palco essencial que congregaria os profissionais da medicina científica em várias vertentes e até então, de certo modo, desarticulados no cenário público e os legitimaria de modo efetivo no exercício do poder médico na capital e no estado do Paraná. (Cintra, 2010, p. 82).

O primeiro capítulo de nossa pesquisa procurou relativizar tal “desarticulação” demonstrando o quanto o associativismo médico paranaense, desde a primeira década

⁶ A nomenclatura de “hospício” permaneceu até 1938 quando então foi mudada para hospital psiquiátrico. O recorte pretendido nesta pesquisa referir-se-á a esta instituição como Hospício Nossa Senhora da Luz e utilizará a sigla HNSL. Ver: WADI, Yonissa Marmitt (Org.). Instituições de assistência psiquiátrica do estado do Paraná: inventário. Guarapuava: UNICENTRO, 2012, p. 23.

do século XX, buscou aproximar especialistas na cidade de Curitiba. Ross (2012), por exemplo, demonstrou que os médicos fundadores da Universidade do Paraná e da FMP, ao mesmo tempo em que participavam dos debates na Sociedade de Medicina, fundada em 1914, e das publicações na revista PM, a partir de 1916, também se articulavam e defendiam projetos no âmbito médico-associativo e não apenas acadêmico-institucional. Ross (2012), portanto, fala da institucionalização da ciência médica não prioritariamente vinculada à via da educação e do ensino superior, mas por algo que atravessa agremiações científicas, periódicos científicos e interesses de classe em prol de sua profissionalização: ponto crucial com o qual essa pesquisa concorda.

Outro trabalho correspondente a este segundo eixo, a pesquisa de Ouyama (2006) tornou-se importante para esta dissertação por duas razões: os problemas que o autor levantou e a abertura de possibilidades de outras pesquisas. Estes destaques relacionam-se entre si em alguns sentidos. Quanto ao problema levantado, o autor analisou o que chamou de constituição do saber psiquiátrico a partir de suas relações com a formação de uma tecnologia asilar em Curitiba (Ouyama, 2006, p. 323). Pautou-se, temporalmente, entre 1890 a 1930 e utilizou, como fontes primárias, relatórios dos médicos diretores do HNSL durante os seus primeiros anos de funcionamento. Seu intento foi o de, a partir deles, compreender a emergência do discurso psiquiátrico, no início do século XX, naquela cidade do Estado do Paraná. O autor defende a impossibilidade de se pensar a constituição da psiquiatria no Paraná sem passar pelo HNSL (Ouyama, 2006, p. 333). Tal assertiva privilegia o entendimento da constituição de um saber conforme a observação de sua prática no espaço hospitalar. Argumentamos, na presente pesquisa, que tal entendimento configura-se em apenas uma das vias para o exame do processo de institucionalização, seja da psiquiatria ou de outra área médica. E ainda, que tal exame não deve prescindir da análise da maneira como os médicos se organizam e defendem suas posições no seio de agremiações ou sociedades médico-científicas, como demonstraremos.

Quanto às possibilidades de pesquisas posteriores, Ouyama (2006) centrou-se no processo de constituição da psiquiatria associado ao espaço do hospício, isto é, no assistencialismo aos enfermos mentais, sem considerar o papel das associações médico-científicas neste processo, ponto esse que credita nossa análise. Importante lembrar que Cerqueira (2014) deparou-se com constatação similar ao fazer um levantamento da historiografia produzida a respeito da Sociedade Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e

Medicina Legal. A autora chamou a atenção para o fato de que os periódicos daquela agremiação foram objeto privilegiado da análise de alguns autores e não a sociedade em si.⁷

Ainda com relação às instituições assistenciais, o trabalho de Lima (2011), também engendra o debate sobre a constituição do saber psiquiátrico em Curitiba, especificamente no que se refere à sua associação com o espiritismo. Tomando como ponto de partida a fundação do Hospital Espírita de Psiquiatria Bom Retiro, inaugurado em 1946, a autora desenvolveu uma narrativa articulando doutrina kardecista e concepções de tratamento da doença mental. Empenhou-se, sobretudo, na investigação da trajetória do médico Alô Ticoulat Guimarães, atuante, a partir da década de 1930, no HNSL, na FMP e na AMP como um dos fundadores e autor de artigos sobre medicina legal e psiquiatria que foram publicados em seu órgão de divulgação. A autora retomou a história de vida deste personagem, o qual teve longa atuação médica em hospitais de assistência psiquiátrica na capital paranaense, buscando entender como as inter-relações e o contexto no qual estava inserido concorreram para a constituição do saber psiquiátrico naquela cidade.

De acordo com Lima (2011), a constituição da psiquiatria e seu processo de institucionalização como especialidade médica no estado do Paraná se deu “tardamente” e com o surgimento na cena médica da figura do médico “especialista”. Contrariamente, buscaremos demonstrar que o processo de constituição da psiquiatria e também da medicina legal perpassa a institucionalização da própria medicina por intermédio de espaços, meios de divulgação e debate sobre aqueles saberes. Em nossa pesquisa não utilizamos termos como “tardamente” ou “precocemente”, pois eles evidenciam a necessidade de um referencial externo como modelo de comparação. Esta pesquisa demonstrará que: seja pelo viés do ensino superior, por meio das associações e agremiações, pelo intercâmbio médico-científico entre instituições ou pelas relações de permuta entre periódicos médicos, tais processos, espaços e atores que deles participaram foram significativos para a institucionalização da ciência médica no estado do Paraná. E ao referirmo-nos à produção de conhecimento médico-legal e psiquiátrico

⁷ Segundo Cerqueira, três foram as versões do periódico daquela agremiação, a saber: “*Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Ciências Afins (1905-1907)*; *Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal (1908-1918)* e *Arquivos Brasileiros de Neuropsiquiatria e Psiquiatria (1919-1956)*” (Cerqueira, 2014, p. 19). Em nossos levantamentos a respeito das relações de permuta entre a RMP e outros periódicos brasileiros não identificamos qualquer um daqueles títulos.

gostaríamos de dizer que eles se deram justamente naqueles, e por aqueles, processos, espaços e atores.

Neste sentido, é possível entender que o processo de institucionalização das ciências médicas no Brasil envolve uma diversidade de fatores e atores. De modo que sociedades e agremiações constituem-se em uma das formas com que os cientistas se organizam em torno de seus interesses e como divulgam seus trabalhos. As formas de organização, as demandas, os interesses, vão conformar tais instituições e revelar os aspectos de sua “arquitetura interna”. Segundo Figueirôa (2000), tal arquitetura pode nos revelar “(...) concepções científicas em voga e em disputa, demonstrando que ideias científicas e sua materialidade institucional são inextricavelmente dependentes.” (Figueirôa, 2000, s/p). Nesta pesquisa, tentamos examinar os aspectos da arquitetura interna da Associação Médica do Paraná e sua expressão no que concerne à medicina legal e psiquiatria através da análise dos grupos de sócios, suas posições institucionais e do funcionamento e temas constituintes das sessões de reuniões.

Segundo Ferreira, Maio e Azevedo, a fundação das sociedades científicas na América Latina correspondeu aos seguintes objetivos: “(...) desde atender as necessidades das jovens nações independentes na América em busca de conhecimentos sobre seu território, passando pelas aspirações dos cientistas desses países, até se tornarem organizações de profissionais já no final do século XIX.” (Ferreira; Maio; Azevedo, 1998, p. 476). Assessorando ou não os governos, tais sociedades foram se tornando espaços de institucionalização da ciência. Este duplo caráter, de organização profissional e de espaço de institucionalização da ciência médica, irá permear o perfil e as ações da AMP no período analisado.

A diferenciação de objetivos, atividades e funções mostra que essas instituições tiveram atuação multifacetada, em que as práticas científicas nem sempre estiveram no centro de suas atividades. Essa característica muitas vezes passou despercebida aos historiadores que a elas se voltaram. (Teixeira, 2007, p. 34).⁸

⁸ A metodologia empregada por Teixeira (2007) na análise da estrutura organizativa da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, partindo da verificação de episódios de confraternização, banquetes, homenagens e formas de recrutamento de associados serviu de inspiração para a investigação empreendida, principalmente, no segundo capítulo de nossa pesquisa. Conferir item 2 e 3 em Teixeira (2007).

Entendemos que a AMP constituiu-se como associação na medida em que reuniu diferentes atores e clínicas médicas, mas que também compartilhou e se estruturou em torno de projetos em comum: como a defesa dos direitos da categoria médica frente a outras categorias na década de 1930. Para Ferreira, Maio e Azevedo, as sociedades começaram a apresentar um caráter mais associativo quando passaram a comportar “profissionais organizados por disciplinas especializadas” (Ferreira; Maio; Azevedo, 1998, p. 477).

Uma das questões importantes na análise da institucionalização produzida por agremiações médico-científicas é o trabalho empenhado para a divulgação de suas ideias e valores por meio de periódicos. Ganhando visibilidade durante o final do século XVIII na Europa, segundo Ferreira (2004), o jornal médico passou a ser expressão de “arena de legitimação social” e de “disputas científicas e profissionais”, onde se compilavam textos originais, reproduziam correspondências trocadas entre médicos e cientistas e divulgavam as atividades destes. Para o autor os primeiros jornais médicos brasileiros, surgidos no início do século XIX, seguiram de perto este modelo. De acordo com Sá (2006), ao final do século XIX e durante as primeiras décadas do XX, a definição dos “territórios da ciência” girou em torno do surgimento de associações profissionais, revistas especializadas e congressos científicos, portanto, especialização, profissionalização e, sobretudo, internacionalização e consequente padronização da linguagem passaram a demarcar o direcionamento do trabalho científico (Sá, 2006, p. 93).

Diferentemente daqueles primeiros jornais, no que diz respeito aos interesses da presente pesquisa, o contexto da década de 1930 revelou especificidades quanto à mobilização da classe médica, seguindo por caminhos afeitos à profissionalização e defesa da categoria, que tiveram expressão na *Revista Médica do Paraná*.

Utilizamos em nossa pesquisa o periódico *Revista Médica do Paraná*⁹ como fonte privilegiada de consulta. Ressaltamos, no entanto, que foi utilizada como meio de acessar os espaços de discussão reservados aos interesses da categoria médica e às

⁹ Este material foi coletado e fotografado na cidade de Curitiba em 2014, fruto de pesquisa exploratória com o objetivo de levantamento de material documental sobre ciência e assistência psiquiátrica naquela cidade. O acervo da RMP encontra-se disponível em regime de acesso aberto na Biblioteca Pública do Paraná – Divisão de Documentação Paranaense.

matérias medicina legal e psiquiatria e seus interlocutores. Entendemos que estamos recorrendo a um tipo particular de impresso reconhecido como *revista*. Como destacado anteriormente, privilegiamos as atas e os artigos publicados nas páginas da RMP, de autoria, principalmente, dos próprios associados da AMP, por outro lado, também nos voltamos sobre aquilo que ficava no limite do *extra texto* daquele impresso.

Ana Luiza Martins (2003) chamou de *extra texto* os reclames, propagandas e noticiários presentes nas páginas das revistas. Interessou-nos, sobretudo, os noticiários, bibliografias e atas publicadas nas páginas da RMP; bem como a divulgação de visitas e conferências feitas na AMP por médicos de outros estados relacionados ou não às temáticas da medicina legal e da psiquiatria. Neste sentido, procuramos observar a RMP como uma revista onde se articulavam texto, imagem, publicidade e fotografia, ou seja, um conjunto que representava o amálgama por que passava o impresso-revista à época.

Os registros que podem ser encontrados nas páginas de um impresso são múltiplos: do texto à iconografia e dos interesses dos proprietários ao perfil dos leitores/consumidores (Martins, 2003, p. 60). O interesse prioritário da presente pesquisa não foi no processo desenvolvido para a produção, circulação e consumo da RMP, o que não significa que desprezamos tais aspectos. Quanto ao *seguimento de consumo* – outra chave de análise indicada por Martins – já dissemos que a revista era prioritariamente voltada para o público da categoria médica. Foi, inicialmente, organizada e editada pela Sociedade Médica dos Hospitais do Paraná a partir de 1931.

Além de ser uma revista voltada às mais diversas especialidades da medicina, no que diz respeito à sua estrutura, pode-se distinguir edições da RMP de 28 a 77 páginas (Janz Júnior, 2012, p. 106). Conforme esse autor, com a mudança de direção em 1940, a RMP teria passado por uma estruturação, apresentando as seguintes seções: Artigo do mês, Nossos Comentários, Hospitais e Casas de Saúde, Associações Médicas, Publicações Médicas, entre outras (Idem, p. 107). Na verdade, observamos que, durante a década de 1930, ela não teve uma estrutura bem definida e, de fato, não parece satisfatório tentar buscar tal característica em sua longa atividade. Mesmo quando, a partir de 1943, passou a ser identificada como “mensário científico de prática médica, química e farmacológica”, sua configuração não se manteve a mesma durante os períodos da Segunda Guerra.

A RMP nasceu afinada ao contexto do primeiro Governo Vargas e aparelhada com os interesses profissionais da corporação médica. Segundo o edital do primeiro

número, a revista nascia para ser o “repositório de trabalhos” e “testemunha de esforço científico”, mas também “Alheia às competições de qualquer natureza, sem se envolver em questões que escapem ao objetivo que a fará triunfadora, a Revista não será uma tímida tentativa, mas uma vigorosa afirmação do nosso valor profissional” (RMP, Ano I, N° 1, Dez., 1931, p. 07). Baseando-nos em tais indicativos, demonstraremos, no primeiro capítulo dessa pesquisa, em que direção caminhava os interesses e quais eram os significados em torno de tal “valor profissional” para a Associação Médica do Paraná, em nome da qual tal edital era assinado.

Quanto à sua *segmentação geográfica*, verificou-se que, além de circular na sua cidade de origem, Curitiba, a RMP realizava permuta com revistas dos seguintes estados e países: Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco (primeiro e segundo ano), Buenos Aires, Uruguai (a partir do final de 1932), Bahia, Ceará, Peru, Chile, México, Venezuela (a partir de 1933). Esse destaque faz parte da análise mais extensa em torno das relações de intercâmbio científico e foi mais bem considerado no Capítulo II de nossa pesquisa.

Desde a fusão das agremiações em 1933, a RMP deu destaques para as atividades promovidas por acadêmicos e médicos sócios da AMP no sentido de incentivar o intercâmbio científico com médicos de outros estados. Tal dinâmica de redes será compreendida por intermédio da análise de episódios de conferências realizadas por médicos de outros estados junto à AMP e FMP, a convite dos médicos paranaenses. De acordo com Almeida (2006), a organização do campo profissional da medicina no continente latino coadunou congressos e conferências em torno daquilo que ela chamou de “movimentos amplos” de “intercâmbios científicos” (Almeida, 2006, p. 734). Para a autora, estudar o contato entre médicos de países latino-americanos fornece contribuição relevante à “história das relações internacionais do Brasil”, ressaltando, inclusive, a atenção à “dinâmica local de redes médico-científicas”.

Voltando à revista, um noticiário do número bimestral de setembro/outubro de 1940 anunciava a reserva de um espaço, no número seguinte, para a publicação de trabalhos da área de “medicina legal e psiquiatria forense”. Tal seção apareceu no número de novembro/dezembro de 1940 acima das seções de farmácia e odontologia. No que diz respeito aos saberes que nos interessaram, o aparecimento de uma seção tão marcadamente especializada demonstrou que tais conteúdos submetidos à revista

tiveram, naquele momento, um acréscimo de importância não evidenciado nos anos anteriores.

É preciso ressaltar, contudo, que, anteriormente à longa duração da *Revista Médica do Paraná (1931)*, a cronologia das revistas médicas que circularam naquele estado – conquanto suas especificidades – indica uma ordem de publicação que remonta ao início do século XX: *Gazeta Médica do Paraná (1901)*, fundada pelos médicos Victor Ferreira do Amaral, João Evangelista Espíndola e Reinaldo Machado como órgão da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Paraná (SMCPR, 1902); *Revista Homeopática do Paraná (1906)*, fundada pelo médico homeopata Nilo Cairo; *Paraná-Médico (1916)*, órgão oficial da Sociedade de Medicina do Paraná, da qual participaram os médicos João Cândido Ferreira, João Evangelista Espíndola, Miguel Santiago e Leal Ferreira; *Archivos Paranaenses de Medicina (1920)*, órgão diretamente vinculado aos trabalhos do Serviço de Profilaxia Rural do Paraná, tinha como redator chefe o médico Heraclides Cesar de Souza Araújo (chefe daquele serviço), além de João Cândido Ferreira, Luiz Osmundo de Medeiros e do engenheiro Luiz Orsini de Castro como médicos colaboradores (Pilotto, 1976, p. 34-45).

Partindo da constatação acima, apresentamos, a seguir, algumas palavras de explicitação da trajetória editorial da RMP até o recorte final da presente pesquisa; o fazemos como meio de demonstrar as características do perfil dos envolvidos com a produção e circulação da revista, os quais tiveram relação direta com a AMP. Embora os objetivos de nossa pesquisa não tenham sido arquitetados em torno da análise do impresso em si, ressaltamos que a utilização da RMP como fonte insiste na atenção aos dados que se seguem.

A *Revista Médica do Paraná* foi fundada por Milton de Macedo Munhoz e apareceu com seu primeiro número em dezembro de 1931. Por oito anos a revista esteve às suas expensas. No que concerne ao universo impresso, a RMP não foi o primeiro projeto no qual Milton de M. Munhoz esteve envolvido. Em outubro de 1920 aparecia em Curitiba o quinzenário “Nossa Terra”, cujo grupo responsável era composto por Ivahy Martins, Erasto Gaertner (médico associado da AMP na década de 1930), além de Milton Munhoz (Pilotto, 1976, p. 48). Embora seus interesses girassem em torno de temas sobre economia e sociedade, inferimos que o aparecimento da RMP, não ocorreu de forma alheia à experiência impressa anterior como parte da trajetória de Milton de M. Munhoz, seu fundador.

Até fevereiro de 1932 é possível perceber em sua estrutura as seguintes funções: Diretor: Dr. Milton Munhoz; Comissão de Redação: Dr. Mario Braga de Abreu, Dr. J. Loureiro Fernandes e Dr. Cezar Pernetta; Gerente: F. Fabiano Salles. A partir do número 4, referente ao mês de março de 1932, a equipe será restrita a um diretor e um gerente. A revista vinha então identificada como “Orgão das Sociedades Medicas do Paraná”, com Milton Munhoz como diretor e F. Fabiano Salles como Gerente, seguindo de março de 1932 até março de 1934.

A RMP trazia, já em seu primeiro número de dezembro de 1931, uma tabela relativa aos valores dos anúncios na revista: 1 página = 80\$000; 1/2 de página = 45\$000; 1/4 de página = 25\$00; 2ª página da capa = 110\$000; 3ª página da capa = 100\$000; 4ª página da capa = 150\$000; página intercalada = 150\$000. Laboratórios, gabinetes, farmácias e distribuidores nacionais de medicamentos estrangeiros anunciaram na RMP desde aquele primeiro número. A partir do número 5 de maio de 1934, ano 3 da revista, ela passou a publicar uma referência quanto aos valores estipulados por assinatura. Sua assinatura anual foi estabelecida em 12\$000. Também destacava o intento na permuta com publicações que interessassem à classe médica paranaense.

A partir dos números 8 e 9, ano 2, de agosto-setembro de 1933, abaixo do nome da *Revista Médica do Paraná* aparecia “Orgão da Associação Medica do Paraná”. Já correspondendo ao período de atuação da AMP, no número 3, ano 3, de março de 1934, além de Milton de M. Munhoz e Fabiano Salles em suas referidas funções, aparecia também o nome do Dr. Loureiro Fernandes como Diretor-Secretário. Esta estrutura tripla permaneceu até os números de 11 e 12 de dezembro, ano 3, de 1934, quando Salles apareceu pela última vez. Seguiu na revista, a partir daí, Milton de M. Munhoz, ainda diretor, e Loureiro Fernandes como Redator-Secretário.

A partir do número 4, ano 4, de abril de 1935, Milton de M. Munhoz passa a aparecer como Diretor-Redator e Loureiro Fernandes ainda como Redator-Secretário. A partir do número 9, ano 4, de setembro de 1935, abaixo do nome de Milton de M. Munhoz aparecia “Professor da Faculdade de Medicina do Parana” e abaixo do nome de Fernandes “Medico do Hospital de Misericordia de Curitiba”. Os médicos passavam a marcar suas posições de legitimidade naquela revista como ocupantes de lugares estratégicos na FMP e em hospitais da cidade de Curitiba. Loureiro Fernandes permaneceu na função de Redator-Secretário até a saída do número 10, ano 5, de

outubro de 1936. A partir do número 11, ano 5, de novembro de 1936, quem assumiu na função de Redator-Secretário foi Ary Taborda, abaixo de cujo nome sobressaía “Da Saude Publica do Parana”; enquanto Milton de M. Munhoz continuava como Diretor-Redator. Os números 11 e 12, ano 6, referente a novembro e dezembro de 1937, traziam abaixo do nome de Taborda, apenas a alcunha “Medico”. Munhoz e Taborda ficaram nestas duas funções até o número 11, ano 7, de novembro de 1938. A partir do número 12, ano 7, de dezembro de 1938, identificamos apenas o nome de Munhoz na primeira página como Diretor-Redator e ainda com a alcunha de “Professor da Faculdade de Medicina do Parana”. A partir dos números 1 e 2, respectivos a janeiro e fevereiro, ano 8, de 1939, o Dr. Loureiro Fernandes retornava e despontava como Diretor-Redator. Enquanto o “Prof. Milton Munhoz” era apresentado apenas como “Fundador”. Este é o momento em que os encargos da RMP passaram definitivamente à gerência da AMP. Ao final daquele ano, em um ‘Redatorial’ referente aos números 11 e 12, ano 8, de novembro e dezembro de 1939, Fernandes pediria o seu afastamento das funções cumpridas durante o ano de 1939. Ressalte-se que até 1939 a revista havia sido editada mensalmente, contudo a partir desse ano ela apareceu em formato bimestral.

A partir dos números 1 e 2, ano 9, de janeiro e fevereiro de 1940, observamos a seguinte configuração: Diretor Redator: Dr. Glaucio Bandeira; Redator-Secretário: Dr. Carlos F. Ferreira da Costa. O médico Milton Munhoz permanecia, logo abaixo do título da revista, como fundador e, como assumira este número, ainda como diretor. Tal configuração reverberou na própria organização do sumário, com destaque para a seção “Artigo do Mês”, a partir dos n^{os} 3 e 4, ano 9, de março e abril de 1940. A partir dos números 9 e 10, ano 9, de setembro e outubro de 1940, Ferreira da Costa era destacado como Diretor Responsável. Nos números 11 e 12 referentes a novembro e dezembro, na última página da revista, uma tabela informava os novos valores para anúncios, os quais haviam permanecido inalterados desde 1931: uma página = 100\$000; meia página = 55\$000; quarto de página = 35\$000; 2^a página da capa = 130\$000; 3^a página da capa = 110\$000; 4^a página da capa = 150\$000; Encartes = 150\$000. Detalhe que, no início de 1941, logo no primeiro número, ao pé da página, a redação trazia a observação de que, por conta do “movimento europeu”, se via obrigada a sofrer restrições em seu feitiço material, prejudicando algumas de suas seções. Ou seja, depreendemos que se elevaram os valores dos anúncios na tentativa de minimizar possíveis prejuízos do contexto para a continuidade da revista.

A partir dos números 4 e 5, ano 10, de abril e maio de 1941, passou a aparecer, adicionado ao lado de Bandeira e Ferreira da Costa, o Dr. Brasílio Vicente de Castro como Redator-Secretário. Nesse ano a RMP irrompia em formato mensal, bimestral, trimestral e quadrimestralmente. Nos anos seguintes, observando a presença de seções específicas e segmentadas – como farmácia e odontologia –, reconhecemos que a arquitetura do sumário pode dizer muito sobre o nível de comprometimento, interesse e especialização em que se encontrava aquela comunidade de médicos num dado momento.¹⁰ Para essa pesquisa, ressaltamos que a viabilização da criação, no ano de 1941, de uma seção de Psicopatologia Forense na *Revista Médica do Paraná* foi resultado da articulação de atores vinculados ao ensino de medicina legal e psiquiatria na Faculdade de Medicina do Paraná, à suas atuações no Departamento Médico Legal, Hospício Nossa Senhora da Luz e na diretoria da Associação Médica do Paraná.

Além dos dados anteriormente citados, verificamos também que logo nos primeiros números da RMP do ano de 1944, pela primeira vez a revista aparecia com endereço próprio, na Rua XV de novembro, 163, 3º andar, Edifício Matarazzo, que era também o endereço da sede social da AMP desde sua inauguração em 29 de setembro de 1933. Ao divulgar o seu endereço, a direção da RMP, ao mesmo tempo, e em cinco línguas, procurava demonstrar o quanto irrompia internacionalizada: “Desejamos estabelecer permuta com todas as revistas similares”; “Deseamos establecer el cambio con todas las Revistas sililares”; “On désire établir échange avec lês Revues similaires”; “We wish establish to exchange al similar Reviews”; “Wir wünschen den Austausch mit allen ähnlichen Berufszeitschriften”. Buscaremos entender como tal grau de internacionalização foi um dos frutos da intensificação das relações de permuta mobilizadas pelos editores e redatores da RMP na década de 1930, os quais eram, ao mesmo tempo, médicos associados da AMP.

Inseridas e distribuídas por cada capítulo dessa pesquisa, demais informações de cunho biográfico foram colhidas em fontes secundárias, principalmente em obras

¹⁰ Nos anos seguintes, além de permanecer o nome de Milton de M. Munhoz como fundador, abaixo do seu nome passava a constar “*Mensario Científico de Prática Médica, Química e Farmacológica*”, mantendo, portanto, seções correspondentes a cada uma destas matérias. Mas, foi a partir do número 2, ano 11, de fevereiro de 1943, que ficaram definidas, pela primeira vez, as seções de “*Medicina, Química e Farmacologia*”. No número 7, ano 11, de junho de 1943, identificamos uma seção de *Odontologia*. Nos números 11 e 12, ano 11, de novembro e dezembro de 1943, sobressaíam também definidas as seguintes seções: “*Parte Médica*”; “*Livros e Redes*”; “*Parte de Química*”; “*Parte de Farmacologia*” e “*Seção de Odontologia*”.

memorialísticas, mas também em recortes pontuais de jornais e da bibliografia citada no início dessa introdução.¹¹ Apreciadas analiticamente, tais obras compunham-se em resultados de compilações feitas por colegas e ex-alunos de personagens atuantes durante a década apreciada por nós. Destacamos, a seguir, as seguintes obras de memória escolhidas:

- “*Alô Ticoulat Guimarães: uma vida ilustre dedicada à Medicina e ao ensino da Psiquiatria*”, organizado por Ernani Simas Alves e Mário Pilotto (1994), ambos eram ex-alunos do médico, livre-docente em medicina legal e professor de clínica psiquiátrica, Alô Ticoulat Guimarães. Tal obra apresenta informações importantes sobre a vida pessoal, acadêmica e política daquele médico;
- “*O ensino da medicina na Universidade Federal do Paraná*”, organizado por Iseu Affonso da Costa e Eduardo Corrêa Lima (2007). Esta obra auxiliou com detalhes sobre a constituição das cadeiras da FMP, a qual começou seu ensino em 1913 e foi reconhecida em 1922, após inspeção federal. Apresenta, ainda, relação de livre-docentes e lista de formados desde a formatura da primeira turma em 1919;
- “*Nilo Cairo – Biografia*”, escrita por David Carneiro (1984), este compilado de documentos, entre decretos e cartas, informou-nos sobre aspectos da vida intelectual e pessoal do homeopata Nilo Cairo, um dos fundadores da UP em 1912, bem como de sua relação com outras personalidades médicas que se envolveram associativamente na década de 1930, como Victor Ferreira do Amaral e Silva;
- “*Associação Médica do Paraná – 60 anos de história*”. Livro organizado por Márcia Dalledone Siqueira (1993), sob os auspícios da AMP. Apresenta, de forma cronológica, o momento de fusão da AMP e os desdobramentos ocorridos pós 1930. Situa aquela agremiação no contexto sindicalista do governo varguista e oferece dados a respeito das composições das diretorias da AMP desde 1933 até 1993;
- *Contribuição à História da Medicina no Paraná – Especialidades, Hospitais, Entidades*. Organizado por Ehrenfried Othmar Wittig (2011), este apanhado de

¹¹ Entre os jornais utilizados nesta pesquisa, encontram-se: Correio do Paraná; A República; Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro; Diário da Noite; Diário Carioca; O Estado; A Federação; A Noite.

informações sobre clínicas, instituições de assistência, casas de saúde, personalidades e laboratórios também auxiliou grandemente na definição das referências às atuações de médicos paranaenses agremiados na década de 1930.

A título de organização, esta pesquisa foi dividida em três capítulos, os quais, entretanto, foram compostos de maneira a conectá-los um ao outro. Assim, o **Primeiro Capítulo** dessa pesquisa deu conta de tratar do contexto associativo da categoria médica entre as décadas de 1920 e 1930 no Brasil. Interrogamos a respeito das condições que possibilitaram com que essa categoria viesse a se mobilizar enquanto classe. Demonstramos como se deu esse processo no estado do Paraná, cujo resultado foi a fusão de três agremiações médicas importantes existentes e atuantes no início da década de 1930, a saber: a Sociedade de Medicina do Paraná (1914), a Sociedade Médica dos Hospitais do Paraná (1930) e o Sindicato Médico do Paraná (1931). Tentou-se entender de que maneira essa mobilização possibilitou o intercâmbio médico-científico e associativo com o fim de integrar a capital, Curitiba, com cidades vizinhas. A narrativa desenvolvida articulou aspectos regionais, aspectos locais e nacionais e características de trajetórias de personalidades médicas, integrantes de instituições de ensino e médico-hospitalares diversas. As peculiaridades do encontro de gerações diferenciadas de médicos foram enfatizadas no que tange à faixa etária e à formação acadêmica. Interrogou-se sobre as particularidades de sua mobilização enquanto categoria, levando à fundação da Associação Médica do Paraná em 1933. As ferramentas utilizadas foram: atas de sessões da AMP, conjunto de obras memorialísticas, bibliografia a respeito a institucionalização da medicina no Paraná e trabalhos que versaram sobre associativismo médico no Brasil.

O **Segundo Capítulo** dessa pesquisa analisou o *associativismo médico paranaense entre cordialidades e intercâmbios científicos*. Partiu do exame do processo de estruturação da AMP, de suas primeiras diretorias, dos interesses e temas mobilizados durante a década de 1930. Buscou identificar os personagens que fizeram parte do contexto de mobilização da categoria médica na década de 1930, e que estiveram agremiados junto à AMP, procurando demonstrar as relações entre tais personagens com atores de outros estados brasileiros. Verdadeiramente plural, verificou-se que aquela associação abarcou médicos que versavam, escreviam e

atuavam em torno das mais diferentes matérias médicas, como: cirurgia, higiene, obstetrícia, farmácia, odontologia, neurologia, *medicina legal e psiquiatria*. Parte constitutiva dos anseios da AMP, as ocasiões de intercâmbios médico-científico e de relações de permuta entre agremiações congêneres nacionais e de fora do Brasil foram analisadas como componentes de um processo mais amplo de circulação de conhecimentos médicos no Cone Sul da América Latina e América Central. As ferramentas por nós mobilizadas foram: atas de sessões da AMP, noticiários, relatórios de presidências da associação, dados colhidos em jornais, além de consulta da bibliografia memorialística.

No **Terceiro Capítulo** dessa pesquisa, partindo da constatação do quadro de relações entre instituições de ciência e assistência, de sociedades médico-científicas e periódicos médicos como órgãos de divulgação, interrogou-se de que maneira e em quais espaços foi possível captar as trajetórias e atuações médicas concernentes às matérias *medicina legal e psiquiatria* desde a fusão das agremiações até o ano de 1941. Buscou-se entender até que ponto é possível falar da constituição de grupos em torno desses conteúdos, procurando averiguar em quais locais institucionais tal grupo atuava. Para tal, prestamos uma análise mais apurada da constituição da medicina legal e da psiquiatria na cidade de Curitiba, das posições institucionais ocupadas por médicos associados no Departamento Médico Legal, nas cadeiras de medicina legal e psiquiatria da Faculdade de Medicina do Paraná, em hospitais e nas próprias diretorias da AMP. Ambos os campos analisados nesse capítulo possibilitaram que verificássemos episódios de intercâmbios entre os estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro. Tentou-se averiguar de que maneira a *produção de conhecimento médico-legal e psiquiátrico* foi condicionado por tais correspondências entre estados brasileiros e com localidades para além das fronteiras do Brasil revelando episódios significativos do processo de institucionalização da medicina no Paraná entre 1930-1941.

CAPÍTULO I

“CONGREGAR, DEFENDER E AMPARAR A CLASSE MÉDICA DO ESTADO”: O CONTEXTO ASSOCIATIVO

Nosso ponto de partida toma um anúncio publicado na edição de número 397 do jornal *Correio do Paraná*, datado do dia 6 de setembro de 1933, o qual noticiava a chegada de ‘ilustres cientistas’ à cidade de Curitiba:

A EMBAIXADA DA CULTURA CIENTÍFICA PAULISTA

Chegarão hoje a esta Capital, onde realizarão conferências, os ilustrados cientistas drs. Franklin de Moura Campos e Cantidio de Moura Campos, este último professor da Faculdade de Medicina de São Paulo e ambos brilhantes expoentes da cultura científica nacional. Nesta Capital prepara-se festiva recepção aos ilustres cientistas que durante a sua permanência em nossa cidade serão considerados os hóspedes do governo do Estado. (CORREIO DO PARANÁ, Ano II, N° 397, 6 de Set., 1933, p. 8).¹²

A visitação dos referidos professores ocorreu em meio à mobilização de diferentes atores sociais: da imprensa, como visto acima; dos alunos responsáveis pela iniciativa de intercâmbio científico, inclusive organizando uma comitiva para ir ao encontro dos professores e acompanhá-los até a cidade de Curitiba; da prefeitura que disponibilizou carros para os passeios que fariam pela cidade; e dos professores da Faculdade de Medicina do Paraná (FMP, 1914), ou seja, da maior parte da classe médica que, naquela ocasião, mobilizava-se associativamente.¹³

No dia posterior à chegada dos médicos paulistas, além da visitação ao prédio da Universidade do Paraná (UP, 1913) e das homenagens recebidas do corpo docente da Faculdade de Medicina, os visitantes participariam de outra aclamação: a sessão de

¹² A EMBAIXADA DA CULTURA CIENTÍFICA PAULISTA. CORREIO DO PARANÁ, Ano II, N° 397, 6 de Setembro, 1933, p. 8. (Hemeroteca Digital Brasileira). O professor Cantidio era diretor da Faculdade de Medicina de São Paulo à época, na qual o professor Franklin era catedrático de fisiologia. Optamos, nessa pesquisa, por atualizar a ortografia da documentação consultada.

¹³ *Intercâmbio Intelectual entre S. Paulo e Paraná: as recepções feitas aos professores paulistas – o banquete no Country Club – a conferência de hoje.* CORREIO DO PARANÁ, Ano II, N° 398, 8 de Setembro de 1933, p. 8. (Hemeroteca Digital Brasileira)

posse da primeira diretoria da recém-fundada Associação Médica do Paraná (AMP, 1933), assim como da exposição de sua agenda de ações ambicionadas.

Em nome da AMP, naquela sessão ocorrida no Salão nobre da Universidade do Paraná, no dia 7 de setembro de 1933, o orador oficial da agremiação, Aramis Tabora de Athayde¹⁴, foi incumbido de fazer a recepção dos visitantes e também proferir o discurso inaugural, um importante registro para encaminharmos nossas reflexões.

Publicado nas páginas da *Revista Médica do Paraná*¹⁵, seu discurso dotava a recém-nascida agremiação com uma múltipla identidade, de “órgão de classe”, “associação científica” e “centro irradiador de medicina social”. Encarregado de narrar as trajetórias das agremiações médico-científicas que teriam existido até aquele momento, Tabora de Athayde atribuiu a cada uma delas uma identidade forjada pelo modo como haviam lutado ou se constituído como espaço de manifestação das vontades e interesses da coletividade médica de Curitiba em cada momento.

Defendemos, nesta pesquisa, que se faz necessário identificar e compreender tais sociedades nos contextos específicos de nascimento e atuação. A AMP não foi a primeira entidade representativa da classe médica do Estado do Paraná. Seus esforços podem ser datados do começo do século XX. Por outro lado, dificilmente poderíamos traçar uma linha de complementaridade entre os objetivos de sociedade surgidas no século XIX e as correspondentes ao período republicano. Mas, nada impediu, por exemplo, que um médico formado na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (FMRJ) no final do século XIX aparecesse no quadro de sócios de agremiações da década de 1930 no Paraná. Este é um ponto que se depreendeu da análise do quadro de sócios e publicações mapeadas em nossas fontes. De qualquer modo, as diferentes experiências associativas conservam seu grau de especificidade. O quadro abaixo nos possibilita melhor visualizar o aparecimento e duração de algumas dessas sociedades no Paraná das primeiras décadas do século XX:

QUADRO 1: Sociedades médico-científicas no Paraná

Fundação/	Sociedade	Periódico/Divulgação
------------------	------------------	-----------------------------

¹⁴ Aramis Tabora de Athayde (1900-1971), natural de Curitiba, Paraná, formou-se pela FMP em 1924, tendo defendido a tese *Tremores* junto à Cátedra de Clínica Médica. No ano de 1929 conquistou a livre docência na cadeira de Medicina Legal com a tese *Sinais de Morte*. Ingressou no corpo de Saúde do Exército naquele mesmo ano, atuando também como professor pela cátedra de Propedêutica Médica, entre 1933-1940. (Corrêa Lima & Costa, 2007, p. 197).

¹⁵ RMP, Ano II, Ago-Set, 1933, n°s 8 e 9, p. 267-272.

Duração		
1902- 1915 (?)	Sociedade de Medicina e Cirurgia do Paraná	<i>Gazeta-Médica do Paraná</i>
1914- 1933	Sociedade de Medicina do Paraná (SMPR)	<i>Paraná-Médico</i>
1930-1933	Sociedade Médica dos Hospitais do Paraná (SMHPR)	<i>Revista Médica do Paraná</i>
1931-1941	Sociedade Médica Pontagrossense (SMPg)	---
1933 até o presente	Associação Médica do Paraná (AMP)	<i>Revista Médica do Paraná</i>
1941 a 1951	Centro Médico Eurico Branco Ribeiro (CMEBR)	<i>Boletim Médico do CMEBR</i>
1951 até o presente	Associação Médica de Ponta Grossa (AMPg)	---

Fonte: quadro elaborado pelo autor através de consulta às seguintes obras memorialísticas: Siqueira, 1993; Alves & Pilotto, 1994; Corrêa Lima & Costa, 2007; Wittig, 2011.

1.1. Sociedade de Medicina e Cirurgia do Paraná (SMCPR) no contexto da assistência à saúde de fins do século XIX e início do XX

Citada apenas brevemente ou indiretamente pela historiografia a respeito das ciências biomédicas e instituições voltadas para a saúde pública no Paraná¹⁶, a Sociedade de Medicina e Cirurgia do Paraná (SMCPR, 1902) representou o primeiro esforço de concretização em direção aos interesses científicos e profissionais da classe médica paranaense. Taborda de Athayde não se refere à SMCPR em sua rememoração das agremiações. Cita, por exemplo, a figura do médico Victor Ferreira do Amaral e Silva¹⁷, vinculando-o, entretanto, à Universidade do Paraná (UP) e à Maternidade Victor

¹⁶ Entre os trabalhos, refiro-me aos mais recentes de Ross (2012) e Pietta (2014). O segundo cita apenas o periódico vinculado à sociedade. A *Gazeta-Médica do Paraná* nos lembra títulos próximos como *Gazeta Médica do Rio de Janeiro* e *Gazeta Médica da Bahia*, os quais circularam na segunda metade do século XIX do Brasil Império. Como publicação mensal, o Acervo Digital da Biblioteca Nacional possui registro de números avulsos de 1901 a 1904 da *Gazeta-Médica do Paraná*.

¹⁷ Victor Ferreira do Amaral e Silva (1862-1953), natural de Curitiba, formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1884, tendo defendido os seguintes trabalhos: *Influencia da prenhez sobre as moléstias pulmonares*; Secção de sciencias accessorias, *Das ptomainas*; Secção de sciencias cirurgicas, *Estudo clinico da reunião immediata*; Secção de sciencias medicas, *Medicação láctea*. Amaral e Silva é frequentemente descrito na bibliografia memorialista sobre a história da medicina paranaense como um iniciador de várias empreitadas. Segundo Costa & Lima (2007), como médico ele teria iniciado sua carreira profissional em 1885 atuando na “Farmácia do Chico Carvalho”, em meio a poucos médicos. Teria ainda prestado mais de trinta anos de serviço junto à Santa Casa de Misericórdia de Curitiba. A memória histórica sobre a Medicina Legal também não deixou de divulgar o primeiro laudo de lesões corporais, divulgado no livro de necropsias do Instituto Médico Legal do Paraná, como sendo da autoria de Amaral de Silva. De fato sua vida transcorreu em diversos espaços de atuação, na medicina, na

do Amaral (MVA). É importante ressaltar que Amaral e Silva, um dos fundadores da UP, foi eleito diretor da mesma em 1918 e diretor também da FMP a partir de 1915, permanecendo neste último cargo por mais de trinta anos (Ross, 2012, p. 40)¹⁸.

Desde o início do século XX o jornal paranaense *A República* registrou ocorrências de sessões da SM CPR. Em uma de suas primeiras páginas do ano de 1902, tal jornal expôs a notícia da instalação da SM CPR em 24 de novembro. Em outro registro, a edição do ano de 1903 da *Gazeta-Médica do Paraná* assinalava a resposta à sua comunicação enviada para a redação do periódico *Brazil-Médico* a respeito da instalação da SM CPR. Esta agremiação surgia num contexto descrito por Cintra (2011) como de “(des)assistência” pública em termos de saúde na cidade de Curitiba no início do século XX. O despontar do comércio, das praças e propagandas de modernização eram contrastadas com a sujeira, doenças e pobreza na capital paranaense. Várias epidemias grassavam por Curitiba ao final do século XIX, tais como cólera e febre amarela. As medidas tomadas ainda no começo daquele século contra tais males possibilitaram o surgimento de órgãos como a Inspetoria Geral de Higiene do Paraná (IGHP, 1892), a qual abrigou médicos atuantes na Santa Casa de Misericórdia de Curitiba (SCMC, 1896), cuja estruturação funcionava com o auxílio das Irmãs de São José, vindas de Moutiers, França (Pizani, 2005 *apud* Cintra, 2011, p. 1796), bem como médicos envolvidos com aquela sociedade de medicina.

No que tange ao contexto curitibano entre o final do século XIX e início do XX, viajantes como Robert Lallemant (1857) e Thomas Bigg Wither (1858) ajudaram a criar uma imagem da cidade de Curitiba que encontraria-se em marcha rumo ao desenvolvimento e ao progresso de seus núcleos urbanos (Ouyama, 2006, p. 212-214). Seguindo o compasso da constituição da produção ervateira, o surgimento e permanência de uma população urbana (industriais, trabalhadores, profissionais liberais e comerciantes) passaram a exigir a ordenação do espaço na cidade de Curitiba, surgindo demandas por pavimentação, iluminação e saneamento (Ouyama, 2006, p. 214).

imprensa (fundador do jornal *Diário do Paraná* em 1898 e do *Commercio do Paraná* em 1912), política e no meio educacional (Costa & Lima, 2007, p. 21-28).

¹⁸ Para mais informações sobre a trajetória de Victor Ferreira do Amaral e Silva, ver: Campos, 2006; 2011; Fraiz, 2014. Este último, apesar de centrar-se, principalmente, na trajetória do homeopata Nilo Cairo, também apresenta a participação de Amaral e Silva no grupo que deu origem à Universidade do Paraná em 1912.

No final do século XIX as edificações descritas por aqueles viajantes, como exemplares de grandes acampamentos foram dando lugar a grandes casarões e edifícios, cenário do aumento da mobilidade orquestrada por meio da Estrada de Ferro inaugurada em 1885, que passou a interligar, por exemplo, Curitiba, Morretes e Paranaguá. Segundo Ouyama (2006), foram as duas últimas décadas do século XIX que consolidaram o projeto de desenvolvimento urbanístico da capital. Indústrias também apareceram naquelas décadas, tais como cervejarias (Leitner) e fábricas de alimentos (Todeschini), sobretudo por iniciativas de imigrantes empreendedores estrangeiros; da mesma forma os clubes, cines, praças e as primeiras linhas de bondes.

Cronistas e letrados curitibanos, como Nestor Victor e Romário Martins, descreveram, durante a década de 1910, uma cidade que não parecia mais aquela do momento de sua emancipação (1853), mas sim a dos grandes centros, do aumento populacional e fabril. Tais características positivadas, entretanto, começavam a apresentar os seus contrastes:

Insalubridade, epidemias, adensamento populacional, problemas sociais como infância abandonada, o alcoolismo, a criminalidade, a prostituição serviam como obstáculo ao projeto de embelezamento e modernização da cidade segundo os moldes ocorridos nas grandes capitais. (Ouyama, 2006, p. 220).

Medidas a serem tomadas relativamente a estes contrastes passariam a ser discutidas e encampadas pelos médicos organizados associativamente no seio da SMCPR. Tal como o processo analisado por Teixeira (2007, p. 55-56), no qual a ausência de uma escola médica em São Paulo, entre o final do século XIX e os primeiros anos no XX, teria possibilitado que diversas instituições buscassem amenizar tal lacuna, pelo lado paranaense a Sociedade de Medicina e Cirurgia cumpriria o papel de aglutinadora do meio profissional, possibilitando debates e discussões sobre temáticas do campo médico no período, inclusive antes do surgimento de uma escola médica em 1912.

Estatísticas sanitárias referenciadas por Larocca (2009) auxiliam-nos a visualizar o quadro de morbi-mortalidade das duas primeiras décadas do século XX no Paraná e na capital curitibana: epidemia de Febre Tifóide em 1917, responsável por 10% dos óbitos na capital; Gripe Espanhola em 1918, contabilizando 26,6% das mortes; Tuberculose,

que chegou, em 1927, à contagem de 2.100 indivíduos diagnosticados (2,3% da população) (Larocca, 2009, p. 49).

O que podemos apontar nesse caso é que tais números nos indicam a conformação e surgimento de uma gama de instituições de isolamento para conter aqueles contrastes entre o final do século XIX e primeiras décadas do XX: prisões, leprosários, abrigo para mendigos, orfanatos, assim como um hospício, foram todas criadas, segundo Ouyama (2006), em um curto espaço de tempo na cidade de Curitiba. Criminosos, crianças abandonadas, mendigos, leprosos e doentes contagiosos teriam sido os primeiros grupos a preocupar as autoridades e exigir medidas necessárias. (Ouyama, 2006, p. 224). Abaixo um demonstrativo dessas instituições de assistência na cidade de Curitiba entre o final do XIX relativas ao período aqui estudado:

QUADRO 2: Instituições de atuação dos médicos paranaenses, séc. XX

Ano	Instituição
1886 (regulamentada e transformada em instituição pública em 1892)	Inspetoria Geral de Higiene
1896	Santa Casa da Misericórdia de Curitiba
1903	Hospício Nossa Senhora da Luz
1912	Universidade do Paraná
1913	Dispensário Dentário
1914 (junto ao Instituto de Medicina Legal)	Laboratório de Análises Químicas e Microscópicas
1914 (saúde da gestante)	Maternidade do Paraná
1926 (profilaxia da lepra)	Leprosário São Roque
1927 (profilaxia da tuberculose)	Sanatório São Sebastião da Lapa
1928 (tuberculose - mais tarde Hospital Oswaldo Cruz)	Hospital de Isolamento
1929 (antiga Maternidade do Paraná – Ginecologia, Obstetrícia e Puericultura)	Maternidade Victor do Amaral ¹⁹
1929 (criado na Diretoria Geral de Saúde Pública)	Laboratório Central de Farmácia

¹⁹ As páginas memorialistas trazem o registro do funcionamento de um “centro de estudos denominado Atheneu de Obstetrícia e Ginecologia” que encontrava-se semanalmente na MVA para a discussão de “casos clínicos e a conduta dos internamentos na Maternidade”. Participavam das reuniões assistentes das disciplinas de Obstetrícia e Ginecologia, parteiras, obstetras, clínicos e cirurgiões, entre os doutores: João Vieira de Alencar, Juvêncio S. da Silva, Victor do Amaral Filho, Adalberto Scherer Sobrinho, Armando Petrelli, Celso Valério, Paulo A. A. Camargo e Domício P. da Costa (assistentes de Miguel Isaacson); ainda os obstetras e médicos da Maternidade: Milton Ferreira do Amaral, Arnaldo Alves de Araújo, Jayme B. Guelmann, Vicente de Barros Lemos, Victor do A. Gutierrez, Renan Machado, Lívio A. Gulin, Albino Farracha de Castro, Lauro Valente, Irineu Antunes, Fany F. Aisengart, Alvyr B. Zili, Affonso M. Ennes. (Wittig, 2011, p. 76).

1930 (saúde da criança)	Hospital de Crianças
-------------------------	----------------------

Fonte: quadro elaborado pelo autor por meio de informações recolhidas dos seguintes trabalhos: Fernandes Junior (1986), Arquivo Público (PR, 2000), Costa & Lima (2007), Cintra (2010; 2011), Wittig (2011) e Wadi (2012).

As instituições criadas ao longo da década de 1920, momento do segundo governo de Caetano Munhoz da Rocha (1924-1928), voltavam-se, sobretudo, para o isolamento: Leprosário São Roque, em 1926, para profilaxia da Lepra, o qual foi visitado pela caravana de médicos da SMHPR em 1932; Sanatório São Sebastião da Lapa (tuberculose), em 1927; e o Hospital de Isolamento, em 1928, mais tarde, Hospital Oswaldo Cruz, construído para conter doenças infecto-contagiosas, como sarampos. (Larocca, 2009, p. 57). Retrospectivamente, de acordo com Olinto (2012, p. 105-106), durante a atuação de Afonso Alves de Camargo na presidência do Estado (1916-1920 e 1928-1930), destacou-se a constituição de um “tripé de atendimento baseado na Profilaxia, vacinação e hospitais” no Paraná. Na década de 1920, entretanto, durante o governo de Caetano Munhoz da Rocha, teve destaque uma política de saúde pública viabilizada pela construção das grandes instituições de isolamento citadas acima.²⁰

Ora, em Curitiba a prática assistencial sempre esteve vinculada à presença de uma instituição caritativa, a SCMC, isso é verdade no que diz respeito aos mais diferentes doentes, não excluídos aqueles diagnosticados com transtornos mentais, os quais eram imediatamente encaminhados ao hospício. Fundado em 1903, na cidade de Curitiba, o Hospício Nossa Senhora da Luz (HNSL) foi o primeiro local de atendimento destinado aos portadores de transtornos mentais do Estado do Paraná e firmou-se por cerca de 50 anos como a única referência para tais casos. Atendia à população da capital, pessoas vindas do interior e um contingente do Estado de Santa Catarina (Wadi, 2012; Wadi & Casagrande, 2015)²¹. Sua criação, após transferência dos alienados da SCMC, incluiu

²⁰ Afonso Alves de Camargo: presidente do Estado entre 1916-1920 e 1928-1930; Caetano Munhoz da Rocha: Presidente do Estado entre: 1920-1924 e 1924-1928. Após ambos, teremos as seguintes Interventorias: Mário Alves Monteiro Tourinho, entre 1930-1931; João Pernetá, entre 1921-1932; Manoel Ribas, entre 1932-1935; Eurípedes Garcez do Nascimento, 1934-1934 (onze dias); Manoel Ribas (governador), entre 1935-1937 e interventor no período do Estado Novo, entre 1937-1945. Cf.: História administrativa do Paraná (1853-1947): criação, competências e alterações das unidades administrativas da Província e do Estado. – Curitiba: Imprensa Oficial/DEAP, 2000, p. 100-101.

²¹ “Pouco tempo depois da inauguração, em janeiro de 1905, o governo do Estado propôs à Santa Casa a compra daquele imóvel para a instalação de uma penitenciária, uma vez que os sentenciados cumpriam pena no quartel do Regimento de Segurança. O Estado se comprometia então a indenizar a Irmandade de Misericórdia e arcar com as despesas necessárias à construção de um novo hospital. Tal proposta se mostrava bastante vantajosa para a administração da Santa Casa de Misericórdia, na medida em que as novas acomodações deveriam seguir os padrões técnicos então recomendados para os hospitais do gênero,

tanto cuidados caritativos quanto práticas médico-hospitalares. Ou seja, segundo Ouyama (2006): “Nesse novo cenário, as vozes se intercalam e revelam uma trama de disputas entre várias instâncias e vários discursos que pretendem legitimar seu monopólio sobre o louco e sobre a instituição hospitalar.” (p. 286).

Ainda com relação ao hospício, após sua primeira direção por Antonio Rodolpho Pereira Lemos e seu filho Cláudio de Lemos²² durante toda a década de 1910, e depois da morte de ambos, a administração dessa instituição passou, durante a década de 1920, para José Guilherme de Loyola e João Evangelista Espíndola²³. Segundo Cintra,

que propunham a construção de pavilhões de internamento, como havia sido adotado no hospício do Juquery em São Paulo. O local escolhido para o novo hospital ficava no final da Avenida Marechal Floriano, junto a um antigo prado de cavalos. Em 1906, começou a construção dos novos pavilhões e a inauguração das novas instalações ocorreu em 1907. Foram construídos inicialmente três pavilhões de internamento, com capacidade para aproximadamente 150 doentes, além de um prédio onde funcionava a cozinha e outros serviços.” (Wadi, 2012, p. 23)

²² Antônio Rodolpho Pereira Lemos (1852-1918), natural do Rio de Janeiro, diplomou-se na FMRJ em 1881, defendendo o trabalho *Leis Geraes do Mecanismo do Parto*. Foi diretor do Hospital da Santa Casa de Misericórdia entre 1894-1908 e chefe do Serviço Sanitário do Hospício Nossa Senhora da Luz entre 1908-1918. Também foi um dos fundadores da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Paraná. Na primeira distribuição das cadeiras e seriação do curso médico-cirúrgico da FMP, Pereira Lemos apareceu como responsável pela cadeira de Clínica Neurológica e Psiquiátrica entre 1913-1918 (Cintra, 2010, p. 87). Cláudio de Lemos (1888-1918), nasceu em São Paulo. Filho de Pereira Lemos, formou-se na FMRJ em 1911, defendendo a tese *Perturbações oculares na tabes dorsualis (1911)*. Atuou como interno no HNSL em 1912; apareceu na assunção de Microbiologia na distribuição das cadeiras para 1913-1915, atuando também nos cursos de Odontologia e Farmácia, além de ter sido indicado para Clínica Neurológica e Psiquiátrica para o ano de 1919, o que acabou não ocorrendo devido ao seu falecimento em 1918 (Cintra, 2010, p. 87-95-100). Em 1915, com o desmembramento em Clínica Neurológica e Clínica Psiquiátrica, Pereira Lemos assume a segunda e Manoel Supplyci de Lacerda (?-?) a primeira. Não obtive mais informações precisas sobre Supplyci de Lacerda, além das seguintes: foi aprovado em concurso para a cátedra de Terapêutica Clínica e Experimental em 1914, com a tese *Arsenobenzóico na sífilis*. Na distribuição das cadeiras do curso médico-cirúrgico para o ano de 1915, aparece como responsável pela cadeira de Física Médica e de Clínica Neurológica. Tal como Pereira Lemos e Cláudio de Lemos, Supplyci de Lacerda faleceu em decorrência da epidemia de gripe espanhola do ano de 1918. (Cintra, 2010, p. 95-120).

²³ José Guilherme de Loyola (1874-1951), natural de São João da Graciosa, PR, diplomou-se pela Faculdade de Medicina e Farmácia do Rio de Janeiro em 1900, apresentando a tese *O livre arbítrio e a simulação da loucura* junto à cadeira de Medicina Legal. Nesse trabalho, além de enfatizar a “competência médica em analisar, com critérios científicos, os limites entre o livre arbítrio e a simulação na loucura.” (Ouyama, 2006, nota 404, p. 383), Guilherme de Loyola dissertou sobre o tema da responsabilidade e os fatores que a determinam, defendia que entre a integridade das faculdades mentais e a alienação (condição na qual era excluída qualquer responsabilidade pelos atos) existiriam estados intermediários, gradações mentais (enfraquecimento psíquico, histeria, epilepsia, etc.). Foi um dos fundadores da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Paraná e da Sociedade Médica dos Hospitais do Paraná. Na distribuição das cadeiras do curso médico-cirúrgico de 1913, apareceu como responsável pela Clínica Dermatológica e Sifiligráfica entre 1913-1915 (as aulas eram ministradas no Hospital Militar); assume apenas a cadeira de Física Médica na distribuição de 1918. Foi professor de Clínica Neurológica e Psiquiátrica entre 1919-1923 e entre 1923-1930 apenas responsável por Clínica Psiquiátrica. (Cintra, 2010, p. 87-95-100-201); João Evangelista Espíndola (1860-1934), natural do RS, diplomou-se na FMRJ em 1883 defendendo a tese *Da isquemia cirúrgica e da sua influência sobre os resultados das operações cirúrgicas*. Foi diretor do Serviço de Higiene do Estado e médico-diretor da SCMC por vinte anos. Aparece na distribuição das cadeiras para o ano de 1913 como responsável por Clínica Médica e Propedêutica Médica (2º e 3º anos) e Higiene 1913-1915-1918 (6º ano). (Ouyama, 2006, p. 284; Cintra, 2010, p. 87-95-100-201).

Evangelista Espíndola foi o médico que mais discutiu a questão da assistência pública durante a segunda década do século XX nas páginas dos jornais curitibanos (Cintra, 2009, s.p.). Junto à maior parte dos médicos agremiados, Evangelista Espíndola atuava no hospital da SCMC nos diversos serviços de atendimento público e particular, frutos da parceria feita com a FMP. Apresentamos, a seguir, uma relação da atuação dos médicos no Hospital de Caridade da Santa Casa e no hospício no ano de 1932 que nos auxilia a perceber um pouco melhor a partir de quais espaços partiram as reivindicações em torno, e a favor, da categoria médica na década de 1930 no Paraná:

QUADRO 3: Corpo clínico da Santa Casa de Misericórdia e do Hospício (1932)

Corpo Clínico do hospital da SCMC – 1932		Total
Diretor Clínico	Dr. Joaquim Pinto Rebello	22
Médicos Efetivos	Dr. João Evangelista Espíndola (licenciado), Dr. Victor Ferreira do Amaral, Dr. Simão Kossobudzki, Dr. Eduardo Virmond Lima, Dr. João Cândido Ferreira, Dr. Leônidas Ferreira, Dra. Maria Falce de Macedo (licenciada), Dr. Miguel Isaacson, Dr. Francisco Martins Franco, Dr. Milton Munhoz, Dr. Celso Ferreira, Dr. José Loureiro Fernandes.	
Médicos Adjuntos	Dr. Victor do Amaral Filho, Dr. João Vieira de Alencar, Dr. Aluizio França, Dr. Osires Rego Barros, Dr. Mario Braga de Abreu, Dr. Attilio D’Alló Junior (licenciado), Dr. Adriano Saldanha Mazza, Dr. Hastimphilo de Loyola.	
Médico Interno	Dr. Renato Machado Camara (assistência noturna)	
Corpo Clínico do Hospício – 1932		Total
Diretor Clínico	Dr. José Guilherme de Loyola.	5
Médicos Efetivos	Dr. Coriolano Silveira da Motta, Dr. Abdon Petit Caneiro, Dr. Octavio da Silveira, Dr. Aló Guimarães.	

Total Geral	27 médicos entre diretores, efetivos, adjuntos e internos na SCMC e no HNSL no ano de 1932.
--------------------	---

Fonte: Quadro elaborado pelo autor conforme dados recolhidos do excerto *Memoria da Santa Casa de Misericordia de Curityba por Francisco de Paula Dias Negrão – 1842-1932. Curitiba, 31 de dezembro de 1932*. Publicado em três partes nos números 4 (março), 5 (abril-maio) e 6 (junho) de 1933 na *Revista Médica do Paraná*.

Agremiados associativamente na entrada da década de 1930, observamos, conforme os dados da tabela acima, que a maior parte dos médicos em atuação na cidade de Curitiba não estava alocada em consultórios particulares, o que, evidentemente, não significa a inexistência ou insignificância destes. Os consultórios particulares existiam e passariam a ampliar-se nos anos posteriores. As casas de saúde também começaram a figurar no espaço urbano da cidade assim como os complexos hospitalares criados durante os anos 1920, responsáveis por reunir parcelas de médicos em processo de assalariamento. No entanto, os espaços de onde provinha e circulava o

contingente de médicos agremiado e por se agremiar, bem como o terreno disponível para que fossem gestadas suas reivindicações naquela década, passavam pelo complexo médico-hospitalar da SMC.

Ao visualizarmos a composição da primeira diretoria da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Paraná, compreendemos que o momento de fusão das agremiações representativas da classe médica paranaense em 1933 foi também o encontro de gerações cujo histórico associativo remonta ao início do século XX²⁴, como buscamos demonstrar no presente tópico. Dito de outra maneira, apresentaremos, a seguir, nossos achados e reflexões no sentido de entender o significado da convergência de diferentes gerações, no início da década de 1930, para objetivos comuns e a consequente reunião em torno de uma fusão associativa. Ainda que a análise da trajetória associativa da SMCPR não seja estendida aqui, acreditamos que as razões acima são suficientes para, ao menos, citá-la.²⁵ Dito isso, nossa análise vai além da identificação do embrião da Associação Médica do Paraná, amalgamado por três agremiações específicas na década de 1930: SMPR, SMHPR e SINDMPR. Buscamos observar sua composição e a permanência dos atores, que na documentação analisada aparecem sempre qualificados como “pioneiros” e “iniciadores” para a geração mais nova.

1.2. Sociedade de Medicina do Paraná (SMPR) no contexto da assistência à saúde das primeiras décadas do século XX

Vejamos como Taborda de Athayde encaminhou seu discurso de rememoração das agremiações:

²⁴ Sociedade de Medicina e Cirurgia do Paraná – composição da primeira diretoria: Presidente: Victor Ferreira do Amaral e Silva; Vice-presidente: Manoel Pereira de Mesquita; 1º Secretário: João Evangelista Espíndola; 2º Secretário: Rodolpho Lemos; Tesoureiro: José Gomes do Amaral; Orador: Menezes Doria; Comissão de Redação: Reinaldo Machado; Trajano Reis; Luiz Navarro; João Evangelista Espíndola; José Guilherme de Loyola; Pinto Rebello.

²⁵ Gostaria de ressaltar que existe uma dificuldade em constatar as características das disputas e materialidade institucional dessa agremiação pelos seguintes motivos: o fato de não haver uma historiografia que debata a respeito, prioritariamente, das sociedades médico-científicas ou médico-cirúrgicas surgidas no Paraná, o que inviabiliza a contraposição ou confrontação de informações coletadas sobre as mesmas; bem como a falta de exatidão de algumas informações a seu respeito. Por exemplo, uma notícia relacionando a vice-presidência da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Paraná ao médico Manoel Lustoza Carrão em 1915 bem poderia instruir-nos a não apenas considerar tal sociedade como a primeira do gênero no Estado, mas também descartar o seu caráter de efêmera.

Sabemos todos que a presidência das sessões preliminares, para o advento deste cenáculo, coube, por direito natural, ao eminente Professor João Cândido, que tem sido o guia firme e resolutivo de nossos alevantados ideais e que foi a alma da Sociedade de Medicina do Paraná, ocupando-lhe a presidência, com desusado brilho, por mais de um decênio. (RMP, Ago-Set., 1933, n^os 8 e 9, p. 268)

João Cândido Ferreira²⁶ era um médico formado no final do século XIX na capital do Brasil Império. Sua posição na comunidade médica paranaense sempre foi tida como de destaque, tanto por seus pares e alunos, quanto pela historiografia. Paola (2008), por exemplo, apontou Cândido Ferreira como o primeiro autor que mais publicou no periódico *Paraná-Médico* (PM), órgão de divulgação da Sociedade de Medicina do Paraná (SMPR), durante os dez anos em que participou como seu redator. O mesmo equivaleria, conforme a mesma autora, para Victor Ferreira do Amaral e Silva, o qual despontava em segundo lugar dentre o número de publicações.

Junto àqueles dois personagens estavam também João Evangelista Espíndola, Eduardo Leal Ferreira, Reinaldo Machado e Miguel Severo de Santiago, como fundadores da revista PM, além de João Evangelista Espíndola, natural do Rio Grande do Sul, que havia colado grau na FMRJ em 1883. Dois anos depois, este último mudou-se para Paranaguá, no Paraná, onde exerceu os cargos de diretor da Santa Casa de Misericórdia, Inspetor da Saúde do Porto, Médico da Escola de Aprendizes de Marinheiros e Diretor da Higiene Municipal. Já na cidade de Curitiba, após atuar na Revolução Federalista²⁷ defendendo os ideais da mesma – diferentemente de Amaral e Silva e Cândido Ferreira que assumiram posições legalistas –, passou a clinicar na SCMC. A respeito de Eduardo Leal Ferreira, Ross (2012) comenta a imprecisão dos registros biográficos existentes. Segundo a autora, baseando-se em Kummer (2007), ele teria iniciado seus estudos na FMP, mas terminado na FMRJ, já para Corrêa Lima & Costa (2007) ele teria nascido na Bahia e se formado na Faculdade de Medicina daquele estado (FMBA). Ross lança a hipótese de relação de parentesco entre Amaral e Silva e Cândido Ferreira, embora não a sustente com outros dados tal indicação não parece

²⁶ João Cândido Ferreira (1864-1948), natural da região da Lapa, Paraná, formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro no ano de 1888, defendendo a tese “Das nevrites periféricas”. Cf.: Ross, 2012; Pietta, 2014.

²⁷ A Revolução Federalista (1893-1895) foi um confronto iniciado no Rio Grande do Sul, mas que se estendeu à Santa Catarina, Paraná e Uruguai, entre partidários de dois oligarcas gaúchos. De um lado, os republicanos legalistas (chimangos ou pica-paus), defensores de Júlio de Castilhos e de um presidencialismo forte, centralizador. De outro, os federalistas (maragatos), liderados por Gaspar Silveira Martins, que defendiam um regime parlamentarista. (Ross, 2012, p. 39, nota 14).

inverossímil (Ross, 2012, p. 41). Reinaldo Machado (1868-1918), por sua vez, natural de São Francisco, Santa Catarina, formou-se pela FMRJ em 1895. Atuou como professor de História Natural no Ginásio Paranaense e Escola Normal; foi Diretor Geral de Instrução Pública e eleito vereador em 1912. Foi um dos responsáveis, ao lado de Amaral e Silva, pela articulação e fundação da Maternidade do Paraná em 1914 (Cintra *apud* Ross, 2012, p. 43-44). Outro médico componente do grupo de agremiados antes da década de 1930 foi Miguel Severo de Santiago (1876-1919), legista e fundador do Gabinete de Identificação e Estatística pela Datiloscopia e diretor do mesmo em 1912. Falaremos a seu respeito no terceiro capítulo desta pesquisa.

Atuante em campanhas de saneamento da região da Lapa, no Paraná, no começo do século XX quando da fundação da SMPR em 1914, João Cândido Ferreira foi eleito seu primeiro presidente e tantas outras vezes depois (Ross, 2012, 37-40). Para Ross (2012) e Campos (2010), tanto Amaral e Silva quanto Cândido Ferreira foram personagens muito bem posicionados na sociedade paranaense das duas primeiras décadas do século XX. Seguir a trajetória daqueles médicos auxiliaria compreender “o percurso típico dos filhos das elites paranaenses”, identificados como “filhos de fidalgos do Paraná” por ambos os autores: filho de fazendeiros, de acordo com Ross, Cândido Ferreira teria se casado com uma das irmãs de Amaral e Silva no final do século XIX; pertencentes às elites agrárias dos Campos Gerais, influentes na política, as duas trajetórias sugestionam também a compreensão da composição dos latifúndios dos *senhores dos Campos Gerais*²⁸, bem como o enfraquecimento do poder de influência daquela região comparativamente à região litorânea a partir da expansão da produção e comércio da erva-mate. Neste sentido: “(...) os especialistas (bacharéis, médicos, engenheiros) – filhos de fazendeiros – ocupavam grande parte dos empregos públicos e cargos de representação política da Província.” (Campos, 2010, *apud* Ross, 2012).

A origem familiar e social, tanto de João Cândido Ferreira, quanto de Victor do Amaral, expressava o modelo típico da oligarquia agrária do Paraná. Amaral era, inclusive, afilhado do Barão e da Baronesa dos Campos Gerais. Vale destacar que o Barão dos Campos Gerais era sogro do Comendador Henrique Alves de Araújo, natural de Morretes, litoral do Paraná, mas que havia se tornado aliado da oligarquia dos Campos Gerais. Henrique Alves de Araújo, por sua vez, era irmão de

²⁸ Para Ross, pautando-se em Campos (2010), esta região forneceu as principais lideranças políticas do Paraná durante a segunda metade do século XX. Aos latifúndios agro-pastoris, pecuária bovina e comércio de muareas estavam vinculados o controle econômico e domínio da política paranaense. (Ross, 2012, p. 48-49).

Manuel Alves de Araújo – sogro do Dr. Evangelista Espíndola. (Ross, 2012, p. 50).

Avaliando as características de pertencimento dos “filhos de fidalgos do Paraná”, personagens que receberão homenagens e reverências durante grande parte da década de 1930 por parte de alunos e pares da FMP, afirmamos que: os ‘frutos’ que aparecerão como resultado da conjuntura do final do século XIX e das primeiras décadas do XX irão compor as fileiras do movimento associativo dos anos 30, carregando sobrenomes seculares e marcando a tinta as atas das sessões médico-científicas da Associação Médica do Paraná.

1.3. Circunstâncias e interesses

A mobilização da classe médica não começou na década de 1930. A luta pelos interesses da categoria possui um início interessante no começo da década de 1920, mais precisamente em 1922, no Congresso Nacional dos Práticos, ocorrido no Rio de Janeiro. Citando esse momento, buscamos compreender de que maneira os médicos paranaenses convergiram, em 1930, os interesses forjados ao longo da década de 1920, complementados na criação do Sindicato Médico Brasileiro (SINDMB) em 1927.

A década de 1920-30 representou a síntese de um processo de mudança, segundo Pereira Neto (1995, p. 612), nos elementos exclusivamente definidores de uma profissão: conhecimento e mercado. O processo de especialização do conhecimento médico possibilitou com que uma forma de observar (tratamento global) fosse dando espaço a uma conduta “tecnológica” de atuação e produção de diagnóstico. Aparatos técnicos como máquinas e demais equipamentos, começaram a fazer do horizonte da prática médica uma prática extremamente dependente daqueles meios.

Nesse contexto, a especialização e intensificação dos usos de aparatos tecnológicos foram percebidas de duas maneiras: de um lado, seriam fatores que elevariam o status da profissão. De outro, comprometeriam a sua autonomia. Pereira Neto (1995) lembra-nos da Reforma Luiz Barboza que viabilizou o surgimento do “complexo pronto-socorro-dispensário integrado ao sistema filantrópico liberal.” (Pereira Neto, 1995, p. 605). De acordo com o entendimento dos resultados de tal processo, o autor aqui referenciado apontou três níveis de atendimento que balizaram a

organização dos serviços de saúde nas primeiras décadas do século XX: casas de saúde (para a elite); serviços de urgência (gratuitos e para a população pobre) e o atendimento geral (funcionários do Estado). Assim, a constituição de estabelecimentos públicos, assalariamento da profissão, ampliação do mercado de trabalho, renda fixa, entre outras questões, fizeram coro em congressos médicos ocorridos a partir de 1920: um exemplo disso foi o Congresso Nacional dos Práticos de 1922 (Pereira Neto, 1995, p. 607).

Gostaríamos de destacar que, com base em nossos indícios, os médicos formados na segunda metade da década de 1920 beberam da fonte do debate apresentado acima quanto à profissão médica, já que se diplomaram na FMRJ, onde atuavam os nomes que propuseram e participaram do Congresso Nacional dos Práticos. Vários representantes dos estados brasileiros estiveram presentes no referido congresso e o Paraná não deixou a desejar, participando do conclave o Dr. Plínio Marques²⁹ também como representante do governador Caetano Munhoz da Rocha (1920-1924). Alguns meses antes do congresso, o Dr. Victor Ferreira do Amaral e Silva foi incumbido por Fernando Magalhães (presidente do Congresso) de fazer a propaganda do evento no Paraná e angariar participantes. Indicada por Amaral e Silva, montou-se então a seguinte comissão:

QUADRO 4: Comissão de médicos paranaenses que participaram do Congresso Nacional dos Práticos (1922)

Localidade	Médicos
Curitiba	Drs. Evangelista Espíndola, João Cândido, Assis Gonçalves, Saldanha Sobrinho, Barros Barreto, José Pereira de Macedo, Luiz Medeiros e Zenha Machado
Paranaguá	Dr. Belmiro Rocha
Lapa	Dr. Santos Lima
Ponta Grossa	Dr. Paula Braga
Rio Negro	Dr. Pereira da Cunha
Palmeira	Dr. Cerqueira Lima
União da Vitória	Dr. Octávio da Silveira

²⁹ Plínio Gonçalves Marques (1883-?), natural de Antonina (PR), formou-se em medicina na FMRJ. Foi presidente da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro em 1921. Representante do Estado do Paraná junto à Câmara Federal dos Deputados nas legislaturas de 1921-23, de 1924-26, de 1927-29 e de 1930-32. Plínio Marques apareceu na primeira página do jornal *A REPÚBLICA* como presidente da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro. Encerrada sua atuação, transferia o posto para Fernando Magalhães para a presidência de 1922. Este, por sua vez, também foi presidente do Congresso Nacional dos Práticos que aconteceu no final do mesmo ano. *O PARANÁ LÁ FORA*. Um discurso do Dr. Plínio Marques na Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro. *A REPÚBLICA*, Ano XXXVI, nº 10, 12 de Jan., 1922, p. 1. (Hemeroteca Digital Brasileira. Acesso em 06/10/2015). Para mais informações a respeito da SMCRJ, ver: Ferreira, Maio & Azevedo, 1997-1998.

Castro	Dr. Miguel Bruno
Thomazina	Dr. Djalma Lopes
Prudentópolis	Dr. Rômulo Cardillo
Jacarezinho	Dr. Graciano de Oliveira

Fonte: dados organizados a partir de: *CONGRESSO NACIONAL DOS PRÁTICOS*. A REPÚBLICA, Ano XXXVI, n° 76, 28 de Mar., 1922, p. 2. (Hemeroteca Digital Brasileira. Acesso em: 05/10/2015). Ver Mapa, p. 4.

A relação acima demonstra o quanto a capital do estado, Curitiba, concentrava a maior parte dos médicos no início da década de 1920, em contrapartida, informa quais personalidades médicas representavam as demais regiões do Paraná, já que também foram convidadas para tal evento. O quadro acima indica-nos uma maneira de apreender a correspondência existente, principalmente, entre o sul, norte e leste do referido estado por meio do contato entre seus médicos.

Os representantes das seis faculdades de medicina existentes naquela época no Brasil³⁰ também não deixaram de comparecer ao Congresso Nacional dos Práticos, dentre elas a Faculdade de Medicina do Paraná (FMP). Mais do que isso, sociedades por especialidades e sociedades por área de atuação se fizeram representar no Congresso. Segundo Pereira Neto (2002), as sociedades por áreas de atuação presentes foram: Sociedade Médica dos Hospitais do Rio de Janeiro, Sociedade Médico-Cirúrgica Militar, Sociedade Médico-Cirúrgica de Assistência Pública e Sociedade Médica dos Hospitais da Bahia (Pereira Neto, 2002, p. 16). O Congresso também recebeu a presença dos representantes das sociedades de medicina existentes no Brasil naquele momento e, mais uma vez, o Paraná não ficou ausente.

O Sindicato Médico do Paraná, fruto do contexto de mobilização da categoria médica das décadas de 1920-1930, surgiu no seio da Sociedade Médica dos Hospitais do Paraná (SMHPR, 1930), ou seja, um ano depois da fundação desta e tendo sido patrocinado por ela e pela Sociedade de Medicina do Paraná. Acreditamos que o debate analisado por Pereira Neto (2002) no que concerne à questão do campo de atuação da classe médica em consultório particular e instituições de assistência a coletividades nas décadas de 1920-1930 pode ser visualizado, no contexto paranaense, por meio da análise da mobilização da SMHPR em torno do fortalecimento da aproximação dos médicos entre si dentro da categoria. Poderíamos citar como exemplo de tal aproximação as ocasiões de sociabilidades, como confraternizações e banquetes entre a

³⁰ Faculdades de Medicina: do Rio de Janeiro, da Bahia, de Porto Alegre, do Paraná, de São Paulo e de Belo Horizonte.

categoria médica. Assim, para que possamos melhor visualizar o terreno de aparecimento do Sindicato Médico do Paraná naquele contexto, analisaremos, a seguir, o processo de constituição da SMHPR.

1.4. Sociedade Médica dos Hospitais do Paraná (SMHPR) no contexto do início da década de 1930

A Sociedade Médica dos Hospitais do Paraná também foi lembrada por Taborde de Athayde no discurso por ocasião da posse da primeira diretoria da AMP em 1933. Citada como mais uma das agremiações que a formaram, Taborde de Athayde exaltou a figura do médico Miguel José Isaacson³¹, o qual esteve à frente da primeira e terceira diretorias da SMHPR.

Fundada em 19 de dezembro de 1930, no Hospital de Misericórdia (1ª sessão, sessão de fundação), compareceram Virmond Lima, José Loureiro Ascensão Fernandes, João Vieira de Alencar, Mario Braga de Abreu, Victor Ferreira do Amaral Filho, Alô Ticoulat Guimarães, Szymon Kossobudzki, Miguel José Isaacson, Leonidas do Amaral Ferreira e Milton de Macedo Munhoz.³² Kossobudzki abriu a sessão, Miguel Isaacson

³¹ Miguel José Isaacson (1894-1963), natural de Mendes, Rio de Janeiro, diplomou-se na FMRJ, defendendo em 1915 a tese *A rachianestesia*. Mudou-se para o Paraná em 1916, tendo atuado na cidade de Antonina, Paranaguá, Morretes e Porto de Cima antes de passar a residir em Curitiba a partir de 1919, onde iniciou seus trabalhos na SCMC em 1923. Figura destacada por vários colegas, Isaacson foi professor e catedrático de Clínica Ginecológica da Faculdade de Medicina do Paraná. Eleito primeiro presidente da SMHPR, bem como do Sindicato Médico do Paraná quando da fundação de ambos. Presidente da AMP em 1937, ano em que a Associação recebeu a carta sindical, ocasião em que foi reconhecida como órgão classista de profissionais liberais. (Siqueira, 1993, p. 32).

³² José Loureiro Ascensão Fernandes (1903-1977), conhecido urologista em Curitiba, detentor de clínica particular, natural da mesma cidade, diplomou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1927, defendendo a tese *Da endoscopia nas afecções ure-trais*; João Vieira de Alencar (1905-?), natural de Curitiba, formou-se na FMRJ em 1929, tendo defendido a tese *Hiperemese gravídica. Exploração radiológica em ginecologia*. Livre-docência em Clínica Ginecológica no ano de 1932, 2ª Clínica Cirúrgica em 1934 e médico chefe da Enfermaria São José da SCMC; Mario Braga de Abreu (1906-1981), natural da cidade de Curitiba, formou-se na FMRJ em 1929 (mesmo ano de Vieira de Alencar), tendo defendido a tese *Rutura espontânea de vesícula biliar em peritônio livre* um ano depois. Atuou como adjunto do Serviço de Cirurgia da SCMC. Livre docente de Clínica Cirúrgica em 1935, foi chefe do Serviço Cirúrgico até 1961, quando foi transferido para o Hospital das Clínicas, fundado no mesmo ano; Victor Ferreira do Amaral Filho (1904-?), natural de Curitiba, filho de Victor F. do Amaral e Silva, já citado, formou-se na FMP em 1926, tendo defendido a tese *Da hipoepinephria*. Médico da SCMC, responsável pela enfermaria de ginecologia em 1928, diretor do Hospital Oswaldo Cruz em 1929, chefe de Clínica Obstétrica da Maternidade Victor do Amaral (1930-1946) e integrante do corpo docente da FMP; Alô Ticoulat Guimarães (1903-1985), natural de Curitiba, formou-se na FMP, defendendo, em 1927, a tese *Cirrohose atrophica de laennec combinada com mal de banti*. Fazia parte do corpo clínico do Hospício Nossa Senhora da Luz à época, tendo se tornado diretor do mesmo a partir de 1933, nos deteremos sobre ele adiante; Szymon Kossobudzki (1869-1934), natural de Plock, Polônia, formou-se na

foi convidado a assumir a presidência e Alô Guimarães fez a leitura do projeto de organização da sociedade. Outros médicos foram se juntando ao grupo assim que as sessões preparatórias para o início das atividades da sociedade iam acontecendo. Foram escolhidos médicos responsáveis por convidar alguns nomes atuantes nos “Hospitais da Capital”³³ enquanto outros foram incumbidos da elaboração dos estatutos³⁴. Estava fundada a SMHPR. Posteriormente a isso, a terceira sessão realizara-se em 4 de janeiro de 1931, aberta por Kossobudzki e presidida por Raul Carneiro³⁵, tal sessão elegeu a *primeira diretoria para o ano de 1931*, assim definida:

Universidade de Kazan (Rússia) em 1895. Kossobudzki é frequentemente referido na bibliografia memorialística como exilado político do domínio czarista. Foi iniciador do ensino cirúrgico junto à cadeira de Propedêutica Médica na FMP; Leônidas do Amaral Ferreira (1893-1963), natural da Lapa, PR, filho de João Cândido Ferreira, formou-se na FMRJ em 1916, tendo defendido a tese *Acumetria*. Professor de Patologia Geral em 1917, responsável pelas cadeiras de Oftalmologia e Otorrinolaringologia em 1920, esta foi dividida em 1925, tendo assumido a cadeira de Otorrino o médico Celso do Amaral Ferreira, irmão de Leônidas; Milton de Macedo Munhoz (1901-1977), natural de Curitiba, formou-se na FMRJ em 1925, tendo defendido a tese *A acidose no diabete*. Fundador e diretor da *Revista Médica do Paraná* por quase uma década, conquistou a Cátedra de Higiene na FMP com a tese *A importância da higiene mental. These de livre escolha para o concurso á cathedra de Hygiene da Faculdade de Medicina do Paraná. Curitiba, 1929*. Entre outros autores que enfatizaram a trajetória desse último médico, conferir: Júnior (2012), Oliveira (2012) e Oliveira (2014).

³³ Convidados, compareceram para a segunda sessão os médicos: José Guilherme de Loyola, do qual já falamos; Manoel Antonio Lustosa Carrão (1873-1933), natural de Curitiba, formou-se na FMRJ no ano de 1898. De volta a Curitiba, foi responsável pelo Laboratório de Análises Clínicas e Microscópicas do Estado. Responsável pelo ensino de Fisiologia desde o seu início, em 1915, manteve-se na cadeira até seu falecimento; Abdon Petit Carneiro (1876-1940), formou-se em 1898 na FMRJ. Foi interno do professor Aloysio de Castro. Em São Paulo, atuou no Instituto Serum-Terápico chefiado por Adolfo Lutz, atuando com Vitor Godinho e Carlos Meyer. Atuou no Butantan, chefiado por Vital Brasil e na Santa Casa de São Paulo, ocasião em que Rubião Meira foi seu assistente. Conforme Lima & Holanda (2011): Atuou nas seguintes epidemias: varíola, Paranaguá/PR, 1898; peste bubônica, Campos/RJ, 1901; tifo, Curitiba/PR, 1917; gripe espanhola, Curitiba/PR, 1918. Atuou como clínico no HNSL. “Foi um dos fundadores e docentes mais ativos dos primeiros anos da Universidade do Paraná, dedicando-se, de forma especial, à cadeira de Histologia e Embriologia Geral na FMP.” (RMP, Mar., Abr., n° 3 e 4, 1940, p. 96-98; Carneiro, 1953 apud Lima & Holanda, 2011, p. 367); Raul da Costa Carneiro (1882-1943), natural de Curitiba, diplomou-se na FMRJ em 1906, defendendo a tese *Da cardioesclerose*. Clinicou e ensinou pediatria no RJ entre 1914-1918. De volta a Curitiba ficou responsável pela cadeira de Clínica Pediátrica Médica e Higiene Infantil, na qual permaneceu à frente até sua morte em 1943. Foi ainda um dos fundadores do Hospital de Crianças em 1930. Annibal Alves da Rocha Loures (1898-?), natural de Palmas, PR, formou-se na FMRJ em 1925. Assistente de Clínica Médica na década de 1930, foi, junto com Raul Carneiro, um dos fundadores do Hospital de Crianças e responsável pela Cadeira de Anatomia Médica na década de 1940. Atilio D’Aló Junior (?-?), formado na FMRJ em 1929, foi assistente da 2ª Clínica Cirúrgica em 1931.

³⁴ Infelizmente não tivemos acesso aos estatutos da SMHPR, a não ser de maneira esparsa e por artigos citados pelos próprios médicos em uma ou outra sessão.

³⁵ Compareceram mais os médicos: Erasto Gaertner (1900-1953), natural de Curitiba, formou-se pela FMRJ em 1925, defendendo a tese *Das incisões na parede abdominal*. Livre Docente de Clínica Cirúrgica em 1926, em 1931 assume a cadeira de Clínica Urológica, permanecendo nela até 1946; Cesar Beltrão Pernetta (1906-1993), natural de Curitiba, formou-se na FMP em 1929 com a tese inaugural *Anorexia do lactente*. Responsável pela cátedra de Patologia Geral a partir de 1930, inspetor da Inspeção de Puericultura e Educação Sanitária, diretor do Hospital de Crianças em 1937 até sua mudança para o RJ em 1939; Domingos Gerson de Sabóia (?-1934), natural de Lavras/MG, formou-se na FMRJ. No Paraná atuou como médico do exército, tendo dirigido o Hospital Militar. Foi responsável pela Cadeira de Clínica Dermatológica e Sifiligráfica, entre 1918-1932, que era exercida naquele hospital. Não encontrei

QUADRO 5: Sociedade Médica dos Hospitais do Paraná – gestão 1931

Função	Médico
Presidente	Prof. Miguel Isaacson (1894-1963)
Vice-presidente	Prof. Raul Carneiro (1882-1943)
1º Secretário	Prof. Gerson de Sabóia (?-1934)
2º Secretário	Dr. Alô Guimarães (1903-1985)
Tesoureiro	Dr. Paula Braga (?-?)
Comissão de Sindicância	Drs. Prof. Erasto Gaertner (1900-1953), Virmond Lima (?-?) e Rocha Loures (1898-?)
Comissão de Boletim	Drs. Prof. Cesar Pernetta (1906-1993), Loureiro Fernandes (1903-1977) e Mario Braga de Abreu (1906-1981)
Comissão de Conferências	Drs. Profs. Simão Kossobudzki (1869-1934), Victor do Amaral (1862-1953) e Leonidas Ferreira (1893-1963)
Comissão de Visitas	Drs. Profs. Manoel Carrão (1873-1933), Miguel Isaacson (1894-1963) e J. Vieira de Alencar (1905-?)

Nota: Quadro elaborado conforme dados retirados da RMP, Ano I, N° 1, Dez., 1931, p. 9.

As páginas finais do primeiro número da RMP apresentaram uma lista de sócios da SMHPR, cujos trabalhos iniciar-se-iam em 1932. Dividida entre fundadores, efetivos e correspondentes, figuraram na lista os cinco médicos que atuavam no HNSL no início da década de 1930. Entre eles: Alô Ticoulat Guimarães, José Guilherme de Loyola, Abdon Petit Carneiro, Octávio da Silveira e Coriolano Silveira da Motta.³⁶

Eis os termos em que tal agremiação foi fundada:

- O Prof. Kossobudzki, ao abrir a sessão, explicou em breves palavras a conveniência de se fundar uma sociedade que reunisse em meio cordial os médicos dos vários Hospitais do Estado, afim de estabelecer um intercâmbio científico e de se dar relevo aos casos verdadeiramente interessantes capazes de ensinamento pratico apreciável.
- O Prof. Isaacson, convidado a assumir a presidência põe em realce a vantagem de tal agremiação que viria por em íntimo contacto os colegas dos vários estabelecimentos de assistência médica em reuniões onde facilmente poderiam as comunicações serem feitas com a presença do próprio doente o que viria constituir um proveito

informações precisas sobre Joaquim de Paula Braga ou José Virmond Lima, apenas que este último era diretor clínico do hospital da SCMC no ano de 1932 (Pizani, 2005, p. 171).

³⁶ Apenas a respeito dos dois últimos ainda não falamos. Octávio Augusto da Silveira (1895-1966), natural de Tupanciretã, Rio Grande do Sul, formou-se na Faculdade de Medicina de Porto Alegre em 1917, defendendo a tese *Da melancolia pre-senil*. Foi um dos fundadores da AMP em 1933. Na Faculdade de Medicina do Paraná foi responsável pela cadeira de Clínica Neurológica e Psiquiátrica entre 1931-1935 e apenas Clínica Neurológica entre 1936-1965. Foi também fundador e diretor do Laboratório de Clínica Neurológica que funcionava no Hospício Nossa Senhora da Luz; Coriolano Silveira da Motta (1896-1940), natural da cidade de Curitiba, formou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1919. Foi responsável pela cadeira de Física Médica na FMP em 1920 e teria exercido cargos públicos na Diretoria de Higiene do Estado (Corrêa Lima & Costa, 2007, p. 78). Cf.: Tabela 5.

inestimável ao conhecimento dos assuntos médicos. (RMP, Ano I, N° I, Dez., 1931, p. 8).

Tratava-se, portanto, de uma associação profissional que partia da assistência para avançar na produção de conhecimento científico. Vamos tentar entender em que medida o contexto institucional-hospitalar possibilitou o surgimento de tal agremiação, já que, defendemos, na forma como a SMHPR foi gestada encontram-se as raízes do que será a AMP dois anos depois.³⁷

Antes de tudo, atentemos para o seguinte. Dos 16 membros que integraram a primeira diretoria da SMHPR, apenas um deles havia se formado na FMP, tendo a maioria diplomando-se no Rio de Janeiro. Reunimos informações a respeito de 13 daqueles médicos, vejamos a seguir:

QUADRO 6: Perfil prosopográfico da primeira diretoria da SMHPR

Ano de Formatura	Médico	Instituição de Formação	Instituição de Atuação	Idade em 1930
1884	Victor Ferreira do Amaral e Silva	FMRJ	FMP; SCMC; MVA	68
1895	Szymon Kossobudzki	Universidade de Kazan (Rússia)	SCMC; FMP	61
1898	Miguel Antônio Lustosa Carrão	FMRJ	FMP; SCMC	57
1906	Raul da Costa Carneiro	FMRJ	FMP;	48
1915	Miguel José Isaacson	FMRJ	FMP; SCMC	36
1916	Leônidas do Amaral Ferreira	FMRJ	FMP;	37
1925	Erasto Gaertner	FMRJ	FMP; SCMC	30
1925	Annibal Alves da Rocha Loures	FMRJ	FMP;	32
1927	Alô Ticoulat Guimarães	FMP	FMP; HNSL	27
1927	José Loureiro Ascensão Fernandes	FMRJ	Consultório particular	27
1929	João Vieira de Alencar	FMRJ	FMP; SCMC	25
1929	Mário Braga de Abreu	FMRJ	FMP; SCMC	24
1929	César Beltrão Pernetta	FMRJ	FMP;	24

Fonte: quadro elaborado pelo autor através de consulta às seguintes obras memorialísticas: Siqueira, 1993; Alves & Pilotto, 1994; Corrêa Lima & Costa, 2007; Wittig, 2011.

Contemplando informações como: nome, ano de formatura, instituição de formação e respectiva idade em 1930, o que podemos inferir desse quadro? Observamos

³⁷ O primeiro número da *Revista Médica do Paraná* é de dezembro de 1931. Portanto, a revista começou a publicar suas atas quando já havia decorrido um ano de atuação da SMHPR.

médicos formados ao final do século XIX e na primeira década do XX.³⁸ Podemos ver também, uma porcentagem significativa de médicos recém-formados que concluíram seu curso na segunda metade da década de 1920. Com exceção dos três médicos diplomados no final do XIX, e de mais três que tinham mais de 10 anos de formado, o conjunto restante de sete membros da diretoria da SMHPR não tinha mais do que cinco anos, alguns com apenas 1 ano de formado. Mais da metade da diretoria formara-se na FMRJ e estava completando os seus trinta anos. Tratava-se de médicos bem jovens considerando-se que estavam compondo a primeira diretoria de uma agremiação que visava congregar toda a classe médica do Estado.

Veremos adiante que esse quadro não mudará muito quando da composição da AMP em 1933: um número considerável de médicos formados exclusivamente no Paraná se juntará ao grupo, entretanto a preponderância da escola carioca será ainda marcante.

Não é preciso destacar também que a grande maioria dos médicos agremiados entre as décadas de 1920-1930 atuava na Faculdade de Medicina do Paraná. Afirmar isso, no entender de Cintra (2010), por exemplo, nos remete a considerar as relações estabelecidas entre esta faculdade e as instituições públicas e privado-filantrópicas, hospitalares e laboratoriais. Segundo a autora, desde 1915 laudos periciais de exames, por exemplo, eram requeridos pelas autoridades públicas à FMP, de forma que o laboratório de Química Analítica da FMP nasceu justamente da extinção, naquele ano,

³⁸ Um esclarecimento: evidentemente que outros médicos formados ao final do XIX e início do XX também apareceram como associados e fundadores da SMHPR os quais eram indivíduos estrategicamente localizados no ambiente médico curitibano naquele período. Privilegiei, no entanto, a composição da primeira diretoria para visualizarmos na verdade um padrão que se repetirá na 2ª e 3ª diretoria dessa agremiação, ou seja, a alternância de funções para os mesmos nomes. De acordo com o parágrafo único do artigo 36 dos estatutos, em 11 de dezembro de 1931 foi eleita a segunda diretoria para o ano de 1932, assim constituída: *Presidente: Prof. Dr. Francisco Martins Franco; Vice-presidente: Dr. Eduardo Virmond Lima; 1º Secretário: Dr. Mario Braga de Abreu; 2º Secretário: José Loureiro Fernandes; Tesoureiro: Dr. Victor do Amaral Filho; Comissão de Sindicâncias: Profs.: Dr. José Pereira de Macedo e Drs. J. de Paula Braga e Djalma Lopes; Comissão de redação do Boletim: Drs. Pedro Xavier Gonçalves, Heitor Borges de Macedo e Annibal A. da Rocha Loures; Comissão de Visitas: Prof. Drs. Erasto Gaertner, Simão Kossobudzki e Dr. Pedro Chagas Bicalho; Comissão de Conferências: Profs. Dr. João Cândido Ferreira, Octavio da Silveira e Raul Carneiro.* (RMP, Ano I, N° 4, Mar., 1932, p. 175-176). E, finalmente, em 13 de dezembro de 1932 foi eleita a terceira diretoria para o ano de 1933, assim constituída: *Presidente: Prof. Miguel Isaacson; Vice-presidente: Prof. Simão Kossobudzki; 1º Secretário: Dr. Renato Câmara; 2º Secretário: Dr. Alô Guimarães; Tesoureiro: Celso Ferreira; Comissão de Sindicância: Profs. Erasto Gaertner, Dante Romanó e J. Vieira de Alencar; Comissão de Boletim: Profs. Raul Carneiro, Aluizio França e Milton Munhoz; Comissão de Visitas: Drs. Virmond de Lima, Bernardo Leinig e H. Borges de Macedo; Comissão de Conferências: Profs. João Cândido, Victor do Amaral e Pereira de Macedo.* (RMP, Ano II, N° 1, Dez., 1932, p. 32-33).

do antigo Laboratório de Análises Químicas e Microscópicas do Estado (Cintra, 2010, p. 183). Neste caso o Estado transferia para a área acadêmica serviços essenciais à realização de suas funções públicas.

No que concerne àquelas décadas, o ensino de diversas clínicas manteve-se vinculado às enfermarias da SCMC, do HNSL e da Maternidade do Paraná. Analisando o Relatório da FMP de 1926, encontramos no trabalho de Cintra (2010) a seguinte configuração que nos auxilia a entender a “(...) conveniência de se fundar uma sociedade que reunisse em meio cordial os médicos dos vários Hospitais do Estado (...)”, como ressaltou Kossobudzki:

O Hospital da Criança, em 1930, a Maternidade Victor do Amaral (antes de 1929, Maternidade do Paraná) e o Dispensário Dentário (desde 1913) conformam, juntos, o rol de institutos de saúde – recém-nato, criança, mulher e saúde bucal – anexos à FMP. Somados aos hospitais particulares da SCM de Curitiba e do Hospício N. S. da Luz – clínicas médicas e neuropsiquiátrica –, constituem-se na rede de instituições de assistência médica-hospitalar que tinha na FMP o ponto nevrálgico. Durante longo tempo, seria essa, efetivamente, a estrutural parceria que balizou o curso médico e os da área da saúde até a constituição do Hospital das Clínicas – a partir do antigo projeto do Hospital do Paraná –, cuja construção é iniciada apenas no ano de 1949 (...). (Cintra, 2010, p. 187)

O que estamos tentando demonstrar com a exposição feita até aqui é que as agremiações da década de 1930 (SMHPR, SINDMPR, SMPg) operaram como meio de interligar os hospitais e especialidades que neles se desenvolviam, tendo como objetivo central a assistência; e que os médicos fundadores dessas agremiações faziam parte e atuavam numa rede de instituições de ensino e assistência cujo conjunto será ampliado quando da fusão das agremiações em 1933, originando a AMP – Associação Médica do Paraná. Tal rede se constituía pelo entrecruzamento institucional que as trajetórias dos indivíduos expressavam. E, o mais importante, procuramos demonstrar como o processo de institucionalização da medicina dá-se por diversos meios: instituições, laboratórios, pessoas e sociedades médico-científicas.

1.5 - Mobilização e defesa da classe: o Sindicato Médico do Paraná (SINDMPR)

9ª SESSÃO ORDINÁRIA

A 28 de Agosto, presidida pelo Prof. M. Isaacson e secretariada pelos Profs. Francisco Franco e Victor do Amaral Filho, com a presença dos Drs. Octavio da Silveira, Rocha Loures, Mario Braga de Abreu, J. Vieira de Alencar e Cezar Pernetta, realizou-se a 9ª Sessão Ordinária. Lida e aprovada a ata da sessão anterior o Sr. Presidente declara empossado sócio efetivo o Dr. Octavio da Silveira que se acha presente. Em seguida refere-se pormenorizadamente ao congresso médico sindicalista reunido na capital da república e no qual tomou parte representando o Paraná.

Concedida a palavra ao Dr. Octavio da Silveira este lança as bases para fundação do Sindicato Médico Paranaense. Fica combinado realizar-se uma sessão em conjunto com a Sociedade de Medicina do Paraná para tratar do assunto. (RMP, Ano I, nº 2, Jan., 1932, p. 92).

O trecho acima se refere à sessão de reunião da Sociedade Médica dos Hospitais do Paraná em que, pela primeira vez, colocava-se a demanda pela criação de um sindicato médico naquele estado. Estiveram presentes associados atuantes nos principais locais de atendimento e assistência médica da cidade de Curitiba em 1931: o presidente em exercício, Miguel Isaacson; Rocha Loures como representante da Comissão de Sindicância da SMHPR; Braga de Abreu e Cezar Pernetta da Comissão de Boletim; Vieira de Alencar da Comissão de Visitas e Francisco Franco, Amaral Filho e Octávio da Silveira como membros associados.

O surgimento do referido sindicato corresponde a um momento histórico cujo processo de sindicalização das profissões havia começado a se desenrolar; caminhando ao lado de agremiações similares fundadas naquele início da década de 1930. Formou-se então um dos lados, senão o principal, do tripé expresso na constituição da AMP.

Ao analisar as mudanças corporativas pelas quais passou a elite médica paulista dentro do contexto médico de que estamos tratando, Mota e Schraiber (2009) afirmam que:

Durante os anos 30 entrou em declínio a medicina liberal, caracterizada por Schraiber (1993, 1997) como modo de produzir o trabalho artesanalmente e em consultório particular. No período 1930-1960 esse padrão será substituído por outro modo de produzir o trabalho médico em sociedade, que consiste, segundo a autora, em medicina tecnológica, com arranjos de base progressivamente tecnicistas e paulatino empresariamento da assistência médica, o que

se consolida após 1960 com o crescente estabelecimento, no país, das empresas públicas ou privadas de assistência médica. A medicina pensada até então como prática exercida de ‘indivíduo para indivíduo’ começa a entrar em contradição no contexto de transição, ou seja, da configuração de novas articulações entre o Estado, o sistema político e a sociedade civil. (Mota & Schraiber, 2009, p. 350-351).

Dito isso, alguns marcos importantes devem ser aqui antecipadamente registrados para melhor visualizarmos o aparecimento daquele sindicato na cidade de Curitiba, entidade esta nascida e nutrida pelos anseios de ser o órgão representativo da classe médica paranaense. Em primeiro lugar a criação do Sindicato Médico Brasileiro (SINDMB) em 1927, no Rio de Janeiro, o I Congresso Médico Sindicalista ocorrido entre 20 e 23 de julho de 1931 também no Rio de Janeiro e a aprovação do Código Brasileiro de Deontologia Médica e Ética Profissional do Brasil em 8 de agosto de 1931³⁹.

A luta dos sindicatos durante o primeiro Governo Vargas, longe de referir-se ao contingente operário ou patronal apenas, teve na categoria médica a expressão de diferentes maneiras de mobilização conforme os interesses em jogo: “A medicina se reafirmava em sua dimensão laboral pela compra de serviços, mas abria-se para o trabalho médico assalariado, até então rechaçado principalmente pelos médicos de formação generalista.” (Mota, 2009, p. 351).

Se tomássemos como referência o número de médicos existentes em Curitiba, durante o início da década de 1930, em comparação com o número de consultórios particulares e casas de saúde, poderíamos cogitar em que direção caminhou o conjunto de intenções dos grupos que estavam se associando. Conforme informações encontradas na seção *Indicador Profissional* do jornal *A REPÚBLICA*, de 8 de junho de 1930, mapeamos a seguinte relação de consultórios médicos particulares e casas de saúde, estas surgidas dentro do complexo “pronto-socorro-dispensário”: Casa de saúde do Dr. Antonio Ruediger, Casa de Saúde São Francisco do Dr. Jorge Meyer Filho; e os consultórios particulares dos seguintes médicos: Cerqueira Lima, Dante Romanó,

³⁹ Até a aprovação, em 1931, do Código de Deontologia Médica concebido no I Congresso Médico Sindicalista ocorrido no Rio de Janeiro, o histórico dos códigos de Ética para a profissão médica no Brasil remonta a 1887, quando houve a publicação pela *Gazeta Médica da Bahia* do *Código de Ética Médica Adoptado pela Associação Médica Americana*; depois, em 1929, foi publicado no *Boletim do Sindicato Médico Brasileiro* o *Código de Moral Médica*, que havia sido aprovado pelo IV Congresso Médico Latino-Americano. Ver: < <http://www.portalmédico.org.br/Regional/crm-sc/manual/parte1f.htm> > Acesso em: 08/10/2015. O Código de Deontologia Médica de 1931 foi publicado apenas no ano de 1932 na *Revista Médica do Paraná* a pedido do SINDMMPR. (RMP, Ano I, n° 5, Abr., 1932, p. 217-225).

Evangelista Espíndola, Simão Kossobudzki, Alipio Augusto Campos, Antonio Messiano, Mendes de Araujo, Carlos Moreira, Annibal da Rocha Loures, Oscar Espíndola e Santos Lima.⁴⁰ Possivelmente nem todos os médicos anunciassem e uma mesma casa de saúde poderia conter mais de um médico. Segundo *Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, no final de 1930 a capital do Paraná contava com 45 médicos.⁴¹

Pereira Neto defende que as décadas de 1920-30 representaram um incremento de funções públicas no campo de saúde, bem como a ameaça de diluição da prática profissional “ideal” (de indivíduo para indivíduo em consultórios particulares) com a utilização cada vez mais intensa de aparatos tecnológicos. No Paraná podemos visualizar esse processo de duas maneiras. A primeira seria pela criação, durante o segundo governo de Caetano Munhoz da Rocha (1924-1928), do complexo hospitalar voltado para o e isolamento da tuberculose com o Sanatório São Sebastião da Lapa, em 1927, de profilaxia da lepra com o Leprosário São Roque, em 1926, e com o Hospital de Isolamento (nomeado posteriormente para Hospital Oswaldo Cruz) para contenção de doenças infecto-contagiosas, em 1928. A segunda dizia respeito aos aparatos tecnológicos para a área médica, divulgados com frequência nas páginas da RMP: Laboratórios (“Laboratorio de Analyses Dr. Paula Soares”, “Laboratorio Raul Leite”, “Laboratorio Dr. Trajano Reis”), gabinetes (“Gabinete de Radiologia do Dr. Milton Munhoz”), farmácias (“Minerva – Drogaria e Pharmacia”, “Pharmacia Internacional”, “Pharmacia André de Barros”), empresas, distribuidores e representantes que vendiam produtos e medicamentos trazidos de São Paulo e Rio de Janeiro e importados de países europeus (“AGFA Photo Wescott e Cia”, “Bayer Meister Lucius”, “Casa Lohner S. A.”, “Todeschini e Irmãos”, “Stellfeld, Irmão e Cia”) e casas de saúde (“Sanatorio S.

⁴⁰ *Indicador Profissional*. A REPÚBLICA, Ano XLV, 8 de junho de 1933, p. 11. (Hemeroteca Digital Brasileira. Acesso em: Set. de 2015).

⁴¹ (1)Alceu Ferreira, (2)Aluizio França, (3)Alvaro E. Cerqueira Lima, (4)Antenor P. dos Santos, (5)Antonio Mesiano, (6)Archimedes Cruz, (7)Bernardo Leinig, (8)Carlos Heller, (9)Carlos Moreira, (10)Carlos Pereira, (11)Celso Ferreira, (12)Cerqueira Lima(?), (13)Chagas Bicalho, (14)Coriolano Silveira da Motta, (15)Cyro Velloso, (16)Dante Romanó, (17)Francisco Martins Franco, (18)Gabriel Quadros, (19)Garcez do Nascimento, (20)H. Peterle (Hélio Petreli?), (21)Herculano Quadros, (22)Iole Agostim, (23)João Bley Zornig, (24)João Candido, (25)João Evangelista Espíndola, (26)João Oscar Espíndola, (27)João Meyer Filho, (28)José Guilherme Loyola, (29)Luiz Medeiros, (30)Manoel Carrão, (31)Mário Gomes, (32)Mendes de Araújo, (33)Miguel Isaacson, (34)Milton Carneiro, (35)Milton Munhoz, (36)Murillo Amaral, (37)Pedro Daras, (38)Petit Carneiro, (39)Raul Carneiro, (40)Rodolpho Warneck, (41)Simão Kossobudzki, (42)Sebastião Azevedo, (43)Victor do Amaral, (44)Victor Amaral Filho e (45)Virmond Lima. *Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*. Vol. IV. ESTADO DO PARANÁ – CAPITAL, 1930, p. 505-506. (Hemeroteca Digital Brasileira. Acesso em: Set. de 2015).

Sebastião – Lapa-Paraná”) tinham seus anúncios nas páginas da RMP. Conforme surgiam novos estabelecimentos, farmácias, empresas ou medicamentos, eles passavam a ser incorporadas no formato de anúncios na RMP.

Como reflexo desse incremento de funções públicas e da ameaça à diluição de uma prática médica que já não se sustentava, uma das questões que mais pulularam em torno da criação do SINDMB esteve relacionada à defesa do exercício profissional, ou seja, monopólio do saber e da prática médica (Maio & Pereira Neto, 1992, p. 110). E mais:

Esta Associação agia no sentido de regulamentar a propaganda médica na imprensa leiga, fiscalizar o exercício da medicina por profissional estrangeiro, combater as práticas ilegais, o curandeirismo e o charlatanismo. Além disso, o sindicato atuava fiscalizando o relacionamento entre os próprios médicos e entre eles e os demais profissionais da saúde. As denúncias de erros por parte dos médicos também eram constantes. Assim, o sindicato não se preocupava apenas com problemas salariais, voltando-se, sobretudo, para a preservação do prestígio da classe. (Neto, 1998, s.p.)

Contaminado por estas questões, surgiu, no dia 28 de agosto de 1931 – praticamente um mês após o I Congresso Médico Sindicalista ocorrido no Rio de Janeiro – a proposta de criação de um sindicato no Paraná. Tal proposta proveio justamente de um médico que esteve presente àquele evento na Capital Federal: o médico e neurologista gaúcho Dr. Octávio Augusto da Silveira, responsável também pela elaboração da proposta dos estatutos da nova entidade. Em 16 de novembro de 1931 deu-se a sessão de instalação, eleição e posse, na qual, segundo ata, teriam comparecido 52 sindicados. Após a revisão e elaboração definitiva dos estatutos, foi composta a seguinte Comissão Executiva por: Francisco Franco, Assis Gonçalves, Octávio da Silveira, João Cândido Ferreira, Victor do Amaral e Silva e Miguel Isaacson. Na ocasião foi sorteado Assis Gonçalves como presidente para o primeiro semestre. Definiu-se também o Conselho Deliberativo, formado por: Drs.: João Vieira de Alencar, Virmond Lima, Mario Braga de Abreu, Paula Braga, Alceu Ferreira, Menezes Doria, Cerqueira Lima, Chagas Bicalho, Bernado Leinig, Mario Gomes, João Alfredo Silva, Aureliano Mattos Moura, Arthur Otto Schwab, Adalberto Amadeu Pereira, Loureiro Fernandes, Eduardo Santos Lima, Milton Munhoz e Dante Romanó.

(RMP, Ano I, n° 1, Dez., 1931, p. 67)⁴². A maioria daqueles médicos ocupava posição significativa nas agremiações que patrocinaram a criação do SINDMPR. Naquele ano, Francisco Martins Franco era o presidente da SMHPR e João Cândido Ferreira da SMPR, ambos da comissão executiva do sindicato.

Assim, a defesa da bandeira de preservação do prestígio da classe foi içada pela categoria médica agremiada em torno da SMPR e SMHPR, resultando na formação de um sindicato médico no estado. Veremos, a seguir, um exemplo de como se deu a condução de tal bandeira Curitiba a fora, revelando outra extensão dos anseios daquela categoria.

1.6. Um intercâmbio inter-regional de ideias entre médicos

Após um ano de atuação da SMHPR, uma sessão realizada no dia 19 de dezembro de 1931 reuniu, além do presidente daquela sociedade, Miguel Isaacson, mais 49 associados, entre médicos e professores, com destaque para os professores e médicos presidentes das agremiações à época: João Cândido Ferreira, então presidente da SMPR; Alfredo de Assis Gonçalves, médico e professor interino de medicina legal na FMP, presidente provisório do SINDMPR em 1931; o médico e professor Amaral e Silva, diretor da FMP, e o destaque para a participação do médico José Azevedo Macedo, presidente da Sociedade Médica Pontagrossense (SMPg, 1931).

Iniciou-se então a leitura do relatório sobre os trabalhos que haviam sido realizados pela SMHPR durante o primeiro ano de seu funcionamento. Primeiramente ficaram registradas as apresentações de cerca de 50 trabalhos de diversas áreas, por médicos associados à SMHPR, professores da FMP e atuantes na sociedade curitibana; ocasião onde eram feitas comunicações e apresentações de casos (muitas vezes com a exposição do doente) a respeito dos quais era solicitado auxílio sobre diagnósticos seguros junto aos pares. No mesmo relatório verificou-se que foram realizadas três visitas a instituições de saúde, a saber: 1) *Sanatório São Roque* (espaço destinado à profilaxia da Lepra); nesta instituição foi lido um trabalho, bem como uma fala direcionada aos doentes; ficou estabelecido, nesta primeira sessão extraordinária, que se

⁴² “O Sindicato Médico do Paraná conta atualmente 99 membros, dentre os 170, aproximadamente, que trabalham em todo o Estado do Paraná.” (RMP, Ano I, n° 1, Dez., 1931, p. 67).

organizasse um plano de combate à “Lepra no Paraná”⁴³. 2) Em segunda sessão extraordinária a SMHPR visitou a *Maternidade Victor do Amaral*; nessa ocasião, foi apresentada a maternidade por Amaral e Silva e lançadas as bases para a criação de uma “escola Maternal” e de um curso de “Hygiene pré-natal”. 3) Em terceira sessão extraordinária, referente ao ano de 1931, a agremiação visitou estabelecimentos hospitalares da cidade de Ponta Grossa (PR), dando destaque ao *Hospital da Associação Beneficente vinte e seis de Outubro*. Deste encontro ficou evidenciada “(...) a necessidade de um intercâmbio de ideias entre médicos para o proveito dos doentes e dos próprios médicos (...)” (RMP, Ano I, N° 4, 1932, p. 176-180)⁴⁴.

A visita a Ponta Grossa, ocorrida a 22 de novembro de 1931, expressava de forma bem nítida a tentativa de abarcamento e concretização dos ideais de aproximação com a classe médica no entorno da cidade de Curitiba.

Recebidos cordialmente, os excursionistas foram alvo das mais cativantes gentilezas, tendo sido em sua honra organizado um programa interessante, cujas partes principais foram a recepção na Sociedade Medica Pontagrossense e o almoço oferecido pela classe médica aos visitantes. (RMP, Ano I, n° 2, Jan., 1932, p. 117).

A sociedade médica a que a citação se refere surgiu em 18 de agosto de 1931, há exatos dez dias antes de terem sido lançadas as bases de criação do Sindicato Médico do Paraná na capital e dez dias depois do lançamento do Código Brasileiro de Deontologia Médica e Ética Profissional do Brasil em 8 de agosto daquele ano. No entender de Batista Chavez (2011, p. 131-134), o intervalo de dez dias indicaria a frequência com que os acontecimentos, em torno da categoria médica no início da década de 1930, mobilizaram os médicos pontagrossenses.⁴⁵ De nossa parte, acreditamos que a fundação

⁴³ “Nessa importante sessão foi lido pelo Prof. Dr. Erasto Gaertner um trabalho sobre “Problema da Lepra” propondo-se a Sociedade diante do exposto, neste trabalho, de organizar o plano de combate à Lepra no Paraná tendo para tanto sido nomeada uma comissão. O Dr. Raul Carneiro fez uma oração aos leprosos, dizendo palavras de esperança, amizade e carinho aos infelizes internados.” (RMP, Ano I, N° 4, 1932, p. 179).

⁴⁴ Ao final da atuação da segunda e terceira diretoria não foi identificado qualquer relatório de síntese das atividades desenvolvidas nos correspondentes anos.

⁴⁵ “Aos dezoito dias do mês de agosto de 1931, nos altos da farmácia Solano, reuniram-se todos os médicos residentes na cidade de Ponta Grossa a convite do Dr. José de Azevedo Macedo, para tratar da fundação de uma sociedade vanguarda dos interesses da classe médica [...] o Dr. José de Azevedo Macedo explicando o fim da reunião disse que a Sociedade Médica aproxima o médico do médico, recebendo estes ensinamentos daquele e vice-versa; que os casos complexos de diagnóstico obscuro levados à Sociedade de Medicina eram discutidos, ventilados e resolvidos.” Trecho da Ata de fundação da Sociedade Médica Pontagrossense em 1931, retirado de Batista Chaves, 2011, p. 112.

do Sindicato Médico Brasileiro em 1927, a realização do Primeiro Congresso Médico Sindicalista em 1931 e a consequente publicação de um código de ética médica para o Brasil (por mais que tenham disparado o surgimento de diversas agremiações representativas da classe médica pelo país afora)⁴⁶ não devem ser realçados apenas como o epicentro e as demais agremiações como os sintomas de tais eventos. No caso em tela, a Sociedade Médica Pontagrossense nascia tanto como corolário daquele contexto, mas também na pegada da Sociedade Médica dos Hospitais do Paraná. Vejamos.

Os médicos “excursionistas” curitibanos foram recebidos na cidade de Ponta Grossa pelos Drs. Álvaro Faria da Rocha, Waldemar Bocchi e José de Azevedo Macedo⁴⁷, todos os três eram membros fundadores, sendo o último, presidente em exercício da SMPg. A terceira sessão extraordinária foi realizada no Hospital da Associação Beneficente 26 de Outubro e, na ocasião, foram apresentadas as dependências do hospital e examinaram-se “alguns doentes mais interessantes ali internados.” (RMP, Ano I, nº 3, Fev., 1932, p. 140-141).

Pela análise de Batista Chaves (2011), 6 dos dez membros fundadores da SMPg haviam se formado na Faculdade de Medicina no Rio de Janeiro.⁴⁸ Embora esse autor reflita sobre a possibilidade desses médicos terem absorvido as experiências associativas do Rio de Janeiro, a ausência de dados geracionais sobre os mesmos nos impossibilita tanto em concordar, quanto em tentar traçar complementaridades formativas para com os médicos curitibanos. Note-se que desde o início de seus trabalhos, conforme Batista Chaves (2011), a SMPg agremiou sócios correspondentes da região dos Campos Gerais, como exemplo: Palmeira, Teixeira Soares, Pirai do Sul, Castro, Irati e Guarapuava. Trata-se de um intercâmbio que era operado entre as regiões localizadas mais para o centro e que abarcava proximidades com o norte do estado. Assim não é difícil compreender porque o contato com Ponta Grossa, como região

⁴⁶ O Sindicato Médico Riograndense (Vieira, 2009) e o Sindicato Médico Paraense (Miranda & Abreu Júnior, 2015), ambos fundados também em 1931, são exemplares desse momento de mobilização da categoria médica no Brasil.

⁴⁷ Waldemar Bocchi (1901-1934), natural de Ponta Grossa (PR), formou-se na FMRJ e, depois disso, retornou à cidade natal para clinicar. Fonte: Bocchi, Waldemar. Dicionário Histórico e Geográfico dos Campos Gerais. Edição Virtual. <<http://www.uepg.br/dicion/verbetes/a-m/bocchi.htm>>. Acesso em 26/11/2015. José Azevedo Macedo formou-se pela FMRJ em 1916 (?), tendo defendido a tese *Tratamento da insuficiência cardíaca*. Não encontramos dados biográficos sobre o médico Álvaro Faria da Rocha.

⁴⁸ Entre os membros fundadores estavam: Francisco Burzio, José de Azevedo Macedo, Cid Cordeiro Prestes, Carlos Ribeiro de Macedo, José Pinto Rosas, Álvaro Faria da Rocha, Epaminondas Novaes Ribas, Joaquim Loyola, Waldemar Bocchi e Haroldo Beltrão. (Chaves, 2011, nota 198).

satélite desse intercâmbio, pareceu importante para os médicos da capital naquele momento.

É importante ressaltar que Batista Chaves (2011) identificou uma lacuna nos desdobramentos dos trabalhos da SMPg após 1932, a qual durou até fevereiro de 1941: “O que se verificou foi o completo esvaziamento da Sociedade Médica no tocante à representatividade da classe médica ponta-grossense.” (Chaves, 2011, p. 134-141). Malgrado sua curta durabilidade, importa-nos, neste momento, as impressões dos médicos pontagrossenses quando da visita da caravana de médicos da capital, como veremos a seguir.

Primeiro, o presidente da SMPg, Azevedo Macedo, agradeceu a visita da SMHPR, “nos moldes da qual havia sido formada a sociedade de Ponta Grossa” (RMP, Idem, p. 141), depois concedeu a palavra a outro membro, Waldemar Bocchi, para proferir uma oração. Ora, a experiência associativa em Curitiba, mantendo sua especificidade, remonta ao início do século XX, como demonstramos anteriormente. Assim, é possível compreender que o modelo associativo referenciado pelos médicos pontagrossenses morava mais perto do que a capital da República, conforme fala de Azevedo Macedo. Em sentido algum isso significa generalização da experiência dos médicos de Ponta Grossa, muito menos falta de correspondência com o que ocorria nacionalmente. Muito pelo contrário, entendemos que, a especificidade da medicina paranaense estava justamente no intercâmbio inter-regional que ocorria no estado do Paraná durante os primeiros anos de 1930.

Sintetizando a impressão dos médicos curitibanos e agradecendo em nome da SMHPR, assim se expressou o vice-presidente desta, Dr. Raul Carneiro, conforme ata:

Especificou os resultados felizes, que podem advir não só para os doentes como para nós mesmos, de um intercâmbio de ideias contínuas entre os médicos do interior, onde por força do meio, o espírito de observação mais se apura, e os da capital onde os recursos de laboratório, facilitam mais os diagnósticos. (RMP, Ano I, n° 3, Fev., 1932, p. 140-141).

Com esse discurso, reafirmavam-se os ditames do programa daquela agremiação: de reunir “em meio cordial os médicos dos vários hospitais do Estado”, de estabelecer um “intercâmbio científico”, de colocar em “íntimo contato os colegas dos vários estabelecimentos de assistência médica”. Não era apenas a troca entre médicos

agremiados em uma ou outra sociedade, era entre médicos que estavam atuando nos hospitais do estado e que, portanto, também tinham a missão de, em seu prestígio de classe, fortalecer e desenvolver as instituições. Mas não apenas isso. Podemos perceber a seguinte comparação conforme trecho da ata destacado acima: “médicos do interior” = “o espírito de observação mais se apura”; “os da capital” = “os recursos de laboratório, facilitam os diagnósticos”. É possível inferir desse trecho as características dos debates ocorridos nos círculos médicos a respeito de prática médica em constante mudança nas décadas de 1920-30. Ou seja, Raul Carneiro trata em pé de complementaridade, por um lado, a intromissão cada vez mais frequente da técnica como meio para a promoção de diagnósticos e, por outro, o espírito de observação, característica da prática médica individualizada, sem intermediários e mais próxima do doente. Demonstramos nos itens anteriores que eram exatamente essas diretrizes da prática médica que estavam em conflito desde os anos 1920. Mas, no caso em tela, o conflito inexisteria na medida em que o “intercâmbio de ideias contínuas” entre interior e capital fosse encorajado.

Waldemar Bocchi, em sua oração, exaltava a experiência associativa da capital paranaense de décadas anteriores ao citar a SMPR, a SMHPR e o SINDMPR. Mas, antes disso, fez um diagnóstico memorável do contexto em que vivia a categoria médica, entre tantas outras categorias que estavam se organizando naquela década:

E mais do que nenhuma outra, a época que atravessamos, período na história dos povos cheio de nuvens e incertezas, cheio de dúvidas e vacilações, em que o espírito do egoísmo campeia, em que *as leis da fraternidade se esboroam*, mais do que nunca se exige agora que os elementos de uma sociedade se constituam em *frente única* para a *defesa de seus direitos*, para a *manutenção intangível de seu prestígio e de sua honra*.

E nenhuma classe na sociedade pode hoje prescindir da *confraternização de seus membros*. E a humanidade na hora difícil que passa está se compenetrando bem, está bem pesando a necessidade da *mobilização de todas as castas de todas as classes* para o interesse particular de cada uma e para o interesse geral e maior ainda da coletividade.

Organizam-se as associações de classe, fundam-se os sindicatos, entram em entendimento os operários, agremiam-se os capitalistas e tudo isso para o melhor andamento dessas complicadas engrenagens da máquina universal.

E de todas as classes, ninguém melhor de que nós o pode saber, *a classe médica exige uma união forte, inquebrantável, indissolúvel de seus membros*. (RMP, Ano I, nº 2, Jan., 1932, p. 118; grifos nossos).

Waldemar Bocchi sintetizou um sentimento de corte que podemos interpretar como de ordem política e intelectual ou de ordem prática no que diz respeito à prática médica. Condensa em sua fala grande parte dos sentimentos que temperavam as diretrizes do Sindicato Médico Brasileiro: fiscalização da relação entre profissionais e preservação do prestígio da classe (Neto, 1998, s.p.). E mais, parece prever o que ocorrerá anos depois, quando as agremiações por ele citadas decidem pela fusão em um órgão apenas.

Assim, a aproximação entre os colegas ia ocorrendo. Praticamente um mês após essa visita a Ponta Grossa, os médicos da capital convidaram os membros da SMPg para participarem de um almoço em comemoração ao primeiro aniversário da SMHPR, em Curitiba.⁴⁹ Tal gesto ia repetir-se com a Associação Médica do Paraná, a partir de 1933. Não tendo iniciado com a sua fundação, herdou das agremiações anteriores essa espécie de estratégia de conciliação de contrariedades.

Por fim, quanto a este ponto, afirmamos que, além da congregação de médicos da capital paranaense, a atuação da SMHPR significou a correspondência entre médicos atuantes nas mais diversas instituições de outras regiões do Estado. Embora não nos seja permitido fazer um balanço amplo dos trabalhos da Sociedade de Medicina do Paraná desde seu surgimento, em 1914, até os primeiros anos da década de 1930⁵⁰ – anos precedentes à sua fusão com as outras agremiações –, ao examinar algumas características da SMHPR, por outro lado, percebe-se que aquilo que foi chamado de *intercâmbio científico* pelos médicos paranaenses a respeito da visita de médicos paulistas na sessão de posse da primeira diretoria da AMP, em 7 de setembro de 1933, teve suas bases e iniciativas impulsionadas por esse conjunto de médicos que estava mobilizando-se anos antes. Desde o início, em seu programa, a SMHPR pretendia possibilitar o contato entre médicos do Estado e não apenas da Capital. Nesse sentido, constatamos também que: a trajetória da SMHPR propiciou a preparação, por parte dos médicos agremiados, de um intercâmbio *inter-regional* no Estado; enquanto a AMP, além de prosseguir com aquele intercâmbio, investirá num nível *interestadual* por meio das permutas entre periódicos nacionais e estrangeiros, das visitas entre pares e da participação em eventos científicos e de interesse da categoria. Por isso a importância

⁴⁹ Ver imagem em Anexos.

⁵⁰ Consideramos importantes os apontamentos de Paola (2008), Cintra (2010) e Ross (2012) sobre a Sociedade de Medicina do Paraná, ainda que não se restrinjam a analisar as sociedades médico-científicas da maneira como foi feito aqui.

destacada neste item de enfatizar alguns aspectos dos trabalhos da SMHPR e, enfim, seguir os passos da agremiação gestada durante aqueles anos do início da década de 1930⁵¹.

1.7. Epílogo: *Relações de reciprocidade* e consagração social: uma análise a partir da classe médica paranaense das primeiras décadas do século XX

Existiria uma maneira segura de esclarecer o contexto associativo aqui abordado por meio da posição social dos seus membros? Odaci Coradini (1996;1997), ao analisar as trajetórias de alguns componentes da Academia Nacional de Medicina, como José da Cruz Jobim e João Vicente Torres Homem, atestou que os *critérios de recrutamento da elite* sempre se pautaram em *relações sociais com base na reciprocidade*. E mais, adentrando o século XX e estendendo a sua análise, afirmou o autor:

as concepções relativas à profissão e à concessão de ‘títulos’ e postos e a conseqüente consagração social, nunca deixaram de se pautar em *relações personificadas com base na reciprocidade*. A melhor maneira de se evidenciar isso é confrontando o elenco de títulos ostentados pelas biografias, inclusive os estritamente escolares e/ou profissionais, com as relações de reciprocidade subjacentes. Ou senão cotejando as *situações de ruptura* ou *reconversão nas trajetórias*, tais como o ingresso na escolarização elementar ou superior, na profissão, ou a sucessão de postos profissionais com as utilizações concomitantes de um ou mais conjuntos de relações particulares, ou seja, de reciprocidade, das quais provém o capital social. (Coradini, 1996;1997, p. 430; grifos nossos).

As características das relações de reciprocidade dos personagens citados durante o desenvolvimento desse capítulo foram analisadas e compõem-se por aspectos de heranças familiares, de pertencimentos oligárquicos, privilégios políticos e econômicos

⁵¹ Referindo-se à Revolução Constitucionalista de 1932, uma nota na primeira página da edição do Ano I, nº 8, Out., 1932 da *Revista Médica do Paraná* esclarecia assim seus leitores: “Em virtude do movimento revolucionário, que afastou desta Capital inúmeros médicos, a *Revista Médica do Paraná* viu-se obrigada a suspender a sua publicação durante os meses de Julho, Agosto e Setembro.” Reaparecem as atas da SMHPR na edição Ano II, nº 1, Dez., 1932, onde observamos registros de duas sessões ordinárias e uma sessão extraordinária, sendo esta para eleição da diretoria para o ano de 1933, em que, novamente, foi escolhido Miguel Isaacson. A partir da edição nº 2, do mês de janeiro de 1933, as atas das reuniões da SMHPR não apareceram mais, voltando apenas no final do ano, quando da fusão das agremiações, na edição: Ano II, nºs 8 e 9, Ago-Set., 1933.

e formação científica em importantes escolas médicas do final do século XIX. Coradini concede importância considerável ao agrupamento familiar, pois este constituiria:

o nível mais imediato para o estabelecimento destas relações de reciprocidade, a condição inicial da acumulação de capital social. Por outro lado, existe a possibilidade de estas relações de reciprocidade e os respectivos títulos serem adquiridos por herança, através de gerações sucessivas. (Idem, p. 435).

Para a análise desenvolvida aqui, o apontamento acima auxilia no entendimento, por exemplo, das posições de importância assumidas pelos filhos de Cândido Ferreira, de Amaral e Silva ou Evangelista Espíndola dentro da década de 1930. Na ausência desses nos postos das comissões e nas reuniões das sessões da AMP, podia-se encontrar a presença daqueles.

Embora a nossa opção não tenha sido analisar biograficamente cada personagem envolvido nas agremiações médico-científicas das primeiras décadas do século XX, percebemos no associativismo médico paranaense na década de 1930 “*situações de ruptura*” e “*sucessão de postos profissionais*” como resultado da “*reconversão das trajetórias*”, expressa, por exemplo, em discursos fundacionais da AMP. A consagração de nomes em discursos fundacionais pode ser lida como uma ancoragem na posição social dos filhos (médicos, engenheiros, bacharéis) das elites paranaenses, os filhos de fidalgos. Tais discursos expressam alguns traços de relações de reciprocidade como parâmetro de *consagração social*, ou seja, relações pautadas em: “(...) origem e posição social e respectivas relações com a cultura dominante e o poder (econômico, político, cultural, etc.)” (Coradini, 1996;1997, p. 428).

De qualquer modo, o desafio para a análise da posição social desses indivíduos está posto e junto aos nomes de Cândido Ferreira e Amaral e Silva podem-se citar os de João Evangelista Espíndola, Adbon Petit Carneiro, Szymon Kossobudzki e Miguel Antônio Lustosa Carrão: são atores formados no final do século XIX, com tradições familiares que remontam àqueles anos, mas convivendo sob a conjuntura associativista da década de 1930, inclusive lado a lado com atores diplomados na virada de 1920 para 1930: Erasto Gaertner, Annibal Alves da Rocha Loures, Alô Ticoulat Guimarães, José Loureiro Ascensão Fernandes, João Vieira de Alencar, Mário Braga de Abreu e César Beltrão Pernetá.

Tratava-se de um encontro de gerações, portanto, que pode ser mais bem entendido quando observamos a análise feita por Coradini sobre a carreira de Pedro da Silva Nava como representativa da trajetória da elite médica no século XX. Diferentemente de carreiras do século anterior, nessa nova conjuntura a figura do imperador foi substituída pela de outros “agentes” e “instâncias” para o estabelecimento das relações de reciprocidade. “Esferas educacionais, profissionais e de consagração” – a exemplo da Academia de Medicina do Rio de Janeiro – passaram a dar o grau de complexidade para a efetivação das relações (Coradini, 1996;1997, p. 447). No nosso caso, os membros das agremiações estão entre os fundadores da Universidade do Paraná (1912), também entre aqueles que assumiram postos importantes na Faculdade de Medicina do Paraná, nas instituições de saúde pública e na vida política paranaense.

Em outras palavras, a estrutura de mediação torna-se menos radial e mais multicentrada. O *parentesco*, a *amizade*, a *patronagem profissional* e suas vinculações com a política continuam a ser as principais bases sociais (Boissevain, 1966) das relações de reciprocidade, mas aumenta muito a amplitude e diversidade de sua realização. Por fim, amplia-se, também, enormemente, a quantidade de títulos (escolares, profissionais e honoríficos) devido aos avanços técnicos, à complexificação da profissão e ao fato de a carreira envolver um conjunto mais diversificado de esferas de atividades e maior consagração cultural através da literatura. (Coradini, 1996;1997, p. 447; grifos nossos).

Essa caracterização possibilita-nos um panorama geral da complexidade do objeto que ora analisamos. Consagram-se imagens nos discursos fundacionais – o discurso de Athayde é o nosso primeiro exemplo disso, na medida em que vai pincelando o panteão de representatividade conforme títulos e “consagração social”.

Coradini refere-se aos “títulos escolares” (entendidos pelo autor como o principal critério para o recrutamento e seleção da elite em uma profissão) como produtos que podem ser investidos para ocupação de posições em várias esferas de poder. No caso aqui analisado, observou-se que a análise de Coradini é válida, por exemplo, no que diz respeito aos atores cinquentenários quando de ocasiões de assunção de postos “por aclamação”. O exemplo de João Cândido Ferreira é interessante. Na sessão de fusão das agremiações que cria a AMP em 2 de julho de 1933, ele assume a presidência “por aclamação dos presentes”. A liderança de Cândido Ferreira será reafirmada também em outras ocasiões quando ele é sempre convidado a presidir

determinadas sessões organizativas da AMP: sessão de votação dos estatutos, em 9 de agosto, sessão de eleição da primeira diretoria, em 20 de agosto, sessão de posse, em 7 de setembro; a conferência na ocasião da inauguração da sede, em 29 de setembro, ficou por sua responsabilidade também. Entretanto, quando foi votado e escolhido em 1933 para fazer parte da *Comissão de Policiamento* da primeira diretoria da AMP, Cândido Ferreira renuncia a este posto.⁵²

A reflexão que Coradini auxilia-nos a fazer é que, quando determinados títulos não possuem um valor que oportunize investimentos, quando, por exemplo, grande parte de um grupo possui títulos escolares complementares institucionalmente (mesma faculdade de diplomação, mesmos postos nos hospitais), o que ocorre é que:

são as possibilidades de inserção de seu portador nas redes de relações personificadas que garantem o valor deste título escolar não apenas como atestação de determinado capital escolar, mas, principalmente, como elemento consagrador de uma posição social já ocupada de antemão com base no capital social. (Idem, p. 435).

Cândido Ferreira defendeu sua posição em não aceitar qualquer posto na direção de sociedades médicas amparando-se em sua longa experiência em ocupações do gênero. Sendo um dos mais antigos médicos, sobrevivente à gripe espanhola que levara vários de seus colegas, Cândido Ferreira não foi escolhido para presidir a AMP. Ao invés dele, o primeiro presidente seria Milton de Macedo Munhoz que havia recentemente retornado do II Congresso Médico Sindicalista ocorrido no Rio Grande do Sul, entre 27 de junho a 4 de julho de 1933, no qual participou como representante da categoria médica paranaense junto com outro médico, José Pereira de Macedo⁵³ que será presidente na segunda gestão, 1934/1935. Diplomado na segunda metade da década de 1920, Macedo Munhoz foi incluído no corpo de professores da Faculdade de Medicina do Paraná em 1929; ele com 32 anos e Cândido Ferreira com 69 à época da fusão das agremiações. Macedo Munhoz, contudo, investiu em títulos de ordem política,

⁵² João Cândido Ferreira “(...) congratulando-se com a Associação pelo resultado da eleição, declarou que estava no firme propósito, já tantas vezes divulgado, de não aceitar nenhum posto na direção de sociedades médicas locais, pelas quais já muito trabalhara até bem pouco tempo e, por isso, agradecendo de coração os votos que o elegeram para a Comissão de polícia, renunciava a esse posto, podendo, porém a Associação contar com o seu esforço e a sua cooperação de consocio para o seu progresso e o alcance de suas altas finalidades.” (RMP, Ano II, n^os 8 e 9, Ago-Set., 1933, p. 278)

⁵³ José Pereira de Macedo (1883-1965), natural de Campo Largo (PR), formou-se em 1919, na primeira turma da FMP; catedrático de Anatomia Descritiva na FMP a partir de 1920 até 1953, quando se aposentou. (Filho, 1993, p. 09-13).

frutos daqueles anos de mobilização da classe médica. E ele havia participado do evento brasileiro mais importante para a categoria médica naquele mesmo ano. Veremos mais adiante o que essa estrutura associativista classista imprimiu à atuação da AMP.

Demonstramos nos itens desse capítulo que o programa de ação que será levado a cabo pela AMP possuirá bases definidas pela bandeira do sindicalismo médico dos anos 1930. Pereira Neto (1995; 2002), Maio; Pereira Neto (1992) e Mota; Schraiber (2009) nos auxiliaram a perceber qual a fisionomia daquele contexto de mobilização da categoria médica no Brasil. Isso não deslegitima as nuances formativas de uma geração, sob qual teoria ou direcionamento médico-social suas ações são demarcadas (biotipologia, psicologia experimental ou eugenia), mas, no entender de Alonso (2000), por exemplo, apenas enriquece a investigação.

Por esse raciocínio verificamos também que a Lei de Sindicalização abriu uma lacuna que pôde ser preenchida por diversos atores, entre operários e classes patronais (no início) e profissionais liberais (num momento posterior, a partir de 1934). Tal lei foi um dos primeiros atos do governo que tomou o poder em outubro de 1930 e como parte do seu projeto “corporativista”⁵⁴. Problematizando o surgimento do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul naquele contexto, Vieira (2009) afirmou que:

o reconhecimento oficial dos “direitos e deveres de todas as classes patronais e operárias”, que permitia a essas defender seus “interesses”, significava colocar sob a tutela do Estado os órgãos de representação profissional e os trabalhadores sindicalizados. No entanto, a eficácia do controle pretendido pelo regime varguista estava depositada, sobretudo, no princípio de “unicidade sindical”, estabelecido pelo artigo 9º que previa o reconhecimento de somente um sindicato em cada unidade territorial e para cada ramo de atividade, dando preferência para o que possuísse maior número de associados. (Vieira, 2009, p. 51)

Essa “rede de organizações de representação de interesses privados frente ao poder público” (Gomes *apud* Vieira, 2009, p. 51), ainda que fosse representativo de uma crescente burocracia estatal com fins ao controle de diversas categorias, possibilitou que a classe médica paranaense também se mobilizasse em 1931. Se prestarmos atenção no dispositivo da lei, veremos que a sua primeira versão não incluía

⁵⁴ Segundo Vieira: “(...) essa doutrina baseava-se na representação dos interesses presentes na sociedade mediados pelas “associações de classes”, através das quais os cidadãos, devidamente enquadrados, participariam na vida política. Com isso, pretendia-se a eliminação dos conflitos entre “classes”, mediante a colaboração das mesmas.” (Vieira, 2009, p. 50).

profissionais liberais, algo que só ocorrerá após a sua reforma com a Constituição de 1934. Nesse sentido, o que Vieira (2009) afirma a respeito da experiência riograndense pode muito bem ser visualizada entre a categoria de médicos do Paraná:

é possível afirmar que a iniciativa dos médicos rio-grandenses de criar uma nova entidade de representação surgiu a partir desse conjunto de idéias, do qual a “lei dos sindicatos” era importante expressão. É necessário dizer ainda que a legislação, já em 1931, deveria ser percebida como benéfica pelos médicos do Sindicato, pois abria a perspectiva de fortalecimento da entidade recém criada por eles, garantindo a chancela oficial, recursos financeiros e impedindo a criação de uma associação paralela, que representasse interesses diferentes dos seus. (Vieira, 2009, p. 52)

Portanto, além dos motivos de ordem cognitiva e trabalhista, apontados por Pereira Neto (1995) tem-se aí o aparecimento de um dispositivo legal que também possibilitou mobilizações de sul a norte do país. Questões como: fiscalização do exercício da medicina (tão peculiar no Rio Grande do Sul), o tema dos honorários médicos, da assistência médica e hospitalar gratuita (estatizada), formaram o horizonte de experiências compartilhado pela categoria médica paranaense no início da década de 1930.⁵⁵ O dispositivo legal, na medida em que reconhecia apenas uma entidade representativa da classe parece também ter sido levado ao pé da letra pelos médicos paranaenses em sua decisão pela fusão.

Finalmente, o que tentamos demonstrar nesse capítulo foi também que esse horizonte de experiências pôde ser cuidadosamente visualizado anos antes, à medida que ia ganhando forma ainda nos idos de 1922, no contexto da capital da República. Após 1922, o campo de possibilidades estaria gestado e daria frutos no Paraná: seriam criados sindicatos, promovidos intercâmbios científicos, partilhadas experiências clínicas, angariando-se associados e, por fim, fundindo-se as agremiações.

⁵⁵ “Em 1932, afirmavam que ‘antes da Revolução não havia meios legais para se fiscalizar o exercício da medicina, mas agora a classe deve fazer cumprir a regulamentação’. Mais tarde, em 1936, o redator do *Boletim* [Boletim do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul] Dr. Elias Kanan observou que, anteriormente, ‘a classe médica no Brasil vivia um estado de dispersão, assim como as outras classes [...] entre nós a questão social vivia em verdadeiro estado de letargia, até que despertou com os movimentados acontecimentos surgidos após a revolução de 30.’” (Vieira, 2009, p. 52-53).

CAPÍTULO II

ASSOCIAÇÃO MÉDICA DO PARANÁ: CIÊNCIA E ASSOCIATIVISMO ENTRE CORDIALIDADES E INTERCÂMBIOS CIENTÍFICOS

Retornemos à ocasião do discurso de Taborda de Athayde no dia 7 de setembro de 1933. Após a recapitulação da vida associativa das agremiações que antecederam a AMP, o orador expôs, nos seguintes termos, o programa de ação da nova entidade:

Congregar, defender e amparar a classe médica do Estado, estreitando e mantendo a mais perfeita solidariedade entre seus membros, obrigando-os a respeitarem os verdadeiros princípios da ética profissional, não admitindo em seu seio os que deles se afastarem, e combatendo todos os que, direta ou indiretamente concorrerem para o seu desprestígio. E ainda: destina-se ao Estudo e divulgação da medicina, em todos os seus ramos. Não deixará de intervir em todos os assuntos referentes à saúde pública, quando solicitada, ou quando assim entender a maioria de seus membros, e a promover a difusão dos conhecimentos da medicina com fins educativos e, especialmente, em relação aos problemas médico-sociais. (RMP, Ano II, n° 8 e 9, Ago-Set., 1933, p. 269-270).

A plataforma de luta do Sindicato pulula nesse programa de ação: o combate ao charlatanismo, curandeirismo, a regulamentação da assistência médica hospitalar gratuita para “dar cobro à pseudo-indigência”, a questão dos honorários médicos, os quais, na opinião dos médicos, deveriam ser regulados de maneira equilibrada sem desvalorizar nem exagerar os cuidados médicos, tema que acompanhará as sessões da AMP durante praticamente toda a década de 1930. Apesar de tais preocupações serem exclusivamente da ordem da defesa da categoria médica, como demonstramos no primeiro capítulo, isso não significou a ausência de diretrizes médico-científicas, já que tal programa expressava também o interesse da associação no “Estudo e divulgação da medicina, em todos os seus ramos”. Bem como diretrizes médico-sociais, ocasião em que se posicionou como órgão consultivo a respeito da situação dos refugiados assírios no norte do Paraná. Tal aspecto demonstra que os aspectos da plataforma de trabalho almejada pela AMP seguiram exibindo feições diversas que trataremos de demonstrar a seguir.

2.1 Estruturando a Associação Médica do Paraná⁵⁶

A sessão de fusão das sociedades médicas do Paraná em uma única associação que ocorreu em 2 de julho de 1933 e pretendia, a princípio, chamá-la Sociedade Paranaense de Medicina. Tal proposta foi inserida no projeto das agremiações, o qual fora elaborado pelos presidentes em exercício naquele ano: Raul Carneiro (Sociedade de Medicina do Paraná), Miguel Isaacson (Sociedade Médica dos Hospitais do Paraná) e o representante do Sindicato Médico do Paraná⁵⁷. Composta por associados das três agremiações, aquela sessão ocorrida em princípios de julho colocava em discussão o projeto elaborado por estes médicos, que, após o estudo dos presentes, seria aprovado com o adendo de que a futura agremiação viesse a se chamar Associação Médica do Paraná.

Os termos de sua fusão foram os seguintes: quanto ao local, sua sede seria em Curitiba; quanto ao patrimônio, o ativo e o passivo de cada uma das sociedades passariam à gerência da AMP; sobre as categorias de sócios, seriam considerados sócios fundadores (e estariam livres da contribuição de entrada) aqueles que, efetivos ou titulares, estivessem quites com a tesouraria de suas agremiações de origem, do contrário teriam o prazo de um mês para fazê-lo, a contar da primeira sessão ordinária da AMP⁵⁸. Os sócios nas categorias de beneméritos e honorários teriam a mesma designação na AMP; quanto aos estatutos, seria convocada uma segunda sessão preliminar com todos os sócios das agremiações para discussão e votação dos estatutos

⁵⁶ Para a análise que estamos empreendendo aqui no tocante à constituição da AMP e dos seus primeiros trabalhos, gostaria de destacar que: a respeito da primeira e segunda diretoria (Milton Munhoz e José P. de Macedo) possuímos todos os registros das atas. Quanto à terceira (Francisco M. Franco), algumas de suas atas não foram identificadas nas páginas do órgão que as registrava, a *Revista Médica do Paraná*, apenas 5 meses de sessões foram encontradas; em relação à quarta diretoria (1ª presidência de Miguel Isaacson) foram 10 meses sem identificação de registros de atas na RMP, enquanto que para a 5ª (2ª presidência de Miguel Isaacson) encontramos todos os registros, mas foi uma gestão mais curta, apenas 4 meses. A respeito da sexta diretoria, não encontrei qualquer registro de seus trabalhos durante o seu ano social: a RMP publicou apenas o registro da ocasião da leitura do relatório daquela gestão, infelizmente um tanto sucinto para extrairmos dados expressivos; a respeito da sétima diretoria possuímos todos os dados relativos às atas das sessões. Tal esclarecimento é importante para justificar a opção de analisarmos comparativamente, por exemplo, quais os focos de trabalhos apenas da primeira e segunda diretoria. Por outro lado, tais lacunas inviabilizam, por exemplo, a demonstração de taxas (crescentes ou decrescentes) de adesão de sócios titulares ano a ano ou se o número de sessões foi o mesmo nas diferentes gestões. Um exemplo expressivo desse tipo de análise pode ser encontrado em Teixeira, 2007, especialmente o capítulo 3.

⁵⁷ Não encontrei informações sobre quem era o presidente e qual a composição da diretoria do sindicato naquele ano. O registro da composição de sua primeira diretoria, contudo, pode ser encontrado em: Noticiário: Sindicato Medico do Parana. RMP, Ano I, nº 1, Dez, 1931, p. 67.

⁵⁸ A primeira *sessão ordinária* da Associação Médica do Paraná aconteceu em 17 de setembro de 1933 em sala nobre do Hospital de Misericórdia. Ver: RMP, Ano III, nº 1, Dez., 1933, p. 29.

(sessão de 6 de agosto de 1933) e posterior eleição da primeira diretoria (20 de agosto de 1933). (RMP, Ano II, n^os 8 e 9, Ago-Set, 1933, p. 275-276).

QUADRO 7: Presidências da AMP (1933-1941)

Período	Presidência
17/09/1933-18/08/1934	Milton de M. Munhoz
07/09/1934-26/08/1935	José P. de Macedo
07/09/1935-09/11/1936	Francisco Martins Franco ⁵⁹
09/1936-09/1937	José M. Isaacson
08/09/1937-31/12/1937	José M. Isaacson
06/01/1938-06/01/1939	Victor F. do Amaral e Silva ⁶⁰
06/01/1939-13/12/1939	Mário B. de Abreu
06/01/1940-18/12/1941	Aramis T. de Athayde

Fonte: Dados coletados pelo autor conforme atas da AMP, registradas na RMP entre 1933-1941. Conferir também: Siqueira, 1993, p. 94-98.

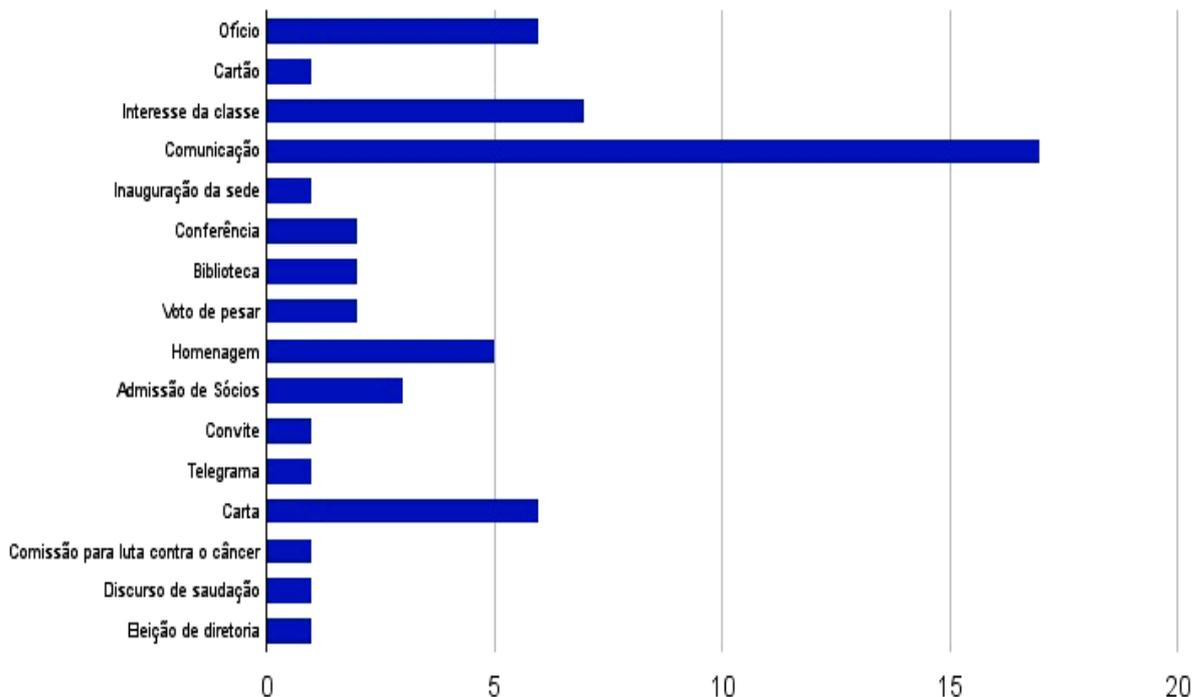
Foram cerca de três meses de sessões preliminares até a primeira sessão ordinária em 17 de setembro de 1933. Todas as sessões preliminares ocorreram aos domingos. Contudo, sem apresentar uma regularidade definida, nos anos que se seguiram, entre 1934-1935, por exemplo, as sessões ocorreram num intervalo que podia variar entre 15 dias a mais de um mês.⁶¹ As assembleias ordinárias, extraordinárias e gerais ocorriam, na maioria das vezes, no começo da semana, entre segunda e quarta-feira, geralmente às oito e meia da noite. Os atos que se seguiram à posse da diretoria foram os de inauguração de uma sede e organização de uma biblioteca da AMP. Situada junto à rua XV de Novembro, número 163, 3^o andar, na ocasião de sua inauguração, o médico e professor de higiene na FMP, Milton de Macedo Munhoz, enaltecia “(...) a necessidade de um centro onde pudessem os médicos se reunir em sessões científicas ou com fins puramente recreativos.” (RMP, Ano II, n^o 10, Out., 1933, p. 327). Os dados do gráfico abaixo nos auxiliam a melhor visualizar o panorama de trabalhos da primeira diretoria da AMP, entre 1933-1934:

⁵⁹ 8 meses sem registro de atas das sessões na RMP.

⁶⁰ Sem registro de atas das sessões na RMP.

⁶¹ A presente análise da estrutura organizativa e dos primeiros trabalhos da AMP é parcial, já que o relato cronológico da trajetória da Associação não é o foco dessa pesquisa. Para uma análise levada a cabo nestes termos, ver: Siqueira, 1993.

Gráfico 1: Expediente/Ordem do dia – Presidência de Milton de M. Munhoz⁶²



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor com base em consulta às atas da primeira diretoria da AMP.

Na ocasião da inauguração da sede, o presidente nomeou uma Comissão Organizadora da Biblioteca. Tal comissão foi composta pelos médicos Loureiro Fernandes, Bernardo Leinig e Máximo Pinheiro Lima: “Inúmeras publicações médicas tem sido ofertadas e é de se esperar que dentro em pouco a novel Associação conte com valiosa biblioteca destinada aos seus membros e à classe médica em geral.” (Idem).⁶³ Nesse assunto os componentes da AMP envolveram-se com entusiasmo auxiliando a compor o acervo da biblioteca “com um volume de trabalho moderno para evitar a coletânea de livros antiquados”, conforme pedido feito por Carlos Estrella Moreira⁶⁴ na

⁶² As categorias da coluna à esquerda são categorias distintas cunhadas nas próprias atas da AMP.

⁶³ “Tendo o sr. Cel. Hildebrando feito vários donativos à Associação Médica do Paraná, recebeu do presidente daquela Associação o seguinte ofício: Curitiba, 20 de outubro de 1933. Exmo Snr. Cel. Hildebrando de Araújo – Nesta: É com a mais viva satisfação que venho agradecer ao prezado patrício o valioso donativo que acaba de fazer à Associação Médica do Paraná. Graças à sua generosidade esta Associação pôde enriquecer a sua sede com uma boa mesa de bilhar e respectivos apetrechos e com valiosos armários para a guarnição da Biblioteca. (...)”. Donativos à Associação Médica do Paraná. CORREIO DO PARANÁ, Ano II, nº 455, 18 de novembro de 1933, p. 8 (Hemeroteca Digital Brasileira)

⁶⁴ Carlos Estrella Moreira (?-1991), foi aluno na FMP e na FMRJ, formando-se em medicina no ano de 1921. Em 1926, após apresentar a tese “*Anatomia da Íris*”, foi nomeado como docente livre para reger uma das duas cadeiras de Anatomia Humana da FMP. Em 1928 se habilita em concurso como catedrático da mesma cadeira, apresentando a tese “*Anatomia do nervo coclear e do nervo vestibular*”. (Costa; Lima, 2007, p. 56).

segunda sessão ordinária de 13 de outubro 1933. (RMP, Ano III, nº 1, Dez., 1933, p. 32). A eficácia de tal pedido ficou patente quando, em sessão ocorrida a 14 de novembro de 1933, foi lida a lista de livros doados pelos médicos: Artur Oto Schwab, Vieira de Alencar, Ezequiel Antunes, Milton Munhoz, Mario Gomes, Victor do Amaral Filho, Pereira da Cunha e Eugenio Lopes.⁶⁵

A presidência da primeira diretoria eleita intentava cumprir, desta forma, um dos seus pilares anunciados no programa de ação da associação, qual fosse, o de: “estudar a medicina em todos os seus ramos”. Ou seja, referenciar a medicina nestes termos implica pensar o universo de especialização da ciência médica naquele momento. De acordo com Sá (2006), o processo de especialização científica e sua correlação com a ideia de progresso do conhecimento mobilizou congressos nacionais e internacionais, bem como a criação de revistas de vulgarização científica em diversos países. (p. 94-95). Tal processo, herdeiro do final do século XIX e estimulado significativamente nas primeiras décadas do século XX, propunha uma postura não condizente com “espontaneidade”, “gosto pessoal”, “desprendimento” ou “isolamento intelectual”, mas sim com a “troca de conhecimentos”, com a “impessoalidade” do trabalho científico e por uma crescente “internacionalização das informações” (Sá, 2006, p. 95-97). Nossa pesquisa demonstrou, entretanto, que apenas parte desse processo foi verificado na análise das sociedades médico-científicas paranaenses no século XX. Veremos adiante como o quesito “impessoalidade”, por exemplo, é posto em suspeição ao evidenciarmos características de personificação de atores em suas disciplinas científicas e em cargos assumidos na Associação Médica do Paraná.

Entre 17 de setembro de 1933 a 18 de agosto de 1934 a primeira diretoria, sob a presidência do “espírito moço e vibrante” – como se referiu Aramis Taborda de Athayde⁶⁶ a Milton de Macedo Munhoz – foram realizadas 9 sessões ordinárias, 4 extraordinárias e 1 assembleia geral para eleição de diretoria. A observação das primeiras diretorias demonstra que as sessões da AMP ocorriam respeitando uma divisão entre expediente e ordem do dia. Na parte do expediente eram lidos ofícios recebidos de sociedades científicas, cartas de sócios ou médicos que estavam deixando a cidade e indo estabelecer residência em outro estado. Na parte da ordem do dia eram apresentadas as comunicações e concedida a palavra caso fosse do interesse dos

⁶⁵ Infelizmente nenhuma lista foi registrada em ata.

⁶⁶ RMP, Ano II, nº 8 e 9, Ago-Set., 1933, p. 272.

presentes se posicionarem. Tal feição seguiu praticamente a mesma durante toda a década de 1930, sofrendo, entretanto, uma reestruturação durante a presidência de Mário Braga de Abreu, entre 1939-1940, da qual falaremos adiante.

Nas sessões ordinárias foram registradas em atas o recebimento e leitura de ofícios, por meio dos quais as questões de interesse de classe eram comunicadas, destacando-se os informativos do Sindicato Médico Brasileiro (SINDMB). Ocasião quando a AMP recebeu um convite endereçado ao seu sindicato para que se fizesse representar na eleição do Supremo Conselho de Disciplina Médica ocorrido no Rio de Janeiro, tendo sido indicados os associados Raul Carneiro e Aureliano Mattos Moura para representarem a AMP na capital. (RMP, Ano III, N° 1, Dez, 1933, p. 29-30). As questões do âmbito da “defesa” e do “amparo” da classe médica do estado do Paraná reverberaram, portanto, logo na primeira sessão ordinária da AMP, realizada no salão nobre da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba em 17 de setembro de 1933. O médico, professor da clínica de doenças tropicais e infecciosas da FMP, Mário Gomes, usou da palavra para propor sugestões que minorassem a situação da classe quanto a questões pecuniárias. Assim, na primeira sessão ordinária do primeiro ano social foi convocada uma Comissão de Policiamento e Medicina para apresentar parecer sobre o assunto à associação.

Em 10 de janeiro de 1934 a AMP recebeu telegrama de Antonio Austregésilo, então presidente do SINDMB, o qual pedia sugestões com referência aos interesses da classe médica brasileira para serem discutidas na Assembleia Constituinte daquele ano. Em 30 de abril do mesmo ano, o presidente do SINDMB novamente pedia apoio da AMP, por intermédio da bancada do estado do Paraná, junto à Assembleia Constituinte para aprovar as emendas à Constituição, no sentido de amparar os médicos que prestavam serviços a empresas, companhias e associações. Como destacamos no primeiro capítulo, Antônio Austregésilo havia compartilhado com o primeiro presidente da AMP, Milton de Macedo Munhoz, o mesmo congresso médico sindicalista ocorrido no Rio Grande do Sul em junho de 1933. Naquela ocasião o diretor da FMP, Victor Ferreira do Amaral e Silva, enviava um telegrama a Macedo Munhoz pedindo que convidasse os delegados estaduais que representavam o Sindicato Médico Brasileiro para que, em nome da FMP, visitassem as “terras paranaenses”. Com o título “Os Luminares da Sciencia Medica Brasileira Virão a Curityba”, o jornal *Correio do Paraná*, em nota de primeira página, chamava de “caravana científica” a adesão, até

aquele momento, do “Professor Antônio Austregésilo catedrático de Neurologia da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro” e “o dr. Castro Goyana, presidente do Sindicato Medico Brasileiro.”⁶⁷ Não sem razão, portanto, veremos adiante como a categoria médica da capital paranaense representava para Antônio Austregésilo estar entre amigos. Foi o que expressou, por exemplo, quando participou da banca de concurso para provimento da cadeira de clínica psiquiátrica da FMP em 1936.

Além das pautas de interesse da categoria médica, destacadas acima, os assuntos deste primeiro ano social também giraram em torno das comunicações a respeito da assunção de cargos públicos no âmbito do governo do Estado por parte de associados da AMP. Em sessão realizada em 30 de abril de 1934, o médico e professor responsável pela cadeira de clínica neurológica e psiquiátrica na FMP, Octávio Augusto da Silveira, comunicava sua eleição para o cargo de Diretor da Saúde Pública. (RMP, Ano III, Nov-Dez. N°s 11 e 12, p. 479-480).

Além do tema acima, por duas ocasiões, logo nessa primeira diretoria, a AMP teve a oportunidade de agir como órgão consultivo sobre questões que ocorriam fora de sua sala de reuniões. A primeira, tratava-se de uma carta do médico Cleto Seabra Veloso⁶⁸, lida em sessão do dia 14 de novembro de 1933, pedindo “providências de ordem profissional sobre fatos passados na cidade de Tibagi” onde residia. Sobre tal carta, a diretoria apenas prontificou o recebimento. Demais detalhes sobre o assunto não apareceram nas sessões posteriores (RMP, Ano III, Jun. 1934, N° 6, p. 237-238). A segunda, um convite, da parte do Instituto da Ordem dos Advogados do Paraná, pedia que a AMP tomasse parte em campanha de “combate à localização de famílias assírias no norte do Paraná”. Tal convite justificava-se pelo seguinte contexto: a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), uma empresa colonizadora inglesa, cuja subsidiária era a Paraná *Plantations Syndicate*, localizada em Londres, teve como uma de suas iniciativas a fundação, em 1929, da cidade paranaense chamada Londrina (Maesima, 2012, p. 61). No ano de 1932, de acordo com Maesima, a Liga das Nações e a Agência Internacional Nansen para Refugiados tentaram intermediar a vinda de 20 mil assírios junto ao governo brasileiro para aquela região do estado paranaense. Um plano de assentamento foi proposto e, segundo a autora, tal projeto, inicialmente, representava, para o governo brasileiro, uma maneira de expandir as fronteiras naquela região do

⁶⁷ *Os Luminares da Ciencia Medica Brasileira Virão a Curityba*. CORREIO DO PARANÁ, Ano II, N° 338, 1° de julho de 1933, p. 1. (Hemeroteca Digital Brasileira).

⁶⁸ Cleto Seabra Velloso (?-?). Formado em 1928 pela Faculdade de Medicina da Bahia.

estado do Paraná e, como seria empreendido por um povo católico, tal fato “(...) compatibilizava com o anseio do governo em reforçar a constituição de uma sociedade brasileira mais católica.” (Idem, p. 87). Entretanto, em janeiro de 1934, motivou má impressão e críticas por parte da imprensa e intelectualidade brasileira quando a imprensa britânica divulgou tal acordo entre o Brasil e a Liga das Nações. A falta de consenso quanto à língua, nacionalidade e pretensos motivos de perigos sociais para o Brasil fizeram com que o governo de Getúlio revesse as condições de tal acordo. No final das contas, em abril do mesmo ano a Liga das Nações já havia desistido do acordo e, em junho, Getúlio Vargas proibiu definitivamente a vinda dos refugiados assírios. (Idem, p. 88-89).⁶⁹

Conforme Maesima (2012, p. 89): “No Paraná, organizações de classe, como a Federação Operária do Paraná, se colocaram em oposição ao assentamento dos assírios. Em 1934, o Instituto da Ordem dos Advogados do Paraná promoveu uma ‘Campanha contra a Imigração Assíria.’” Os advogados utilizaram-se da famosa rádio curitibana Rádio Clube P.R.B.⁷⁰ e colunas de jornais para divulgar tal campanha. Acrescentamos que a AMP, como órgão de classe, não registrou negativa ao convite. Pelo contrário, Victor Ferreira do Amaral e Silva, que fazia parte da Comissão de Medicina Social da AMP, sugeriu que a diretoria desse um jeito de se fazer representar junto ao Instituto na referida campanha. Não houve qualquer discussão sobre o assunto no âmbito das sessões nos meses que se seguiram.

Se observarmos o gráfico relativo ao expediente e ordem do dia da presidência de Milton de M. Munhoz, apresentado anteriormente, percebemos que se somados os registros “ofício”, “cartão”, “convite”, “telegrama” e “carta”, eles comporiam um demonstrativo relativamente próximo à quantidade da categoria “comunicação”. Tais registros são fundamentais para entender, por exemplo, as investidas da AMP em conhecer a vida associativa das associações congêneres e em debater temas relativos à profissionalização da categoria médica. Neste sentido e com base nas informações sobre a primeira diretoria, percebemos que a estruturação da AMP dependeu do constante

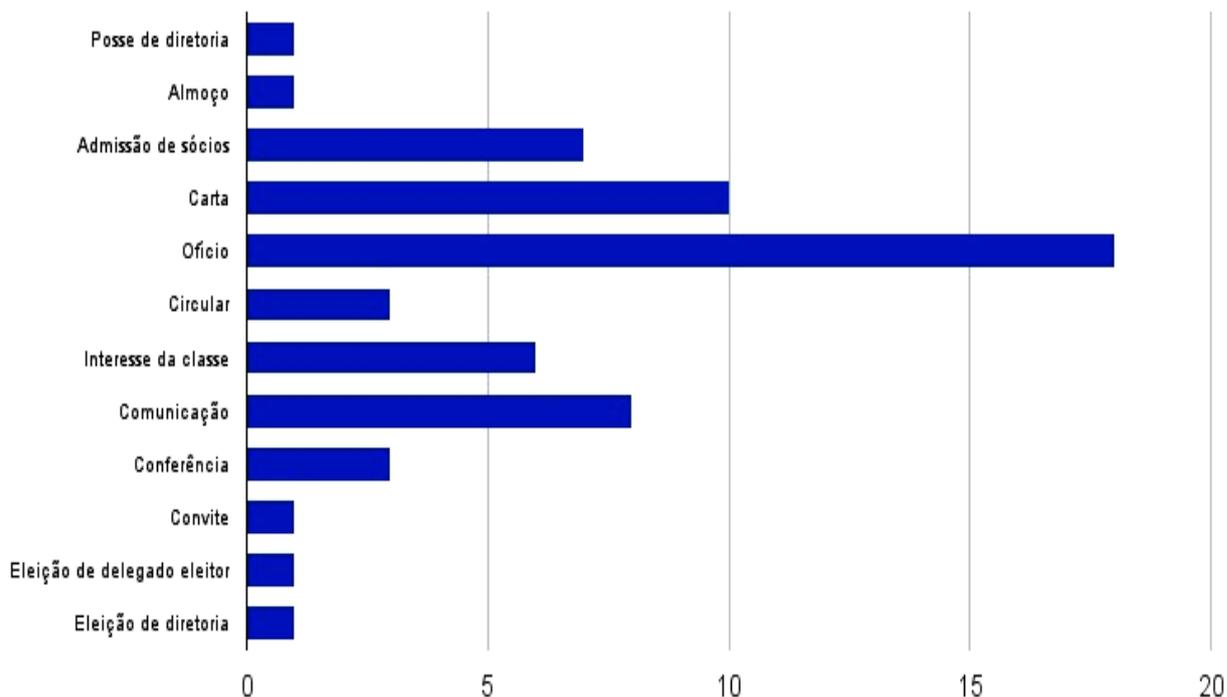
⁶⁹ “Os assírios, antes qualificados como ‘agricultores imigrantes, cristãos e pacíficos’ foram transformados num grupo de refugiados belicosos, que trariam para o Brasil perigos econômicos e sociais.” (Lesser, 2001, p. 126-128 Apud Maesima, 2012, p. 89).

⁷⁰ Denominada Rádio Clube Paranaense, a P.R.B.2 foi fundada por ervateiros paranaenses em 1924 como a primeira rádio do Paraná. De acordo com Marinice Sant’Ana de Oliveira (2012) suas finalidades eram “(...) promover relacionamento entre os amadores da radiofonia; facilitar, aos associados, experiências no aprimoramento das telecomunicações; manter sede, biblioteca, laboratório e uma estação emissora para transmitir programas musicais, conferências, palestras científicas, aulas.” (Oliveira, 2012, p. 25).

intercâmbio de informações e atualizações a respeito da vida científica e profissional, ou seja, da estruturação de agremiações de outros estados.

Vejamos, a seguir, como estiveram distribuídos os principais temas mobilizados durante a segunda diretoria da AMP:

GRÁFICO 2: Expediente/Ordem do dia – Presidente José P. de Macedo⁷¹



Fonte: gráfico elaborado pelo autor com base em consulta às atas da primeira diretoria da AMP.

Durante a presidência de José P. de Macedo a distribuição dos assuntos apresentou um desenho bem diferente daquele conformado na diretoria anterior. Primeiramente, é preciso destacar que instituições do Paraná e de outros Estados foram informadas a respeito da posse da diretoria sob a presidência de José P. de Macedo para o segundo ano social da AMP e os ofícios em agradecimento inundaram a primeira sessão ordinária daquela diretoria. Agradeceram: a Academia Nacional de Medicina, o periódico carioca *Publicações Médicas*, a Faculdade de Medicina do Paraná, a Faculdade de Direito do Paraná, a Faculdade de Engenharia do Paraná, a Diretoria Geral de Saúde Pública, o Hospital Militar de Curitiba, a Caixa Econômica e a Sociedade Odontológica do Paraná (RMP, Ano IV, Abr. 1935, nº 4, p. 200-201).

⁷¹ As categorias da coluna à esquerda são categorias distintas cunhadas nas próprias atas da AMP.

Num movimento contrário, mas inserido no mesmo processo de trocas e de intercâmbio entre as instituições, naquele ano a AMP recebeu ofícios e circulares também de comunicação de posse de diretoria das seguintes instituições: Círculo Militar de Curitiba, Centro Acadêmico Nilo Cairo, Centro Médico de Ribeirão Preto (SP) e Sociedade de Medicina de Pernambuco. Da Sociedade Brasileira de Urologia a AMP recebeu um *convite* para que se fizesse representar no 1º Congresso Brasileiro de Urologia que seria também o 1º Congresso Americano de Urologia (RMP, Ano IV, Dez, 1935, Nº 12, p. 506-507)⁷². Da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro recebeu *ofício* comunicando a próxima reunião do 1º Congresso Brasileiro de Câncer e pedia a adesão da AMP “para maior êxito do congresso”. (RMP, ANO IV, Dez, 1935, Nº 12, p. 507-508).

No seio da AMP já havia sido ventilada a ideia de criação, em sessão de 9 de abril de 1934, de uma “comissão de luta contra o câncer” com o intento de angariar fundos governamentais e particulares para a campanha de combate àquela moléstia. Fizeram parte da comissão: Milton Munhoz (autor da proposta), Mário B. de Abreu, Homero Braga, Cesar Pernetta e Carlos Moreira (RMP, Ano III, Jun. 1934, Nº 6, p. 241-242). Foi assim que a plataforma de embate contra os “problemas médico-sociais” ou de Saúde Pública também tiveram vez junto à AMP. Conforme dados das atas registradas na RMP na década de 1930, segue abaixo o demonstrativo das comissões criadas pela AMP naqueles anos.

QUADRO 8: Comissões criadas na AMP (1933-1939)

Data da criação	Proposto por	Comissão	Componentes	Observações
09/04/1934	Milton Munhoz (Presidente à época)	Comissão para luta contra o câncer	Milton Munhoz, Mário B. de Abreu, Homero Braga, Cesar Pernetta e Carlos Moreira	Comissão para angariar fundos governamentais e particulares para a campanha de combate ao câncer.
27/11/1934	Francisco Franco	Comissão para convencer João Cândido	Francisco Franco, Pereira da Cunha e Loureiro Fernandes	Comissão para demover João Cândido da decisão de deixar a AMP.
27/11/1934	Miguel Isaacson	Comissão para estudar proposta de Armando	Miguel Isaacson, Armando Petrelli e Milton Munhoz	Que a AMP se encarregasse de fornecer atestados de saúde, que seriam indispensáveis para matrícula dos candidatos nos

⁷² Durante a diretoria de Francisco M. Franco, em 25 de agosto de 1935, José Loureiro Fernandes apresentou uma comunicação intitulada “Formações diverticulares da próstata” (Clínica Urológica), trabalho que havia sido apresentado no Congresso Nacional de Urologia (RJ), designado pela AMP, fazendo jus ao convite recebido meses antes. A primeira sessão da AMP, Sessão de Urologia, foi criada apenas em 1944, tendo sua primeira reunião ordinária ocorrida em 21 de agosto de 1944; 2ª reunião ordinária em 26 de outubro de 1944.

		Petrelli		cursos secundários, sugerindo o valor de 10\$000 por atestado.
20/12/1934	José Pereira de Macedo (Presidente à época)	Comissão para receber o homenageado	Pinto Rebello, Francisco Franco e Octávio da Silveira	Jubileu de Victor Ferreira do Amaral.
14/08/1935		Comissão para receber associado	Victor do Amaral, Justin Robin e Milton Munhoz	Proposta de membro titular do Major Dr. Humberto Martins de Mello, aceita unanimemente.
25/09/1935		Comissão para estudar a proposta de Armando Petrelli	Formada por membros da Comissão de Assistência Social: Victor do Amaral, Garcez do Nascimento e Cerqueira Lima mais os médicos Armando Petrelli e João Alfredo Silva	Proposta de um seguro coletivo de vida para os associados.
18/12/1935	Ary Taborda	Comissão para convencer João Cândido	Carlos Heller, Antônio Teixeira de Freitas, Moacyr Garcez, Aloysio Leoni, Ary Taborda e João Alfredo Silva	Composta por membros da Comissão de Congraçamento para convencer João Cândido Ferreira a voltar para a AMP.
22/02/1937	João Alfredo Silva	Comissão de organização da Biblioteca	Mario Gomes, Heitor Borges de Macedo e Benedicto Amorim	Comissão para levantar patrimônio da biblioteca.
22/02/1937	Miguel Isaacson (Presidente à época)	Comissão para elaboração de tabela de honorários médicos	Prof. Francisco Franco, Drs. Pereira da Cunha, Reinaldo Machado, Armando Petrelli, João Alves Tissot e Rubem Saldanha	Questão dos honorários médicos. M. Isaacson defende não ser justo que um médico recém-formado, "um neófito na arte de Hipócrates" cobrasse a mesma quantia que outro "já exercitado nas lides quotidianas e com longo tirocínio da profissão", defendia a elaboração de três tabelas de honorários para que os colegas escolhessem cobrar o mínimo ou mais.
15/07/1939	Rubens da Costa Saldanha	Comissão de Tisiologia		Havia participado do 1º Congresso Nacional de Tuberculose como representante da AMP e retorna com essa ideia; por fim foi criada a comissão que iria filiar-se à Federação Nacional Anti-tuberculosa cuja fundação se deu naquele congresso.

Fonte: quadro elaborado pelo autor conforme dados coletados das sessões realizadas pela AMP entre 1933-1939.

A primeira comissão criada, em 1934, voltava-se para assuntos de saúde pública – câncer – relacionada à especialização médica. Por outro lado, outras comissões cumpriam critérios de ordem estrutural e prática – como aquelas formadas por membros para receber homenageados. As questões e propostas de interesse da categoria também

levaram à criação de comissões para estudá-las. Foi assim que os associados passaram a discutir a possibilidade de cobrança pela emissão de atestados de saúde, cujos valores gerariam um fundo que teria relação direta com a proposta de um seguro coletivo para os associados (propostas de Armando Petrelli). Entretanto, nas sessões de 13 de janeiro de 1936, quando levantado o debate a respeito de um “Fundo de Assistência Social” aos associados, a conclusão, naquele momento, foi de que o entendimento entre a comissão encarregada e as companhias de seguro sobre o seguro coletivo dos associados não havia obtido resultados (RMP, Ano V, Abr, 1936, N° 4, p. 128-129).

A evidência da criação de uma comissão para discutir a respeito dos honorários médicos, ainda ao final da década de 1930, demonstra a permanência dos interesses da ordem da profissionalização da categoria. Não há espaço para discussão sobre salário mínimo, pois o debate no seio da AMP transitava em torno exclusivamente da atuação dos médicos em suas clínicas particulares. Como expressão da mobilização de grupos específicos conforme os temas debatidos, a organização das comissões também revela parte da arquitetura interna da AMP. A comissão de organização da biblioteca descrita no início deste capítulo é um exemplo, assim como duas comissões criadas para evitar o afastamento de João Cândido Ferreira da AMP, sobre as quais falaremos adiante. Vejamos, a seguir, o contexto de criação da Comissão de Tisiologia, a primeira comissão relacionada prioritariamente a um campo específico.

Em maio de 1939, durante a presidência de Mário Braga de Abreu, a AMP recebeu uma *circular* solicitando sua adesão junto ao 1º Congresso Nacional de Tuberculose a se realizar naquele ano. Dois meses depois, Rubens da Costa Saldanha, secretário durante a presidência de Mário B. de Abreu, propôs, em sessão de 15 de julho de 1939, a criação de uma “Comissão de Tisiologia”. O associado havia participado do referido congresso de tuberculose como representante da AMP, tendo retornado do congresso com tal iniciativa; criada a comissão, ficou decidido que iria se filiar à Federação Nacional Anti-tuberculosa, fundada também durante aquele congresso. (RMP, VIII, n°s 5 e 6, Mai., Jun, 1939, p. 167).

A tuberculose foi o grande tema estimulado no seio da AMP durante as diretorias aqui analisadas. Intitulada “Contribuição brasileira ao estudo da tuberculose”, a primeira conferência feita para os associados e apresentada por João Cândido Ferreira versou sobre esse tema (RMP, Ano III, Dez. 1933, N° 1, p. 30-31). A primeira sugestão

de congresso foi feito por Homero de Mello Braga⁷³ e também tratou do tema tuberculose quando, em sessão ocorrida no dia 14 de novembro de 1933, aquele médico leu um trabalho sobre a personalidade do professor Albert Calmette⁷⁴, “sugerindo a realização de um congresso de tuberculose por ocasião do aniversário de um ano da morte daquele médico.” (RMP, Ano III, Jun. 1934, N° 6, p. 237-238). Iniciativas profiláticas contra a tuberculose podem ser mapeadas, institucionalmente, em 1927, com o aparecimento do Sanatório São Sebastião da Lapa. No entanto, a efetivação da ideia de algo do gênero a um congresso se deu quatro anos depois da proposta de Mello Braga, quando, entre 7 a 11 de novembro de 1937, a AMP se envolveu na organização da Semana da Tuberculose. Ela foi organizada por Eduardo Virmond de Lima, Diretor da Saúde Pública do Paraná, Ary Taborda, Inspetor de Profilaxia Geral e Secretário Geral na primeira presidência de Miguel Isaacson, além de Milton de Macedo Munhoz, Inspetor da Tuberculose e também da Comissão de Redação da AMP em 1937.

Foram realizadas sessões, conferências, palestras com microfone cedido pela Rádio Clube P.R.B.2, propaganda e distribuição de folhetos em estabelecimentos de ensino, comerciais, em sociedades, institutos, em jornais diários, em pontos de bonde, na Estação da Estrada de Ferro e em “38 Delegacias de Higiene do Interior”. Películas foram exibidas em cinemas. Algumas cidades, como as de Paranaguá, Antonina e Cerro-Azul teriam executado o mesmo programa levado a cabo na capital (RMP, Ano VI, Nov, Dez, 1937, n°s 11 e 12, p. 492-493). Um dos resultados para a categoria médica envolvida naqueles trabalhos foi a criação, ao final da semana, da Liga Paranaense contra a Tuberculose. Sem dúvida uma empreitada médico-social e de saúde pública muito marcada por iniciativas de vulgarização de conhecimentos científicos (Sá, p. 91-120) para a população, já que no ano de 1937, especificamente no Paraná, o número de óbitos causados pela tuberculose tinha atingido a cifra de 132 dos 1637 casos do obituário geral, o que representou 0,8% das mortes, tendência que só aumentava desde 1930. (Oliveira, 2012, p. 29-30).⁷⁵

⁷³ Homero de Mello Braga (1907-1985), natural de Curitiba, PR, formou-se pela FMP em 1929. Ainda estudante, teria dado a primeira vacina com BCG em uma criança no Paraná. Atuante na carreira jornalística (*O Dia*, *Gazeta do Povo* e *O Estado de São Paulo*), mudou-se para São Paulo para especializar-se em doenças pulmonares e tuberculose infantil; conquista o título de livre-docente em Pediatria em 1938. (Costa; Lima, 2007, p. 210-211).

⁷⁴ Albert Léon Charles Calmette (1863-1933), bacteriologista francês, foi um dos criadores da vacina do BCG (1921), a *Bacillus Calmette-Guérin*, contra tuberculose. Consultar: <<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/AlbertLC.html>> Acesso em: 14/02/2016.

⁷⁵ Entre 1933-1939, portanto, duas comissões especializadas foram criadas, uma voltada para a luta contra o câncer na capital paranaense e outra voltada para assuntos concernentes à tuberculose. Ambas, após sua

No tocante às comunicações de trabalhos científicos, durante a gestão da segunda diretoria da AMP, presidida por José Pereira de Macedo, facilmente visualizamos que o número de comunicações decresceu; por outro lado, os assuntos de interesse da categoria médica, noticiados por meio de ofícios e circulares, tiveram espaço relevante. Na primeira sessão ordinária desta diretoria, em 29 de outubro de 1934, o novo presidente levantava inclusive a necessidade empreenderem o registro dos estatutos da AMP, para tal deveria ser feito o acréscimo de alguns artigos, convocando uma Assembleia Geral para tratar do assunto (RMP, Ano IV, Abr. 1935, N° 4, p. 200-201).

A diminuição significativa do número de comunicações científicas apresentadas durante as sessões da segunda gestão da AMP era expressão do maior espaço dedicado ao noticiário sobre o movimento de correspondência institucional, demonstração do imperativo de apresentar-se aos seus associados como uma instituição que ora ou outra era requisitada por instituições importantes para a categoria médica naquele momento.

Desde os anos iniciais de sucessão de diretorias a questão da falta de apresentação de comunicações e a ausência da participação dos associados às sessões eram lembradas e reiteradas em cada recomeço de ano social. Como destacado acima, muitas vezes o próprio encaminhamento dado às sessões, entre expediente, ordem do dia, interesse de classe, homenagens e comunicações, levava a um esvaziamento de debates em torno de temas atrelados à atuação de cada associado. Isso levou o presidente Mário Braga de Abreu, escolhido para a gestão de 1939, a apresentar duas propostas à mesa da nova diretoria: a) de que a cada dia 15 de cada mês ficassem reservadas sessões “exclusivamente dedicadas ao debate de questões científicas”, devendo as outras questões serem debatidas em sessões previamente convocadas; b) “organização de comissões especiais, encarregadas de encaminhar os assuntos referentes às especialidades (...)” (RMP, Ano VIII, Jan-Fev, 1939, n°s 1 e 2, p. 34-35). Ambas foram aprovadas por unanimidade. As comunicações apareceram em maior número nesta diretoria relativamente às diretorias anteriores, na conformação das

criação, não figuraram nas atas seguintes que tivemos acesso. Ou seja, não encontramos registros de seus trabalhos, como reuniões e propostas de congressos, etc. Apenas em 1944 com a criação da primeira seção especializada da AMP, a Sessão de Urologia, tendo sua primeira reunião ordinária ocorrida em 21 de agosto de 1944, esta associação médica passava a dedicar-se de modo sistemático a uma especialidade em particular.

sessões marcadas por múltiplos assuntos, conforme podemos visualizar no quadro demonstrativo abaixo:

QUADRO 9: Número de comunicações conforme área ou clínica (1933-1941)⁷⁶

Área-Período	1933-1934	1934-1935	1935-1936	1936-1937	1937-1938	1938-1939	1939-1940	1940-1941	Total
Clínica Cirúrgica	2	3	1	-	-	-	7	2	15
C. Urológica	1	1	1	-	1	-	2	-	6
C. Médica	2	-	1	-	2	-	-	-	5
Higiene	-	-	1	-	1	-	-	2	4
C. Pediát. Méd. e Higiene Infant.	1	-	-	-	-	-	2	-	3
Clínica Obstétrica	1	1	-	-	-	-	-	1	3
Patologia Médica	-	-	-	-	-	-	2	1	3
C. Otorrino-laringológica	2	-	-	-	1	-	-	-	3
C. Ginecológica	1	1	-	-	-	-	-	-	2
Patologia Geral	2	-	-	-	-	-	-	-	2
Anatomia	2	-	-	-	-	-	-	-	2
C. Pediátrica	-	-	-	-	1	-	1	-	2
Medicina Legal	1	-	1	-	-	-	-	-	2
Hematoantropologia	-	-	-	-	1	-	1	-	2
Anatomia Patológica	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Clínica Oftalmológica	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Terapêutica Clínica	1	-	-	-	-	-	-	-	1
C. Dermatológica e Sifiligráfica	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Clínica Neurológica	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Quím. Fisiológica e Neurológica	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Cardiologia	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Odontologia	-	-	1	-	-	-	-	-	1
Tuberculose	-	-	-	-	1	-	-	-	1
Malária	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Sífilis	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Tifo	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Lepra	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Total	17	8	6	-	8	-	20	8	67

Fonte: quadro elaborado pelo autor conforme leitura das comunicações apresentadas nas sessões da AMP entre 1933-1941.

Com a escolha de Mário B. de Abreu para presidente da AMP em 1939, identificamos uma alteração no quadro que vinha seguindo relativamente o mesmo durante a década de 1930, no qual as comunicações científicas disputavam espaço entre

⁷⁶ Ao contrário dos trabalhos sobre “Hematoantropologia”, “Malária”, “Tifo” e “Lepra”, cujos assuntos foram destacados nas atas, o critério utilizado pelo autor para caracterizar as demais comunicações baseou-se principalmente na identificação da atuação dos médicos. Nos casos em que essa identificação não foi possível, optamos por caracterizá-las pelo tema geral da comunicação, como: sífilis, malária, tifo, lepra e tuberculose.

assuntos a respeito da profissionalização da classe médica, saúde pública e de questões internas entre os associados.

Um detalhe importante a se destacar é que o total geral apresentado no quadro acima não contempla todos os trabalhos comunicados nas sessões durante aquela década, visto não termos tido acesso aos mesmos. Por outro lado, se tomarmos por base esse demonstrativo de comunicações, vamos perceber que a expressão das especialidades ainda era muito diminuta frente às clínicas tradicionais e já estabelecidas conforme as atuações e trajetórias de alguns associados, como Clínica Cirúrgica, Urológica e Higiene. Um adendo a esses números pode ser visto, por exemplo, por meio das conferências ministradas na AMP por médicos paranaenses e de outros estados sobre as matérias da Medicina Legal e Psiquiatria; ocasião em que tais assuntos terão expressão significativa junto aos temas relacionados às clínicas com maior frequência de comunicações apresentadas.

A proposta de Mário B. de Abreu conseguiu alcançar a cifra de duas a três comunicações por sessão. Apenas uma sessão foi observada marcada pelo tema do “interesse da classe”. Um número diminuto de ofícios e circulares também foram observados, em comparação às diretorias sob as presidências de Milton de M. Munhoz e José P. de Macedo. Das sete comunicações de clínica cirúrgica durante sua presidência, seis eram de autoria de Mário B. de Abreu, que era livre docente de Clínica Cirúrgica em 1935, médico adjunto e chefe do Serviço de Cirurgia da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba até 1961, quando foi transferido para o Hospital das Clínicas, fundado no mesmo ano. Era, sem dúvida, outro momento para a AMP. Ela já tinha a sua sede, a sua biblioteca, uma rede de contatos estabelecidos com outras associações congêneres e aproximara suas questões e anseios de ordem profissional com as demandas do Sindicato Médico Brasileiro. Também já havia reformado e regulamentado seus estatutos para receber a carta sindical do Ministério do Trabalho. Neste sentido, não nos parece difícil entender o porquê da proposta de Mário B. de Abreu ter sido relativamente satisfeita naquele momento.

Diferentemente desta presidência, durante a diretoria de José P. de Macedo geralmente as comunicações inscritas eram transferidas para a sessão posterior justamente pelo adiantado da hora, ou seja, o tempo era praticamente todo dedicado aos assuntos citados acima. As questões de “interesse da classe” apareceram nessa segunda diretoria num patamar considerável se comparado à primeira. E as oportunidades de

apresentação de trabalhos científicos figuraram por meio dos *convites* de participação em *congressos científicos* por parte dos associados, enquanto que os *ofícios* e *circulares*, tanto na presidência de José P. de Macedo quanto na de Milton de M. Munhoz, informavam acerca das posses de diretorias que ocorriam nas associações congêneres no Brasil. Neste sentido, percebemos aí mais uma faceta daquele movimento de intercâmbio entre a AMP e outras instituições, ou seja, a troca de conhecimento científico por meio dos, e nos, congressos da categoria e de notícias sobre instituições afins.

Vamos nos deter um pouco mais a respeito das *cartas* recebidas e lidas durante as duas primeiras presidências da AMP⁷⁷. Observemos o quadro abaixo:

QUADRO 10: Cartas recebidas pela AMP durante a presidência de Milton de M. Munhoz e José P. de Macedo (1933-1935)

Presidência	Sessão	Enviada por	Assunto
Milton de M. Munhoz (1933-1934)	09/04/1934	Olina Terra Franco	Apresenta suas despedidas e oferece seus préstimos no Rio de Janeiro
		Ezequiel Antunes	Apresenta suas despedidas e oferece seus préstimos em Belém do Pará
	05/06/1934	Laboratório Raul Leite	Oferece amostras de preparados contra o câncer
		Jornal dos Médicos	Abre suas colunas para a colaboração dos médicos da AMP
		Companhia Sul América Terrestre, Marítimos e Acidentes	Sugere que a AMP organize grupos para o seguro contra acidentes
José P. de Macedo (1934-1935)	29/10/1934	Sr. Eugenio Bocchi	Remete uma fotografia de seu filho Dr. Waldemar Bocchi a pedido da AMP
		Sra. Stael Loyola	Remete uma fotografia e agradece as homenagens prestadas a seu esposo Domingos Gerson de Sabóia
		Artur Oto Schwab	Pedido de cancelamento de seu nome na lista de sócios
	27/11/1934	Yone Busse	Comunica mudança de residência para Ponta Grossa e pede para ser considerada sócia correspondente
		João Cândido	Comunica pedindo retirada de seu nome da lista de sócios
		Alceu Ferreira	Comunica pedindo retirada de seu nome da lista de sócios
	14/12/1934	Leônidas Ferreira, Celso Ferreira e Murilo Ferreira	Solicita a retirada do nome da lista de sócios
	19/02/1935	Raul Carneiro	Pede exoneração como membro da AMP

⁷⁷ É importante fazer menção a este tipo de material especificamente nestas duas diretorias porque as chamadas “cartas” não aparecem mais nas atas das diretorias seguintes. Talvez continuassem recebendo mas optassem por não fazer menção nas atas.

		Luiz Medeiros	Leitura de carta de Dr. Luiz Medeiros agradecendo sua escolha como representante da AMP junto ao Sindicato Médico Brasileiro
--	--	---------------	--

Fonte: Quadro elaborado pelo autor com base nos dados coletados das atas das sessões publicadas na RMP, entre 1933-1935.

Durante as duas diretorias aqui examinadas, percebemos, a partir da análise das cartas recebidas e lidas nas sessões citadas no quadro acima, um conjunto de assuntos que apontam para características da “arquitetura interna” (Figueirôa, 2000, s/p) da AMP. Visualizamos características do intercâmbio científico por meio do recebimento de medicamentos/amostras contra o câncer enviado pelo Laboratório Raul Leite⁷⁸, exatamente dois meses após a sugestão, por intermédio da palavra de Milton de M. Munhoz, da criação de uma comissão de luta contra o câncer. O associado – admitido em 09/04/1934 – Paulino de Mello era o representante do laboratório e por isso facilitou o oferecimento das amostras. Além disso, observamos interesses exclusivamente da categoria médica: a proposta de um seguro contra acidentes e um agradecimento pela escolha de um representante da AMP junto ao Sindicato Médico Brasileiro.

Diferentemente de Arthur Otto Schwab, cujo pedido junto à diretoria da AMP foi explicitamente de cancelamento de seu nome, sem precisar o motivo, a conjuntura pessoal de despedida de um associado por conta de viagem e mudança de Estado, por exemplo, também poderia agir como justificativa para a alteração do critério de membro titular para correspondente. Foi o caso de Olina Terra Franco, Ezequiel Antunes e Yone Busse.

A evidência da presença de mulheres participantes das reuniões da AMP é a expressão de um fenômeno que não tem seu início com a fusão das agremiações em 1933. A história da medicina no Paraná demonstra que as atividades das mulheres naquele campo não dependiam da sua participação em associações médico-científicas.

⁷⁸ “O Laboratório Raul Leite e Cia., fundado em 1921, foi a maior organização químico-biológica da América Latina. Apresentava seções de nutrologia, microbiologia, quimioterapia, além de produtos químicos e soroterápicos considerados de alta tecnologia para a época. O Laboratório Raul Leite - que possuía filiais em Portugal, África Oriental Portuguesa, Índia, Argentina, Colômbia, Paraguai, Bolívia, Cuba, Venezuela entre outros - era considerado um dos maiores expoentes da indústria químico-farmacêutica brasileira da década de 1930 e fabricou, desde 1923, um produto chamado “Guaraina”. A “Guaraina”, que era formada basicamente por ácido acetilsalicílico, permaneceu no mercado até 1950, quando perdeu espaço para seu concorrente mais famoso o “Melhoral”. O Laboratório Raul Leite e Cia. declarou falência em 1957, deixando de existir três anos mais tarde.” (Cheibub, 2013, p. 26, nota 11). Os medicamentos recebidos pela AMP foram: Cytomagnesio e Cytoisamin. Segundo Paulino de Mello, seriam indicadas para as “lesões precancerosas, neoplasmas benignos e malignos, doenças consutivas e caquetizantes, etc.” (RMP, ANO III, Nov-Dez. N°s 11 e 12, 1934, p. 480-481).

Maria Falce de Macedo⁷⁹ (esposa de José P. de Macedo) foi a primeira mulher formada em medicina logo na primeira turma da FMP (1914-1919). Falce de Macedo foi incluída no curso de medicina por concurso em 1929, a partir do qual assumiu a cátedra de Química Médica, tendo sido anteriormente regente da disciplina, em 1925 (Cintra, 2010, p. 56; Wittig, 2011, s.p.). A trajetória de Falce de Macedo insere-se na própria história da medicina experimental e laboratorial da FMP. A faculdade de medicina possuía uma relação estreita com a Santa Casa de Misericórdia de Curitiba (SCMC) pelo menos desde 1915 quando uma parceria foi firmada. De acordo com Cintra, os alunos transitavam pelas enfermarias da SCMC e do Hospício, locais onde era ensinada a maioria das clínicas. Neste contexto, a FMP constitui um Laboratório de Pesquisas Clínicas em 1920, funcionando na SCMC. Posteriormente, como resultado da reunião do laboratório da FMP e outro proposto pela provedoria do hospital, foi renomeado para Laboratório de Análises Clínicas passando a funcionar numa sala na própria SCMC. (Idem, p. 139-186). Neste ínterim, em 1923, Maria Falce de Macedo participou de um curso de especialização em bacteriologia e zoologia médica no Instituto Oswaldo Cruz e realizara estágio também em bacteriologia na cidade de Belo Horizonte. Após seu retorno, Falce de Macedo assumiu o laboratório recém-criado na SCMC. (Wittig, 2011, s.p.). Apesar do fato de Pereira de Macedo, que já era seu esposo, ter sido eleito segundo presidente da AMP, não encontramos registros da presença de Falce de Macedo nas atas da AMP.

De acordo com Cintra (2010), outras mulheres formaram-se em medicina na FMP antes da década de 1930: Marcela Gallinati (1921), Yolanda de Almeida Faria (1926) e Josefina Flacks (1929) (Cintra, 2010, p. 4). Yone Busse teria se formado em 1932 (Costa; Lima, 2007, p. 287), tendo sido colega de outra médica formada naquele mesmo ano, a polonesa Wladyslawa Wolowiska Mussi.⁸⁰ Um acréscimo deve ser feito a

⁷⁹ Maria Falce de Macedo (1897-1972) formou-se na FMP em 1919, ocasião na qual defendeu a tese “Em torno de um caso de ascaridíase hepática”. (Costa; Lima, 2007, p. 83-93). Ainda de acordo com Cintra (2010), outra mulher formou-se antes de Maria Falce, mas pelo curso de Odontologia, a cirurgiã-dentista Helena Vianna Seiller. (Cintra, 2010, p. 4, nota 6). Não encontrei registro de tese defendida por Marcela Gallinati. Yolanda de Almeida Faria defendeu a tese “Technica de exame do sangue” (1926); Josefina Flacks defendeu a tese “Da paralisia pseudo-hipertrofica” (1929). Estes dados foram obtidos da amostragem de Cintra (2010, p. 193), o qual partiu da fonte: Livro-ata Termos de Defesa de These da FMP, 1926-1946.

⁸⁰ Ver: “Doutora Wladyslawa Wolowiska Mussi: primeira médica em Santa Catarina”. Arquivos do Conselho Regional de Medicina do Paraná. 2015; 32, p. 51.

esta lista, Olina Terra Franco⁸¹ que, depois de Falce de Macedo, Yolanda Faria e Josefina Flacks, foi a primeira mulher a defender a primeira tese dissertando a respeito dos temas de psiquiatria e neurologia na FMP, em 1928. (Costa; Lima, 2007, p. 286). É importante destacar que Yolanda Faria e Olina Terra Franco já participavam das agremiações médico-científicas antes da fusão das sociedades ocorrida em 1933. Na terceira sessão ordinária de 8 de março de 1931, ambas foram aceitas como sócias efetivas da Sociedade Médica dos Hospitais do Paraná (RMP, Ano I, nº 1, Dez., 1931, p. 64). Yone Busse, por sua vez, foi aceita como associada da AMP na sessão ordinária de 10/01/1934 (RMP, Ano III, Jun. 1934, Nº 6, p. 239-240). Sem querer adentrar na problematização a respeito da maneira como as relações de gênero atravessaram a arquitetura da associação em questão⁸², contudo, um ponto importante a ser destacado é que o registro da presença feminina na AMP foi percebido nas atas tão somente nos momentos em que foram aceitas como associadas e quando estavam despedindo-se por meio das cartas enviadas à mesa da diretoria. Tal constatação não encerra uma possível análise da trajetória dessas mulheres médicas formadas pela FMP e atuantes na sociedade paranaense das primeiras décadas do século XX.

Ainda com referência ao quadro das cartas, outros assuntos chamam a atenção e, por isso, gostaríamos de destacar dois temas específicos: os envios de fotografias de membros falecidos à diretoria da AMP e os pedidos de retirada de nomes da lista de associados da agremiação.

A AMP homenageou médicos estrangeiros, paranaenses e de outros estados em vários momentos da década de 1930: médicos especialistas em determinada área da medicina, personalidades cujos nomes confundiam-se com suas atuações nas instituições de assistência e de ensino. Tais *homenagens*, *votos de pesar* e *necrológicos* cumpriram o papel de definir também a ordem do dia das sessões da AMP. Alternando em ordinárias e extraordinárias, tais ocorrências – que podem ser observadas nos gráficos apresentados sobre as duas primeiras diretorias – ocupavam o expediente tanto

⁸¹ A memória médica do Paraná e a historiografia sobre a medicina em geral, sem nenhum espanto, não apresenta dados biográficos significativos a respeito de Olina Terra Franco. Livros que apresentaram o registro cronológico da Psiquiatria e Neurologia no Estado do Paraná não a citam, dentre os quais: Alves & Pilotto (1994), Costa & Lima (2007) e Wittig (2011). Ouyama indica o trabalho de Olina T. Franco como tendo sido escrito por um médico (Ouyama, 2006, p. 301) e Cintra auxilia apenas com o registro da defesa de sua tese, em 1928, intitulada: “Constituições psychopáticas” (1928).

⁸² Para conferir um trabalho que refletiu acerca do modo como as relações de gênero repercutem no processo de institucionalização das ciências, ver: FERREIRA, Luiz Otávio, AZEVEDO, Nara; GUEDES, Moema; ANTUNES, Bianca. Institucionalização, Sistema de Gênero e Produção Científica no Brasil (1939-1969). *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 15, p. 43-71, 2008.

quanto a leitura dos ofícios, cartões, convites, telegramas e as discussões da ordem da categoria médica. Portanto, auxiliam-nos a visualizar parte importante da fisionomia constitutiva da AMP, como podemos verificar no quadro sintetizado a seguir.

QUADRO 11: Médicos-associados falecidos durante a presidência de Milton de M. Munhoz, José P. de Macedo, Mário B. de Abreu e Aramis T. de Athayde (1933-1941)

Diret.	Milton de M. Munhoz	José P. de M.	Mário B. de Abreu	Aramis T. de Athayde
Sessão	14-11-1933 Ordin.	07-12-1933 Extr.	09-03-1934 Ordin.	30-07-1934 Extr.	14-12-1934 Ordin.	06-12-1939 Extr.	28-02-1940 Ordin.
Motivo	Voto de Pesar	Homenagem	Homen.	Homen.	Voto de Pesar	Homen.	Voto de Pesar
Por	Victor F. do A. e Silva	Aramis T. de Athayde	Alô T. Guimarães, Newton Sampaio (acadêm.), João Oscar Espíndola (filho)	Alô T. Guimarães	Victor F. do Amaral e Silva	João C. Ferreira	Aramis T. de Athayde
Para	Manoel Antonio de Lustoza Carrão	Manoel Antonio de Lustoza Carrão	João E. Espíndola	Simão Kossobudzk, Gerson Sabóia e Waldemar Bocchi	João de M. Dória	Francisco M. Franco	Coriolano Silveira da Motta e Abdon Petit Carneiro
Motivo	Voto de Pesar				Necro-Lógico		Voto de Pesar
Por	Homero de Mello Braga				Paulino de Mello		Aramis T. de Athayde
Para	Albert Calmette				Carlos Chagas		Álvaro Emílio de Cerqueira Lima

Fonte: Quadro elaborado pelo autor com base em dados colhidos das atas da AMP, entre 1933-1940.

Entre 14 de novembro de 1933 até 30 de julho de 1934, os falecimentos ocorreram em curtos períodos de tempo, poucos meses na verdade. O que nos chama a atenção foi que, durante a sessão extraordinária de homenagem à Simão Kossobudzki, Gerson de Sabóia e Waldemar Bocchi, o responsável pelo ato, Alô T. Guimarães, Primeiro Secretário da AMP, sugeriu que a associação intercedesse junto à Santa Casa para a nomeação de uma de suas sessões de “Prof. Kossobudzki”, já que o médico era responsável pela prática e ensino de cirurgia naquele hospital; e também sugeriu à AMP

a criação de uma *galeria dos sócios falecidos*, não apenas da AMP, mas também das sociedades que lhe deram origem. (RMP, Ano III, N^os 11 e 12, Nov-Dez., 1934, p. 482). Por esta feita é possível entender o envio de fotografias para a diretoria da AMP pelo pai de Waldemar Bocchi (Sr. Eugenio Bocchi) e pela esposa de Domingos Gerson de Sabóia (Sra. Stael Loyola), como demonstramos no quadro 11 referente às cartas.

Ambos os médicos faziam parte do corpo de membros da AMP. Em notícia, datada de 22 de junho de 1934, o jornal *Correio do Paraná* noticiava a morte de Gerson de Sabóia: “Suicidou-se, hoje pela manhã, o professor Domingos Gerson de Sabóia, capitão do Exército e lente catedrático da Faculdade de Medicina do Paraná.”⁸³ Waldemar Bocchi era médico pontagrossense, membro correspondente da AMP e fez parte dos quadros da Sociedade Médica Pontagrossense. Como demonstramos no primeiro capítulo, este homenageado estava entre os médicos que receberam a caravana de associados da SMHPR quando da visita desta à cidade de Ponta Grossa em 22 de novembro de 1931.

Nas sessões solenes geralmente eram prestadas homenagens aos sócios falecidos e em tais ocasiões os membros da família, amigos e acadêmicos se faziam presentes. Um desses homenageados foi João Evangelista Espíndola⁸⁴, professor de Clínica Médica e Propedêutica Médica, sócio antigo das agremiações paranaenses, admitido no corpo de membros efetivos durante a décima sessão ordinária ainda da SMHPR, em setembro de 1931 (RMP, Ano I, n^o 2, Jan., 1932, p. 92). Considerando o regulamento da AMP de que os membros efetivos de cada uma das sociedades a que pertenciam, passariam a ter igual situação após a fusão, pode-se dizer que Evangelista Espíndola fazia parte do corpo de associados. Entretanto sua participação não foi efetiva durante a

⁸³ *Suicidou-se, no Rio, o professor Gerson Sabóia*. CORREIO DO PARANÁ, Ano III, N^o 623, 23 de junho de 1934, p. 1 (Hemeroteca Digital). Os jornais paranaenses se referiram à estada de Gerson de Saboia no Rio de Janeiro por motivos de tratamento de doença, mas uma busca nos jornais cariocas da década de 1930 encontrou as circunstâncias sob as quais tal falecimento ocorrera: “O capitão médico do Exército, dr. Domingos Carlos Gerson Saboia, figura bastante relacionada em nossos círculos sociais, e professor da Faculdade de Medicina do Ceará, há mais de seis meses, vinha apresentando evidentes sintomas de alienação mental. Como os seus padecimentos se agravassem, o dr. Gerson Saboia foi internado na Casa de Saúde dr. Eiras, donde teve alta há mais de dois meses.” *Dolorosa ocorrência nas Laranjeiras – Um médico do Exército suicidou-se enforcando-se na própria residência – Os motivos do acto de desespero do capitão dr. Gerson Saboia*. DIÁRIO DA NOITE, Ano VI, N^o 2063, 22 de junho de 1934. (Hemeroteca Digital Brasileira). Já o Diário Carioca foi ainda mais específico: “Já de há muito, vinha o dr. Domingos Gerson de Saboia, sofrendo de atroz neurastenia, que nem o tratamento prolongado e tenaz conseguiu abrandar. Esteve o médico internado em casas de saúde, tendo em várias vezes, em acessos súbitos de desespero, tentado contra a vida. Sempre, porém, alguém acudia a tempo de salvá-lo.” *Presa de atroz Neurastenia – Enforcou-se um capitão médico do Exército*. DIÁRIO CARIOCA, Ano VII, N^o 1811, 23 de junho de 1934. (Hemeroteca Digital Brasileira).

⁸⁴ Síntese de formação e ocupações, ver capítulo 1.

década de 1930, já que falecera no início da mesma. Tal como Evangelista Espíndola, a maior parte dos homenageados eram médicos que pertenciam a uma geração formada entre o final do século XIX e início do XX, como podemos visualizar no quadro demonstrativo abaixo.

QUADRO 12: Relação por idade dos médicos homenageados (1933-1940)

Ano	Homenageado	Idade	Por	Idade
1933	Manoel Antonio Lustosa Carrão (1873-1933)	60	Victor F. do Amaral (1862-1953)	71
			Aramis T. de Athayde (1900-1971)	33
	Albert Léon Charles Calmette (1863-1933)	70	Homero de Mello Braga (1907-1985)	26
1934	João E. Espíndola (1860-1934)	74	Alô T. Guimarães (1903-1985)	31
	Simão Kossobudzki (1869-1934)	65		
	Domingos G. de Saboia (1888-1934)	46		
	Waldemar Bocchi (1901-1934)	33		
	João de Menezes Dória (1861-1934)	73	Victor F. do Amaral (1862-1953)	72
	Carlos Chagas (1879-1934)	55	Paulino de Mello (impreciso)	30-40 aprox.
1939	Francisco Martins Franco (1888-1939)	51	João Cândido (1864-1948)	75
1940	Coriolano Silveira da Mota (1896-1940)	44	Aramis T. de Athayde (1900-1971)	40
	Abdon G. Petit Carneiro (1876-1940)	64		
	Alvaro Emílio de Cerqueira Lima (1882-1940)	58		

Fonte: Quadro elaborado pelo autor com base em dados colhidos das atas da AMP, entre 1933-1940.

A partir das homenagens aos membros falecidos constatamos as demonstrações de laços de amizade, de laços intelectuais e de estima, reflexos também de admiração e saudade: ex-alunos homenageando ex-professores e colegas de clínica exaltando a trajetória dos falecidos. Um mês após o recebimento das fotografias de Domingos Gerson de Saboia e Waldemar Bocchi para compor a “galeria dos sócios falecidos”, esta é inaugurada em 27 de novembro de 1934. De acordo com a ata, seria inicialmente composta dos retratos de: Reynaldo Machado, Miguel Santiago, Manoel Suplicy de Lacerda, João Evangelista Espíndola, Simão Kossobudzki, Manoel Carrão, Domingos Gerson de Sabóia, Cyro Moraes de Castro Velloso, Nilo Cairo e Waldemar Bocchi. Na ocasião, Francisco M. Franco estranhou não conter os retratos de outros nomes das sociedades anteriores que também deram origem à AMP. Este era o detalhe preconizado pela proposta inicial de criação da galeria. O presidente em exercício, José P. de Macedo ponderou que: "em vista de não existir o arquivo da mais antiga que era a

Sociedade de Medicina do Paraná por ter sido destruído por um incêndio iria syndicar para sanar as falhas porventura existentes." (RMP, Ano IV, Abr. 1935, N° 4, p. 202-203).

Mais do que um simples ato de homenagem póstuma, de acordo com Alô T. Guimarães, referindo-se a Simão Kossobudzki, Gerson de Sabóia e Waldemar Bocchi, tal ato "(...) deve constituir o certificado dos méritos, do valor e das grandes reservas científicas, intelectuais e morais." Em outro trecho: "O exemplo dos mortos deve constituir o incentivo melhor para a conduta dos vivos (...)" (RMP, Ano III, Ago., n° 8, 1934, p. 319). Para o orador, a vida daqueles médicos, descrita constantemente sem falhas, serviria como lição não apenas para os vivos, mas, sobretudo, para a geração mais nova: "O exemplo dos antepassados há de ser o grande livro de sabedoria, a marcar as páginas desta mestra da vida, que é a história, no conceito feliz e acertado de Michelet." (Idem, p. 321). Nem de longe as circunstâncias das mortes eram referidas, como a situação de Gerson de Saboia no Rio de Janeiro, por exemplo, ("sofrendo de atroz neurastenia"), a qual não foi mencionada em qualquer ata da associação antes de seu falecimento.

Nos dados levantados sobre as homenagens prestadas aos médicos falecidos constatamos gerações cronologicamente diferentes, numa diferenciação de 20 até 40 anos entre o grupo etário dos falecidos e dos responsáveis pelas homenagens. Tal análise, entretanto, não encerra as interpretações possíveis a respeito do fenômeno geracional identificado na AMP. Pudemos observar, por exemplo, que Victor F. do Amaral e Silva (71 anos à época) pertenceu à mesma geração de Manoel Antonio Lustosa Carrão (60 anos à época) e João de Menezes Dória (73 anos à época), ou seja, uma contemporaneidade marcada por influências acadêmicas, intelectuais e políticas compartilhadas (Weller, 2010, p. 208-209). Enquanto Aramis T. de Athayde e Alô T. Guimarães, os quais, entre 1933 e 1934, prestaram homenagens a membros da medicina paranaense eram, destacadamente, pertencentes a gerações distanciadas entre 20 a 30 anos, mas convivendo num mesmo período específico da década de 1930.

Refletindo a respeito das gerações, conforme a teoria mannheimiana, identificamos alguns dos pontos destacados por Weller (2010, p. 211) como característicos de uma sociedade marcada por mudanças geracionais. Primeiramente, relacionado ao caso em tela, o ponto sobre "*a saída constante dos antigos portadores de cultura*":

A saída dos antigos portadores de cultura também é positiva na medida em que suscita a memória ou a recordação social, tão importante quanto o esquecimento daquilo que deixou de ser significativo ou necessário. Em relação à memória, Mannheim destaca duas modalidades através das quais as vivências passadas se fazem presentes. Por um lado, “como modelos conscientes”, orientadores das ações e condutas dos indivíduos em sociedade; por outro, de forma “inconscientemente comprimida”, “intensiva” e “virtual”, ou seja: como uma espécie de ferramenta condensadora de todas essas experiências, perceptíveis nas reações trazidas à tona através da recordação dessas experiências (por exemplo: a sentimentalidade). (Weller, 2010, p. 2010).

O que mais elogioso à “memória” e à “recordação social” dos modelos “orientadores das ações e condutas dos indivíduos” do que a nomeação de alas hospitalares ou a inauguração de uma galeria de fotografias para os mesmos? Propõe-se, desta maneira, uma elasticidade às trajetórias individuais ainda influenciando no presente. Tais médicos eram também professores que haviam formado justamente o montante de alunos que se tornaram os fundadores e componentes da AMP que lhes prestaram as homenagens.

As diretorias da AMP esforçaram-se por estabelecer práticas participativas que levassem os associados a se pensarem como integrantes de um “destino coletivo comum” (Weller, 2010, p. 214). Era assim que se instigavam uns aos outros a não deixarem de participar das sessões e apresentações de trabalhos científicos, bem como a realizarem banquetes de confraternização da classe médica ao início de cada nova presidência.⁸⁵ Tal “conexão geracional”, no sentido de Mannheim, é sempre trabalhada com a intenção de apresentar aos pares e à própria associação uma homogeneidade que nem sempre existia. Um fato ocorrido durante as duas primeiras diretorias da AMP auxilia-nos a entender melhor esta questão.

Em 27 de novembro de 1934, encontrava-se sobre a mesa da diretoria da AMP, sob a presidência de José P. de Macedo, uma carta de autoria de João C. Ferreira por meio da qual pedia a retirada de seu nome da lista de sócios, sem explicitar os motivos de tal pedido. Na mesma sessão o associado Francisco Martins Franco sugeriu a criação de uma comissão, que foi composta por ele, Pereira da Cunha e Loureiro Fernandes para

⁸⁵ Em oração por ocasião de posse de diretoria e como presidente, em 6 de janeiro de 1938, Victor F. do Amaral rogou para que não se descuidassem da apresentação de comunicações e que participassem das sessões (RMP, Ano VII, Fev, 1938, n° 2, p. 101-102).

demover João C. Ferreira de tal decisão “conforme serviços prestados por esse médico” (RMP, Ano IV, Abr. 1935, N° 4, p. 202-203). No mês seguinte, em 14 de dezembro do mesmo ano, Francisco M. Franco comunicou, em sessão ordinária, que, após tentativa, se desobrigava de demover aquele associado de sua exoneração.

João Cândido Ferreira era um personagem muito importante na arquitetura da AMP. Durante as sessões de fusão, votação dos estatutos, eleição de diretoria e mesmo de inauguração da sede, a ele foi concedida a presidência daquelas sessões quase como um direito inalienável. Médico formado ao final do século XIX na FMRJ, João C. Ferreira havia passado por conjunturas históricas que nem todos os associados mais novos tinham compreensão, como a Primeira Grande Guerra, a epidemia de febre tifoide ao final de 1917 e a de gripe espanhola no ano 1918, das quais saiu ileso, diferentemente de muitos de seus colegas do ensino falecidos naquele final de ano de 1918. Admitido, ainda em 1914, como parte do corpo docente da FMP (Pietta, 2014), João C. Ferreira também possuía vasta atuação nos meios associativos e científicos da capital paranaense. Havia participado da equipe de redatores do *Paraná-Médico*, órgão da Sociedade de Medicina do Paraná, por volta de 1916, além de estender sua influência por meio da integração de cinco dos seus sete filhos no mundo da medicina. Formaram-se e atuaram na FMP: João Cândido Ferreira Filho (Clínica Médica), Leônidas do Amaral Ferreira (Patologia Geral), Alceu do Amaral Ferreira (Higiene), Celso do Amaral Ferreira (Otorrinolaringologia) e Murilo Ferreira do Amaral (Clínica Propedêutica e Clínica Médica). (Cintra, 2010, p. 20).

Alceu do A. Ferreira pediu exoneração da AMP na mesma sessão em que seu pai o fez. Na sessão seguinte, de 14 de dezembro de 1934, Leônidas Ferreira, Celso Ferreira e Murilo Ferreira do Amaral também enviaram carta solicitando exoneração (RMP, Jun-Jul, 1935, N°s 6 e 7). A questão da mobilização para trazer João Cândido Ferreira (e filhos) de volta ao seio da AMP voltou ao debate na associação praticamente um ano depois, em 18 de dezembro de 1935, durante a presidência de Francisco M. Franco. Na ocasião o associado Ary Taborda, eleito secretário geral na diretoria seguinte, leu uma justificativa que apresentou à AMP sobre a volta de João Cândido e filhos para as atividades da agremiação. Propôs a criação de uma comissão de seis membros para "procurar entender-se com João Cândido"⁸⁶. Francisco M. Franco, pedindo a palavra,

⁸⁶ Loureiro Fernandes lembrou que essa comissão deveria ser composta por membros da Comissão de Congraçamento, à qual deveriam ser acrescentados mais dois para dar seis. Propostas aprovadas, tal

reportou-se a alguns fatos para explicar a ausência de João Cândido: disse que João Cândido se afastara da AMP no início dos trabalhos de José Pereira de Macedo, mas por ocorrências na gestão de Milton de M. Munhoz; e lembrou que na época já havia proposto uma comissão para demover João Cândido de sua decisão "de se afastar do convívio social." Afirmou ainda que no início de sua gestão procurou novamente João Cândido, mas teria recebido resposta negativa (RMP, Ano V, Abr, 1936, N° 4, p. 126-127-128). Em 13 de janeiro de 1936, o mesmo Ary Taborda, em oração de saudação aos médicos recém-formados e novos associados da AMP, exaltava a figura de João C. Ferreira nos seguintes termos:

João Cândido, senhores que me ouvis, não traduz apenas um nome caro à nossa classe, mas compõe um dos mais rutilantes capítulos da história do Paraná, e há muito, esse glorioso nome transpôs as fronteiras da província para se impor à justa consideração na Metrópole. (RMP, Ano V, Jan, 1936, n° 1, p. 125 e RMP, Ano V, Abr, 1936, N° 4, p. 128-129).

João C. Ferreira volta a figurar nas sessões da AMP mais de um ano depois da saudação acima, apenas na ocasião da posse da 2ª presidência de Miguel J. Isaacson, em 8 de setembro de 1937, em que ficou responsável por proferir a oração oficial. Referiu-se nos seguintes termos a fatos passados:

O Presidente da Associação Médica do Paraná não pensa como aquele colega iconoclasta que bradava com todo o vigor de seus pulmões – guerra aos velhos, caminho aos moços –, nem pretende imitar aquela tribo de gentios primitivos que para livrar-se dos velhos arremessava-os ao abismo. Ao contrário, convidando-me para este lugar ele foi além de humano, gentil e benévolo, preferindo ouvir a voz da experiência neste ágape de confraternização onde a mocidade representa a quase totalidade de seus membros. E assim se explica e se justifica minha presença nesta posição de destaque. (RMP, Ano VI, Set, n°9, 1937, p. 354-358).

João Cândido Ferreira, embora fosse contemporâneo de Milton de M. Munhoz e José P. de Macedo, parece não se identificar com estes últimos; de modo que a sua “não contemporaneidade” pode ser compreendida pelo fato de que “(...) diferentes grupos etários vivenciam tempos interiores diferentes em um mesmo período cronológico (...)” (Weller, 2010, p. 209). O contexto social de nascimento e atuação de João C. Ferreira e

comissão ficou assim constituída: Carlos Heller, Antônio Teixeira de Freitas, Moacyr Garcez, Aloysio Leoni, Ary Taborda e João Alfredo Silva. (RMP, Ano V, Abr, 1936, N° 4, p. 126-127-128).

dos integrantes da diretoria de Milton de M. Munhoz⁸⁷ era diferenciado, assim como a “diversidade nas ações” desses indivíduos e seus “estilos de vida” também puderam ser. (Idem, p. 215). Tal fato pôde ser visualizado por meio da observação da negativa de João Cândido Ferreira em aceitar um posto na primeira diretoria da AMP em 1933. Neste sentido, ao mesmo tempo em que a AMP se propôs, por um lado, estar sempre se atualizando, em contato com os centros culturais de outros estados, por outro, mantinha-se colada aos “antigos portadores de cultura”, condição expressa naquela verdadeira luta travada para trazer novamente João C. Ferreira para o interior da associação e pela criação da “galeria de sócios falecidos”. Mesmo que não saibamos os reais motivos do pedido de exoneração de João C. Ferreira e filhos, acreditamos que a criação de comissões para convencê-lo a voltar para o quadro de associados da AMP evidencia as tentativas de defesa de vínculos de solidariedade entre os agremiados que ora ou outra eram ameaçados.

2.2. Admissão de sócios: o “médico da caserna” e o “médico civil”

Numa das sessões preliminares da AMP, ocorrida em 6 de agosto de 1933, foi aprovada a primeira versão dos estatutos, ficando incumbidos os médicos Milton de M. Munhoz, Cesar Pernetta e Mário B. de Abreu pela sua redação final (RMP, Ano II, Ago., Set, 1933, n^os 8 e 9, p. 276). Assim, praticamente um ano após essa redação, José P. de Macedo, em sua primeira sessão ordinária, propôs as seguintes alterações nos estatutos: modificou-se o artigo 9^o, o qual versava sobre a participação de membros correspondentes, que, residindo fora de Curitiba ou do Estado do Paraná, deveriam, contudo, estar *em condições de exercer a medicina no país* e não deveriam ser membros titulares. De acordo com Pereira Neto (2001, p. 117-118), desde o início do século XIX é possível encontrar referências na legislação aplicada no Brasil sobre o exercício profissional por parte de médicos estrangeiros. Nas primeiras décadas do século XX, a restrição ao exercício por parte de profissionais não habilitados passou a ter íntima

⁸⁷ Dos 23 componentes da primeira diretoria, em termos de faixa etária: 5 tinham até 30 anos; 7 entre 31 e 40; 3 entre 41 e 50; 1 entre 51 e 60; 3 mais de 61 anos; e 4 sem inf. Em termos de tempo de formado: 10 até 10 anos; 4 de 11 a 20; 1 de 21 a 30; 1 de 31 a 40; 2 mais de 41; 5 sem inf. Em termos de período de formação: 3 no final do XIX; 5 até 1920; 11 entre 1920-1933; 4 sem inf.; Em termos de local de formação: 12 no RJ; 5 no PR; 2 no RS; 1 na Polônia; 3 sem info.

relação com o contexto da proliferação de faculdades e de diplomas, conseqüentemente o aumento de oferta de profissionais. Se, na década de 1920, o médico Júlio P. Portocarrero defendia “estratégias que garantissem o monopólio do médico no mercado de serviços de cura” (sendo uma dessas estratégias a obrigatoriedade do diploma), já ao final de 1934, no caso em tela, o médico José P. de Macedo utilizava-se de tal estratégia como condicionante ao pertencimento ou não de médicos correspondentes na AMP. Tais membros deveriam ainda contribuir com a quantia de 20\$000 (vinte mil réis) pagos de uma só vez. Outro ponto discutido foi que, caso a associação se dissolvesse, uma assembleia geral seria convocada para dar destino conveniente ao seu patrimônio. (RMP, Ano IV, Abr. 1935, n° 4, p. 201-202). Tal ponto indica a insegurança dos médicos quanto ao futuro da própria associação.

A partir do quadro abaixo podemos visualizar a ascendência do número de sócios correspondentes provenientes de cidades do Estado do Paraná na presidência de Pereira de Macedo.

QUADRO 13: Registro parcial de novos sócios titulares, correspondentes e honorários (1933-1945)

Anos	Presidentes	Sócios Titulares	Sócios Corresp.	Sócios Honorár.	Total
1933/1934	Milton de M. Munhoz ⁸⁸	6	0	0	6
1934/1935	José P. de Macedo ⁸⁹	14	10	2	26
1935/1936	Francisco M. Franco ⁹⁰	9	0	0	9
1936/1937	1ª Pres. Miguel J. Isaacson ⁹¹	0	0	1	1
1937/1938	2ª Pres. Miguel Isaacson ⁹²	0	0	1	1
1938/1939	Victor F. do A. Silva ⁹³	0	0	0	0
1939/1940	Mário B. de Abreu ⁹⁴	7	1	0	8
1940/1941	Aramis T. de Athayde	21	11	0	32

⁸⁸ A leitura do relatório final de sua gestão não indicou o número de associados aceitos naquele momento.

⁸⁹ A leitura do relatório final de sua gestão informou a inclusão de 27 novos sócios sob a presidência de José Pereira de Macedo (RMP, Ano IV, Set., N° 9, 1935, p. 377-378).

⁹⁰ Sem registro do relatório de gestão.

⁹¹ A leitura do relatório final de sua primeira gestão informou que a AMP possuía, naquele momento, o número total de 166 associados, dos quais 66 já se encontravam sindicalizados (RMP, Ano VII, Fev, n° 2, 1938, p. 101-102). Foram 9 meses sem registro das atas na RMP.

⁹² Nesta segunda gestão de Miguel J. Isaacson, sua duração tem apenas 4 meses e a composição da diretoria é relativamente reduzida, indicando também a adesão apenas de mais um sócio honorário.

⁹³ Sem registro do relatório de gestão, portanto sem contabilização de admissões.

⁹⁴ A leitura do relatório final de sua gestão não indicou o número de associados que a AMP possuía naquele momento.

1941/1942 ⁹⁵	---	---	---	---	---
1942/1943 ⁹⁶	---	---	---	---	---
1943/1944 ⁹⁷	---	---	---	---	---
1944/1945	Joaquim de M. Barreto ⁹⁸	5	0	0	5

Fonte: quadro elaborado pelo autor conforme dados coletados das atas das sessões realizadas pela AMP entre 1933-1945.

Em sessão realizada em 18 de dezembro de 1935, o associado e primeiro secretário da presidência de Francisco M. Franco, Júlio Moreira, sugeriu que a AMP fizesse uma recepção coletiva aos médicos recém-formados na FMP, ao que Miguel Isaacson propôs que esses novos associados fossem dispensados do pagamento da “joia prevista pelo regulamento” (RMP, Ano V, Abr, 1936, n° 4, p. 126-127-128). Isso nos mostra que a admissão de sócios, naquele momento, era uma preocupação menos de ordem monetária do que uma tentativa, por meio “solene”, como se referiu Júlio Moreira, de incrementar o quadro de associados da agremiação.

Posteriormente, em 5 de março de 1937, em sessão extraordinária presidida por Miguel José Isaacson, a AMP recebeu a visita e admitiu como sócio honorário o chefe do Serviço de Saúde do Exército Nacional, Dr. Alvaro Tourinho. Homenageado por Dirceu de Lacerda e pelo presidente em exercício, ambos salientaram o papel do "congraçamento" como uma das finalidades da AMP, de que tal ocasião "marcava época na história daquela Casa". E que o “congraçamento das classes médicas civil e militar era uma realidade...” (RMP, Ano VI, Mar, 1937, n° 3, p. 91-92). O médico Dirceu Pacheco de Lacerda⁹⁹ expressou nos seguintes termos o sentimento da casa:

A vossa presença, General Alvaro Tourinho, veio descortinar, sem menor deslumbre de exagero, uma nova fase para a Associação Médica do Paraná. Era velha aspiração nossa que os colegas de idealismo, que labutam nas fileiras do Exército, viessem, integralmente, compartilhar conosco das vitórias silenciosas da Medicina, com a contribuição eficiente de sua cultura e de seu brilho espiritual. Se já existia, como sempre existiu *cordialidade* entre os médicos civis e militares, irmanados sob o mesmo objetivo social,

⁹⁵ As atas da diretoria do ano social 1941-1942 não foram registradas nas páginas da RMP. 1941 é o ano em que a *Revista Médica do Paraná* começa a aparecer com o aviso de que está sofrendo restrições no feitiço material com algumas reduções nas seções habituais, por motivo do "movimento europeu".

⁹⁶ As atas da diretoria do ano social 1942-1943 não foram registradas nas páginas da RMP.

⁹⁷ As atas da diretoria do ano social 1943-1944, embora com alguns registros, não apresentam informações de admissão de sócios.

⁹⁸ Este é o último registro que encontramos quanto à menção de admissão de associados. Entre 1945 e 1947 o quesito “admissão de sócios” não ocupa mais espaço nas atas.

⁹⁹ Dirceu Pacheco de Lacerda (1902-1962), natural da Lapa, PR, fez a seguinte carreira no ensino de Higiene: ingressa na cadeira em 1937, vira docente livre em 1939, regendo a cadeira, entre 1960-1961, quando da indisponibilidade de Milton de M. Munhoz. (Costa; Lima, 2007, p. 220).

restava unicamente solidificar essa *cordialidade*, benéfica para a ciência. (RMP, Ano VI, Mar, 1937, n° 3, p. 91-92, grifos meus)

Os “colegas de idealismo” das “fileiras do Exército” eram filhos da Revolução de 1930, posteriormente apoiadores da ditadura do Estado Novo e sua proximidade com a categoria médica não era nada estranha. A figura do Major Dr. Humberto Martins de Mello é exemplar neste sentido. Em 14 de agosto de 1935, quando foi admitido como membro titular, uma comissão foi formada justamente para recebê-lo. Martins de Mello era diretor e cirurgião do Hospital Militar da 5ª Região¹⁰⁰, posteriormente transferido para chefiar o Serviço de Pronto Socorro do Distrito Federal.

Tal “cordialidade” entre médicos civis e militares possuía sua linha de interlocução principalmente no plano político. Ricardo Costa de Oliveira (1997), ao analisar o perfil da classe política paranaense dominante entre 1930-1945 encontrou membros de famílias cuja genealogia os localizava em lugares de poder no passado e no presente. Os médicos associados da AMP, Eurípedes Garcez do Nascimento e Francisco Martins Franco estavam entre os dez ocupantes da Secretaria de Justiça durante a interventoria de Manoel Ribas (Oliveira, 1997, p. 50). Como já relatamos, Francisco M. Franco foi o terceiro presidente da AMP. Garcez do Nascimento havia atuado como Diretor da Saúde Pública do Estado, cargo que posteriormente viria a ser assumido pelo professor e neurologista da FMP, Octávio Augusto da Silveira. Este, por sua vez, seria eleito deputado federal pelo Partido Social Democrático, principal partido de apoio a Getúlio Vargas no Paraná, fato que também se passou com Francisco de Paula Soares. (Idem, p. 51). Todos, portanto, membros associados da AMP, o que demonstra a proximidade da instituição com o governo instituído a partir da Revolução de 1930, seja por meio do convite e de homenagens a médicos do exército ou, diretamente, com seus membros ocupando postos junto ao Governo do Estado.

Ora, se essa “cordialidade” era para ser “benéfica para a ciência”, era necessário que houvesse comunicações científicas, portanto. Foi assim que, sob a mesma presidência de Miguel Isaacson, em 4 de novembro de 1937, a AMP recebeu, em sessão extraordinária, a presença do renomado médico, capitão e professor, Augusto Marques

¹⁰⁰ Em sua relação com a FMP o Hospital Militar de Curitiba foi exclusivamente utilizado para exposição das aulas práticas de Clínica Dermatológica e Sifiligráfica, pelo professor José Guilherme de Loyola e depois por Domingos Gerson de Sabóia. (Cintra, 2010, p. 185). Consultar: *As instituições hospitalares no Paraná – O que é o Hospital Militar da 5ª Região*. O ESTADO, Ano I, N° 3, 3 de outubro de 1936, p. 7.

Torres¹⁰¹ para uma conferência sobre “Cardiopatias aórticas”. Tal episódio exprimia mais uma vez a proximidade entre os associados da AMP e o Hospital Militar de Curitiba, pois na ocasião da conferência, Marques Torres dissertou sobre dois doentes internados naquele estabelecimento. Os dois estavam presentes à sessão (RMP, Ano VI, Nov, Dez, 1937, n^os 11 e 12, p. 491).

Em outras ocasiões, durante a presidência de Miguel Issacson, também é possível observar a presença de médicos do exército na AMP. Citando caso análogo, em 31 de dezembro de 1937, na “Sociedade Thalia”, quando ocorria o tradicional banquete de confraternização da classe médica¹⁰², motivo de comemoração ao 5^o aniversário da AMP e de posse de nova diretoria, foram prestadas homenagens aos maiores associados, Câmara Leal e Gilberto José Fontes Peixoto, ambos do Corpo de Saúde do Exército¹⁰³, que estavam despedindo-se e deixando a capital do estado. Novamente quem tomou a palavra foi Dirceu Pacheco de Lacerda. Destacamos o seguinte trecho de sua oração: "Não há mais linhas divisórias entre o médico da caserna e o médico civil. Ambos se confundem nos mesmos anseios e nos mesmos anseios fulguram." Continua: "Partindo deixam, como tem deixado tantos méritos iguais, um vazio nas fileiras da Associação Médica do Paraná." (RMP, Ano VII, Jan, 1938, n^o 1, p. 49-51). Pacheco de Lacerda usa do termo “fileiras” para caracterizar a comunidade de médicos da associação, tal referência é muito próxima ao corpo do exército. Esse emprego de linguagem indica o quanto à “nova fase” da AMP, citada pelo mesmo médico em março daquele ano, conciliou pontos de identificação com médicos pertencentes a instituições militares. Esta característica estendeu-se para início da década de 1940: durante a primeira sessão ordinária da presidência de Joaquim de Matos Barreto (1944-1945), em 31 de janeiro de 1944, foram aceitos como sócios titulares o Coronel Ernesto de Oliveira e o Dr. Major Hugo Leal Dias, além dos Drs. Parisio Cidade (formado em 1942), Wallace de Melo e Silva e Levy Espínola Ordine (formado em 1941).

¹⁰¹ Augusto Marques Torres era Chefe de Clínica do Professor Clementino Fraga e docente livre da Faculdade Nacional de Medicina. Foi enviado para exercer função de Tenente Coronel junto ao Serviço de Saúde da Força Expedicionária Brasileira, por volta de 1942. (Malaquias, 2008, s.p)

¹⁰² Essa ocasião de confraternização e almoço/banquete foi lembrada, em sessão de posse da diretoria para a presidência de Francisco Martins Franco em 7 de setembro de 1935, como tendo sido instituída em 1930, portando durante a vigência dos trabalhos da Sociedade Médica dos Hospitais do Paraná, agremiação problematizada no primeiro capítulo dessa pesquisa. Segundo Martins Franco, tal confraternização seguia "cada vez com mais brilho todos os anos" (...) "sendo que a deste ano constitui um verdadeiro acontecimento na vida da ilustre classe." (RMP, Ano IV, Set., N^o 9, 1935, p. 373-380).

¹⁰³ Foi enviado para exercer função de Tenente Coronel junto com Augusto Marques Torres no Serviço de Saúde da Força Expedicionária Brasileira, por volta de 1942. (Malaquias, 2008, s.p)

A afirmação de Dirceu Pacheco de Lacerda de que sempre existira “cordialidade” entre os médicos “da caserna” e os “médicos civis”, sem linhas divisórias, era porque, no nosso entender, vários médicos que fizeram parte dos quadros da AMP, desde 1933, anos depois passariam a compor uma ponte de aproximação entre as duas categorias. Além de Aramis T. de Athayde, que havia ingressado no corpo de saúde do Exército em 1929 (Corrêa Lima & Costa, 2007, p. 197), citamos como exemplo os professores-associados que participaram de um “Curso de emergência militar” voltado para médicos civis, entre 16 de junho a 6 de agosto de 1942, em plena II Grande Guerra: Professor Docente-livre Tenente Brasília Vicente de Castro (Redator-Secretário da *Revista Médica do Paraná* em 1941); Professor Docente-livre Tenente Atlântido Borba Côrtes (associado da AMP desde 1933; presidente entre 1950-1953); Professor Capitão João Oscar Espíndola (associado da AMP desde 1933; 1º Secretário na gestão José P. de Macedo); Professor Major Juarez Pereira Gomes (associado desde 1933); Professor Tenente Rubens de Lacerda Manna (associado, década de 1940); Catedrático Major Paula Soares (associado desde 1933; Comissão de Polícia na gestão de Milton de M. Munhoz)¹⁰⁴.

Um exame do número e ano de formação dos sócios titulares e correspondentes aceitos durante a presidência de Aramis T. de Athayde (entre 24 de janeiro a 25 de maio de 1940) demonstra quem era “(...) o novo sangue rutilante, bem oxigenado e cheio de vida, que está sendo injetado na Associação Médica do Paraná, dando-lhe grande impulso e vitalidade.”, conforme palavras de João C. Ferreira ao recebê-los na AMP¹⁰⁵. Dentre o total de 21 sócios titulares aceitos, 13 haviam recém se formado em 1939, 3 em 1938, 3 em 1937, 1 em 1936 e 1 em 1932. Dentre os 11 sócios correspondentes aceitos, 4 haviam se formado em 1939, 3 em 1937, 2 em 1936, 1 em 1935 e 1 em 1933.

¹⁰⁴ Dentre aqueles, o professor e tenente Rubens de Lacerda Manna apresentou as seguintes conferências: “Higiene militar e medicina militar. Importância no decurso da história militar. Dever profissional e dever militar. Contribuição Científica dos Médicos Militares.”; “Seleção dos contingentes. Dados biométricos. Escolha dos soldados para as diferentes armas. Inspeção de saúde: sua contribuição ao aperfeiçoamento da raça e à saúde pública. Destino dos incapazes.”; “Fardamento e equipamento. Problemas nos exércitos, na paz e na guerra.”; “Higiene dos acampamentos, bivaques e trincheiras, higiene do campo de batalha.” *Curso de emergência militar – (Para médicos civis) – Horário geral das aulas e distribuição de professores pelas respectivas matérias.* CORREIO DO PARANÁ, Ano X, Nº 4354, 28 de maio de 1942, p. 4. (Hemeroteca Digital Brasileira). Ver também: Siqueira, 1993, p. 94-102.

¹⁰⁵ Reintegrado ao corpo de associados da AMP, João Cândido “Falou sobre as fases de declínio que a AMP atravessou devido à pouca frequência dos seus associados e que ele espera confiante, que agora, sob a dinâmica direção do dedicado e distinto colega Dr. Aramis, a mesma há de se elevar muito. Faz votos de prosperidade e saúde aos novos sócios. O Dr. Presidente da a palavra à Dra. Nanna de Carvalho Sondahl, que em nome da turma dos novos sócios promete trabalhar cooperando assim para a confraternização da classe médica e para a elevação da AMP.” Ver: RMP, Ano IX, Mar, Abr, 1940, nº 3 e 4, p. 99-100.

Além do grupo de jovens médicos também estavam sendo aceitos como sócios, naquele final da década de 1930, médicos que haviam se formado antes do surgimento da AMP ou em seus primeiros anos de funcionamento. Isso é interessante na medida em que informa-nos acerca da não regularidade do processo de aceitação de novos sócios. Dito de outra forma e tomando o exemplo do ano de 1939 em que se formaram em medicina na FMP 68 médicos (Cintra, 2010, p. 248; Costa; Lima, 2007, p. 290), nem todos os médicos recém-formados passavam, prontamente, a integrar os quadros de associados da AMP, constantemente reafirmada como a entidade representativa da classe médica paranaense.

Ao observarmos a coluna sobre o número de sócios correspondentes, no quadro inserido anteriormente, é possível constatar um considerável incremento de inscrições dessa categoria de sócios durante a segunda diretoria, sob a presidência de José P. de Macedo; algo significativamente diferente da atuação da presidência de Mário B. de Abreu, por exemplo, cujos registros indicaram apenas a admissão de um sócio correspondente. Os sócios correspondentes aceitos durante a diretoria de José P. de Macedo pertenciam às seguintes regiões: Morretes, Paranaguá, Antonina, Iraty, Ponta Grossa, Castro, Tomazina (todos do Paraná) e Porto União (Santa Catarina). Isso indica que o intercâmbio médico científico entre as cidades paranaenses seguia o ritmo que foi iniciado pela Sociedade Médica dos Hospitais do Paraná anos antes, principalmente em seu intercâmbio com os médicos da cidade de Ponta Grossa, como demonstramos no primeiro capítulo. É notável também que tal correspondência entre os médicos alcançava o norte paranaense com a cidade de Tomazina e o norte catarinense com a cidade de Porto União. Tais dados refletem a ampliação da interiorização da AMP no estado do Paraná e fora dele. Finalmente, o intercâmbio com outras localidades fora da capital paranaense significou, portanto, a ampliação do número de sócios correspondentes nos quadros da AMP como parte significativa de tal interiorização.

2.3. Intercâmbio científico: “conhecer a vida das associações congêneres”

Parte da configuração do intercâmbio científico levado a cabo pela AMP incluía o conhecimento da vida associativa de agremiações congêneres espalhadas pelo país por meio de cartas e ofícios. A primeira comunicação de posse de diretoria foi recebida pela

AMP em 27 de janeiro de 1934. Tratava-se de ofício enviado pela Sociedade de Medicina de Uruguayana, Rio Grande do Sul.¹⁰⁶ Comunicaram posse também o Instituto de Engenharia do Paraná e a Associação Médica dos Hospitais de Recife (RMP, Ano III, Nov-Dez. N°s 11 e 12, 1934, p. 480-481). Como uma das marcas características da AMP naqueles anos, esse bate e volta de informativos, recebendo e mandando agradecer a tais instituições, revelava também parte do programa daquela associação: conhecer a vida das associações congêneres.

Deste modo, no decorrer da década de 1930 e início de 1940, um incremento de associações seriam inseridas pelas diretorias da AMP num constante exercício de correspondência, atestando seu grau de nacionalização e internacionalização. Essa bandeira havia sido levantada diversas vezes pela categoria médica paranaense, como demonstramos no capítulo anterior dessa pesquisa: por meio do intercâmbio que partia das visitas aos hospitais-colônia, maternidades no entorno e na própria cidade de Curitiba (Leprosário São Roque e Maternidade Victor F. do Amaral e Silva), até a visita ao hospital beneficente e associação científica localizadas na cidade de Ponta Grossa (Hospital da Associação Beneficente vinte e seis de Outubro e Sociedade Médica Pontagrossense). Outra vez, agora em 1933, cumpre notar o destaque para o intercâmbio com São Paulo e Santa Catarina, como veremos a seguir.

O órgão oficial da associação, a RMP, publicou um comentário, em 1933, em que o médico e professor de Técnica Operatória e Cirurgia Experimental da FMP, Dante Romanó, exaltava o “gesto de elevada visão e de alto sentimento patriótico” do grêmio de alunos que havia feito um convite a dois professores paulistas para ministrarem conferências em Curitiba. No mesmo artigo, por outro lado, lamentava a falta de “cultivo” do “intercâmbio científico” a partir da descrição de um fato ocorrido na Europa. Analisando a publicação de uma obra que versava sobre Terapêutica Cirúrgica, de 1926, e citando trechos em francês, Dante Romanó apontava a falta do “cultivo” do “intercâmbio científico” como a causa de uma “inverdade” a que os médicos cirurgiões

¹⁰⁶ Localizada no entorno da fronteira fluvial entre Argentina e Uruguai, a Sociedade de Medicina de Uruguayana foi fundada na cidade de Uruguayana, Rio Grande do Sul, em 23 de janeiro de 1930. Nos excertos de seus estatutos publicados em jornal em junho de 1932, tem-se a seguinte composição de diretoria: Presidente: Dr. João Fagundes; Vice-Presidente: Dr. Francisco Orey; Secretário: Dr. Raul Ferrari Valls; Tesoureiro: Dr. Pedro Marini; Fundadores: Drs. Salathiel de Paiva Filho, José Vicente de Maia e Pedro M. Müsell. Ver: *Extractos dos Estatutos da Sociedade de Medicina de Uruguayana*. A FEDERAÇÃO, Ano XLIX, N° 238, 15 de outubro de 1932, p. 8. (Hemeroteca Digital Brasileira)

Lecène (Paris) e Leriche (Strasbourg) teriam chegado ao não utilizar, em 1926, uma técnica para intervenção arterial que existia desde 1924¹⁰⁷.

Por fim conclua:

o intuito destas linhas é realçar o valor da ação empreendida pela nobre classe acadêmica concernente ao intercâmbio, evitando no futuro fatos como estes relatados concorrendo também para que conheçamos mais de perto os grandes progressos conquistados na nossa cara pátria nos domínios da medicina. (RMP, Ano II, Ago, Set, N°s 8 e 9, 1933, p. 273-274).

Nesse sentido, as fronteiras do intercâmbio empreendido pela AMP se expandiram quando, entre 14 a 16 de novembro de 1937, o presidente em exercício, pela segunda regência consecutiva, Miguel Isaacson, organizou uma “Caravana Médica” para a cidade de Joinville, Santa Catarina, a convite da Sociedade Joinvilense de Medicina (SJM)¹⁰⁸. Tendo partido em automóveis, a caravana, “chefiada por M. Isaacson, foi composta por: Milton Munhoz (Conselho Social da AMP e Diretor-Redator da RMP), Dante Romanó (associado), Ary Taborda Ribas (Vice-Presidente da AMP e Redator Secretário da RMP), Reinaldo Machado (associado), Orlando Sprenger Lobo (associado), Alvaro Teixeira Pinto (associado), Rubem da Costa Saldanha (associado), Armando Petrelli (associado), João Alfredo Silva (Tesoureiro) e Major Dr. Camara Leal (associado). Em Joinville os médicos paranaenses visitaram uma exposição de Artes e de Flores na Lira Harmonia¹⁰⁹, bem como a Santa Casa daquela cidade, sendo por fim ocorrida uma sessão extraordinária na SJM para receber a caravana. Após o “honroso e fidalgo acolhimento”, o médico e major Camara Leal apresentou uma comunicação sobre “Ferimentos Craneo-cerebrais”. Na mesma ocasião, o médico Sprenger Lobo pediu a palavra a fim de propor uma “(...) moção de solidariedade ao Governo da República pelo advento da carta de 10 de Novembro do corrente ano, sendo a mesma aprovada por unanimidade.” (RMP, Ano VI, Nov, Dez, 1937, n°s 11 e 12, p.

¹⁰⁷ O autor contrapõe duas obras, uma de 1924 e outra de 1926, quanto ao tema “arteriotomia para embolia da artéria pulmonar”, relacionado à técnica da cirurgia. A obra citada, em francês, foi: LECENE, P; LERICHE, R. Thérapeutique chirurgicale. Tomo II, 1926. Outra, em alemão: SCHMIEDEN, V; FISCHER, W. Chirurgische operationskursus. 1930.

¹⁰⁸ Fundada em 24 de fevereiro de 1920 como Associação Médica Joinvilense, passou, 12 anos depois, a chamar-se Sociedade Joinvilense de Medicina (SJM). Nomes importantes da SJM: Norberto Bachmann (1887-1960), presidente da SJM entre 1937-1944; Plácido Gomes de Oliveira (primeiro presidente da SJM). Consultar: <<http://www.sjm.com.br/institucional/galeria-de-presidentes/>>. Acesso em: 16/03/2016.

¹⁰⁹ A Sociedade Harmonia Lyra, como é atualmente conhecida, trata-se de um centro cultural da cidade de Joinville, fundado em 1921, o qual recebia eventos de todo gênero. Fonte: <<http://www.harmonialyra.com.br/site2015/>>. Acesso em: 13/02/16.

493-494). Por fim, no Teatro Palácio, os médicos reunidos assistiram a uma “película”, compartilhada pelos médicos da caravana, sobre “O Armamento da Saúde Pública do Paraná”.

Se, por um lado, esse episódio de “excursão e de confraternização” demonstra características do intercâmbio entre associações médico científicas no sul do Brasil no final da década de 1930, também informa-nos a respeito da disposição e opinião política dos membros representantes da AMP. Pois a “carta de 10 de novembro”, a qual Sprenger Lobo se referiu, tratava-se do fechamento do Congresso Nacional e do anúncio feito por Getúlio Vargas de uma nova Constituição para o país, ocasião em que irrompia o Estado Novo. No presente caso, é possível colocar em suspeição, portanto, o interesse em “conhecer” a vida das associações congêneres como parte das iniciativas da AMP entre as décadas de 1930-1940. O que depreendemos disso é que ao examinarmos os movimentos de intercâmbio científico, podemos caracterizá-los como reforço de vínculos de solidariedade (Almeida, 2006), mas também os identificamos ornados por características tanto científicas quanto políticas. No caso específico de Santa Catarina percebemos que o caminho de intercâmbio trilhado pelos médicos paranaenses em 1937 possuía antecedentes no final da década de 1920. Um exemplo disso foi verificado em 1929, quando o jornal *República: órgão do partido republicano catharinense* apontou a admissão do Dr. Carlos Correia (diretor de Higiene daquele Estado) como sócio correspondente da Sociedade de Medicina do Paraná, em 1929, esta, um dos tripés da AMP.¹¹⁰ Apesar da ata de fusão das associações não ter apresentado qualquer informação a respeito da situação dos sócios correspondentes das sociedades que deram origem à AMP, a constatação desse intercâmbio entre estados ao final da década de 1920 reporta-nos para o legado, recebido pela AMP, de relações firmadas pelas diretorias das agremiações anteriores a ela.

Em concordância com Almeida (2006, p. 734) tal movimento descrito acima representa uma marca distintiva e contribui na compreensão da “dinâmica local de redes médico-científicas” no Brasil e, mais amplamente na América Latina, como veremos a seguir. E a AMP reforçava essa rede, a partir da década de 1930, impulsionando a solidariedade entre instituições ou associações.

¹¹⁰ Consultar: Sociedade de Medicina do Paraná. *República: órgão do partido republicano catharinense*, Nº 724, Ano III, 28 de fevereiro de 1929, p. 01.

2.4. Epílogo: A vida associativa através de relações de permuta

Buscamos demonstrar, nos itens anteriores, as “redes de interação” (Almeida, 2006, p. 735) estabelecidas entre a AMP e outras dinâmicas sociais, como a classe militar, por exemplo. Apresentamos também a vinculação de ações de cunho médico-social e de ordem política e territorial quando a AMP foi consultada sobre sua posição concernente às populações assírias do norte do estado do Paraná. De maneira mais ampla, as redes de aproximação entre associações profissionais e órgãos de divulgação, como revistas científicas no Cone Sul da América Latina, inserem-se no entendimento da “dinâmica local de redes médico-científicas”. Neste sentido, é possível perceber que vínculos de solidariedade, trocas científicas e ornamentos políticos com a participação de autoridades representativas dos governos dos estados fizeram parte dos trabalhos da AMP entre as décadas de 1930 e princípio de 1940.

Enquanto Almeida (2006, p. 744) relata o papel dos Congressos Médicos Latino-Americanos como estratégia de “estreitamento de contatos acadêmicos no continente”, a dinâmica observada, no caso da AMP, apontou que o maior intercâmbio científico se fazia com os estados da federação. As conferências foram uma expressão importante de tal intercâmbio, produzidas muitas vezes num contexto de relações estreitas precedentes entre tais estados, como o caso de São Paulo-Paraná. Cartas, ofícios, envios (informando) e recebimentos (agradecendo pelo envio) inteirando a respeito da “vida das associações congêneres” nos levam a refletir a respeito dos meios através dos quais era possível tal rede de comunicação: viações férreas, automóveis, aviões hidromotores, telégrafos, etc., faziam parte do arcabouço técnico que por vezes deixamos de registrar quando nos referimos às viagens e intercâmbios científicos.

Malgrado a impossibilidade de precisar quanto tempo levava para o recebimento de um ofício, muito menos o envio da resposta até a fonte, podemos, por outro lado, apontar a respeito da condição de possibilidade desse intercâmbio, os meios a partir dos quais a AMP utilizou-se para a eficiência de tais envios, fossem eles telegramas ou exemplares da *Revista Médica do Paraná*. Esse entendimento é importante para a inserção do tema que faremos adiante tendo em consideração a permuta de revistas.

No começo da década de 1920 o jornal paranaense *A República* noticiava o ‘sucesso’ com que a utilização do correio aéreo estava sendo levado a cabo em Roma¹¹¹, na Europa. No Brasil, seguindo o mesmo ritmo, os indícios da operação destes serviços apontam também para a década de 1920 quando é aventada a proposta de início dos serviços de correios aéreos.¹¹² No Brasil, no início da década de 1930, havia duas possibilidades de envio de postais aéreos dentro do país e fora dele, ou melhor, na América do Sul e América Central. Tratava-se das empresas aéreas Condor (Alemã) e Panair (Estadunidense). A Condor auxiliou na conexão entre as cidades do interior do Brasil e entre países limítrofes. Pela via do pan-americanismo marcou presença nos ares latino-americanos a empresa Panair (Pan American World Airlines) (Lenz, 2012, p. 4-5). Por volta de 1926 os hidroaviões da companhia Sindicato Condor, subsidiária da estatal alemã Lufthansa, fizeram a primeira viagem entre Buenos Aires e Rio de Janeiro, seguida de posterior expansão entre Rio de Janeiro-Porto Alegre-Santos-Paranaguá-São Francisco-Florianópolis. (Idem, p. 5).

O episódio do II Congresso Médico Sindicalista ocorrido em Porto Alegre em 1933 – do qual participaram Milton de Macedo Munhoz e José Pereira de Macedo – foi possibilitado, em parte, pelas vias férreas e aéreas recém-instaladas. No mesmo dia em que, “pelo noturno da Viação Férrea”, o professor da Faculdade de Medicina de Montevideú, José Maria Estapé que, convidado para o congresso apresentaria as conferências “Diagnóstico e tratamento precoce da neuro-sífilis” e “Introdução à uma crítica sobre psicanálise”, também desembarcariam na cidade, pelo avião “Riachuelo” da companhia aérea alemã “Condor”, o professor Antonio Austregésilo, Jaime Poggi, Alvaro Cumplido de Santana, Renato Pacheco, Tavares de Souza e Milton de Macedo Munhoz, este último como representante do Sindicato Médico do Paraná.¹¹³

Além desse transporte de passageiros, os jornais que circularam na década de 1930 frequentemente divulgavam os horários em que a “mala postal” dos correios fecharia. Em 1936, pela companhia Sindicato Condor, a qual possuía agentes em

¹¹¹ “Roma, 24 – Está dando bons resultados, o transporte de postais por meio de aeroplanos.” *Correio Aéreo*. A REPÚBLICA, Ano XXXII, N° 120, p. 2. (Hemeroteca Digital Brasileira).

¹¹² “Rio, 18, - A firma Hendleypoge vai pedir ao diretor dos correios a propagação do início do serviço de postal aéreo que de acordo com o contrato deveria ser inaugurado no corrente mês.” *O Correio Aéreo*. A REPÚBLICA, Ano XXXV, N° 167, p. 2. (Hemeroteca Digital Brasileira). A América Latina entrava nessa rede de correspondência interligando também Montevideú: “Montevideú, 17 – Realizaram-se em condições muito favoráveis os primeiros ensaios de correio aéreo entre Montevideú e Mercedes.” *Correio Aéreo*. A REPÚBLICA, Ano XXXVI, N° 272, p. 2. (Hemeroteca Digital Brasileira).

¹¹³ Ver: *II Congresso Médico Sindicalista: os preparativos para a grande assembléa*. A FEDERAÇÃO, Ano L, N° 147, 26 de junho de 1933, p. 3. (Hemeroteca Digital Brasileira).

Curitiba, era possível enviar remessas às terças para o norte até a Europa; às quintas para o sul até Porto Alegre; e na sexta-feira para o norte até o Rio de Janeiro, para o Mato Grosso via Santos, para a Bolívia via Mato Grosso e para o sul até Santiago do Chile via Rio de Janeiro. Pela Panair, no mesmo ano, as rotas possíveis de envio para o sul eram: às quartas, quintas, sextas, sábados e domingos; e para o norte: às segundas, terças, quartas, quintas e sextas. Em seu anúncio também trazia o oferecimento de serviços para os portos do país e do exterior, recebendo e remetendo para: Chile, Peru, Bolívia, Equador, Colômbia, América Central, México e Estados Unidos.¹¹⁴

Como se referiu Dante Romanó, quando da visita dos professores paulistas à AMP, no final de 1933, o intercâmbio entre países seria capaz de dissipar erros que poderiam levar pacientes à morte. Por este raciocínio, fossem especialidades ou clínicas, o caminho era o da atualização constante dos conhecimentos referentes às mesmas. Nada melhor do que o incremento bibliográfico por meio de uma biblioteca. Assim, durante a leitura do Relatório de Gestão referente à segunda presidência de Miguel J. Isaacson (1937-1938), em 6 de janeiro de 1938, tal relatório apresentava a relação de número total dos volumes presentes na biblioteca da AMP. Este trabalho foi executado pela Comissão de Organização da Biblioteca, criada na gestão anterior de Miguel J. Isaacson, formada pelos médicos Mário Gomes, Heitor Borges de Macedo e Benedicto Amorim (RMP, Ano VI, Mar, 1937, n° 3, p. 93-96; RMP, Ano VII, Fev, 1938, n° 2, P. 101-102). Tal biblioteca era constituída por volumes adquiridos pela relação de permuta com outras instituições e por números doados pelos membros associados, conforme pedido feito por Carlos Estrella Moreira ainda na segunda sessão ordinária da primeira diretoria da AMP, em 13 de outubro de 1933.

BIBLIOTECA

Nas estantes da nossa biblioteca, contamos atualmente com 8.271 exemplares de revistas e 121 volumes encadernados. O valor das encadernações é de 1: 177\$000 réis, e o valor global da biblioteca, afora os móveis e utensílios, atinge a cifra de 19: 178\$000 réis. *Essa apreciável elevação do nosso patrimônio, muito devemos às permutas mantidas pela Revista Médica do Paraná, Órgão desta Associação, e que ora transpõe o limiar do sétimo aniversário de sua fundação.* (RMP, Ano VII, n° 1, Jan., 1938, p. 59-62, grifos meus).

¹¹⁴ Correio Aéreo. O ESTADO, Ano I, N° 7, 8 de outubro de 1936, p. 5. Ver também: *Correio Aéreo. CORREIO DO PARANÁ*, Ano II, N° 254, 20 de março de 1933, p. 2. (Hemeroteca Digital Brasileira).

As revistas recebidas por permuta também nos permitem falar um pouco do intercâmbio ocorrido entre instituições acadêmicas, sociedades médico-científicas e particulares com a AMP. Desde 1932 os redatores responsáveis pela RMP registraram nas páginas da revista quais eram e de onde provinham os periódicos que ela estabelecia relação de permuta¹¹⁵. Em cada número da RMP, uma espécie de “carta de solicitação” (Guinchat; Menou, 1994, p. 89) era editada junto com os demais conteúdos da revista.¹¹⁶ Ao comemorar um ano de publicação, um editorial da revista, ao mesmo tempo, agradecia “(...) o acolhimento que lhe foi dispensado não só no Estado, como fora dele, em outros pontos do País e no estrangeiro (...)” (RMP, Ano II, nº 1, Dez., 1932, p. 1). Considerando as condições de possibilidade para o intercâmbio via permuta entre revistas, vejamos o desenho geográfico aproximado desse intercâmbio na próxima página:

¹¹⁵ Como uma forma de aquisição de literatura científica, a relação de permuta pode ser definida “(...) pelo envio recíproco de documentos de uma unidade de informação a outra. Este procedimento necessita de uma “moeda de troca”, como obras em duplicata, coleções de periódicos supérfluas ou documentos produzidos pelos organismos que efetuam a permuta. As vantagens da permuta são a economia de fundos (particularmente de moeda estrangeira) e a possibilidade de trocar todo o tipo de documentos e muitas vezes literatura confidencial.” (Guinchat; Menou, 1994, p. 87).

¹¹⁶ Na mesma tabela em que mostrava a informação sobre a assinatura anual da revista a 12\$ 000, também foi registrado: “Pede-se permuta com publicações que interessam à classe.” (RMP, Ano III, nº 5, Mai., 1934, p. 170).

GRÁFICO 3: Gráfico geográfico de permuta de periódicos com a RMP (1932-1936)¹¹⁷



Legenda-Permuta: 1932-1936

- 1) Rio de Janeiro: 230x (33,3%)
- 2) São Paulo: 148x (21,4%)
- 3) Pernambuco: 47x (6,6%)
- 4) Uruguai: 39x (5,6%)
- 5) Venezuela: 35x (5,07%)
- 6) México: 30x (4,3%)
- 7) Bahia: 28x (4,1%)
- 8) Argentina: 25x (3,6%)
- 9) Paraná: 23x (3,3%)
- 10) Rio G. do Sul: 20x (2,9%)
- 11) Peru: 19x (2,7%)
- 12) Honduras: 9x (1,3%)
- 13) Chile: 7x (1%)
- 14) Alagoas: 6x (0,8%)
- 15) Ceará: 6x (0,8%)
- 16) Equador: 3x (0,4%)
- 17) Minas Gerais: 2x (0,2%)
- 18) Paraíba: 2x (0,2%)
- 19) França: 2x (0,2%)
- 20) Espírito Santo: 1x (0,1%)
- 21) Rio G. do Norte: 1x (0,1%)
- 22) São Salvador: 1x (0,1%)
- 23) Cuba: 1x (0,1%)

Total: 689x (100%)

Margem de erro: 1,8%

¹¹⁷ Fonte: gráfico elaborado pelo autor com base nos dados coletados na *Revista Médica do Paraná* entre: Ano I, n° 3, Fev, 1932 e Ano V, Nov, 1936, n° 11.

Conforme gráfico geográfico anterior, a revista estabeleceu relação de permuta cerca de 689 vezes com estados brasileiros e países latino-americanos de 1932 a 1936. A legenda à esquerda indica *quantas vezes* a RMP entrou em contato com cada local e não necessariamente o número de periódicos, podendo ter se repetido a permuta de um mesmo título ano a ano. Como podemos perceber, das 23 localidades identificadas, 12 eram pertencentes a estados brasileiros, 10 de países do Cone Sul e América Central e 1 registro na Europa, especificamente na França. Malgrado a inegável preponderância dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, principais regiões de formação acadêmica dos médicos identificados em nossa pesquisa, as permutas com o Uruguai foram as mais preponderantes logo depois das realizadas com Pernambuco. Tal país, junto com Venezuela e México, forma o grupo mais intenso deste tipo de intercâmbio, se comparado à Bahia, Paraná e Rio Grande do Sul, por exemplo.

QUADRO 14: Periódicos em permuta com a RMP (1933-1936)

Local de Publ.	Títulos dos Periódicos
Rio de Janeiro	O Hospital ¹¹⁸ ; Revista de Gynecologia e d' Obstetricia; Laboratório Clínico; A Folha Médica; Revista Clínica; Memórias do Instituto Oswaldo Cruz; Revista Medico Cirurgica do Brasil ¹¹⁹ ; Boletim do Sindicato Medico Brasileiro; Anaes Brasileiros de Medicina e Cirurgia ¹²⁰ ; Revista do Pharmaceutico; Salus Populi; Movimento Médico ¹²¹ ; Boletim de Therapeutica; Revista Brasileira de Cirurgia; Boletim da Academia Nacional de Medicina; Medicina Academica; Vida Medica (também MG); Actas Ciba; Medicina Clínica; Revista Therapeutica; Jornal dos Médicos; Arquivos Brasileiros de Cardiologia e Hematologia; Revista Syntiatica; A Pediatria; Biologia Médica; Revista da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro; O Mundo Médico; Revista Clinica e Pharmaceutica; Novotherapia (também SP); Jornal dos Clinicos; Universidade; Revista da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro; Medicina, Cirurgia e Farmacia; Archivos da Fundação Gaffrée e Guinle; Boletim de Educação Sexual; Jornal de Syphilis e Urologia; Boletim da Assistencia Municipal; Imprensa Medica; Revista de Medicina Militar; Medicina Nova; Revista de Organoterapia; Jornal de Andrologia; Anaes Brasileiros de Gynecologia; Jornal de Agricultura; Letras Medicas; Resenha Medica; Revista Fluminense de Medicina; Estudo Critico do opusculo do Prof. Rocha Vaz sobre o Ensino Medico - Dr. Abelardo Alves de Barros.
Total: 48	
São Paulo	Anaes Paulistas de Medicina e Cirurgia; Resenha Clinico Scientifica; Boletim da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo; Novotherapia; Revista Oto-Laryngologica de São Paulo;

¹¹⁸ Sob a autoria de Annibal Nogueira Junior e Rocha Vaz, os redatores da RMP destacaram o trabalho: "O diagnóstico da dispepsia hipostenica pela prova da histamina"; "Exploração do bioquimismo". (*Revista Médica do Paraná*: Ano II, nº 10, Out, 1933, p. 329-332).

¹¹⁹ Sob a autoria de Matheus de Lemos, os redatores da RMP destacaram o trabalho: "A greve da fome de Gandhi-ji. Seu aspecto medico legal e filosofico". (*Revista Médica do Paraná*: Ano II, nº 10, Out, 1933).

¹²⁰ Sob a autoria do Dr. Neves Manta, os redatores da RMP destacaram o trabalho: "Fundamentos de psiquiatria clínica". (*Revista Médica do Paraná*: Ano II, nºs 8 e 9, Ago, Set, 1933, p. 295-299).

¹²¹ Sob a autoria do Dr. S. Ibiapina, os redatores da RMP destacaram o trabalho: "Em torno de alguns sintomas nervosos e psíquicos da Eschitosomose Intestinal". (*Revista Médica do Paraná*: Ano II, nºs 8 e 9, Ago, Set, 1933, p. 295-299).

Total: 22	Revista Urológica de São Paulo; Gazeta Clínica; Revista da Associação Paulista de Medicina; Arquivos do Instituto Penido Burnier ¹²² ; Revista; Publicações Médicas; Archivos de Biología; São Paulo Médico; Revista de Cirurgia de São Paulo; A Notícia Médica; Hipocratea; Revista de Leprologia de São Paulo; Revista Paulista de Tisiologia; Revista de Medicina; Resenha Clinco-Scientífica; Boletim do Sindicato Médico de Campinas; Clima e Tuberculose.
Pernambuco Total: 6	Revista Médica de Pernambuco; Archivos do Hospital do Centenario; Arquivos de Cirurgia e Ortopedia; Memórias e Discussões da Sociedade de Medicina de Pernambuco; Jornal de Medicina de Pernambuco; Arquivos Brasileiros de Cirurgia e Ortopedia.
Uruguai Total: 2	Revista de Tuberculosis del Uruguay; Archivos Uruguayos de Medicina, Cirurgia y Especialidades ¹²³ .
Venezuela Total: 7	Gaceta Médica de Caracas; Caracas Médico; Medical; Archivos Venezolanos de Cardiología e Hematología; Revista de la Clínica Luiz Razzeti; Venezuela Odontológica; Aborto (Monografía).
México Total: 10	Gaceta Médica do México; Crónica Médica Mexicana; Revista Mexicana de Puericultura ¹²⁴ ; Revista Médica; Medicina y Cirugía de Occidente; Revista Médica de la Clínica y Sanatorio de Occidente; Revista de Gastro Enterología de México; Reglamento de la Academia Nacional de Medicina del México; Cirugía; Revista Mensual de Medicina (Pasteur).
Bahia Total: 3	Bahia Médica ¹²⁵ ; Revista Médica da Bahia; Revista Homeopática da Bahia.
Argentina Total: 3	Revista Médica Latino Americana ¹²⁶ ; Anales del Departamento Nacional de Higiene; Archivos de la Asociación Médica del Hospital Pirovano.
Paraná Total: 4	Revista Brasileira de Pediatría; Tribuna Farmacéutica; Indústria e Comércio; A Química.
Rio Grande do Sul Total: 4	Revista de Radiología e Clínica; Arquivos de Clínica Oftalmológica e Oto-rino-laringológica; Arquivos Rio Grandenses de Medicina; Revista dos Cursos.
Peru Total: 4	Revista Médica Peruana; Gaceta Médica Peruana; Boletim Informativo de la Asociación Médica Peruana "Daniel A. Carrion".
Honduras Total: 2	Revista Médica Hondureña; Gazeta Médica Hondureña.
Chile Total: 1	Boletim de la Sociedad de Cirugía do Chile.
Alagoas Total: 1	Arquivos da Sociedade de Medicina de Alagoas
Ceará Total: 1	Ceará Médico.

¹²² Sob autoria do professor Enjolras Vampré, os redatores da RMP destacaram o trabalho: "Neurologia post-operatória (psico-patologia do ganglio de Gasser)". (*Revista Médica do Paraná*: Ano I, nº 5, Abril de 1932, p. 229-230).

¹²³ Órgão oficial da Federación de las Sociedades Médico-Científicas del Uruguay. Sob a autoria do Prof. José Maria Estapé, os redatores da RMP destacaram o trabalho: "Complexo de Narciso y psicosis paranoidea en un adolescente". (*Revista Médica do Paraná*: Ano II, nºs 8 e 9, Ago, Set, 1933, p. 295, 299) e "Luminal, confeminal y las combinaciones de luminal en el tratamiento de la epilepsia", de autoria do Dr. Ventura C. Darder. (*Revista Médica do Paraná*: Ano II, nº 10, Out, 1933, p. 329-332).

¹²⁴ Sob a autoria do Dr. Manoel Neimann, os redatores da RMP destacaram o trabalho: "Contribucion al estudio de la malarioterapia en la infancia". (*Revista Médica do Paraná*: Ano II, nº VII, Jul, 1933, p. 243-247) e para "Psicanálise, psicologia individual e psicossintese", do Dr. Adolfo Leite (*Revista Médica do Paraná*: Ano II, nºs 8 e 9, Ago, Set, 1933, 295-299).

¹²⁵ Sob a autoria do Prof. Alfredo Britto, os redatores da RMP destacaram o trabalho: "Aula inaugural do Curso de Clínica Neurológica." (*Revista Médica do Paraná*: Ano II, nº 10, Out, 1933, p. 329-332).

¹²⁶ Sob a autoria de José Maria Estapé, os redatores da RMP destacaram o trabalho: "Psico-neurosis ansiosa y uxoricidio". (*Revista Médica do Paraná*: Ano II, nº VI, Jun, 1933, p. 197-199).

Equador Total: 3	Boletim de Medicina y Cirurgia; Revista de la Universidad de Guayaquil; Anales de la Universidad Central.
Minas Gerais Total: 2	Anaes do Instituto Biotherapico de Belo Horizonte; Vida Medica.
Paraíba Total: 1	Medicina.
França Total: 2	Umfia (Revista Oficial da União Médica Franco-íbero-americana); Enseignement de l'année (Association d'Enseignement Médical dos Hôpitaux de Paris).
Espírito Santo Total: 1	Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.
Rio Grande do Norte Total: 1	Boletim do Sindicato Norte-Riograndense.
São Salvador Total: 1	Heraldo Medico.
Cuba Total: 1	Universidad de la Habana.

Fonte: quadro elaborado pelo autor com base nos dados coletados na *Revista Médica do Paraná* entre: Ano I, nº 3, Fev, 1932 e Ano V, Nov, 1936, nº 11.

Os redatores fizeram questão de usar termos como “Estrangeiro” e “Centro América” para classificar as revistas da relação de permuta que apresentavam ao final dos números da RMP. Optamos por fazer o levantamento a partir de 1932, um ano antes da fusão das agremiações, para tentar perceber se houve ou não o incremento no número de periódicos permutados. Desta forma, a partir do final de 1933, período da fusão das agremiações, notamos que a relação de revistas recebidas praticamente duplicou-se, demonstrando que, mais do que na comunhão de associados numa mesma agremiação, foram também reunidos os laços de relações de permuta e intercâmbio de revistas científicas que faziam parte da rotina de trabalhos tanto da Sociedade de Medicina do Paraná, quanto da Sociedade Médica dos Hospitais do Paraná, então em processo de fusão.

Era, sobretudo, esta relação de permuta que permitia à AMP o maior fluxo de notícias a respeito da sua vida associativa e dos trabalhos científicos discutidos em suas sessões e publicados na RMP. As resenhas de artigos que ajudavam a compor a fisionomia da RMP só eram possíveis também por meio de tal intercâmbio. Veremos no próximo capítulo que esse movimento de trocas de conhecimento em âmbito nacional e internacional favoreceu a que os associados paranaenses tivessem acesso a conteúdos de Medicina Legal, Neurologia e Psiquiatria. Tais conteúdos muitas vezes eram enviados para o correio da associação na forma de “separatas” ou “destaques”. (Almeida, 2006, p.

748). Por exemplo, os redatores publicaram a resenha de um trabalho, comunicado à Associação Médico-Cirúrgica de Minas Gerais e publicado na revista Publicações Médicas (Ano V, N° 10, Mai, 1934), no qual o autor versava sobre o uso de um novo medicamento no tratamento de neuro-lues, o qual vinha substituir os efeitos da técnica da malarioterapia. O recurso à malarioterapia foi defendido e utilizado pelo médico e professor de Clínica Psiquiátrica Alô T. Guimarães quando da sua atuação como clínico no Hospício Nossa Senhora da Luz, na década de 1930. Sua prática, portanto, era também determinada por essa relação de permuta estabelecida pela AMP com outros círculos médicos, já que, como associado da AMP, tinha liberdade de acesso aos arquivos constituintes da biblioteca daquela agremiação, repositório dos títulos de permuta.

O intercâmbio médico-científico estabelecido pelos médicos agremiados na AMP seguia um “circuito” – para utilizar um termo de Almeida (2006) – gerado antes da década de 1930, percorrendo trilhas de contatos entre associações, sociedades científicas e instituições que foram estabelecidas ao final do século XIX e início do XX. Tal como a análise empreendida por Almeida (2006) a respeito da relação de permuta efetuada pelo periódico *Brazil-Médico* com outras revistas latino-americanas no início do século XX, especificamente em 1905¹²⁷, nossa investigação mostrou que a RMP expressou a continuidade no intercâmbio com alguns títulos permutados pelo *Brazil-Médico* vários anos antes. Dentre os títulos de periódicos latino-americanos identificados por Almeida (2006, p. 748-749) na relação de permuta com o *Brazil-Médico*, identificamos que, além dos *Anales del Departamento Nacional de Higiene*, da Argentina; a *Cronica Medica Mexicana* e a *Gaceta Medica do México*, ambas publicações do México, foram os títulos que mais circularam entre setembro de 1933 a dezembro de 1934 em relação com a RMP¹²⁸. Tal informação indica tanto a

¹²⁷ A autora levantou a hipótese se esse intercâmbio, levado à cabo pelo periódico *Brazil-Médico*, teria sido duradouro ou não nas décadas seguintes: “Não é nosso objetivo neste artigo, mas certamente um levantamento acerca de permutas de outros periódicos, bem como o estudo sobre os acervos constitutivos das bibliotecas especializadas da época, sobre as contribuições de artigos, matérias e informes de autores latino-americanos em revistas brasileiras – e vice-versa –, e sobre a manutenção ou não desses contatos, revelariam facetas pouco conhecidas desse tipo de intercâmbio no continente, naquele período.” (Almeida, 2006, p. 749).

¹²⁸ Para a *Cronica Medica Mexicana*, conferir: RMP, Ano II, n°s 8 e 9, Ago, Set, 1933, p. 295-299. Para a *Gaceta Medica do México*, conferir: RMP, Ano III, n° 11 e 12, Nov, Dez, 1934, p. 477-478.

continuidade de um intercâmbio na América Latina desde o início do século XX, quanto quais revistas podem ser citadas entre aquelas que participaram de tal “circuito”.

A imagem da RMP internacionalizada é reafirmada no início da década de 1940. Em 1941 o associado Dirceu de Lacerda, após apresentar sobre a mesa da diretoria da AMP uma proposta para sócios beneméritos, engrandeceu, na ocasião, os atributos de Victor Ferreira do Amaral identificando-o à fundação da Universidade do Paraná, de João Candido Ferreira relacionando-o aos préstimos à ciência médica e Milton de Macedo Munhoz pela fundação da *Revista Médica do Paraná* “(...) a palavra autorizada da nossa ciência, que percorre a América do Sul.” (RMP, Ano X, Fev., n° 2, 1941, p. 67-69). Aquela “palavra autorizada”, portanto, percorreu a América, não apenas do Sul, como demonstramos. Percorrendo o litoral e adentrando o interior do Brasil, tal “circuito” contribuiu na própria manutenção da vida associativa da AMP, constituindo-se num exemplo de intercâmbio médico-científico ocorrido em nosso continente.

CAPÍTULO III

MEDICINA LEGAL E PSIQUIATRIA NA TERRA DOS PINHEIRAIS

Veremos, nos próximos itens, o diálogo entre os médicos da Associação Médica do Paraná com outras instituições de Curitiba, como o Departamento Médico-Legal e o Hospício Nossa Senhora da Luz. Por esta via, buscaremos entender qual a expressão da Medicina Legal e da Psiquiatria no seio da AMP e quais atores dialogaram na produção de conhecimento sobre essas matérias, o qual foi divulgado na *Revista Médica do Paraná* e nos intercâmbios científicos propiciados pelas viagens e encontros com médicos de outras cidades e estados brasileiros. Neste capítulo, portanto, faremos uma análise mais aprofundada das posições dos atores em instituições de ensino e assistência relativas àquelas especialidades, bem como os temas médico-científicos correlatos mobilizados pelos referidos médicos que aparecem no periódico da AMP e nos intercâmbios científicos levados a efeito por seus membros conforme apontado nos capítulos 1 e 2.

3.1. Medicina Legal em Curitiba: personagens e posições institucionais

Conquanto a criação, por parte do Governo do Estado, do cargo de médico da Polícia, atuante como legista por meio de decreto lei n° 15 de 21/05/1892 (Costa; Lima, 2007, p. 262), Ernani Simas Alves relata que o registro dos exames médico-legais teria começado um pouco mais tarde, em 1899¹²⁹, citando os nomes de Victor Ferreira do Amaral e Silva¹³⁰ e Antonio Rodolfo Pereira Lemos como “os primeiros legistas do

¹²⁹ “É criado o lugar de Médico da Polícia, na Capital, ao qual compete: exames de corpo de delito, sanidade e autópsia (...)”. Citado em: <<http://www.iml.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=10>>. Nomenclaturas: Serviço (Gabinete) de Medicina Legal de 21 de maio de 1892 até 17 de junho de 1929, quando, pelo decreto n° 1101, foi alterado para Departamento de Medicina Legal. Atualmente recebe o nome de Instituto Médico Legal, conforme Lei n° 4615, de 9 de julho de 1962. Conferir também: *Decreto n.º 321, de 19 de abril de 1918*. Súmula: aprova o regulamento para o Serviço Médico Legal do Paraná. Fonte: ARQUIVO PÚBLICO (PR). História administrativa do Paraná (1853-1947): criação, competências e alterações das unidades administrativas da Província e do Estado. – Curitiba: Imprensa Oficial/DEAP, 2000.

¹³⁰ A bibliografia memorialística aponta Victor Ferreira do Amaral e Silva como o médico responsável pelo primeiro laudo de lesões corporais em 1897 (Costa; Lima, 2007, p. 24).

Paraná” (Alves apud Costa; Lima, 2007, p. 262)¹³¹. O primeiro seria, posteriormente, um dos fundadores da Universidade do Paraná em 1912 e o segundo se tornaria, mais tarde, chefe do Serviço Sanitário do Hospício Nossa Senhora da Luz entre 1908-1918 e responsável pela cadeira de Clínica Neurológica e Psiquiátrica na Faculdade de Medicina entre 1913-1918 (Cintra, 2010, p. 87). Por outro lado, existem registros de memória histórica que indicam, ainda no final do século XIX, que o Serviço Médico Legal foi dirigido pelo médico Jorge Hermano Meyer (1861-1925), entre 1894 a 1896. Depois, no início do XX, por José Maria Guilherme de Loyola (1874-1951), que também teria exercido a direção do referido serviço entre 1900 a 1904 (Wittig, 2011, p. 315-316).

Observamos, nesta geração de médicos formados entre o final do XIX e início do XX, outro nome que figura no histórico sobre a Medicina Legal no estado do Paraná: Miguel Severo de Santiago (1876-1919). Natural de Fortaleza, Ceará, passou toda a sua vida em Curitiba, tendo se formado na FMRJ em 1901, ocasião na qual defendeu a tese *Tratamento cirúrgico da Osteo-epiphysite inferior do fêmur*. Atuou na área de cirurgia na SCMC ao lado de João Evangelista Espíndola, Amaral e Silva e Reinaldo Machado nas primeiras décadas do século XX. Com os mesmos, participou também da fundação da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Paraná (1902), sendo redator da *Gazeta Médica do Paraná*, órgão daquela sociedade médico-científica. Médico legista na Repartição Central de Polícia do Estado, Severo de Santiago foi o fundador do Gabinete (Serviço) de Identificação e Estatística pela Datiloscopia e diretor do mesmo em 1912. Na FMP foi responsável pelas cadeiras de Elementos de Anatomia Descritiva e Topográfica da Cabeça [Odontologia], em 1913 foi transferido para a cadeira de Anatomia Descritiva e Anatomia médico, cirúrgica, operações e aparelhos; Anatomia descritiva, pt. 1 e 2 e Anatomia médico, cirúrgica, operações e aparelhos entre 1915-1919. Outra narrativa indica-o como: “(...) o primeiro toxicologista do Paraná, que devido ao seu destaque na área, foi homenageado (1940) recebendo o antigo laboratório de Toxicologia o nome ‘Laboratório Miguel Santiago’” (Wittig, 2011, p. 316). Foi também um dos fundadores da Universidade do Paraná, junto com Nilo Cairo, Amaral e

¹³¹ Ernani Simas Alves (1914-2000), natural de Curitiba (PR), formou-se na Faculdade de Medicina do Paraná. Ingressou no Departamento Médico Legal em 1943, sendo seu diretor a partir de 1950. As narrativas memorialísticas indicam este médico como responsável pelo primeiro exame pericial de grupos sanguíneos em casos de esclarecimento de paternidade. Alcançou também a cátedra de Medicina Legal em 1952. Grande parte dos dados de memória a respeito da Medicina Legal e da Psiquiatria é de autoria deste médico. A este respeito, conferir, por exemplo: Alves; Pilotto, 1994; Costa; Lima, 2007 e Wittig, 2011.

Silva e Hugo Gutierrez Simas em 1912 (Costa; Lima, 2007, p. 53-128; Ross, 2012, p. 41-42; Cintra, 2010, p. 197-201-217).¹³²

Vejamos no quadro a seguir a organização dos dados referentes às atuações de médicos no Serviço e posterior Departamento de Medicina Legal.

QUADRO 15: Médicos atuantes no Serviço Médico Legal (SML) e no Departamento Médico Legal (DML) do Estado do Paraná (1892-1941)

Ano	Personagem	Local	Posto	Observações
1892-1894	Antonio Rodolfo Pereira Lemos (1852-1918)	SML	Diretor	Médico da Polícia e do Regimento da Segurança Pública do Estado; também foi diretor do HNSL; Faleceu vítima da gripe espanhola.
1894-1896	Jorge Hermano Meyer (1861-1925)	SML	Diretor	Formado na Alemanha: Universidade de Heidelberg e Goeting.
1897-1900	Victor Ferreira do Amaral e Silva (1862-1953)	SML	Diretor	Instituiu em 1899 o primeiro livro de registros de laudos.
1904-1919	Miguel Severo de Santiago (1876-1919)	SML	Médico Legista; Diretor	Fundou o Gabinete de Identificação e Estatística pela Datiloscopia (1912); Toxicologista, suicidou-se no ano da gripe espanhola.
1911-1914	Alfredo de Assis Gonçalves (1884-?)	SML	Médico Legista	Professor de Medicina Pública (1920-1923), (1928) e substituto de Medicina Legal (1939-1945).
1912-1917	João de Paula Moura Brito (?-?)	SML; DML	Diretor interino	Professor de Medicina Legal na FMP e na Faculdade de Direito.
1917-1930			Diretor	
1922	Pedro Alegretti Filho (?-?)	SML	Diretor Interino	
1928-1944	José P. de Macedo (1883-1965)	SML; DML	Médico Legista	Foi preparador cadavérico na Cadeira de Anatomia Descritiva entre 1915-1916.
1928-1930	José Francisco Nauffal (1898-1970)	SML; DML	Médico Legista	
1931-1932			Diretor	
1930	Bernardo Leinig (?-?)	DML	Médico Legista	
1930	Pedro Chagas Bicalho (?-?)	DML	Médico Legista	
1930-1943	Julio E. Moreira (1899-1975)	DML	Médico Legista	Diretor do Posto de Assistência Pública do Departamento e chefe do Laboratório de Polícia Técnica na década de 1930.
1932	Erasto Gaertner (1900-1953)	DML	Diretor	Médico Obstetra. Fez parte da Comissão de Visitas da Sociedade Médica dos Hospitais do Paraná.
1932-1935	Carlos Mafra Pedroso (?-?)	DML	Médico Legista	Diretor do Instituto de Identificação de 1935 a 1957.

¹³² Uma busca realizada na revista *Paraná-Médico*, órgão da Sociedade de Medicina do Paraná, mostrou que, entre alguns artigos publicados pelos médicos citados e antes de 1930, dois eram de autoria de Miguel Severo de Santiago: “*Um caso de histeria*” (PM, 1916, Ano I, N° 1, p. 6-9); “*A propósito do caso Genoveva Zebroska*” (PM, 1916, Ano I, N° 5, p. 71-77). Encontramos ainda um registro de publicação da autoria de Cláudio Lemos, filho de Pereira Lemos: “*O monge do Taquaral*” – Cláudio Lemos (PM, 1917, Ano I, N° 12, p. 192-?).

1930-1943 (?)	Saul Chaves (?-?)	DML	Médico Legista	Superintendente da Polícia Técnica em 1937.
1932-1934	Alô T. Guimarães (1903-1985)	DML	Médico Legista	
1934-1951			Diretor	

Fonte: Quadro elaborado pelo autor com base nas seguintes obras: Filho, 1993; Pilotto; Alves 1994; Costa; Lima, 2007; Cintra, 2010; Wittig, 2011; Drummond, 2011.

Mais do que simplesmente visualizar a lista de nomes que atuaram no Serviço e no Departamento Médico Legal, o quadro apresentado acima trás alguns indícios importantes. O primeiro é a demonstração de que antes da existência da AMP, desde a última década do século XIX o campo médico paranaense ocupava-se da medicina legal, por meio de instituições como o Serviço Médico Legal, o Gabinete de Identificação e de matérias nos cursos de medicina e direito. O segundo indício é o de que nos anos de 1910 e 1920, o campo médico-legal no Paraná passa a interessar a mais atores sociais, principalmente a partir da direção do Serviço Médico Legal por Miguel Severo de Santiago e a criação, por este, do Gabinete de Identificação e Estatística pela Datiloscopia (1912), como observamos nas linhas do quadro sombreadas em cinza claro. Tal concentração acentua-se durante a diretoria de João de Paula Moura Brito no Departamento Médico Legal, entre 1917-1930¹³³, mas, neste caso, devido a uma rotatividade dos médicos que assumiram o Serviço Médico Legal por um curto período de tempo: Pedro Alegretti Filho (interinamente em 1922) e José Francisco Nauffal (1898-1970), médico legista em 1928.

O terceiro indício observável é a maior ampliação do número de atores envolvidos nos serviços e locais de ensino da medicina legal, ao longo da década de 1930, como se verifica pelo grupo de médicos assinalados em cinza escuro no quadro acima. Esta ampliação numérica de médicos envolvidos nas instituições citadas correspondeu a uma complexificação do sistema institucional relativo à medicina legal. Erasto Gaertner (1900-1953), médico obstetra e diretor do Departamento em 1932 conseguiu uma importante mudança naquele órgão: “(...) o desmembramento do Departamento Médico Legal e o Serviço de Identificação, além disso, sugeriu a criação da Polícia Técnica.” (Wittig, 2011, p. 318). Mesmo que desmembrados, veremos

¹³³ João de Paula Moura Brito (?-?), formou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, defendendo, em 1906, a tese “Demência Precoce”.

adiante que a interlocução entre o DML e o Serviço de Identificação será elogiada por um médico legista paulista em visita à cidade de Curitiba.

Conforme narrativas de memória consultadas, o número de médicos legistas no Departamento Médico Legal durante a década de 1930 nem sempre satisfazia as necessidades de Curitiba e região. Tal quadro só seria alterado por volta das décadas de 1950 e 1960. (Alves; Pilotto, 1994; Costa; Lima, 2007 e Wittig, 2011). Por outro lado, em relatório apresentado ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná, em 1 de fevereiro de 1930, o presidente do Estado do Paraná, Affonso Alves de Camargo, relatando algumas alterações realizadas no âmbito da Polícia Civil e do Departamento Médico Legal, vinculado àquela administração, afiançava: “O Departamento Médico Legal está hoje magnificamente instalado em um prédio próprio situado à rua Aquidabam e dispõe de pessoal perfeitamente apto para o serviço.”¹³⁴ Tal impressão seria reafirmada 6 anos depois quando da visita do médico paulista Hilário Veiga de Carvalho à Faculdade de Medicina do Paraná.

A criação da Polícia Técnica, por volta de 1932, possibilitou a entrada em cena do médico Júlio Estrella Moreira, além de Saul Chaves e Carlos Mafra Pedroso¹³⁵, outros três nomes que encontramos em bibliografia memorialística. Júlio Estrella Moreira, cirurgião dentista, formado em 1929, teve participação ativa na AMP entre as décadas de 1930-1940. Participou, junto com Alô Guimarães, de banca para aprovação da livre-docência de Ernani Simas Alves. Saul Chaves, médico legista, trabalhou com Alô Guimarães e Júlio Estrella Moreira no Gabinete até 1943, quando foi convocado, junto com Estrella Moreira, para o serviço do Exército (Alves; Pilotto, 1994, p. 25-27; Costa; Lima, 2007, p. 263-282). Carlos Mafra Pedroso, por sua vez, formado em 1924, na mesma turma de Aramis Taborda de Athayde, foi nomeado diretor do Departamento Médico Legal em 1935, bem como do Setor de Identificação. (Wittig, 2011, p. 318).

¹³⁴ Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná, pelo presidente Dr. Affonso Alves de Camargo ao instalar-se a 1ª Sessão da 20ª Legislatura, Curitiba, 1º de fevereiro de 1930, p. 27. Consulta: Relatório dos Presidentes dos Estados Brasileiros – 1892 a 1930 (Hemeroteca Digital Brasileira).

¹³⁵ Júlio Estrella Moreira (1899-1975), natural de Curitiba, formou-se em medicina pela FMP; docente livre de Clínica Odontológica em 1936. Atuou no Departamento Médico Legal durante a década de 1930, foi diretor do Posto de Assistência Pública do Departamento e chefe do Laboratório de Polícia Técnica; Saul Chaves (?-?), assistente de Clínica Oftalmológica em 1935-1936, superintendente da Polícia Técnica em 1937 e médico legista entre as décadas de 1930-1940; Carlos Mafra Pedroso (?-?), formado pela FMP em 1924. Médico Legista em 1932; Diretor do Instituto de Identificação de 1935 a 1957. Consultar: <<http://www.institutodeidentificacao.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=33>>. Acesso em 17/02/16.

O quarto indício é a percepção de que vários representantes da geração de médicos formada entre o final do século XIX e início do XX – atuantes na medicina legal como peritos antes da reforma empreendida por Erasto Gaertner em 1932 – foram não apenas responsáveis pelo início dos trabalhos no Serviço de Medicina Legal como assumiram a cátedra respectiva a tal matéria nas faculdades de Medicina e Direito, como veremos a seguir.

Consoante dados levantados, percebemos que tal geração, atuantes antes de 1930, formou-se entre o final do século XIX e início do XX no Rio de Janeiro trabalhando no âmbito das perícias médico-legais no estado do Paraná antes mesmo da criação da Universidade do Paraná e das Faculdades de Medicina e Direito. Seu envolvimento na matéria da medicina legal, portanto, precedeu o ensino daquela especialidade em terras paranaenses autorizando que, posteriormente, assumissem também as atividades de ensino correlatas ao tema, tendo em vista sua formação no Rio de Janeiro.

De acordo com Cerqueira (2014), uma cadeira própria de Medicina Legal já existia na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro desde a reforma do ensino em 1832. Abarcava áreas de interesse que mais tarde estariam circunscritas à psiquiatria, cuja cadeira, por sua vez, passou a funcionar a partir de 1883 no contexto da FMRJ. Quanto à medicina legal:

(...) tinha por objetivo principal auxiliar na ‘manutenção da harmonia social’, por meio do ‘estabelecimento e garantia dos direitos e deveres dos cidadãos’, uma vez que esta poderia esclarecer à justiça pública, ‘ministrando-lhe auxílio valioso de suas luzes, todas as vezes que se tratar de questões de foro civil e criminal, cuja solução depende exclusivamente de conhecimentos médicos profissionais. (Lima, [1895] 1938, p. 24 apud Cerqueira, 2014, p. 78)

Em conformidade com Cerqueira (2014), o contexto da institucionalização da medicina legal no Distrito Federal, nas primeiras décadas do século XX, foi marcado por disputas sobre a função dos peritos e o sigilo das perícias; acerca do acesso de alunos e professores aos pareceres utilizados no Curso de Medicina Pública na sede do Serviço Médico Legal, portanto, relativamente ao acesso destes em estabelecimentos judiciários (Cerqueira, 2014, 93-107).¹³⁶ Em se tratando de período posterior, tal debate

¹³⁶ Segundo Drummond (2011), no caso da Universidade do Paraná a estrutura curricular do curso de Direito apresentava também a disciplina de Medicina Pública sendo ministrada no quinto ano do referido

não teve lugar nas sessões da AMP na década de 1930 e início de 1940. Por outro lado, o que constatamos foi o seguinte: a existência de uma relação muito próxima entre a especialização acadêmica, prática pericial e produção de conhecimento em medicina legal por meio da expressão em comunicações científicas e conferências na Associação Médica do Paraná.

O quadro a seguir auxilia-nos a visualizar como estava organizado o ensino da Medicina Legal na FMP conforme os nomes dos médicos responsáveis pela cadeira:

QUADRO 16: Medicina Legal no curso de Medicina e Cirurgia da FMP (1913-1947)

Ano	1913-1915	1919-1947	1929	1935	1936-1947
Matéria Médica	Medicina Legal e Toxicologia	Med. Legal	Med. Legal	Med. Legal	Med. Legal
Lente	João de Paula Moura Brito	João de Paula Moura Brito; Alfredo de Assis Gonçalves	João de Paula Moura Brito; Aramis Taborda de Athayde	João de Paula Moura Brito; Alô T. Guimarães	João de Paula Moura Brito
Professor	Interino (sexto ano)	Catedrático; Interino	Catedr.; Livre-docente	Catedr.; Livre-docente	Catedr.

Fonte: quadro elaborado pelo autor conforme: Alves; Pilotto, 1994; Costa; Lima, 2007; Cintra, 2010; Drummond, 2011; Wittig, 2011.

Segundo Ernani Simas Alves, a criação da cadeira e o ensino de Medicina Legal na Faculdade de Direito acompanharam sua implantação em 1913. Na FMP, no entanto, embora a cadeira de ‘Medicina Legal e Toxicologia’ já aparecesse nas grades curriculares de 1913-1915, inclusive com a indicação de Moura Brito como interino, o funcionamento da cadeira de Medicina Legal propriamente dita foi iniciado apenas a partir de 1919, tendo sido designado também Moura Brito¹³⁷, permanecendo na cadeira de ambos os cursos até 1947 (Alves *apud* Costa; Lima, 2007, p. 262). De acordo com Drummond (2011), quando Nilo Cairo – um dos fundadores da Universidade do Paraná

curso pelos professores João de Paula Moura Brito e Alfredo de Assis Gonçalves, entre 1914-1928. (Drummond, 2011, p. 246-255).

¹³⁷ Baseamos esta compilação de dados, principalmente, no levantamento executado por Cintra (2010). A autora encontrou um ponto cego entre 1916 e 1919 nos relatórios administrativos da FMP. Por essa razão preferimos deixar em branco a assunção da cadeira de Medicina Legal entre aqueles anos. Nossa busca, pautando-se em Drummond (2011) localizou a relação do nome de João de P. Moura Brito com a cadeira de Medicina Pública no curso de Direito entre os anos de 1916-1919. Como o quadro de responsáveis pela cadeira de Medicina Legal no curso de Medicina e Cirurgia da FMP não sofreu grande alteração até 1947, supomos que Moura Brito também ficou responsável pela mesma. Entendemos também que um caminho profícuo para a investigação histórica do ensino dessa disciplina no Estado do Paraná seria o estudo mais detido da interlocução da trajetória de João de Paula Moura Brito com Direito e Medicina nas primeiras décadas do século XX, na Universidade do Paraná.

em 1912 – solicitou ao advogado Manoel Vieira de Alencar uma lista com nomes aptos a ocupar as cadeiras do curso de Direito, o nome de João de Paula Moura Brito teria sido um dos indicados (Drummond, 2011, p. 99).

Para a análise da presença destes atores no âmbito do ensino cabe destacar, primeiro, que a assunção de João de Paula Moura Brito como catedrático, a partir de 1919, significou sua permanência no ensino por cerca de 30 anos. A análise geracional por meio da formação acadêmica dos primeiros professores do curso de direito, conforme interpretação de Drummond (2011), aponta que João de Paula Moura Brito fazia parte do primeiro grupo de professores que, tendo ingressado na FMP na década de 1920, iniciaram o ensino da referida especialidade (Drummond, 2011, nota 219).¹³⁸ João de Paula Moura Brito pode ser localizado, portanto, entre a geração que iniciou os trabalhos práticos e periciais no Serviço Médico-Legal e aquela de livre-docentes que serão formados por ele ao final dos anos 1920 e início de 1930, como Aramis Taborda de Athayde e Alô Ticoulat Guimarães.

No caso da Faculdade de Medicina, o ano de 1919 – início da cátedra de medicina legal – seria particularmente importante devido a seu desligamento da Universidade do Paraná em 1918. Como mencionado no primeiro capítulo, tal separação levou a uma reorganização do curso de medicina para garantir sua oficialização federal. Suas bases curriculares, organizadas em 1918 para o ano de 1919, pautaram-se nas bases de uma faculdade já oficializada, a Faculdade de Medicina de Belo Horizonte (Cintra, 2010, p. 100-101). Em conformidade com Cintra (2010), apenas ao final de 1920 a faculdade conseguiria recompor o quadro docente com a conclusão de sua oficialização. Foi quando os alunos ali formados retornaram como professores, a exemplo de José Pereira de Macedo, formado na primeira turma em 1919, assumindo a cadeira de Anatomia Descritiva.

O quadro destacado anteriormente auxilia-nos a entender também que a presença de professores interinos e livre-docentes confluiu para uma proximidade de relação entre os cursos de direito e medicina tendo em vista a circulação de professores à época. Este foi o caso de Alfredo de Assis Gonçalves¹³⁹ que atuou como professor interino de

¹³⁸ Dentre os nomes citados por Drummond (2011), estavam: Lindolfo Pessoa da Cruz Marques, Antonio Victor de Sá Barreto, Manoel de Oliveira Franco, João Ribeiro de Macedo Filho, Clotario de Macedo Portugal, Enéas Marques dos Santos, Joaquim Miró, José Augusto Ribeiro e Ulisses Falcão Vieira.

¹³⁹ Alfredo de Assis Gonçalves (1884-?), natural de Canavieiras, Bahia, formou-se farmacêutico pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1903 e médico em 1906, defendendo a tese “*Prenhez tripla*”. Atuou

medicina legal, principalmente no curso de Direito. Ao lado de médicos como Abdon Petit Carneiro e José Cypriano Rodrigues Pinheiro, Assis Gonçalves foi descrito por crônica de Milton Carneiro como um dos “auleiros” num momento em que a FMP passou por dificuldades administrativas e pedagógicas, entre 1912 e 1922, principalmente em decorrência da gripe espanhola de 1918 que vitimou professores do corpo docente da FMP: “Os três homens se compenetraram bem dos seus papéis que caíram em verdadeiro delírio de ‘aulação’” (Costa; Lima, 2007, p. 45). É nesse contexto que Assis Gonçalves lecionou Medicina Legal nos cursos de Medicina e Direito, Fisiologia na distribuição das cadeiras para o curso médico cirúrgico de 1913, Química Médica em 1915, Microbiologia a partir de 1918, somando a isso sua atuação como médico legista no Departamento de Polícia, a exemplo de João de Paula Moura Brito e Miguel Santiago (Cintra, 2010, p. 82-100).

Uma alteração importante nos quadros do ensino de Medicina Legal só ocorreu em 1929, quando Aramis T. de Athayde¹⁴⁰, também egresso, conquistou sua livre-docência em Medicina Legal e Patologia Médica (Costa; Lima, 2007, p. 281). Tal fato só se daria novamente seis anos depois, em 1935, quando Alô Ticoulat Guimarães, outro egresso, conquistaria também a livre-docência na especialidade. Alô Guimarães vinha exercendo o cargo de médico legista desde o ano de 1932 e, em 1934, foi nomeado diretor do Departamento Médico Legal. Durante sua participação no ensino da cátedra teria iniciado “um curso prático de autópsias e de aulas de psicopatologia forense” (Alves; Pilotto, 1994, p. 25-32; Costa; Lima, 2007, p. 263-281)¹⁴¹. Tal colaboração não se estendeu muito, pois, em 1936, seria aprovado no concurso para a cátedra de Clínica Psiquiátrica da FMP.¹⁴² Desta forma, Moura Brito seguiu como único professor no ensino de medicina legal.¹⁴³

no curso de Farmácia e, a partir de 1917, é definitivamente transferido para a cadeira de Microbiologia. (Costa; Lima, 2007, p. 105).

¹⁴⁰ Síntese das ocupações: Assistente de Clínica Médica (1928); Cátedra de Propedêutica Médica (1933-1940); Livre docência na cadeira de Medicina Legal (1929); Corpo de Saúde do Exército (1933); Clínica Médica (1941-1946).

¹⁴¹ Não encontramos informações a respeito do local onde tal curso funcionou, muito menos sobre o sucesso, insucesso ou polêmicas a respeito.

¹⁴² No Relatório de atividades da Faculdade de Medicina referente ao ano de 1936, na sessão em que tratava dos concursos realizados na FMP, Moura Brito aparece como um dos integrantes da banca examinadora para a escolha de professor catedrático de psiquiatria. Falaremos detidamente a respeito desse evento ainda neste capítulo. Faculdade de Medicina do Paraná. *Relatório do ano de 1936 apresentado à Congregação pelo Dr. Victor F. do Amaral e Silva, Diretor, em sessão de 9 de janeiro de 1937*. Curitiba: Typ: João Haupt & Cia, 1937, p. 8

¹⁴³ Outro preenchimento da especialidade dar-se-ia apenas ao final da década de 1940, após a aposentadoria de João de Paula Moura Brito, por Napoleão Lyrio Teixeira, apresentando a tese “O

Vejamos, a seguir, de que maneira o conjunto de atores sociais da geração formada no final do século XIX e início do XX envolvidos com a Medicina Legal figurou nos quadros de integrantes da AMP a partir de 1933.

3.2. Medicina Legal na Associação Médica do Paraná

Dentre o rol de personagens que ocupavam cargos no Departamento Médico Legal e na Faculdade de Medicina e Direito, registramos atores cuja presença em sessões e diretorias da AMP foi constante na década de 1930 (**ver Anexo 1**). É importante esclarecer que a atuação de personagens no ensino daquela especialidade não tinha relação direta com a sua presença como médico associado na AMP. Este foi o caso de João de Paula Moura Brito, cujo registro foi encontrado uma única vez em ata de sessão intitulada “Almoço de conagração médico”, que foi a ocasião da posse da primeira diretoria da AMP. Seria incerto enquadrá-lo como associado efetivo, já que tal confraternização abriu convite para que membros e não membros participassem, não voltando a figurar nas atas dos anos seguintes.¹⁴⁴ Outro exemplo, o médico Alfredo de Assis Gonçalves, interino no ensino de medicina legal durante os impedimentos de Moura Brito e presidente do Sindicato Médico do Paraná em 1931, apareceu em poucas sessões da AMP durante o primeiro ano social, 1933, sem fazer qualquer uso da palavra. Carlos Mafra Pedroso, por sua vez, pode ser citado como exemplo de médicos que não apareceram assumindo qualquer posto nas diretorias da AMP na década de 1930, até onde pudemos constatar.

Neste tópico, optamos por utilizar uma abordagem que privilegiou a presença de médicos envolvidos com a medicina legal tendo como parâmetro sua presença no âmbito da AMP. Neste sentido, o quadro a seguir auxilia-nos a melhor visualizar quais daqueles médicos, citados anteriormente, ocuparam postos em diretorias da associação:

suicídio em face da Psicopatologia, da Literatura, da Filosofia e do Direito” (1949) e Ernani Simas Alves, apresentando a tese “A responsabilidade médica nas transfusões de sangue” (1950).

¹⁴⁴ Por outro lado, localizei o nome de seu filho, João de Moura Brito Filho, sendo admitido como membro titular, no início da década de 1940, durante a presidência de Aramis T. de Athayde na AMP. (RMP, Ano IX, Jan, Fev, 1940, n° 1 e 2, p. 40).

QUADRO 17: Médicos envolvidos com a Medicina Legal e seus postos na AMP (1933-1941)

Presidência	Posto	Associado
Milton de M. Munhoz (1933-1934)	Orador	Aramis T. de Athayde
	1º Secretário	Alô T. Guimarães
José Pereira de Macedo (1934-1935)	Presidente	José Pereira de Macedo
Francisco Martins Franco (1935-1936)	1º Secretário	Júlio Estrella Moreira
	2º Secretário	Bernardo Leinig
Miguel J. Isaacson (1936-1937- 1ª Presidência)	Comissão de Polícia e Fiscalização	Aramis T. de Athayde; Saul Chaves
	Comissão de Assistência	Saul Chaves
	C. de Medicina Social	José Francisco Nauffal
Miguel J. Isaacson (1937-1938- 2ª Presidência)	Conselho Social	Alô T. Guimarães
Victor F. do A. e Silva (1938-1939)	Conselho Fiscal	Júlio Estrella Moreira
Mário Braga de Abreu (1939-1940)	Conselho Científico	Erasto Gaertner
Aramis T. de Athayde (1940-1941)	Conselho Científico	Júlio Estrella Moreira e Alô T. Guimarães
João Vieira de Alencar (1941-1942)	Conselho Social	Alô T. Guimarães

Fonte: quadro elaborado pelo autor com base em levantamento das diretorias realizado por Siqueira, 1993.

Foram 9 diretorias, de 1933 a 1941 e, conforme quadro acima, os atores que estiveram envolvidos institucionalmente com o universo da medicina legal apareceram ocupando cargos em todas elas. Na área do ensino em medicina legal encontramos dois membros de diretorias da AMP: Aramis T. de Athayde, livre-docente em Medicina Legal e Patologia Médica desde 1929 e Alô T. Guimarães, médico legista no Departamento Médico Legal em 1933. Como Orador, entre 1933-1934, Aramis T. de Athayde foi responsável pelos seguintes discursos e orações proferidos na associação: oração por ocasião da recepção de Milton de M. Munhoz como primeiro presidente da AMP; homenagens prestadas à memória de Manoel Antonio Lustosa Carrão pelo 30º dia de seu falecimento, em 07 de dezembro de 1933; discurso de saudação à visita do médico e geneticista paulista André Dreyfus (1897-1952)¹⁴⁵ à AMP, quando foi proferida por este uma conferência intitulada “Predeterminação dos sexos”, em 07 de

¹⁴⁵ Médico e professor da Universidade de São Paulo, de tradição mendeliana, defendia o entendimento da relação entre biologia e hereditariedade e da transmissão de caracteres adquiridos. Infelizmente esta conferência não foi registrada em ata pela AMP. De acordo com Formiga (2007) Dreyfus ministrou um curso sobre genética na Faculdade de Medicina do Paraná no ano de 1941. Sua presença, em 1934, portanto, antecipou este contato que ocorreria ao final daquela década. Consultar: Formiga, 2007, p. 42.

abril de 1934 (RMP, Ano III, N° 6, Jun., 1934, p. 238-239; RMP, ANO III, N°s 11 e 12, Nov-Dez., p. 480). Já o médico Alô T. Guimarães, como Primeiro Secretário naquela diretoria, ficava, principalmente, responsável pela leitura e redação das atas das sessões da AMP. Foi também durante a presidência de Milton de M. Munhoz que pudemos observar o registro da primeira comunicação referente à especialidade de Medicina Legal, expressada, inclusive, por estes dois associados, ocupantes de postos na diretoria da AMP e envolvidos institucionalmente com aquele saber. (RMP, ANO III, Nov-Dez. N°s 11 e 12, p. 479-480)¹⁴⁶.

No que concerne aos médicos que atuavam do Departamento Médico Legal na década de 1930, constatamos também sua presença consecutiva como membros das diretorias da AMP: a dupla Aramis Taborda de Athayde com o médico legista Saul Chaves (?-?) e Alô T. Guimarães, respectivamente integrantes das duas presidências consecutivas de Miguel J. Isaacson (1936-1937 e 1937-1938). Saul Chaves era Superintendente da Polícia Técnica no ano de 1937 e atuou como médico legista do DML entre as décadas de 1930-1940; Alô Ticoulat Guimarães, por sua vez, já era médico legista e diretor do DML quando foi escolhido para compor o Conselho Social durante a segunda presidência de Miguel J. Isaacson.

A primeira conclusão que podemos tirar a partir do cruzamento dos dados dos quadros apresentados anteriormente é a expressiva interlocução das atuações de médicos em um conjunto de locais que compreendiam a Faculdade de Medicina e de Direito, o Departamento Médico Legal e a AMP. Este foi o exemplo de José P. de Macedo, médico legista desde 1928, professor de Anatomia na FMP e presidente da AMP na gestão 1934-1935. Essa dupla atuação viria a se repetir cinco anos mais tarde quando Aramis T. de Athayde, que já era livre docente de Medicina Legal na FMP, assumiria também a presidência da Associação Médica do Paraná. Dentre a composição dos conselhos da diretoria sob a presidência deste último, Júlio Estrella Moreira e Alô T. Guimarães foram escolhidos para assumir o Conselho Científico e ambos já atuavam no Departamento Médico Legal desde o início da década de 1930. Júlio E. Moreira também se tornaria docente livre de Clínica Odontológica, diretor do Posto de Assistência Pública do Departamento Médico Legal e chefe do Laboratório de Polícia Técnica durante os anos finais de 1930. Ao mesmo tempo em que atuava no

¹⁴⁶ De autoria de Aramis T. de Athayde, Cerqueira Lima e Alô T. Guimarães, a comunicação foi registrada em ata com o título “Investigação da Paternidade” e recebeu críticas do associado Miguel J. Isaacson. Falaremos deste episódio adiante.

Departamento Médico Legal, Júlio E. Moreira participaria de várias gestões da AMP: Primeiro Secretário na gestão de Francisco Martins Franco (1935-1936), integrante do Conselho Fiscal nas gestões de Victor F. do A. e Silva (1938-1939) e de Joaquim de Matos Barreto (1944-1945) e membro do Conselho Social na gestão de Alô T. Guimarães (1947-1948); conselho este que compartilhou com outro médico legista e livre-docente de Medicina Legal na década de 1940, Ernani Simas Alves. A segunda conclusão que chegamos, portanto, foi a de que o período da década de 1930 e início da de 1940 apresentou certa hegemonia da matéria da medicina legal como área de interesse de membros das diretorias da AMP.

O que destacamos a partir destas observações é a evidência de uma comunidade institucionalmente estabelecida no que diz respeito à medicina legal. Primeiro, verificou-se a expressão de grupos na Faculdade de Medicina a partir da assunção de determinados atores na cátedra de Medicina Legal. Segundo, tais atores atuavam conjuntamente no Departamento Médico Legal, responsáveis pelas perícias. Terceiro, os mesmos médicos irão compartilhar comissões e conselhos nas diretorias da AMP durante a década de 1930 e início de 1940. Veremos adiante como tal expressão de conjunto também ocorrerá por meio da produção científica e temática sobre a área de Medicina Legal. É relevante lembrar que a AMP não era uma associação de medicina legal, ou seja, não direcionava, em seu programa, os interesses para a exclusividade de uma disciplina ou um saber. Entretanto, é na interlocução entre gerações de médicos, entre áreas da medicina e atores institucionalmente alocados em hospitais e departamentos que se observa uma das especificidades da AMP. A análise, neste sentido, é capaz de identificar, principalmente, um conjunto de atores cuja prática e ensino no âmbito da medicina legal eram reunidos na AMP e nos temas que ali circularam sobre a matéria. Disso decorre que no processo de institucionalização da medicina no Paraná a participação da medicina legal ocorreu de maneira complexa com vários serviços, disciplinas e atores.

Certamente essa reunião de atores da medicina legal na AMP não era aleatória. De acordo com nossa interpretação, as posições dos atores anteriormente referidos e suas relações com o “monopólio da autoridade científica” (Bourdieu, 1975, p. 122) possuíam fundamentação de ordem técnica e/ou institucional de modo que suas competências e capacidades sustentavam-se na certificação de seus pares, como veremos a seguir.

3.3. Entre “pinheiros” e “cafezaes”: a Medicina Legal e o intercâmbio científico com o Estado de São Paulo

“Meus Srs. Aqui vim em função de *intercâmbio intelectual*.” Com esta frase, Hilário Veiga de Carvalho¹⁴⁷ dava o tom inicial da conferência (taquigrafada)¹⁴⁸ realizada na FMP, em 11 de fevereiro de 1936, a convite do professor de Anatomia Humana daquela faculdade, Carlos Estrella Moreira. O professor paulista deixava transparecer em sua fala características discursivas que iam ao encontro a uma atribuição de identidade territorial e ambiental ao relacionar o desejo de progresso e avanço – em terras paranaenses – tão “invencível” e “ereto” quanto o pinheiro que ali existia; do outro lado, a referência ao Estado paulista se dava pelo trabalho nos “cafezaes”. Na interpretação de Hilário V. de Carvalho, tal intercâmbio seria um gesto de “patriotismo”, “amor à terra” e “amor ao trabalho”, ao mesmo tempo equiparava os dois Estados já que igualava-os também num “sentimento de irmãos da mesma terra” (RMP, Ano V, Fev., Mar., n^os 2 e 3, 1936, p. 50).

Não aparentava ser novidade para os médicos paranaenses o tema sobre o qual Veiga de Carvalho dissertaria: a criação de um Instituto Médico-Social (IMS). Pois em seus passeios pela cidade de Curitiba, acompanhado dos professores José P. de Macedo e Carlos E. Moreira, o conferencista havia notado “instalações modelares” onde se trabalhava “olhando para o futuro”. Conforme o médico paulista, apesar da influência do Paraná na economia nacional, como indicativo de notável progresso, era preciso atentar para uma projeção de futuro: com o progresso ver-se-ia o aumento da criminalidade. Em conformidade com esta leitura, criminosos seriam criados *na terra dos pinheiros* e criminosos chegariam importados. Afirmação esta, sem dúvida, eivada de concepções que acompanhavam grande parte do pensamento da elite médica nas

¹⁴⁷ Hilário Veiga de Carvalho (1906-1978) formou-se pela Faculdade de Medicina de São Paulo em 1929; foi professor de Medicina Legal, entre 1956-1970, na Faculdade de Medicina da USP. Na Sociedade de Medicina Legal e Criminologia de São Paulo foi responsável pela seção de anatomia patológica entre 1933-1935, da seção de medicina legal entre 1937-1938 e da seção de criminologia entre 1944-1945, nas quais foi participante; defendeu a tese ‘Contribuição para o estudo da epimicroscopia em medicina legal’, recebendo da Sociedade de Medicina Legal e Criminologia de S. Paulo, em 1929, o Prêmio Oscar Freire. (Ferla, 2005, p. 59-60).

¹⁴⁸ A técnica da taquigrafia apareceu em registros de conferências anteriores e posteriores a 1936, era, portanto, parte constitutiva destas ocasiões de intercâmbio científico, assim como o era o telégrafo para o envio de mensagens entre sociedades científicas e as câmeras Leica para exibição de filmes institucionais. Caso exemplar constatado ao final da conferência de Veiga de Carvalho, ocasião em que exibiu um filme do Instituto Oscar Freire da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, “como exemplo típico de modelar instituto médico-legal.” (RMP, Ano V, Fev., Mar., n^os 2 e 3, 1936, p. 62).

primeiras décadas do século XX, segundo o qual, o projeto imigratório instituído com a República havia falhado, tornando-se importante e necessário uma intervenção estatal. Se esta intervenção fosse da ordem da criminologia e da medicina legal, estas funcionariam como instrumentos de defesa social (Ferla, 2009, p. 03)¹⁴⁹. Pautando-se nessa projeção, Vieira de Carvalho defendia que fosse colocada em prática, sistematicamente, a profilaxia da criminalidade como fator de prevenção e economia. Tais fatores orientavam-se numa concepção do lugar do criminoso na sociedade: já que cada homem tem seu peso na balança social, o criminoso seria alguém que daria despesas e gastos ao governo; alguém que roubaria porque não produz e também porque fornece o mau exemplo. Sua proposta, portanto, seria a criação de um Instituto de Medicina-Social.

Segundo a historiografia sobre o surgimento de um equipamento penitenciário em Curitiba, tal episódio remonta ao final do século XIX de acordo com um projeto de penitenciária ao estilo *panóptico* que nunca teria sido concretizado. Ainda em concordância com tais narrativas, em 1905, através de um acordo entre o governo do Estado e a Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, foi cedido um terreno por meio do qual os presos passaram a ser recolhidos, sendo transferidos do Regimento de Segurança para a Penitenciária a partir de 1909 (De Boni, 1998; Ouyama, 2006, p. 225-227).¹⁵⁰

Embora não saibamos se Hilário Veiga de Carvalho visitou tal Penitenciária, quando de sua estada em Curitiba no ano de 1936, fato é que, ao elogiar o modo exemplar como a capital paranaense estava lidando com a questão da mendicância – citando como exemplo o Serviço de Profilaxia Criminal – julgou que esse serviço também deveria abarcar os egressos das penitenciárias. Oportunidade em que sugeriu a criação de um Patronato dos Egressos das Penitenciárias, evidentemente voltado para o

¹⁴⁹ “(...) o imigrante começaria a aparecer aos olhos da elite cada vez mais como criminoso, vagabundo, desordeiro e subversivo.” (Marques, 1994, p. 87 apud Ferla, 2009, p. 03).

¹⁵⁰ Ver: DE BONI, Maria Ignês Mancine. *O espetáculo visto do alto*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998; Ouyama, 2006. Este último autor relata que, tal terreno cedido pela Santa Casa era justamente o prédio correspondente ao Hospício Nossa Senhora da Luz construído em 1903. A Santa Casa teria recebido outro terreno onde foi construído definitivamente o hospício, operando a partir de 1909. Para Ouyama, em Curitiba, além do alienado, “(...) outros cinco grupos colocaram problemas especiais e tiveram como reflexo o surgimento de instituições especializadas: os criminosos, a criança abandonada, o mendigo, o leproso e o doente contagioso (tuberculoso, tífico, etc). Assim, surgiram em Curitiba entre o início do século XX até meados da década de 1920, instituições especializadas como a Penitenciária do Estado, o Patronato Agrícola, o Asilo São Luiz, o Leprosário São Roque, o Sanatório São Sebastião e o Hospital de Isolamento.” (Ouyama, 2006, p. 224).

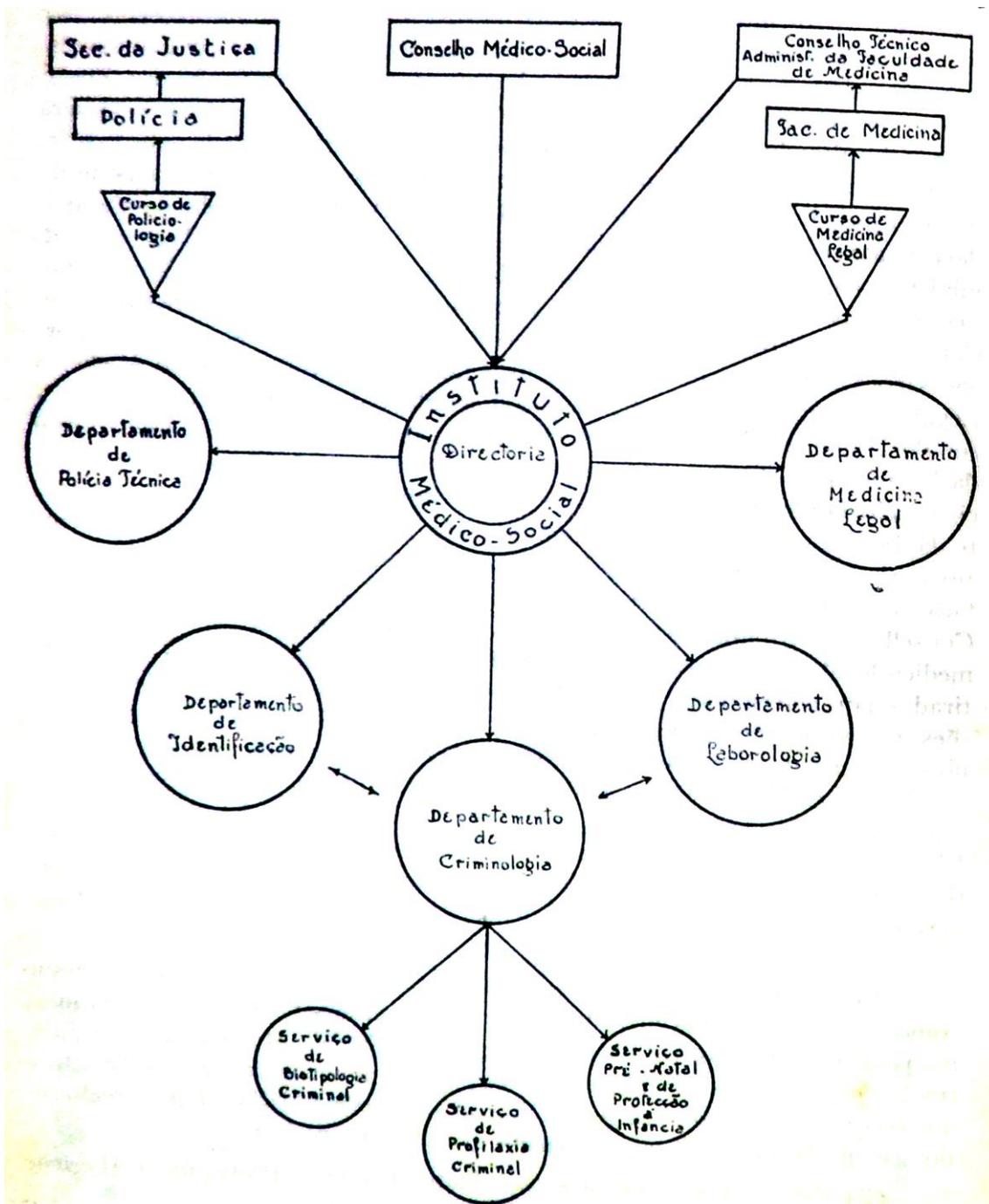
aproveitamento do indivíduo “recusado” pela sociedade “pelo temor que inspira o seu passado”, conforme palavras do próprio médico (RMP, Ano V, Fev., Mar., n^os 2 e 3, 1936, p. 60-62).

Não obstante aquilo que Veiga de Carvalho propôs para os médicos paranaenses não tivesse sido um Instituto de Medicina Legal, o seu projeto de Instituto de Medicina Social, entretanto, falava da colaboração intensa entre diversos serviços para a mesma finalidade, aí incluída a medicina legal. Neste terreno e na exortação a como se procedia em Curitiba, o papel do perito na análise do local do crime (perinecropsopia) foi um exemplo citado:

Aqui, no Paraná, vim encontrar os serviços de Medicina Legal, de Identificação e de Polícia-Técnica, – coisa que recomenda altamente a quem os soube coordenar – trabalhando conjuntamente. Terras há em que esses serviços são feitos em núcleos isolados: ocorrido um crime, há transmissão do telegrama referente ao caso criminal, vai, então, o perito médico-legal, separado do identificador e da polícia-técnica. Aqui, em Curitiba, segue a caravana composta dos três especialistas e no local saberão colher, da forma mais eficiente, os dados referentes ao crime. (RMP, Ano V, Fev., Mar., n^os 2 e 3, 1936, p. 52).

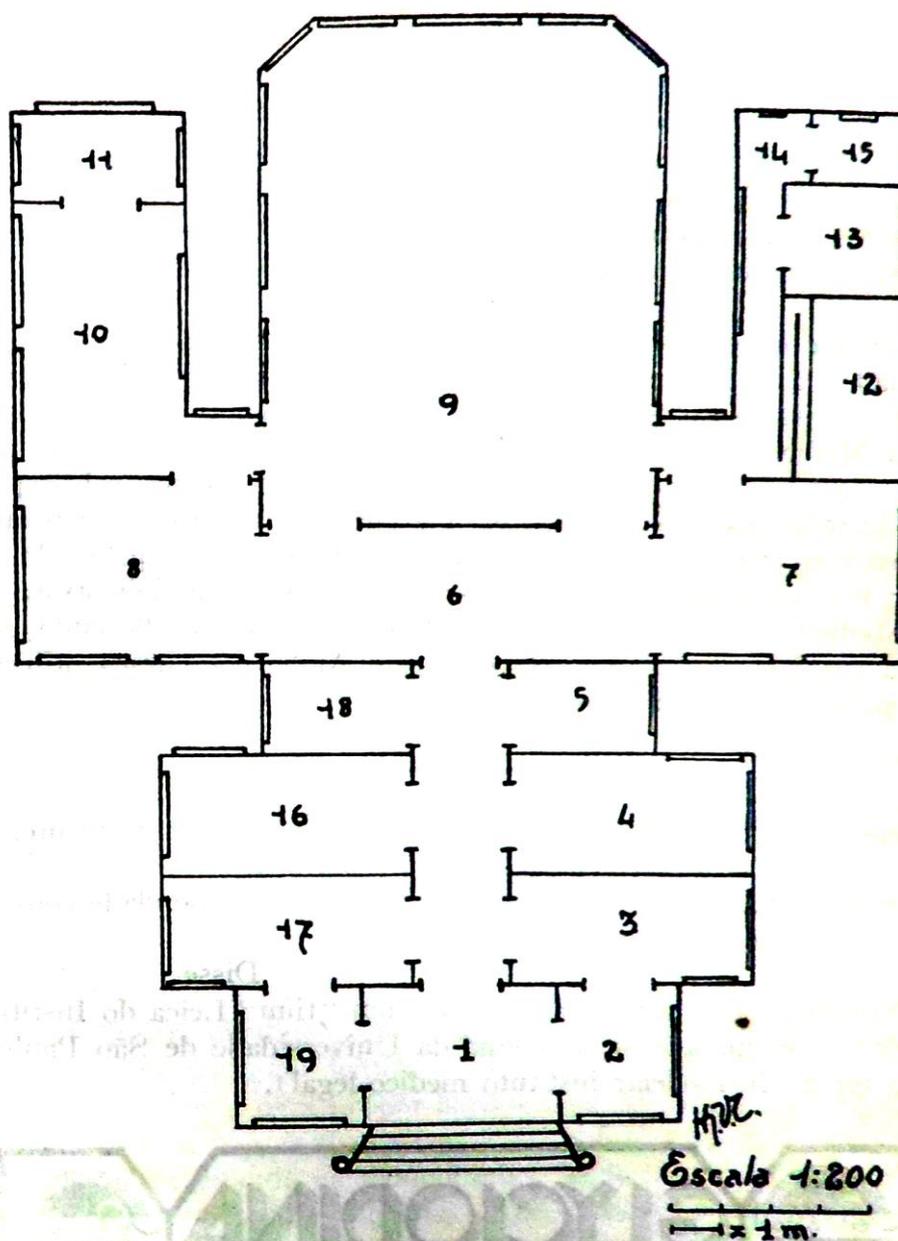
Na cidade de Curitiba o Serviço de Medicina Legal, de Identificação e de Polícia Técnica, representava um tripé organizacional que procuramos detalhar no item anterior. Atuavam no Serviço (Departamento) de Medicina Legal, em 1936, ano da visita de Veiga de Carvalho, os seguintes médicos: José Pereira de Macedo (médico legista), Saul Chaves (médico legista) e Alô Ticoulat Guimarães, este último como diretor do referido departamento. Do Instituto de Identificação, anexo ao Departamento, era diretor à época o médico Carlos Mafra Pedroso, responsável, junto com José P. de Macedo, por intermediar a visita do conferencista paulista à capital paranaense. Por fim, Júlio Estrella Moreira que era chefe do Laboratório de Polícia Técnica naquele ano. Era essa estrutura organizativa que Veiga de Carvalho afirmava trabalhar conjuntamente: seus responsáveis eram médicos-professores principalmente da FMP e associados da AMP. Contudo, Veiga de Carvalho planejava além quando viajou ao Paraná para apresentar seu projeto de Instituto Médico-Social. Pensava na abrangência de serviços por meio da colaboração entre diversos órgãos conforme podemos observar nas imagens inseridas nas próximas páginas:

FIGURA Nº 2: Projeto de Instituto Médico-Social elaborado por Hilário Veiga de Carvalho e apresentado na FMP no ano de 1934.



Projeto do Instituto Médico-Social. A autoria de Hilário Veiga de Carvalho (1934). Fonte: RMP, Ano V, Fev., Mar., nºs 2 e 3, 1936, p. 54. Nomenclatura: Secretaria da Justiça; Polícia; Curso de Policiologia; Conselho Médico Social; Conselho Técnico-Administrativo da Faculdade de Medicina; Sociedade de Medicina; Curso de Medicina Legal; Instituto Médico-Social (Diretoria); Departamento de Polícia Técnica; Departamento de Medicina Legal; Departamento de Identificação; Departamento de Criminologia; Departamento de Laborologia; Serviço de Biotipologia Criminal; Serviço de Profilaxia Criminal; Serviço Pré-Natal e Protecção à Infância.

FIGURA Nº 3: Planta correspondente ao Projeto de Instituto Médico-Social elaborado por Hilário Veiga de Carvalho e apresentado na FMP no ano de 1934.



“Legenda: 1 – Vestíbulo; 2 – Sala dos Assistentes; 3 – Sala do Diretor; 4 – Laboratório de Pesquisas Criminológicas; 5 – Sala de Clínica Médico-Legal; 6 – Museu e Biblioteca; 7 – Laboratório de Polícia Técnica; 8 – Laboratório de Toxicologia e Histologia; 9 – Anfiteatro; 10 – Sala de Necropsias; 11 – Sala de Recepção de Cadáveres; 12 – Câmara Escura; 13 – Almoxarifado; 14 – Instalações Sanitárias; 15 – W. C. e Banheiro; 16 – Identificação criminal; 17 – Identificação civil; 18 – Sala de Laborologia; 19 – Portaria. (Projeto original do A.)”. Planta correspondente ao projeto do Instituto Médico-Social. Autoria de Hilário Veiga de Carvalho (1934). Fonte: RMP, Ano V, Fev., Mar., n°s 2 e 3, 1936, p. 61-62.

Veiga de Carvalho apresentou e esclareceu ponto por ponto do projeto, asseverando, primeiramente, que o IMS deveria se subordinar à Secretaria da Justiça e à Secretaria da Educação, quando existisse. Sugeriu que, no caso do Paraná, tal secretaria fosse substituída pelo Conselho Técnico Administrativo ou pelo que chamou de

“Congregação da Faculdade de Medicina”. O conferencista paulista descreveu o Conselho Técnico Administrativo como um “tribunal de superárbitros”, funcionando como um elemento responsável por potencializar a realização de perícias médico-legais. Ou seja, caso houvesse contestação por qualquer parte interessada no resultado de uma perícia, seria este conselho de “superárbitros”, formado, principalmente, por professores da faculdade de medicina, que deveria dar o parecer final (Idem, p. 53).

Salientou também que deveria existir um Conselho Médico-Social como “núcleo principal orientador”, indicando, para tal, que os professores de Medicina Legal da Faculdade de Medicina e de Direito deveriam presidi-lo. Nessa categoria, segundo Veiga de Carvalho, a mesma pessoa que fosse o professor de Medicina Legal da faculdade de medicina deveria lecionar também aquela matéria na faculdade de direito, além de ser o Diretor do Serviço Médico-Legal, pois, assim, poderia ensinar também a parte pericial. Deveriam ser somados outros professores ao de Medicina Legal: um professor de Higiene (faculdade de medicina), de Direito Penal (faculdade de direito), de Psiquiatria (faculdade de medicina), um Diretor dos Serviços de Saúde Pública, que deveria ser o professor de Higiene, por fim um representante da Justiça e outro do Magistério Público (RMP, Ano V, Fev., Mar., n^os 2 e 3, 1936, p. 53-54).

Aconselhar tais posições no universo do ensino superior paranaense e precisar seu raio de atuação quanto à prática da perícia médico-legal – mesmo que tal projeto ficasse apenas no papel – significava dotar de autoridade e reconhecer a atuação profissional multifacetada e possível para a constituição daquele “tribunal de superárbitros”.¹⁵¹

No quesito departamentos, poupou-se de discutir quais prerrogativas deveriam cumprir os Departamentos de Medicina Legal e de Polícia Técnica, por exemplo, pois, segundo Veiga de Carvalho, ambos, em Curitiba, estavam nas mãos de um “trabalhador” e “colega”, “merecedor de aplausos” (Idem, p. 55): referia-se a Alô T. Guimarães. Defendeu, entretanto, no tocante ao Departamento de Identificação, que o acréscimo da “identificação civil” caminharía na mesma direção do decréscimo da criminalidade. Para tal, Veiga de Carvalho ilustrou seu posicionamento citando fatos ocorridos nos Estados Unidos, por volta de 1929, quando John Edgar Hoover, da Polícia Federal, debateu e defendeu a exigência da carteira de identidade para constatar, por

¹⁵¹ De acordo com Rodrigues (1997, p. 67): “Tal texto [conferência] aponta menos para detalhes de funcionamento do Instituto, que para a necessidade de controle e profilaxia social, sob a supervisão médica.”

exemplo, se um pretendente a determinada vaga de emprego possuía ou não antecedentes criminais. Ou seja, tratava-se da expansão da identificação civil como “o primeiro passo para a profilaxia criminal”. Veiga de Carvalho assim se expressou a respeito do Departamento de Identificação de Curitiba:

Devo dizer, naturalmente, que encontrei o Gabinete de Identificação em Curitiba à altura da população e das finalidades a que se destina. Mas isto não me peia de que faça votos para que este Serviço de Identificação se expanda. (Idem, p. 56).

Ou seja, o conferencista paulista trazia até a cidade de Curitiba, capital do Paraná, uma engrenagem a mais num sistema que já vinha apresentando resultados satisfatórios, conforme seus elogios.

O universo de referência de Veiga de Carvalho, no que concernia à medicina legal paulista, era expressão da interlocução entre o laboratório de Antropologia Criminal e o de Polícia Técnica, ambos integrantes do Serviço de Identificação da Polícia de São Paulo (Ferla, 2005, p. 60). Não por acaso, portanto, o Gabinete de Identificação do Departamento de Serviço Médico Legal e Anexos de Curitiba, como era chamado, recebeu os aplausos prestados por aquele médico.

De acordo com Marisa Corrêa, o processo de abarcamento de diversas áreas de interesse na sociedade sob o escopo da Medicina Legal remonta ao final do século XIX e início do XX, expresso na atuação de Nina Rodrigues (Corrêa, 1998, p. 132 apud Ferla, 2005, p. 57). Tal escopo alcançou, nas décadas posteriores, um nível de significação e amplitude que, em conformidade com a esquematização de Ferla (2005), pode ser entendido sob dois aspectos: o da manipulação de “objetos comportamentais” e “objetos não-comportamentais”. No segundo aspecto estariam todos os quesitos que foram motivos de elogio por parte de Veiga de Carvalho a respeito da medicina legal em Curitiba, ou seja, o universo de encaminhamento das perícias, os exames toxicológicos, as análises de fotografias sinaléticas e retratos falados, etc. (Ferla, 2005, p. 57). Já o primeiro aspecto dizia respeito ao olhar de conjunto da sociedade: profilaxia criminal, fiscalização profissional e “higiene do trabalho”, como destacou Veiga de Carvalho falando do Departamento de Laborologia. (RMP, Ano V, Fev., Mar., n^os 2 e 3, 1936, p. 57). Conforme Ferla, naquele contexto, um mesmo profissional poderia se debruçar sobre os dois tipos de objetos (Ferla, 2005, p. 58).

Para o médico paulista, as profissões deveriam estar de acordo com a “índole psico-morfo-fisiológica” do pretendente a qualquer cargo, com a finalidade de tornar o homem útil a si e à sociedade. Segundo Veiga de Carvalho, no processo de seleção profissional levado adiante pelo Departamento de Laborologia:

estudamos o indivíduo sob o ponto de vista psicológico, estudamos acuradamente o seu tipo constitucional, vamos pesquisar o seu soma, as suas funções, o seu todo psíquico, vamos ensinar a este principiante na luta pela vida a escolher uma profissão que mais se coadune com a sua formação individual.” (RMP, Ano V, Fev., Mar., n^os 2 e 3, 1936, p. 58-59).

Fazendo-se isso se atenderia a sentimentos de patriotismo e de “amor à sua Terra”. É aí que entram os serviços de Biotipologia Criminal, de Profilaxia Criminal e o Serviço Pré-Natal e de Proteção à Infância, todos vinculados ao Departamento de Criminologia.¹⁵² O processo de preparo do material-indivíduo se daria partindo desse departamento, com seus serviços anexos, até chegar ao Departamento de Laborologia que “(...) receberia este material já mais ou menos bem estudado e encaminhá-lo-ia para o melhor tipo de serviço em que pudesse se desenvolver.” (Idem, p. 58).

Era preciso, portanto, estudar os indivíduos desde a sua infância “sob o ponto de vista médico-psicológico”. E a Psicologia, a Psiquiatria, a Medicina Legal e a Medicina Social – temas sob os quais transitavam muitos profissionais numa década em que a especialização das disciplinas envolvidas com a medicina legal estava em processo nas terras paranaenses – seriam ferramentas mobilizadas em tal estudo. A partir da atuação do toxicologista, do jurista, do professor de Psiquiatria, do professor de Higiene, que viria a formar um “tribunal de superárbitros” no Instituto Médico-Social, pode-se ver o

¹⁵² Segundo o médico Waldemar Berardinelli (1903-1956), biotipologia foi um termo criado por Nicola Pende (1880-1970) nos anos 1920, identificada em vários sentidos: “ciência das constituições”, dos “temperamentos”, dos “caracteres”, da “individualidade humana”, da “personalidade”, entre outras caracterizações conforme a escola onde foi empregada (Itália, França, Alemanha, Estados Unidos ou Brasil) (Berardinelli, 1936, p. 15 apud Vimieiro-Gomes, 2012, p. 707). Referenciado nesse campo biomédico, Veiga de Carvalho relacionava a conformidade da “índole psico-morfo-fisiológica”, através do “estudo metucioso da personalidade”, de qualquer pretendente a um emprego para fazê-lo essencialmente produtivo, criador, “útil a si e à sociedade” (RMP, Ano V, Fev., Mar., n^os 2 e 3, 1936, p. 58). A leitura feita pelo médico paulista da biotipologia em Biotipologia Criminal referenciou-se nos seguintes criminologistas: Verwaeck, Toulouse, Benigno Di Tullio, Quintiliano Sandaña, Mendes Correia e “o nosso brilhante Leonídio Ribeiro”, palavras do conferencista. (Idem, p. 59).

amplo terreno de desempenho da medicina legal, expresso na proliferação de temas e no envolvimento dos mais diversos profissionais em tal processo.¹⁵³

As referências aos caracteres morfológicos, à biotipologia e aos “objetos não-comportamentais” (Ferla, 2005), como um dos escopos da Medicina Legal, foram mobilizados também no trabalho de uma lavra de médicos paranaenses como veremos a seguir.

Cerca de dois anos antes deste episódio de intercâmbio, em sessão ordinária do dia 30 de abril de 1934¹⁵⁴, na AMP, o professor, catedrático de Clínica Propedêutica e também livre-docente em Medicina Legal, Aramis T. de Athayde apresentou uma comunicação intitulada “Investigação da Paternidade”, trabalho que foi publicado na RMP com o título “Perícia Médica”, escrito em parceria com Alô T. Guimarães e o médico baiano Álvaro Emílio de Cerqueira Lima (RMP, Ano III, Mai., nº 5, 1934, p. 171-189)¹⁵⁵. Tratava-se do relato detalhado de uma tentativa de comprovação de uma relação de paternidade pleiteada entre dois indivíduos de idades diferentes, sendo que um deles tinha falecido havia 3 anos. A análise das fotografias sinaléticas¹⁵⁶, só foi facilitada por conta da aproximação e correspondência entre o Instituto de Identificação, o Departamento Médico Legal e o Laboratório de Polícia Técnica, todos subordinados à

¹⁵³ “É de notar que há uma tendência cada vez mais acentuada para retirar da competência do médico muitos dos exames que acabamos de referir. Assim, a pesquisa das substâncias tóxicas ou venenosas passou a constituir, desde algum tempo, objeto da química legal; assim, o estudo da pessoa humana, do ponto de vista da capacidade civil e da responsabilidade penal, já se desmembrou também para fazer objeto de psicopatologia forense; assim, a identificação do criminoso, o estudo do ambiente, das manchas e impressões, dos instrumentos e das armas, e outros problemas que se relacionem com o descobrimento do crime e do criminoso, passaram, desde algum tempo, a fazer objeto de uma especialidade nova, a chamada polícia científica ou polícia técnica ou, melhor ainda, técnica policial. Vê-se, portanto, que ao lado do perito médico, vão aparecendo outros, especializados em matéria que, ao princípio, era da competência exclusiva daqueles, - o químico, o policial, o alienista.” Citado por Britto de Alvarenga, chefe do Laboratório de Polícia Técnica da Polícia de São Paulo, em sessão ordinária da Sociedade de Medicina Legal e Criminologia de São Paulo, em 30 de abril de 1930. (Ferla, 2005, p. 62 e nota 38).

¹⁵⁴ (RMP, Ano III, N°s 11 e 12, Nov., Dez., 1934, p. 479-480).

¹⁵⁵ Já falamos a respeito de Alô Guimarães e Taborda de Athayde. Álvaro Emílio de Cerqueira Lima (1882-1940), natural da Bahia, formou-se na faculdade daquele Estado em 1905. Mudou-se para o Paraná em 1923, foi designado interino de Clínica Pediátrica Médica e Higiene Infantil em 1925, regendo-a até 1928. Assumiu ainda os cargos de Diretor Geral da Saúde Pública e oficial da Força Militar. Não possuo informações precisas sobre sua ligação com o Departamento Médico Legal. (Costa; Lima 2007, p. 207-208).

¹⁵⁶ “(...) isto é, tiradas sob a mesma intensidade da luz, e à mesma distância, sem o artifício dos retoques, que alteram as fisionomias.” (RMP, Ano III, Mai., nº 5, 1934, p. 176). Tal trabalho tratava-se, de acordo com Alves (1994), da “(...) primeira perícia de investigação da paternidade realizada no Estado do Paraná utilizando fotografias sinaléticas, caracteres somáticos, o retrato falado, a cor dos olhos e cabelos (...)” (Alves, 1994, p. 28 apud Alves; Pilotto, 1994).

Secretaria de Negócios do Interior e da Justiça (Guchtain, 2011, p. 314 apud Wittig, 2011)¹⁵⁷.

No âmbito da Medicina Legal, o “consenso quanto aos instrumentos pelos quais se alcança um resultado” (Sá, 2006, p. 127), que não deve ser generalizado, pode ser visualizado por meio da difusão de procedimentos e técnicas de identificação civis historicamente situadas. Uma destas técnicas judiciais, largamente utilizada a partir do final do século XIX, o *retrato falado*, foi contestada na sessão ordinária da AMP referida acima. A contestação à técnica utilizada pelos peritos foi proferida por Miguel J. Isaacson, insistindo, na ocasião, que as conclusões dos autores seriam “passíveis de restrição”, pois “*faltavam provas datiloscópicas*”. Cerqueira Lima e Alô Guimarães, que haviam participado como peritos, afirmaram que tal tipo de prova não teria sido exigido pelas partes interessadas na comprovação da relação de paternidade, mas que não deixavam de fazê-lo para confirmação da perícia no Departamento Médico-Legal.

Tanto o conteúdo da contestação de Miguel J. Isaacson, evocando a datiloscopia, quanto a utilização da técnica do retrato falado e de *fotografia sinalética*¹⁵⁸ pelos médicos peritos, expressavam dois momentos precisos na história das técnicas policiais e periciais utilizadas no âmbito da identificação criminal. O recurso ao retrato falado e à fotografia judiciária nas perícias foi parte complementar do conjunto de procedimentos policiais instituídos, principalmente, por Alphonse Bertillon na segunda metade do século XIX. Por meio da medição e classificação anatômica, principalmente dos criminosos – na via da Antropologia Criminal –, Bertillon, por exemplo, pautava-se no pressuposto de que “(...) seria impossível que duas pessoas fossem dotadas de uma mesma estrutura corporal e daí teria surgido a ideia de singularizar os indivíduos através das medidas de seus corpos.” (Patrasso, 2015, p. 84). A partir de dados estatísticos das proporções anatômicas, da medição da ossatura e do apoio técnico do retrato falado e da fotografia judiciária (sinalética), tais métodos impulsionaram o surgimento de serviços de identificação em outros países e continentes, como os serviços criados no Brasil ao final do século XIX (Galeano, 2012, p. 731-736).

¹⁵⁷ Conferir também: GUCHTAIN, Olga Singer (Org.). O Instituto Médico Legal do Paraná nos últimos cem anos – Síntese Histórica: Fundação Santos Lima, 2000, 83 p.

¹⁵⁸ Este método antropométrico “(...) consistia no registro fotográfico do rosto do indivíduo, de frente e de perfil, e em marcar sinais gerais, e não particulares, nos corpos e depois cruzar os dados determinando um em específico. Para isso, Bertillon fez medições tanto da cabeça quanto das várias partes do corpo dos criminosos, estudando e anotando as formas de orelhas, bocas, olhos, narizes, sobrancelhas, etc.” (Scorsato, 2012, p. 7).

O contexto em questão presenciou o surgimento da Escola Positiva de direito criminal (Escola Italiana), por vezes denominada de Antropologia Criminal, que afirmava discursivamente a preponderância de agentes biológicos como determinantes no cometimento de um delito (Ferla, 2005, p. 16; Alvarez, 2003, p. 78-79). Diferentemente das escolas penais clássicas¹⁵⁹, preocupadas em definir os delitos e precisar a proporção justa das penas – um determinado delito levaria a uma punição específica, independentemente das circunstâncias ou de quem o cometesse – a Escola Positiva prezava pela afirmação da relação crime-doença e pela negação do livre-arbítrio.¹⁶⁰

Veiga de Carvalho defendia que uma das conquistas a respeito da qual todos os médicos deveriam respeitar era a individualização das penas: “cada pena para cada indivíduo”, conforme o estudo da ação anti-social pelo viés do social e do pessoal visando a correspondente classificação do indivíduo para, por fim, concluir a pena com base em sua capacidade de imputação. No Brasil, o desenrolar do debate a este respeito materializou-se na legislação de 1940 como fruto de inquietações por parte dos juristas nas décadas de 1920-30 em relação ao Código Penal de 1890¹⁶¹. O ambiente da Primeira República com a instituição do trabalho livre, urbanização entre outras transformações, mostrava-se tão avesso às condições daquela legislação que as críticas dos juristas brasileiros sobre o Código de 1890 exigiram reformas nos meios com que se buscava punir os criminosos.

Tendo em vista este debate no direito penal entre a proporção justa das penas e sua individualização, novos elementos técnicos seriam adicionados ao retrato falado e à fotografia sinalética. As novas técnicas se propunham a minimizar o trabalho tido como dispendioso que era a montagem e guarda de fichas com perfis de indivíduos

¹⁵⁹ Cesare Beccaria (1738-1794) e Jeremy Bentham (1748-1832) estavam entre os principais pensadores e defensores destas doutrinas. Ver: ALVAREZ, op. cit., p. 44.

¹⁶⁰ “Daí iria derivar seu programa: a pena deveria ser concebida enquanto tratamento, e não punição; por isso, deveria ter sua duração e condições de aplicação indeterminadas, conforme as respostas personalíssimas do condenado paciente ao “tratamento”; e a prevenção ao crime teria de receber maior ênfase e prioridade, fazendo uso dos recursos médico-científicos disponíveis para a identificação do indivíduo perigoso antes do aparecimento do crime.” (Ferla, 2005, p. 17).

¹⁶¹ Entre eles estava Nelson Hungria, que “(...) mesmo com grande nostalgia, expressou o consenso entre os juristas da década de 1930 que o código de 1890 precisava ser revogado por ser teoricamente ultrapassado e por basear-se em conceitos morais antiquados. Em 1939, sob a direção do ministro da Justiça Francisco Campos, Hungria, junto com os desembargadores Vieira Braga e Narcélio de Queiroz e o Procurador Público Roberto Lira, participou da comissão que produziu o código penal de 1940.” Caulfield, 2000, p. 160.

criminosos, por exemplo. É neste íterim que surge a datiloscopia¹⁶². Totalmente imbricada no processo de individualização por meio da identificação dos criminosos, o procedimento datiloscópico se propôs a ser uma alternativa à técnica da bertillonage.

Era a esta alternativa que Miguel J. Isaacson se referiu ao questionar as técnicas utilizadas pelos autores da comunicação sobre a investigação da paternidade. O que estava em questão era como estabelecer juridicamente um parentesco entre duas pessoas. Não nos cabe indagar se tal investigação foi invocada para resolver questões de herança, por exemplo, pois nada disso é evidenciado pela perícia. Fato é que tal procedimento pericial mantinha uma diferença substantiva em relação à “perícia clássica”:

a perícia clássica procura estabelecer se a marca ou vestígio cuja autoria está em dúvida pode ou não ser considerada idêntica a uma outra, de origem indubitada (por exemplo, se uma impressão digital colhida no local do crime é idêntica à colhida de um suspeito); pelo contrário, na investigação de paternidade existe apenas uma marca ou vestígio (a constituição genética do filho) e é a probabilidade de essa constituição ter sido causada pela paternidade em questão que é calculada. (Machado; Silva, 2012, p. 14)

Apesar da contestação de Miguel J. Isaacson, o fato em questão na análise do artigo é que os autores expressaram o entendimento de que, no contexto da década de 1930, “novos métodos de pesquisa” estavam disponíveis para uma abordagem da questão da paternidade, tais como: a “interpretação das leis da herança biológica”, os “dados colhidos nos depoimentos das testemunhas”, a “análise do tipo morfológico individual” e a “análise das impressões digitais e dos tipos sanguíneos” (RMP, Ano III, nº 5, Mai., 1934, p. 172). Para os autores, a investigação da paternidade teria relação próxima com a hereditariedade, a respeito da qual destacaram a figura de Gregor Mendel¹⁶³ e Hugo de Vries no plano da genética.

¹⁶² “O método de identificação datiloscópico baseava-se no preceito da assinatura biológica representada pelo traçado das papilas dérmicas existentes nas pontas dos dedos dos seres humanos, cujas impressões revelariam diretas e específicas relações com os indivíduos, indicando sua identidade de maneira segura, eficiente e singular. Seus principais difusores foram Francis Galton, na Inglaterra, e Juan Vucetich, na Argentina.” (Patrasso, 2015, p. 88).

¹⁶³ De acordo com Ferla, os biólogos do final do XIX e início do XX ao apropriarem-se da obra de Mendel, acreditavam que: “(...) até mesmo as partes mais complexas do corpo humano podiam ser produto de um único gene, e que as variações na anatomia ou no comportamento corresponderiam a formas dominantes ou recessivas que apresentassem esse gene. Os eugenistas apropriaram-se com avidez dessa ideia.” (Gould, 1999 *apud* Ferla, 2005, p. 157).

Alô T. Guimarães e Aramis T. de Athayde já eram livre-docentes em Medicina Legal quando submeteram tal comunicação aos critérios dos pares. A oportunidade de se posicionarem frente à afirmação de Miguel J. Isaacson, professor de Clínica Ginecológica da FMP à época, era um modo de assegurar a legitimidade tanto da técnica empregada quanto das suas posições enquanto profissionais especializados. Um exemplo desse posicionamento – mesmo sabendo da existência de outros elementos, como a datiloscopia – foi que parte significativa da comunicação baseou-se em esclarecer que seria a falta destes “elementos de pesquisa” que os teria levado a compor um laudo focado no retrato falado, nos depoimentos, nos traços fisionômicos e nas fotografias sinaléticas.¹⁶⁴

Sem querer entrar no critério de como se poderia assegurar a legitimidade de uma técnica que vinha sendo substituída pelo menos desde o início do século XX, ironicamente, asseveramos que os autores de tal comunicação estavam dentre os personagens do círculo de médicos elegidos e elogiados por Veiga de Carvalho quanto à eficiência dos trabalhos em torno da Medicina Legal em vias de especialização em Curitiba.

Quatro anos após a visita do professor paulista à Curitiba, em 1940, no âmbito da Associação Médica do Paraná, é criada uma seção de “Medicina Legal e Psiquiatria Forense” na *Revista Médica do Paraná*, reafirmando-se aquele processo de especialização. Neste ano o presidente da AMP era Aramis T. de Athayde que também exercia o cargo de professor de Clínica Propedêutica e livre-docente em Medicina Legal na FMP. Alô T. Guimarães, por sua vez, passava a ser o responsável pela referida seção, já tendo assumido cargos em outras instâncias relativas à matéria médico-legal: diretor do Departamento Médico Legal, livre-docente em Medicina Legal e professor de Clínica Psiquiátrica. Em “noticiário” dos n.ºs 10 e 11 de 1940 podemos apreender o universo “dilatado” de atuação em torno da medicina legal:

Com o próximo número, iniciará – MEDICINA LEGAL E
PSIQUIATRIA FORENSE – seção que diz bem alto da sua

¹⁶⁴ Não possuímos elementos que esclareçam a respeito do posicionamento dos autores no debate sobre a individualização das penas na década de 1930. Entretanto, em outra investigação sobre os procedimentos adotados pelo médico Alô Ticoulat Guimarães em sua prática psiquiátrica e médico-legal nas décadas seguintes, identificamos, em laudos periciais de sanidade mental por ele redigidos, indícios de sua afeição às doutrinas penais positivas. A este respeito, consultar: BERALDO, Renilson. *A mirada da Biotipologia no sul do Brasil: discurso e prática nas décadas de 1930-1950. História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, 2016 (no prelo).

importância. Nela figurarão temas afins da medicina com o direito, pareceres que, emanados do juízo médico, substanciam as sentenças judiciárias. A Medicina dedicada à Justiça corporificando a Medicina forense, de tão dilatados limites, já tem obreiros próprios – os peritos e, a eles, aos seus estudos, aos seus labores, ficará afeta essa nova seção que terá, é desnecessário dizer, o brilho invulgar de talentos já bem conhecidos. Afrânio Peixoto quando disse não lhe faltar esperanças de um dia poder tentar um esboço da medicina legal brasileira, sem dados de empréstimo, com o manancial dos nossos serviços médico-legais, não apontou uma ilusão. Pelos Estados do Brasil aqueles departamentos, correspondendo a investidura, tem fornecido observações que selecionadas, constituirão, futuramente, valioso subsídio a uma obra como a apontada por aquele insigne mestre patricio. Com o próximo número já apresentará a REVISTA MÉDICA DO PARNÁ, instrutivo laudo do Departamento Médico-Legal à cuja frente está a competência do Dr. Alô Guimarães. (NOTICIÁRIO. RMP, Ano IX, Set., Out., n^os 9 e 10, 1940, p. 252).

Pareceres que “substanciam as sentenças judiciárias” expressariam um reforço e sustento à justiça, portanto. A AMP demonstrava não ignorar o papel dos peritos nos limites judiciários. Para representar o “brilho invulgar de talentos já bem conhecidos” foi o médico Alô T. Guimarães quem iniciou a publicação naquela seção no periódico da AMP.¹⁶⁵ O referido médico havia sido aprovado em concurso para provimento da cadeira de Clínica Psiquiátrica da FMP, ensinando-a a partir de 1937. Aparentemente suas aptidões de perito – desde 1932, quando iniciou no Departamento Médico Legal –, somadas à sua atuação em Psiquiatria incorporavam-se no título da nova seção da revista. Conforme Ferla (2005), os médicos Afrânio Peixoto e Leonídio Ribeiro¹⁶⁶ estavam entre os médicos que acreditavam que o processo de especialização alcançado pelos profissionais envolvidos com a medicina legal apenas traria benefícios para aquela ciência, o que, paradoxalmente, resultaria numa medicina legal “unificada” com todas

¹⁶⁵ GUIMARÃES, Alô Ticoulat. *Parecer Médico-Legal*. Medicina Legal e Psiquiatria Forense. RMP, Ano IX, Nov., Dez., n^os 11 e 12, 1940, p. 333-343.

¹⁶⁶ Júlio Afrânio Peixoto (1876-1947), natural da Bahia, diplomou-se na faculdade daquele estado em 1897. Médico e diretor interino do Hospital Nacional de Alienados em 1904, foi professor de Medicina Pública na FMRJ após aprovação em concurso em 1906 e diretor do Serviço Médico-Legal entre 1907-1913 (Cerqueira, 2014, p. 25). Leonídio Ribeiro (1893-1976), formou-se na FMRJ em 1917; médico legista no mesmo ano no Distrito Federal; nos anos 1920 ocupou a cátedra de medicina legal da Faculdade Fluminense de Medicina. A partir de 1930 passou a dirigir o Serviço de Identificação da Polícia do Rio de Janeiro; foi professor de Medicina Legal na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Por seus estudos a respeito de impressões digitais e endocrinologia ganhou o Prêmio Lombroso em 1933. Conferir: <<http://www.historiacultura.pro.br/cienciaepreconceito/instrumentos/instrumentosbiografias.htm>>.

as “especialidades” trabalhando em prol do entendimento das “reações anti-sociais” (Ferla, 2005, p. 63-64).¹⁶⁷

A primeira seção especializada com um espaço exclusivo cedido no órgão da associação foi a seção de Medicina Legal e Psiquiatria Forense, iniciada naquele número da RMP.¹⁶⁸ É necessário esclarecer, entretanto, que a iniciativa tomada pela direção da revista de criação da referida seção não foi tão longe quanto pretendeu o noticiário acima. O número da revista com a referida seção trouxe apenas um trabalho, da autoria de Alô T. Guimarães, e não voltou a dedicar um espaço exclusivo à medicina legal nos números seguintes.¹⁶⁹

A Associação Médica do Paraná não foi gestada como uma agremiação especializada ou voltada exclusivamente para a temática da medicina legal ou da psiquiatria como, por exemplo, a Sociedade Brasileira de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal (Cerqueira, 2014). Entretanto, durante o período aqui analisado, a AMP dedicou espaços específicos para a divulgação e debate de matéria de medicina legal entre 1930-1941, como vimos.

3.4. Psiquiatria em Curitiba: personagens e posições institucionais

Do que foi apresentado nos tópicos anteriores, julgamos que a AMP, ao prezar pelo “estudo e divulgação da medicina, em todos os seus ramos”, patenteava para si a identidade de uma associação de “clínicas” e “especialidades”¹⁷⁰, onde seus

¹⁶⁷ Segundo Ferla, o médico Leonídio Ribeiro, no 2º Congresso Latino Americano de Criminologia ocorrido no Chile, em janeiro de 1941, defendeu também, tal como Hilário Veiga de Carvalho no Paraná em 1936, a vinculação das especialidades em torno da medicina legal numa mesma instituição, que seria um “Instituto de Criminologia” (Ferla, 2005, p. 64). Em 1941, em São Paulo, na Penitenciária do Carandiru, foi inaugurado um Instituto de Biotipologia Criminal que abarcava os serviços de psiquiatria, antropometria, endocrinologia, entre outros, todos voltados para o estudo do criminoso antes e depois de seu crime, em sua morfologia e constituição bio-psico-patológica. Destaque para o aval de Hilário Veiga de Carvalho em relação à pertinência de tal projeto.

¹⁶⁸ Depois dela vieram as seções de Farmácia e Odontologia. Isso foi representativo tanto da nova diretriz de redação assumida pela RMP com os Drs. Carlos Franco Ferreira da Costa e Glaucio Bandeira, a partir de 1940, quanto da pluralidade de especialistas que a AMP abarcava e que buscavam circunscrever seu espaço no seio daquela comunidade de médicos.

¹⁶⁹ Verificamos, pelo menos, até o ano de 1947 da *Revista Médica do Paraná*.

¹⁷⁰ Na quinta sessão ordinária da presidência de José P. de Macedo, em 19 de fevereiro de 1935, Milton de M. Munhoz propôs a execução do disposto no artigo 97 dos estatutos para a criação de três prêmios para os melhores trabalhos apresentados à Sociedade sobre *clínica médica, clínica cirúrgica e especialidades* com o “intuito de estimular o nosso meio científico, ficando a mesa encarregada de sua regulamentação” – a proposta foi aprovada (RMP, Ano IV, Dez., 1935, N° 12, p. 506-507). Parece-nos

interlocutores propuseram congressos, comissões e apresentaram trabalhos científicos conformados às suas áreas de atuação em cátedras, clínicas e hospitais. Tal processo não ocorreu de maneira diferenciada no que diz respeito à psiquiatria. O quadro de personagens com ela envolvidos, durante a década de 1930 no Paraná, pode ser identificado através de instituições diversas. Isto significa que tais atores circulavam por entre o Hospício Nossa Senhora da Luz, a Faculdade de Medicina, em clínicas particulares e na Associação Médica do Paraná. Disso decorre a abordagem que temos seguido na presente pesquisa, segundo a qual, o entrelaçamento de pessoas e instituições representa uma via segura para compreender o processo de institucionalização de saberes e práticas médico-científicas.

Demonstramos no primeiro capítulo de que maneira o Hospício Nossa Senhora da Luz (HNSL) constituiu-se como o primeiro espaço reservado exclusivamente aos diagnosticados com transtornos mentais no Paraná e também construímos uma breve identificação do quadro de médicos atuantes no HNSL no início da década de 1930.¹⁷¹ Somados a estes dados, veremos a seguir qual a expressão daquele conjunto de médicos do HNSL e da matéria psiquiátrica na Faculdade de Medicina que foram atuantes na Associação Médica do Paraná. Para tal, abriremos este tópico destacando um episódio de comunicação de autoria do médico Alô T. Guimarães (medicina legal e psiquiatria), posteriormente incluiremos outro personagem, José G. de Loyola (psiquiatria), relacionado ao momento em que efetivamente se iniciou o ensino de Clínica Psiquiátrica na FMP, para então falarmos da presença de Octávio A. da Silveira (neurologia) e da condição de possibilidade de mais um episódio de intercâmbio médico-científico operado pelos associados da AMP.

A memória médica paranaense realizou um recorte entre prática e ensino, no que diz respeito à psiquiatria, identificando cada um destes domínios a personalidades distintas no tempo e espaço. Por exemplo, comentamos no primeiro capítulo que, anteriormente à atuação de José Guilherme de Loyola (1874-1951) no HNSL e na FMP, outros médicos apareceram em cena no espaço do hospício antes da década de 1930. Antônio Rodolfo Pereira Lemos e seu filho Cláudio de Lemos são exemplos de tal

que, no entender de Milton de M. Munhoz, a Medicina Legal e a Psiquiatria estariam entre as especialidades representadas por médicos associados e professores da faculdade de medicina.

¹⁷¹ Ver tópico: *Sociedade de Medicina e Cirurgia do Paraná (SMCPR) no contexto da assistência à saúde de fins do século XIX e início do XX*. Ver também o quadro 3: *Corpo clínico da Santa Casa e do Hospício em 1932*.

recorte realizado pela literatura médica paranaense e também historiográfica.¹⁷² De acordo com tais narrativas, exceto Guilherme de Loyola, os médicos que atuaram no HNSL antes da década de 1930 o faziam por “carinho” e “humanidade” baseados num “auto-didatismo” sem qualquer formação na especialidade (Alves; Pilotto, 1994, p. 49).¹⁷³

No início de 1937, ao ser recebido como novo professor catedrático de Clínica Psiquiátrica da FMP, o médico Alô T. Guimarães teceu um discurso relatando o programa que levaria a cabo na disciplina, ao mesmo tempo em que identificava um personagem da medicina paranaense como o seu antecessor e mestre naquela especialidade: José Guilherme de Loyola. Natural de São João da Graciosa, PR, Loyola havia se diplomado pela Faculdade de Medicina e Farmácia do Rio de Janeiro em 1900, com a tese *O livre arbítrio e a simulação da loucura* junto à cadeira de Medicina Legal. Naquele trabalho, além de enfatizar a “competência médica em analisar, com critérios científicos, os limites entre o livre arbítrio e a simulação na loucura.” (Ouyama, 2006, nota 404, p. 383), tal médico dissertava também sobre o tema da responsabilidade e os fatores que a determinariam. Defendia, neste sentido, que entre a integridade das faculdades mentais e a alienação (condição na qual era excluída qualquer responsabilidade pelos atos) existiriam estados intermediários ou gradações mentais (enfraquecimento psíquico, histeria, epilepsia, etc.).

Citado por Alô T. Guimarães como “o catedrático de Psiquiatria da Escola desde o primeiro ano de funcionamento da cátedra” (Alves; Pilotto, 1994, p. 81), identificamos Guilherme de Loyola também como figura representativa de momentos fundacionais de sociedades médico-científicas no estado do Paraná: Sociedade de Medicina e Cirurgia do Paraná (1901) e Sociedade Médica dos Hospitais do Paraná (1930). Membro fundador desta última, encontramos seu nome nas listas de assinaturas da sessão de 22 de fevereiro de 1931 e da quinta sessão ordinária, de 3 de maio de 1931

¹⁷² Assim como João Cândido Ferreira e Victor Ferreira do Amaral e Silva, José Guilherme de Loyola estava dentre os médicos formados entre o final do século XIX e início do XX e que haviam sobrevivido à epidemia de gripe espanhola que vitimou vários médicos paranaenses entre 1918-1919, tais como: Antônio Rodolfo Pereira Lemos, Cláudio de Lemos e Manoel Supplyci de Lacerda.

¹⁷³ Tal perspectiva de retrato da história da psiquiatria brasileira, frequentemente escrita pelos próprios médicos, privilegia instituições, personalidades e trajetórias descritas de maneira positivada. (Venancio; Cassilia, 2012, p. 27-28). Esta constatação foi verificada no que diz respeito aos autores das obras cujos dados biográficos foram coletados para esta pesquisa. A grande maioria daqueles personagens foi identificada como sendo pertencente às categorias de ex-alunos e antigos assistentes de médicos atuantes nas décadas de 1930-1950.

(RMP, Ano I, nº 1, Dez., 1931, p. 64-65), contudo, sua presença não foi registrada nas sessões da AMP da década de 1930.

O quadro abaixo nos auxilia a melhor visualizar o panorama de atuações dos médicos relacionados à psiquiatria na FMP:

QUADRO 18: A matéria psiquiátrica no curso de Medicina e Cirurgia da FMP (1913-1955)

Ano	1913-1918	1918-1919 ¹⁷⁴	1919-1923	1923-1930	1923-1935	1931-1935	1935	1936	1938-1965	1936-1955
Matéria Médica	Clín. Neuro e Psiq.	Clín Neuro e Psiq.	Clín Neuro e Psiq.	Clín Psiq.	Clín Neuro	Clín Neuro e Psiq.	Clín Psiq.	Clín Neuro	Clín Neuro	Clín Psiq.
Prof.	Antônio R. Pereira Lemos (1852-1918)	Cláudio de Lemos (1888-1918)	José G. de Loyola (1874-1951)	José G. de Loyola	Octávio A. da Silveira (1895-1966)	Octávio A. da Silveira	João C. de Miranda (?-?) (interino)	João C. Ferreira (1864-1948) (inter.)	Octávio A. da Silveira	Alô T. Guimarães (1903-1985)

Fonte: quadro elaborado pelo autor conforme: Alves; Pilotto, 1994; Ouyama, 2006; Costa; Lima, 2007; Cintra, 2010; Wittig, 2011.

De acordo com Ouyama (2006) os médicos atuantes durante as primeiras décadas do século XX no Paraná, conquanto à atenção aos enfermos mentais, eram “operadores práticos” não necessariamente teóricos, mas, sobretudo, médicos “não especializados”. Por este raciocínio, apenas Guilherme de Loyola teria algum crédito como especialista em medicina mental pelo fato de, em sua formação acadêmica, ter defendido tese vinculada a assuntos da especialidade, como destacamos anteriormente (Ouyama, 2006, p. 307). Pereira Lemos e Guilherme de Loyola, por exemplo, formaram-se – respectivamente em 1881 e 1900 – num momento inicial do processo de institucionalização da psiquiatria no Brasil. A psiquiatria buscava sua autonomia em relação à medicina legal no início do século XX (Venancio, 2010, p. 330) e no momento de formação de Pereira Lemos não havia uma cadeira de Clínica Psiquiátrica e Moléstias Nervosas na FMRJ, o que ocorreria apenas dois anos após a formatura daquele médico paranaense.¹⁷⁵

¹⁷⁴ Apesar de o ensino ter iniciado apenas a partir de 1919, em 1915 ocorreu o desmembramento regimental da cadeira de Clínica Neurológica e Psiquiátrica, tendo assumido Pereira Lemos a segunda e Manoel Supplyci de Lacerda (?-1919) a primeira. Tal como Pereira Lemos e Cláudio de Lemos, Supplyci de Lacerda faleceu em decorrência da epidemia de gripe espanhola. (Cintra, 2010, p. 95-120).

¹⁷⁵ Teixeira Brandão foi o primeiro professor daquela cátedra. Ver: Venancio, 2010, p. 331.

Embora importante, defendemos que o processo de institucionalização da psiquiatria no Paraná não possui relação direta com uma formação acadêmica correspondente a determinada especialidade. Ainda que Guilherme de Loyola tivesse defendido tese sobre o tema do livre-arbítrio e loucura, não identificamos qualquer outro conjunto teórico de sua autoria discutido ou publicado no principal periódico médico-científico da década de 1930, a *Revista Médica do Paraná*.

Em 1936, ao dar visibilidade ao nome de José Guilherme de Loyola, Alô T. Guimarães possibilitava também um obscurecimento histórico a respeito da psiquiatria que abarcava a neurologia e um personagem em especial: Octávio Augusto da Silveira (1895-1966). Com 38 anos quando da fundação da AMP, o papel do professor e médico gaúcho Octávio Augusto da Silveira na mobilização sindical da categoria médica expressou-se, principalmente, no lançamento das bases de criação do Sindicato Médico do Paraná em 1931, como demonstramos no primeiro capítulo. Além disso, sua influência no que concerne ao campo da psiquiatria e neurologia é fundamental para entender o relacionamento entre agremiações, laboratórios, ensino e o próprio episódio de intercâmbio científico que trataremos a seguir.

Octávio A. da Silveira iniciou seus trabalhos na FMP por volta de 1920 e foi o fundador do Gabinete e Laboratório de Clínica Neurológica que funcionava no Hospício Nossa Senhora da Luz (HNSL). Sob a chefia do farmacêutico Arthur Otto Schwab¹⁷⁶, nesse laboratório realizavam-se exames de reação de Wassermann, de coleta de líquido céfalo-raquiano, de urina, exames de sangue e de fezes.¹⁷⁷ Conforme Cintra (2010), tal iniciativa fazia parte do rol de convênios estabelecidos entre a FMP e instituições beneméritas e particulares, como a Santa Casa de Misericórdia de Curitiba (SCMC, 1896). A faculdade também participava de instituições e dispensários anexos a ela, como a Maternidade Victor do Amaral (MVA, 1929) para o curso de Obstetrícia; o Dispensário Dentário (DD, 1913) para os cursos de Odontologia; e o Hospital de

¹⁷⁶ Arthur Otto Schwab (1906-), natural de Curitiba, formou-se em Farmácia na Universidade do Paraná em 1927 e em Medicina no ano de 1931. Foi professor de Química Analítica do curso de Farmácia a partir de 1935. Em 1938 obtém o título de livre-docente em Química Fisiológica e, a partir de 1942, conquista a cátedra de Física Biológica com a tese *Tensão superficial e elasticidade pulmonar*. (Costa; Lima, 2007, p. 78-79 e 84-85).

¹⁷⁷ Vinculado à cadeira de Clínica Neurológica sob a responsabilidade de Octávio Augusto da Silveira, os trabalhos do referido laboratório começaram a figurar nos relatórios da FMP a partir do ano de 1939. Em tal relatório também verificamos uma presença feminina no papel de Auxiliar Técnica de Clínica Neurológica, Anita Langoski. Sobre os dados aqui citados, consultar: Faculdade de Medicina do Paraná. *Relatório do ano de 1939 apresentado à Congregação pelo Dr. Victor F. do Amaral e Silva, Diretor, em sessão de 10 de janeiro de 1940*. Curitiba: Typ: João Haupt & Cia, 1940, p. 41.

Crianças (HC, 1930). Segundo aquela autora, o convênio com a SCMC, por exemplo, começou logo em 1915 com a primeira turma do curso médico-cirúrgico. O diretor da Santa Casa e professor de Clínica Propedêutica Médica, João Evangelista Espíndola, angariou, naquele momento, um espaço para o ensino prático das disciplinas médicas. Já o convênio com o HNSL, para as clínicas de Psiquiatria e Neurologia foi iniciado mais tarde, por volta de 1919, segundo consta no Relatório da Universidade do Paraná de 1920 (Cf. Cintra, 2010, p. 180-181).¹⁷⁸

Portanto, Octávio da Silveira entrava no HNSL logo após a instauração do convênio entre a FMP e o referido hospício. Cerca de uma década depois seria um dos fundadores da AMP, assumindo apenas o posto de Secretário Geral durante a presidência de Milton de Macedo Munhoz (1933-1934) e não participando de outras diretorias da AMP, pelo menos até o início da década de 1940. Parece que seu tempo estava mais dedicado aos seus outros cargos como secretário da FMP, diretor do Hospital de Crianças e Diretor da Saúde Pública em 1934.

Em síntese e divergindo de abordagens que privilegiam o entendimento da constituição do saber psiquiátrico apenas a partir da observação de sua prática no espaço hospitalar, gostaríamos de destacar que as trajetórias de José Guilherme de Loyola, Octávio Augusto da Silveira e Alô Ticoulat Guimarães possuíam em comum o fato de fazerem parte do associativismo médico¹⁷⁹ o que, por meio de intercâmbio médico-científico com instituições, campos disciplinares e personagens de outros estados da federação, possibilitava também a institucionalização da especialidade médico-psiquiátrica. Tal como demonstramos relativamente à medicina legal, o contato com médicos de outros estados, oportunizado pelas presidências da AMP durante a década de 1930, contribuiu na definição de uma identidade própria à medicina paranaense e,

¹⁷⁸ O nome de Manoel Supplyci de Lacerda (?-?) é citado pela autora como responsável pelo Gabinete de Clínica Neurológica em 1919. Posteriormente: “Em 1926, à cargo da FMP, se somavam o funcionamento e a manutenção dos seguintes laboratórios e gabinetes instalados nos hospitais próprios ou com ela conveniados: na SCM de Curitiba, os Laboratórios de Pesquisas Clínicas (dra. Maria Falce de Macedo), o Gabinete de Clínica Propedêutica Médica (Francisco Martins Franco), o Gabinete de Clínica Cirúrgica (Miroslau Szeligowski) e o Gabinete de Clínica Oftalmológica (Leônidas do Amaral Ferreira) e Otorrinolaringológica (Celso do Amaral Ferreira); na Maternidade do Paraná, o Gabinete de Clínica Obstétrica (Victor Ferreira do Amaral e Silva); e no Hospício N. S. da Luz, o Gabinete de Clínica Neurológica (Octávio da Silveira).” (Cintra, 2010, p. 185).

¹⁷⁹ Verificamos que na segunda sessão ordinária da Sociedade Médica dos Hospitais do Paraná, de 22 de fevereiro de 1931, o nome de José Guilherme de Loyola aparece sem caracterizá-lo em qualquer que fosse a categoria de membro. Também aparece participando da quinta sessão ordinária, de 3 de maio de 1931, conforme lista de assinaturas (RMP, Ano I, nº 1, Dez., 1931, p. 64-65). Não encontramos indícios de sua participação nos quadros da Associação Médica do Paraná.

por conseguinte, a caracterização de saberes, como a medicina legal e também a psiquiatria.

3.5. “Uma embaixada de cientistas em visita a Curitiba”: um gesto de cordialidade

Licenciado em 1930, anos depois, em 1936, José G. de Loyola desligou-se da FMP e, por efeito, do ensino de Clínica Psiquiátrica que vinha exercendo desde o ano de 1919 (Costa; Lima, 2007, p. 256-257). No ano de 1936, ocupava-a, interinamente, o professor João Carmeliano de Miranda quando os jornais curitibanos noticiaram o concurso que ocorreria em breve na cidade para preenchimento fixo daquela cadeira. O jornal *O Estado* noticiava a chegada, no dia 6 de novembro de 1936, de Antonio Austregésilo Rodrigues de Lima e Heitor Carrilho vindos de avião até a cidade de Paranaguá, no litoral paranaense, para depois, acompanhados de Milton Munhoz e Victor do Amaral Filho, seguirem de automóvel até Curitiba. Já o médico Antonio C. Pacheco e Silva viria diretamente de São Paulo de automóvel. Uma recepção os aguardaria na FMP, outra na AMP e um banquete no Grande Hotel Moderno em Curitiba.¹⁸⁰

De acordo com Cerqueira (2014), os cariocas Antonio Austregésilo e Heitor Carrilho eram membros associados da Sociedade Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal (SBNPML), no Rio de Janeiro, durante a segunda década do século XX. O paulista Antonio C. Pacheco e Silva, por sua vez e no mesmo período, foi sócio correspondente daquela sociedade. Portanto, embora fossem personagens de instituições e estados diferentes, correspondiam-se com base em relações associativas.

Da parte dos médicos paranaenses, também fizeram parte da banca do referido concurso os médicos João Cândido Ferreira e João de Paula Moura Brito. Formados, respectivamente, em 1888 e 1906 na FMRJ, representavam os extremos geracionais de maior e de menor idade dentre os médicos indicados para a banca. O primeiro era professor de Clínica Médica da Faculdade de Medicina do Paraná e, no ano do concurso, regia interinamente a cadeira de Clínica Neurológica daquela escola, já que

¹⁸⁰ *FACULDADE DE MEDICINA DO PARANÁ*. O ESTADO. Ano I, N° 31, 6 de novembro de 1936, p. 10. (Hemeroteca Digital Brasileira).

Octávio A. da Silveira estava afastado para cumprimento de mandato de deputado federal. Quanto ao segundo, era professor de Medicina Legal na Faculdade de Direito e na de Medicina havia vários anos, conforme dados já apresentados. Formado no Rio de Janeiro, Moura Brito foi interno no Hospício Nacional de Alienados e na Santa Casa de Misericórdia, tendo defendido tese sobre demência precoce.¹⁸¹

Após a prova didática do concurso – na qual os inscritos tiveram que dissertar a respeito do tema “histeria” – outra reportagem de *O Estado*¹⁸² descreveu o médico Antonio Austregésilo como um “amigo espiritual” dos médicos paranaenses, pois teria estabelecido “relações intelectuais” com uma geração de literatos e poetas daquele estado, como Nestor Victor, os irmãos Pernetta (Emiliano Pernetta e Julio Pernetta) e com o poeta Dario Vellozo.¹⁸³ Após destacar o “desejo íntimo” que possuía, desde os tempos de estudante, de conhecer a cidade de Curitiba, Antonio Austregésilo destacou as figuras de Guilherme de Loyola e Petit Carneiro como de “velhos companheiros”. Diplomado em 1898 na FMRJ, Abdon Petit Carneiro foi veterano de Austregésilo, formado em 1899 pela mesma universidade. No mesmo contexto, José Guilherme de Loyola, por sua vez, diplomou-se um ano depois, em 1900. Vale destacar que Petit Carneiro era tio de Alô Ticoulat Guimarães, um dos concorrentes à vaga para a cátedra de Clínica Psiquiátrica (Cerqueira, 2014, p. 30, nota 23; Lima; Holanda, 2011, p. 367).

Conforme destacamos no capítulo dois, cerca de três anos antes deste episódio de intercâmbio, Antonio Austregésilo já havia realizado uma visita a Curitiba por convite de Milton de Macedo Munhoz quando da realização do II Congresso Médico Sindicalista no Rio Grande do Sul em 1933. É importante destacar que o médico e neurologista paranaense, Octávio Augusto da Silveira havia sido aluno de Antonio Austregésilo durante seus anos de estudante. Em “saudações cordialíssimas” e

¹⁸¹ “Demência precoce, tese inaugural, pelo dr. João de Paula Moura Brito. Temos presente a volumosa tese deste jovem clínico paranaense, que escolheu uma tão complexa matéria de ordem psiquiátrica para o ato iniciático de sua vida profissional. O trabalho é com talento desenvolvido, sob todos os pontos de vista médicos, constituindo a última palavra sobre o estado atual da patologia das precoces aberrações mentais. O dr. Moura Brito aborda todas as doutrinas, aprofunda todas as teorias correlativas ao assunto de que se ocupa, mostrando ter-se assenhoreado de uma matéria tão delicada em sua complexidade patogênica. Para afirmar as suas asserções, o jovem cientista funda-se na observação de fatos clínicos realmente apreciáveis que são as provas mais seguras em abono das doutrinas que adota.” In: *BIBLIOGRAFIA. A REPUBLICA. Orgam do Partido Republicano Federal. Ano XXI, N° 157, 6 de julho de 1906. (Hemeroteca Digital Brasileira).*

¹⁸² *Uma embaixada de cientistas em visita a Curityba. Em declarações ao “O Estado”, os ilustres psychiatras manifestam o seu entusiasmo por nossa terra. A Faculdade de Medicina vem de ser homenageada. O ESTADO. Ano I, N° 33, 8 de novembro de 1936, p. 9. (Hemeroteca Digital Brasileira).*

¹⁸³ De acordo com Mello (2008, p. 11-12) tais nomes referem-se a personalidades que basicamente se envolveram com o universo das letras ao final do século XIX no estado do Paraná.

referindo-se a Austregésilo como “Mestre e Amigo saudoso”, Octávio A. da Silveira enviou uma carta àquele médico em fevereiro de 1926. Naquela missiva, o médico paranaense despedia-se de seu mestre, pois Austregésilo viajaria em “missão” no Instituto-Franco-Brasileiro e comunicava a inauguração, no Hospício Nossa Senhora da Luz, de uma “enfermaria de Clínica Neurológica” destinada ao ensino daquela especialidade e que levaria o nome de Antônio Austregésilo. Destacando a “confiança” que o médico carioca teria depositado em Octávio quando de sua passagem pela sua enfermaria no Rio de Janeiro, o médico e neurologista curitibano esperava uma resposta da parte de Austregésilo a respeito de tal homenagem e enviava, junto à carta, uma lição dada durante seu primeiro ano de magistério.¹⁸⁴

Já Antônio C. Pacheco e Silva visitava pela primeira vez a capital do Paraná, convidado por Victor F. do Amaral e Silva. Ao ser entrevistado, Antonio C. Pacheco e Silva acentuou o seguinte: “(...) o intercâmbio entre os dois grandes Estados do Brasil se estreita cada vez mais, não só no terreno comercial e industrial, como no científico.” (*O ESTADO*, Ano I, N° 33, 8 de novembro de 1936, p. 9). Pacheco e Silva era professor de Clínica Psiquiátrica da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e diretor geral da assistência a psicopatas daquele estado à época. Começou a lecionar, a partir de 1932, a disciplina de Psiquiatria Forense junto à Faculdade de Direito daquela universidade e três anos depois, em 1935, iniciou a docência junto à cadeira de Clínica Psiquiátrica (Tarelow, 2010, s.p.). Defendeu a importância do referido concurso com base na gravidade do problema da alienação mental e do fato de que o professor de psiquiatria não deveria limitar sua atuação à cátedra. Tal atividade, segundo o médico, deveria ser projetada para o direito, a pedagogia e a seleção profissional (*O ESTADO*, Ano I, N° 33, 8 de novembro de 1936, p. 9).

No plano da assistência, ao referir-se ao estado do Paraná, citou o nome do interventor Manoel Ribas e elogiou seu interesse em resolver “problemas sociais”. Conforme a reportagem, aquele interventor federal, atuante no estado do Paraná, teria visitado, na companhia do próprio Pacheco e Silva, o Hospital do Juquery em São Paulo (Idem, p. 9).¹⁸⁵ Como em outros estados do Brasil, Pacheco e Silva argumentou que o problema da assistência aos alienados no Paraná conformava-se à falta de hospitais. Por

¹⁸⁴ Conforme informações contidas na carta, tal lição foi publicada na revista *Paraná-Médico*. Para acessar a referida carta, consultar: Teive, 2008, p. 586.

¹⁸⁵ A reportagem não fez referência a qualquer entrevista concedida por Heitor Carrilho, ou, pelo menos, não foi publicada naquele número do jornal.

certo que tais médicos visitaram o Hospício Nossa Senhora da Luz, pois o jornal *A NOITE* divulgou que a realização do referido concurso ocorreria no espaço daquela instituição.¹⁸⁶

De acordo com a reportagem “Uma embaixada de cientistas...”, na Faculdade de Medicina os médicos foram homenageados pela classe médica paranaense através da palavra do associado da AMP, Erasto Gaertner, que era também à época professor de Clínica Urológica e membro associado da AMP. É importante destacar também que Erasto Gaertner havia sido diretor do Departamento Médico Legal do Paraná em 1932. Após este ato, Antônio Austregésilo tomou a palavra para dissertar a respeito do tema “pedagogia médica”. Em seguida, Heitor Carrilho encarregou-se de apresentar aos ouvintes uma palestra a respeito do tema “epilepsia emocional”. Quanto a Pacheco e Silva e Antonio Austregésilo, direcionando-se aos associados da AMP e na presença também de autoridades civis e militares, de estudantes, professores, representantes do governador, secretários de estado e do diretor da FMP, proferiram palestras no Club Curitibano “em virtude da pequenez da sede social da Associação Médica”¹⁸⁷.

Um ambiente de “simpatia e cordialidade”, assim resumiram os redatores da RMP ao descreverem o encontro entre os médicos paranaenses com a referida caravana. Neste tipo de narrativa, a cidade de Curitiba foi descrita como “terra dos pinheirais” que recebia aqueles médicos como “fidalgos” das “estirpes mais elevadas”, engrandecendo o que os médicos paranaenses chamaram de “medicina indígena” (RMP, Ano V, N° 11, Nov., 1936, p. 441-443).¹⁸⁸

Ainda que separados pela distância, os liames da simpatia também de há muito nos aproximaram de Pacheco e Silva e as rijas pugnas parlamentares empreendidas, de referência quer aos problemas da assistência social, quer à esterilização dos anormais, nos plenários

¹⁸⁶ *Concurso na Faculdade de Medicina do Paraná*. A *NOITE*, Ano XXV, N° (?), 10 de novembro de 1936, p. 23. (Hemeroteca Digital Brasileira).

¹⁸⁷ *Na Associação Médica. A recepção, ontem, aos eminentes cientistas patrícios, ora nesta capital. – As conferências dos Drs. A. Austregésilo e Pacheco e Silva. – Como transcorreu a reunião*. O *ESTADO*. Ano I, N° 34, 10 de novembro de 1936, p. 2 (Hemeroteca Digital Brasileira). As palestras apresentadas por aqueles médicos na ocasião, foram: “Psychotherapia” (A. Austregésilo), “Syphilis e systema nervoso” (Pacheco e Silva) e “Epilepsias emocionais” (H. Carrilho). Uma quarta conferência foi feita na FMP por Pacheco e Silva, que havia permanecido um dia a mais no Paraná. Versou sobre “os modernos métodos de tratamento em Psiquiatria” (RMP, Ano V, N° 11, Nov., 1936, p. 451). Não identificamos qualquer registro relacionado à matéria médico-legal nas falas daqueles médicos.

¹⁸⁸ De acordo com Eduardo Viveiros de Castro, a palavra “indígena” faz referência ao que é “gerado dentro da terra que lhe é própria, originário da terra em que vive.” Citado em: Viveiros de Castro, Eduardo. *Os voluntários da pátria*. Aula pública durante o ato Abril Indígena. Cinelândia, RJ, 20/04/2016.

constituintes, deram-nos ensejo para agradável convivência espiritual. (RMP, Ano V, N° 11, Nov., 1936, p. 444).

O posicionamento dos membros da AMP, de fato, não se distanciava de tal afirmativa. Em 1933, por ocasião da posse da primeira diretoria da AMP, Aramis T. de Athayde usou os termos “regeneração eugênica”, “culto da raça” e “esterilização dos anormais como fator eugênico” ao referir-se às questões de que se ocupariam nos anos seguintes. (RMP, Ano II, N°s 8 e 9, Ago., Set., 1933, p. 271).

As palavras de Erasto Gartner, orador escolhido para representar os médicos da AMP, descreveram Antonio Austregésilo como “erudito”, Heitor Carrilho como “neurólogo” e “psiquiatra” e Pacheco e Silva como “alienista” (Idem, p. 443). Além disso, na linguagem e visão dos médicos da AMP, o próprio ambiente proporcionado por tal intercâmbio tornava-se cordial e os gestos, atitudes e ensinamentos dos componentes da banca compunham-se numa expressão de “fidalguia”.

Conforme interpretação dos médicos paranaenses, aquele intercâmbio indicava o prestígio que poderia alcançar o ensino médico no Paraná por meio do contato com “luminares da ciência médica brasileira”. Não se falava em termos de especialidades, mas da elevação no “nível intelectual paranaense” como um todo (Idem, p. 444-446). Encarado como estímulo há muito tempo esperado e como “brado de comando”, de acordo com a impressão de Milton de M. Munhoz em agradecimento pela visita dos médicos, percebemos efeitos do reconhecimento, por parte dos viajantes, do “mérito” alcançado por meio dos trabalhos nos laboratórios e instalações de “experimento e de pesquisa” espalhadas por Curitiba. Neste ponto, o orador parecia referia-se à Faculdade de Medicina do Paraná (chamada de “Palácio da Cultura” por H. Carrilho), à Santa Casa e à AMP (Idem, p. 447).

A vossa elevação de vistas, a superioridade do vosso espírito, a excelsa beleza de vossa inteligência de tal maneira nos impressionam, a vossa estada nesta cidade nos honra de modo tão excepcional que temos como os mais importantes de nossa vida universitária estes poucos dias em que vivestes conosco, em que fraternizastes com vossos obscuros colegas, amigos e discípulos do Paraná. (RMP, Ano V, N° 11, Nov., 1936, p. 441-443).

Figura-nos relevante o destaque de um evento de peso para os médicos da “terra dos pinheirais” como o que foi encabeçado por médicos cujas especialidades preconizamos nesta pesquisa, pois tal episódio, ressaltamos, foi componente do

processo de institucionalização da medicina no estado do Paraná a partir da medicina legal e da psiquiatria.

Um primeiro ponto importante a se destacar é que pelo menos três dos cinco integrantes da banca tinham alguma afeição ou proximidade com a medicina legal. Sua composição deixava transparecer, portanto, o quanto a psiquiatria em Curitiba estava envolta pela medicina legal naqueles anos. Heitor Carrilho, por exemplo, foi um médico psiquiatra que havia contribuído com questões de psicopatologia forense na SBNPML e, conforme Cerqueira (2014) foi chefe do pavilhão Lombroso no Hospício Nacional de Alienados do Rio de Janeiro e defensor da criação de um manicômio judiciário naquela cidade, o que ocorreu em 1921 (Cerqueira, 2014, p. 107-165).

Outro ponto que gostaríamos de destacar é que, nos casos em tela, tanto a esfera educacional formativa nas faculdades de medicina quanto a dimensão das relações interpessoais foram definidoras para a produção de reciprocidades entre os atores anteriormente citados por meio da vida associativa da AMP. A manutenção de um ambiente cordial funcionava também como estratégia de sustentação do grupo. Episódios de intercâmbio médico-científico atestaram como determinadas relações pessoais/privadas desdobraram-se para o espaço público e institucional.

3.6. Epílogo: Ciência Constitucional e Biotipologia *na terra dos pinheirais*

Entre o número relativo à fusão das agremiações – setembro de 1933 – até o ano de 1936, quando ocorreu o concurso acima mencionado, analisamos as publicações e conferências em termos de intercâmbio científico entre os médicos paranaenses com médicos de outros estados. No ano de 1936 verificou-se um incremento nos temas relativos tanto à psiquiatria quanto à neurologia, como podemos perceber no quadro a seguir.

QUADRO 19: Total de trabalhos sobre medicina legal, neurologia e psiquiatria do montante de artigos na *Revista Médica do Paraná* (1932-1940)

Referência/ano	Autor	Título	Assunto
RMP, Nov., 1932, Ano I, N° 9	João Evangelista Espíndola e Alô T. Guimarães	“ <i>Asphyxia</i> ”	Medicina Legal

RMP, Nov., 1932, Ano I, N° 9	Libanio E. Cardoso (Acadêmico)	“ <i>Pucção Arachnoidiana Sub-Occipital ou Pucção da Cisterna</i> ”	Neurologia/ Psiquiatria
RMP, Fev., 1933, Ano II, N° 3	Dr. Abelardo Acceta	“ <i>Dismenorréia e perturbações nervosas</i> ”	Neurologia/ Psiquiatria
RMP, Mai., 1934, Ano III, N° 5	Dr. Aramis Athayde, Cerqueira Lima, Alô T. Guimarães.	“ <i>Pericia Medica</i> ”	Medicina Legal
RMP, Jul., 1934, Ano III, N° 7	Dr. Alô T. Guimarães	“ <i>Conceito do defloramento e causas de erro na sua apreciação</i> ”	Medicina Legal
Medicina RMP, Ago., 1934, Ano III, N° 8	Dr. Alô T. Guimarães	“ <i>Medicina Legal dos traumatismos da Bexiga</i> ”	Medicina Legal
RMP, Ano V, Fev., a Mar., 1936, N° 2 e 3	Dr. Hilário Veiga de Carvalho (SP)	“ <i>Organização de Serviços Médico-Sociais</i> ”	Medicina Legal (Conferência)
RMP, Ano V, Fev., a Mar., 1936, N° 2 e 3	Dr. José Pereira de Macedo	“ <i>Saudade e Medicina Legal</i> ”	Medicina Legal
RMP, Ano V, Abril de 1936, N° 4	Dr. Alô T. Guimarães	“ <i>Contribuição paranaense ao estudo da punção sub-ocipital</i> ”	Psiquiatria/ Neurologia
RMP, Ano V, Maio de 1936, N° 5	Dr. Alô T. Guimarães	“ <i>Situação Juridica dos paralyticos geraes em face da malariotherapia</i> ”	Psiquiatria/ Neurologia
RMP, Ano V, Junho de 1936, N° 6	Dr. João Carmeliano de Miranda	“ <i>Pysichose systematizada progressiva</i> ”	Psiquiatria
RMP, Ano V, Dez. de 1936, N° 12	Prof. A. C. Pacheco e Silva (SP)	“ <i>Sifilis e sistema nervoso</i> ”	Neurologia (Conferência)
RMP, Ano VI, Jan. 1937, N° 1	Prof. Antonio Austregésilo (RJ)	“ <i>A psicoterapia</i> ”	Psiquiatria/ Neurologia (Conferência)
RMP, Ano VII, Mar. 1938, N° 3	Prof. Alô T. Guimarães	“ <i>A Ciência Psiquiátrica, seu mérito, sua evolução e suas conquistas no terreno da Clinica e da Terapeutica</i> ”	Psiquiatria (Aula Inaugural)
RMP, VII, Ago. 1938, N° 8	Doutorando Nilo Trindade da Silva	“ <i>Grandes Remissões Na Esquizofrenia Pela Terapeutica de Von Meduna</i> ”	Psiquiatria/ Neurologia
RMP, Ano IX, Set. e Out., 1940, N° 9 e 10	Dr. Glaucio Bandeira	“ <i>Quadros neurastenicos e disendocrinais</i> ”	Psiquiatria
RMP, Ano IX, Nov. e Dez., 1940, N° 11 e 12	Prof. Alô Guimarães	“ <i>Defloramento – parecer médico-legal</i> ”	Medicina Legal

Fonte: dados compilados pelo autor conforme consulta aos artigos e comunicações publicadas na *Revista Médica do Paraná* entre 1932 a 1940.¹⁸⁹

Os trabalhos dos médicos paranaenses publicados a respeito das matérias psiquiatria e medicina legal eram, curiosamente, de autoria dos dois candidatos à cadeira de Clínica Psiquiátrica na FMP no final do ano de 1936: João Carmeliano de

¹⁸⁹ A determinação dos assuntos dos artigos é de nossa autoria e não dizem respeito, necessariamente, à área de formação ou atuação de seus autores.

Miranda e Alô Ticoulat Guimarães, este último aprovado no concurso. A visita dos médicos do Rio de Janeiro e São Paulo e o aparecimento na cena médica paranaense de um especialista avalizado por “luminares da ciência médica brasileira” por certo que não foram os únicos condicionantes à expressão de temas relacionados à ciência psiquiátrica na *Revista Médica do Paraná*. Conforme tabela acima, artigos sobre psiquiatria e medicina legal foram publicados na RMP antes e depois do referido concurso e do episódio de intercâmbio. Entretanto, a intensificação de publicações de artigos sobre a matéria psiquiátrica se somaram aos eventos específicos daquele ano de 1936 como veremos.

Um dos candidatos, João Carmeliano de Miranda, era, à época, livre-docente de Clínica Propedêutica Médica, atuando como professor interino de Clínica Psiquiátrica entre 1935-1936. No ano do referido concurso, Carmeliano de Miranda publicou o artigo “*Pysichose sistematizada progressiva*” na RMP. A atenção que damos para tal artigo está menos em sua retórica – que gira em torno de citações de leituras bibliográficas – e mais em sua observação realizada em um doente internado no Hospício Nossa Senhora da Luz, classificando-o como leptossomático. O doente era caracterizado como um caso típico de “delírio sistematizado progressivo” em fase ambiciosa: servente da Repartição dos Correios do Paraná, com 52 anos, dizia-se perseguido por todos que o rodeavam, traído pela esposa e destituído de seu verdadeiro posto, que, segundo o mesmo, deveria ser de Presidente da República.

Baseando-se em autores como Louis Jules Ernest Séglas (1856-1939), psiquiatra francês, Henrique de Brito Belford Roxo (1877-1969), psiquiatra brasileiro e E. Regis, psiquiatra francês, o médico paranaense entendia a psicose sistematizada progressiva como uma loucura crônica, caracterizada por delírio. De modo que, mesmo que a predisposição a ela fosse inata, era o ambiente que desencadearia tal ou qual modelo de psicose. Existiriam, portanto, conforme Carmeliano de Miranda, indivíduos dotados de uma “constituição paranóide” (RMP, Ano V, N° 6, Jun., 1936, p. 185).

A ideia de *constituição* e sua expressão prática no terreno da Biotipologia (Vimieiro-Gomes, 2012), bem como as classificações daí decorrentes foram mapeadas nos trabalhos do grupo de médicos aqui analisados. Primeiramente, referir-se à Biotipologia como campo biomédico, é importante dizer, implica tanto observá-la como “una instrumentación ‘práctica’ de la eugenesia galtoniana” (Vallejo, 2004, p. 220), quanto atentar para a relevância contextual de suas expressões complexas e singulares.

Um contexto de legitimação pautado em circunstâncias nacionais, políticas e culturais possibilitaram o florescimento de diferentes “escolas de biotipologia” nas primeiras décadas do século XX (Eraso, 2007, p. 794). Poderíamos constatar, por exemplo, como foi encampada, na Itália, a criação de Institutos de Biotipologia para vigilância, valoração e melhora de corpo e mente de coletividades, dos quais o Instituto Biotipológico e Ortogenético de Génova foi um importante exemplo (Vallejo, 2004, p. 222-223). No México foi usada como instrumento voltado para uma nova forma de diagnóstico e como “teoria da diferenciação humana” (Stern, 2003, p. 197). Na Argentina, esteve voltada para o controle demográfico e populacional (Miranda, 2005, p. 191). E no Brasil foi acionada num contexto de busca por definições identitárias nacionais, auxiliando os “esforços de classificação e definição de uma característica corporal própria dos brasileiros” (Vimeiro-Gomes, 2012, p. 706).¹⁹⁰

No Brasil, a ciência dos biótipos possuiu diversas entradas e adaptações locais, embora, na bibliografia corrente costume figurar a preponderância da escola de vertente italiana representada por personagens como Nicola Pende (1880-1970), Mario Barbàra e Giacinto Viola (1870-1943). Esse grupo de médicos, é importante dizer, são atores centrais para pensar a articulação da Biotipologia de vertente italiana no plano biomédico brasileiro, pois tiveram crédito atestado entre fomentadores nacionais, como Waldemar Berardinelli (1903-1953), Juvenil Rocha Vaz (1881-1964), Peregrino Júnior e Isaac Brow (Vimeiro-Gomes, 2012, p. 709-711). Conforme um daqueles fomentadores, o campo da Biotipologia representaria a fase científica das doutrinas constitucionalistas (Vimeiro-Gomes, 2015, p. 367). Esta seria uma das interpretações num universo “polissêmico” do referido campo biomédico, demonstrando, por sua vez, o esforço daqueles médicos em delimitar suas próprias interpretações e posicionamentos àquele respeito (Idem, p. 367).

Entretanto, uma vertente alemã, menos citada, foi fomentada por um grupo de médicos paranaenses, tal como foi possível perceber em diversos momentos dessa pesquisa. Pelo menos desde o registro da primeira tese defendida na Faculdade de Medicina do Paraná pela doutora Olina Terra Franco, relativamente aos saberes e práticas psiquiátricas, observamos referências a uma classificação alemã. Em 1928 quando defendeu, por sugestão de Octávio Augusto da Silveira, sua tese inaugural com

¹⁹⁰ Uma versão reduzida da presente discussão pode ser encontrada em: BERALDO, 2016 (no prelo).

o tema “Constituições Psychopathicas”¹⁹¹, Olina T. Franco, médica associada da AMP na década de 1930, discutia, pela primeira vez no plano acadêmico paranaense, o termo *constituição* e as várias gradações de psicopatias a ele relacionados.

Formada em medicina na FMP, Olina Terra Franco, que possuía um consultório voltado ao tratamento de doenças infecto-contagiosas no Hospital de Crianças de Curitiba na década de 1930 (Avanzini, 2011, p. 80), reunia-se associativamente com Octávio A. da Silveira¹⁹², Alô Ticoulat Guimarães e Aramis Taborda de Athayde em sessões na AMP. Como temos demonstrado, as posições institucionais e suas atuações no campo médico, bem como o compartilhamento intelectual por meio de artigos aponta-nos a conformação de grupos com base nos temas específicos sobre os quais dissertavam: biotipologia e ciência constitucional.

Referindo-se, por exemplo, à “constituição ciclotímica”, Olina T. Franco baseava-se no psiquiatra alemão Ernst Kretschmer (1888-1964)¹⁹³ que, por sua vez, propunha o estabelecimento de conexões entre “hábitos físicos e formas de ser”: “Las doctrinas constitucionalistas postulan la existencia de factores individuales innatos que determinan la estructura de la personalidad.” (Patrício, 2001, p. 75). Para Kretschmer seria possível aproximar os termos “predisposição” e “constituição”, contudo, o psiquiatra alemão defendia que poderia haver variações constitucionais de acordo com o meio. E ainda: “Lo constitucional es punto de confluencia de lo somático y lo psíquico, es un concepto psicofísico.” (Idem, p. 75).

Dois anos após a conquista da cátedra de Clínica Psiquiátrica, no dia 7 de março de 1938, Alô T. Guimarães proferiu a aula inaugural do curso de medicina da FMP, intitulada “A ciência psiquiátrica, seu mérito, sua evolução e suas conquistas no terreno da clínica e da terapêutica”, externando para a plateia quais parâmetros orientavam sua prática médica. De um lado a importância dos tratamentos biológicos como

¹⁹¹ “Entre os diversos temas que nos foram apresentados e mesmo por nós escolhidos, nenhum se gravou tanto em nosso espírito como o sugerido pelo competente psiquiatra do Hospício de Nossa Senhora da Luz, sobre – Constituições Psicopáticas.” (Franco, 1928, Proêmio). Foram banca avaliadora na ocasião, os médicos: Octávio A. da Silveira, Petit Carneiro, Coriolano Mota, José G. de Loyola e João de Moura Brito.

¹⁹² Conforme Avanzini, o neurologista Octávio A. da Silveira também possuía um consultório no referido hospital voltado para neuro-psiquiatria infantil (Avanzini, 2011, p. 80).

¹⁹³ Ernst Kretschmer (1888-1964) estudou medicina na Universidade de Tubingen, Munique e Hamburgo. Atuou como prático de clínica psiquiátrica, especialmente militar. A partir de 1918 lecionou em Tubingen, em 1929 ensinou na Universidade de Marburgo como professor de psiquiatria e neurologia. Em 1959 aposentou-se do cargo de Diretor de Clínica Neurológica na Universidade de Tubingen. Sua principal obra *Constituição e Caráter* foi publicada em 1921. Nela podem-se encontrar as principais ideias de Kretschmer sobre características físicas e psicológicas. São famosos os seus três tipos classificatórios: pínicos, astênicos e atléticos (Cullen; Wilcox, 2010, p. 521-524).

Malarioterapia e Insulinoterapia, de outro as possibilidades diagnósticas da Escola Constitucionalista de Ernst Kretschmer (Guimarães, 1938, p. 105). Uma das preocupações de Alô T. Guimarães foi demonstrar principalmente para médicos clínicos e cirurgiões da plateia que a “ciência psiquiátrica” deveria ser colocada em pé de igualdade à medicina em geral. Sua intenção era desmitificar a crença que separava, de um lado, os “trunfos do método experimental” no terreno da clínica médico-cirúrgica e, de outro, a “falível autoridade científica” e os “pouco convincentes índices de sua argumentação”. Para fazê-lo, colocou em pé de igualdade “patologia mental” e “patologia geral” quanto às suas origens, propósitos e desdobramentos (Guimarães, 1938, p. 105-107). O que está subjacente em sua fala é uma narrativa da psiquiatria em termos de evolução e melhoramento na medida em que identifica o desenvolvimento das psicopatias, partindo de Hipócrates, passando por Philippe Pinel (1745-1826), Antoine-Laurent Bayle (1799-1858), Benedict-Augustin Morel (1809-1873) e Valentin Magnan (1835-1916) até a nosografia psiquiátrica da escola organicista de Emil Kraepelin (1856-1926).

“Como se afirmam e corporificam o mérito, a extensão e as finalidades da ciência psiquiátrica?” perguntava-se Alô T. Guimarães na ocasião (Guimarães, 1938, p. 107). E respondia positivando elementos laboratoriais responsáveis pela “pesquisa e experimentação anatomo-fisiológica” (reações no liquor e no sangue); também por meio da observação das desordens endócrinas, da medição e extensão das lesões com o auxílio da encefalografia (Idem, 1938, p. 109). Alô T. Guimarães vinha defendendo tal mérito para a psiquiatria pelo menos desde o ano em que prestou concurso à cátedra de Clínica Psiquiátrica. Em abril de 1936, a *Revista Médica do Paraná* publicou o artigo “Contribuição paranaense ao estudo da punção sub-occipital” (RMP, Ano V, Nº 4, Abr., 1936, p. 87-92) de sua autoria. Neste trabalho, que compreendia uma pesquisa de campo a ser realizada no Hospício Nossa Senhora da Luz, Alô Guimarães, que já era livre-docente em Medicina Legal, dissertou sobre os progressos alcançados, e por alcançar, no terreno da ciência psiquiátrica relativos à detecção e profilaxia de doenças mentais e nervosas, baseando-se no exame do “liquor” ou “líquido cefalorraquidiano”. Insistiu, naquela ocasião, que a melhor opção para o diagnóstico do agente causador da sífilis cerebral seria o uso da técnica da punção “sub-occipital” em contraponto à punção lombar. Apresentava, por fim, os aspectos positivos daquela técnica, a qual vinha sendo realizada em doentes internos do Hospício Nossa Senhora da Luz desde o

início da década de 1930. Tal trabalho tratava-se, portanto, um adendo à positivação da ciência psiquiátrica em termos laboratoriais e experimentais.

Foi, entretanto, a respeito do tema “constituição” (konstitution) e “caráter” (charakter) que aquele médico mais mobilizou autores, exemplos e demonstrações. Diferentemente da escola italiana, a correlação psico-morfológica informava a abordagem da vertente alemã, em que a individualização tinha como fim o diagnóstico e classificação psiquiátrica. Logo, certas morfologias assinalariam tendências à esquizofrenias e psicoses. Se, de acordo com Ernst Kretschmer, *constitucional* referia-se à confluência do somático e do psíquico, o *caráter*, por sua vez, seria “(...) la totalidad de las posibilidades afectivo-volitivas de reacción de una persona, surgidas em el curso de su evolución vital, o sea, a partir de la predisposición hereditaria y de todos los factores exógenos (...)” (Patrício, 2001, p. 75). Tais fatores poderiam ser educacionais ou ambientais. De acordo com o autor aqui referenciado, as descrições caracteriológicas utilizadas por Kretschmer foram herdeiras de Robert Gaupp (1870-1953), psiquiatra alemão e mestre daquele. Se, por exemplo, voltarmos ao tema da paranoia, mapeada no artigo de João C. de Miranda, veremos que, de acordo com Gaupp, além de ser provocada por “conflictos del sujeto con su entorno” somar-se-ia a ela uma determinada predisposição (ou constituição) de caráter do sujeito: inseguro, temeroso, obsessivo, etc. (Patrício, 2001, p. 86).

Durante a referida aula inaugural, Alô T. Guimarães fez a seguinte leitura da obra de Kretschmer: as tendências organicistas ou psicológicas da psiquiatria moderna não deram respostas à questão constitucional e temperamental, mesmo que se admitam importantes contribuições de Kraepelin à compreensão das doenças endógenas. Tais questões, de acordo com aquele médico, estacaram na questão da constituição e temperamento (Guimarães, 1938, p. 110-111).

É importante ressaltar que no plano das constituições tudo se passa como uma questão de “correspondência”: formas exteriores do corpo relacionam-se à personalidade humana; as doenças às constituições morfológicas e temperamentos, e mais, aos tipos psiquiátricos corresponderiam tipos corporais. O indivíduo de aspecto morfológico de tipo leptossômico teria tendências a desenvolver esquizofrenia; já aquele cuja conformação biotipológica fosse pícnico-displásica, teria tendências maníaco-depressivas. Ernst Kretschmer reconhecia, neste sentido, dois tipos psicológicos básicos: circular e esquizofrênico. Pensava as personalidades circulares

dentro de três grupos de características: (1) sociável, bem-humorado, amigável, genial; (2) alegre, bem-humorado, alegre, apressado; e (3) tranquila, calmo, facilmente deprimido, coração mole. O primeiro grupo foi considerado como sendo o mais comum. Os tipos de personalidade esquizofrênica também seriam três grupos de características: (1) anti-social, silencioso, reservado, sério, (sem graça), excêntrico; (2), acanhado, tímido, sentimentos finos, sensível, nervoso, excitável, amante da natureza e livros; e (3) flexível, gentil, honesto, indiferente, obtuso, em silêncio. Nessa classificação, os primeiros grupos eram sempre considerados estatisticamente mais comuns. “Deve ser enfatizado que Kretschmer não considerou estes agrupamentos de características como sendo indicadores de saúde ou de patologia como pode ser inferida a partir deles (...)” (Cullen; Wilcox, 2010, p 523 – tradução minha).

Pautando-se na interpretação do psiquiatra espanhol Antonio Vallejo-Nágera (1889-1960)¹⁹⁴, afirmava Alô T. Guimarães que a escola constitucionalista pretendia “nos explicar a variabilidade existente de um indivíduo a outro em relação ao meio e, por conseguinte, a distinta aptidão individual para contrair a doença.” (Guimarães, 1938, p. 112).¹⁹⁵ Analisando corpo e mente os constitucionalistas buscaram focar e entender “o indivíduo por trás da doença” (Eraso, 2007, p. 794). Nesta perspectiva, o constitucionalismo pode ser encarado como “uma perspectiva médica neo-hipocrática e holística” (Cassata, 2011, p. 192-193 – tradução minha), pois considera o indivíduo em sua relação psico-morfológica.

Em sua prática clínica Alô T. Guimarães testou o modelo de configuração corporal de Kretschmer em indivíduos criminosos enviados à cidade de Curitiba para serem submetidos a exames de sanidade mental. Mais de dez anos depois de sua conferência de abertura do ano letivo de 1938, encontramos, na década de 1950, em laudos periciais a permanência de categorias utilizadas por aquele médico e seus assistentes na descrição da morfologia corporal, mas, sobretudo, do caráter, do temperamento e da inteligência de indivíduos. Tal posicionamento dava aval ao dito “não há doenças, sim doentes” repetido pelo médico e atribuído a Juvenil Rocha Vaz, o

¹⁹⁴ Psiquiatra franquista que, de acordo com Gustavo Vallejo, publicara, em 1947, a obra intitulada *Biotipología* (Vallejo, 2004, p. 243).

¹⁹⁵ Outra referência dos médicos paranaenses no tocante à ciência constitucional e biotipologia foi do médico americano George Draper, referenciado, ainda em 1932, quando Taborde de Athayde, Cerqueira Lima e Alô T. Guimarães publicaram o trabalho “Perícia Médica” a respeito de investigação de paternidade. Trabalho este já analisado no início do presente capítulo.

qual era responsável pela cadeira de Clínica Propedêutica na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde inclusive existia um Gabinete Biotipológico.

O que procuramos demonstrar e defender neste último item foi que os debates e intercâmbios em torno da medicina legal e da psiquiatria e suas interconexões expressas nas trajetórias formativas de alguns personagens, bem como o partilhamento de conceitos e relações interpessoais que poderiam daí advir, encontraram terreno no exame da Biotipologia no Sul do Brasil e seu caráter constitucional – pautado no psiquiatra alemão Ernst Kretschmer – nas primeiras décadas do século XX.

Embora os campos disciplinares da psiquiatria e medicina legal buscassem sua autonomia de formação e de objeto desde as primeiras décadas do século XX no contexto brasileiro, tal processo, no caso paranaense, foi expresso, paradoxalmente, na vinculação discursiva entre esses dois campos. Além disso, o resultado foi o aparecimento de personagens cujas atuações como leigos ou psiquiatras confundem-se com a própria institucionalização de tais especialidades. A aprovação do médico Alô T. Guimarães no concurso para a Clínica Psiquiátrica do curso médico da FMP, em 1936, foi significativo para a afirmação do processo de especialização dos profissionais envolvidos com a medicina legal e psiquiatria que perpassava a AMP. Sua atuação posterior no terreno das perícias de sanidade mental para averiguação de responsabilidade penal será, portanto, resultado do encontro entre a psicopatologia forense e a psiquiatria.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a experiência médico-associativa no estado do Paraná tenha tido seu pontapé inicial em princípios do século XX, observamos nessa pesquisa que foi apenas entre as décadas de 1920-1930 que pudemos perceber a mobilização intensa no que diz respeito à congregação e confraternização da categoria médica daquele estado. Com mobilização mais intensa queremos dizer que, com a fusão das agremiações Sociedade Médica do Paraná (SMP), Sociedade Médica dos Hospitais do Paraná (SMHPR) e Sindicato Médico do Paraná (SINDMPR), a Associação Médica do Paraná, resultante desse processo, procurou, pelas mais diversas vias, interiorizar sua aproximação, presença e legitimidade em diversas regiões daquele estado através, principalmente, da inclusão de médicos correspondentes entre seus quadros de associados e pelo intercâmbio médico-científico com aquelas regiões.

Observamos também que o processo de fusão das agremiações possibilitou a feição tanto de uma associação gestada sob as bandeiras do combate, defesa e amparo da categoria médica como reflexos da posição ocupada pelo SINDMPR, mas também uma agremiação médico-científica como decorrente das outras sociedades que se fundiram: a SMP, SMHPR e o SINDMPR. Tal fusão expressou o encontro de gerações etárias diferenciadas cujos títulos educacionais e origens familiares operavam como parâmetros de consagração social. Neste sentido, sob um discurso classista e de defesa da categoria médica congregaram, na década de 1930, gerações formadas ao final do século XIX e outras no decorrer da década de 1920. Esse encontro geracional exteriorizou conflitos no seio da AMP, como o ocorrido com o médico João Cândido Ferreira em 1934, ocasião em que se afastou da AMP. Demonstramos como esse médico foi um dos poucos de sua geração a sobreviver à epidemia de gripe espanhola que havia ceifado vários de seus colegas no campo do ensino médico. Tal fato abriu lacunas naquele campo e no universo do associativismo que foram preenchidas por uma geração mais jovem em ascensão ao final da década de 1920 e início de 1930. Os conflitos manifestados por tal encontro geracional, no entanto, não eximiram, por exemplo, os filhos do médico João Cândido Ferreira de acompanhá-lo – permanecendo ou afastando-se da AMP – revelando que sob o lema da congregação médica reproduziam-se fortes laços de aliança familiar.

Na presente pesquisa, constatamos que ao longo da década de 1930 várias características das sociedades anteriores se mantiveram. Primeiramente e ao mesmo tempo em que percebemos a permanência da convivência de gerações etárias diferenciadas, também verificamos ocasiões de consagração e homenagens a membros mais velhos que iam falecendo no decorrer daquela década. Em segundo lugar, a estrutura das sessões, divididas geralmente em ordem do dia – com a leitura de ofícios, telegramas e cartas – e comunicações científicas permaneceu a mesma até por volta de 1939-1940, quando foi colocada sob discussão a partir da escolha de Mário Braga de Abreu para a presidência da AMP. Em terceiro, os gestos de confraternização por meio da realização de banquetes da categoria médica a cada nova diretoria e presidência eleita foram eventos observados tanto durante as sessões da SMHPR quanto da AMP no período analisado, 1933-1941. A presença de atores de instituições de outros estados naqueles jantares também expressava uma das facetas do intercâmbio científico levado a cabo pela AMP.

Durante a década analisada nesta pesquisa, concluímos que uma das mudanças observadas na trajetória da AMP, no que diz respeito ao contato entre médicos da capital paranaense com outras localidades, foi o incremento de um intercâmbio inter-regional, iniciado no seio da SMHPR com a região metropolitana de Curitiba e com a cidade de Ponta Grossa anos antes, para enfim o abarcamento de zonas ao centro (Ponta Grossa), sudeste (União da Vitória) e norte central paranaense (Tomazina). Outra característica observada foi que a AMP também passou a ter a sua própria sede e seus associados não realizavam mais reuniões em instituições hospitalares tal como ocorria durante a vigência da SMHPR nos primeiros anos da década de 1930.

Naquela mesma década, verificamos que a alternância de temas como a defesa da fiscalização do exercício ilegal da medicina por parte de indivíduos não diplomados, divergências a respeito dos honorários médicos e da assistência gratuita e possibilidades de atuar como órgão consultivo em questões exógenas à AMP delinearam os valores em torno dos quais, e pelos quais, os médicos associados se mobilizaram. Independentemente da geração etária a que pertencesse, nas ocasiões das visitas de médicos de outros estados à capital paranaense, notamos os investimentos dos médicos da “terra dos pinheirais” em demonstrar seu grau de adiantamento frente aos pares dos “grandes centros”. Desde a posse da primeira diretoria da AMP em setembro de 1933, ocasião em que recebeu a visita dos médicos paulistas Franklin de Moura Campos e

Cantidio de Moura Campos, os associados conduziam seus hóspedes de instituição em instituição da cidade de Curitiba empenhando-se em obter o aval daqueles.

Relativamente às sociedades médico-científicas de São Paulo e Rio de Janeiro, em nossas observações também apreendemos especificidades não observadas em trabalhos que analisaram agremiações daqueles estados (Cf. Teixeira, 2007; Cerqueira, 2014). Entre algumas das especificidades, gostaríamos de destacar a presença verificada de mulheres diplomadas na Faculdade de Medicina do Paraná e integrantes dos quadros de associados da AMP. Dentre as médicas ali formadas, entre Maria Falce de Macedo, Yone Busse e Olina Terra Franco, como destacamos no capítulo II, as duas últimas já participavam de reuniões médico-científicas em agremiações paranaenses antes mesmo da fusão das sociedades em 1933. Está em aberto, portanto, a possibilidade de análise das trajetórias dessas mulheres médicas paranaenses nas primeiras décadas do século XX.

Não apenas as comunicações foram responsáveis pela estruturação das sessões da AMP, mas as correspondências, as cartas de agradecimentos por homenagens prestadas, os votos de pesar e telegramas expressaram as especificidades de uma agremiação multitemática, classista e, sobretudo, constituída como local de sociabilidades e cordialidades. Enquanto multitemática, a AMP serviu para congregar atores interessados em diversas áreas da medicina, os quais, ao mesmo tempo, atuavam em instituições hospitalares e de ensino espalhadas pela cidade de Curitiba.

Em nossas investigações, privilegiamos a análise da expressão de duas *especialidades* médicas na AMP, a saber: psiquiatria e medicina Legal. Por meio destes campos, observamos a permanência de atores em diálogo tanto com a psiquiatria quanto com a medicina legal e identificamos personagens ao mesmo tempo atuantes no Departamento Médico Legal (DML), no Hospício Nossa Senhora da Luz (HNSL), na Faculdade de Medicina e na AMP, como os médicos João de Paula Moura Brito, Aramis Taborda de Athayde, Júlio Estrella Moreira e Alô Ticoulat Guimarães. Tais atores transitaram por dentre as diretorias da AMP entre 1933-1941, assumindo postos em comissões muitas vezes conjuntamente com membros que dialogavam com os mesmos saberes médicos. Destacamos o ano de 1941 como momento chave em nossa pesquisa quando observamos a prevalência de membros envolvidos com a medicina legal na composição da diretoria da AMP naquele momento: na Presidência, Aramis T. de Athayde (livre-docente em Medicina Legal desde 1929); no Conselho Científico,

Júlio E. Moreira (diretor do Posto de Assistência Pública do DML e chefe do Laboratório de Polícia Técnica naquela década), José P. de Macedo (médico-legista do DML) e Alô T. Guimarães (livre-docente em medicina legal desde 1935, docente de clínica psiquiátrica desde 1937 e diretor do DML naquele ano). Tal aglomeração de posições institucionais em torno dos campos médicos da Medicina Legal e da Psiquiatria possibilitou a criação, também no ano de 1941, de uma seção de Psicopatologia Forense na *Revista Médica do Paraná*, a primeira seção especializada criada naquele órgão.

Está em aberto também a análise das trajetórias daqueles médicos envolvidos com a medicina legal e com a psiquiatria nas décadas de 1940-1950. Aramis T. de Athayde, por exemplo, foi Ministro da Saúde entre 1954-1955; já Alô T. Guimarães foi eleito duas vezes Prefeito da cidade de Curitiba, Deputado Estadual, Senador, Vice-Presidente da Comissão de Saúde do Senado, além de ter sido médico particular do interventor federal no Paraná, Manoel Ribas. No que concerne à psiquiatria, embora o foco dessa pesquisa não tenha privilegiado uma análise da assistência psiquiátrica na cidade de Curitiba, ressaltamos que além da figura de Alô T. Guimarães como diretor do HNSL e do Hospital Espírita de Psiquiatria Bom Retiro, este inaugurado em 1946, outros nomes surgiram na cena médica paranaense no tocante àquele saber, tais como: Rubens de Lacerda Manna (Clínica Neurológica e Clínica Psiquiátrica, 1944), Napoleão Lyrio Teixeira (Clínica Psiquiátrica, 1944; Medicina Legal, 1949), Ernani Simas Alves (Medicina Legal, 1950), Celso Cesar Papaleo (Medicina Legal, 1953) e José Schettini (Clínica Psiquiátrica, 1954). Grande parte das narrativas de memória médica consultadas para essa dissertação foi escrita por estes médicos formados a partir da década de 1940 que haviam sido alunos daqueles atores elencados em nossa pesquisa. Foram essas narrativas que buscamos problematizar, cruzando-as com dados documentais mapeados na RMP e em jornais paranaenses.

Por fim, demonstramos nesta pesquisa que os intercâmbios científicos, as correspondências entre médicos das diferentes regiões do estado do Paraná e com estados da federação e as relações de permuta entre periódicos médicos daqueles locais com regiões do Cone Sul e Central da América Latina, ao mesmo tempo em que atuaram no processo de institucionalização da medicina naquele estado, foram condições de possibilidade para a produção de conhecimento médico-legal e psiquiátrico a partir da AMP.

5. FONTES

Atas da Associação Médica do Paraná (AMP):

SMHPR. *Fundação da Sociedade Medica dos Hospitales do Paraná*. Revista Médica do Paraná. Ano I, N° 1, Dez., 1931, p. 8-9.

_____. Segunda sessão ordinária da Sociedade Médica dos Hospitais do Paraná. Revista Médica do Paraná, Ano I, n° 1, Dez., 1931, p. 64.

_____. Terceira sessão ordinária [08-03-1931]. Revista Médica do Paraná. Ano I, n° 1, Dez., 1931, p. 64-65.

_____. *NOTICIARIO. Sindicato Medico do Paraná*. Ano I, n° 1, Dez., 1931, p. 67.

_____. Segunda sessão ordinária da Sociedade Médica dos Hospitais do Paraná. Revista Médica do Paraná. Revista Médica do Paraná, Ano I, n° 2, Jan., 1932, p. 92.

_____. Arquivos do Instituto Penido Bournier. Revista Médica do Paraná. Ano I, n° 5, Abril de 1932, p. 229-230.

_____. *Ata da 9ª sessão ordinária da Sociedade Médica dos Hospitais do Paraná*. Revista Médica do Paraná. Ano I, n° 2, Jan., 1932, p. 92.

_____. *NOTICIARIO. Visita da S.M.H.P á Ponta Grossa. Discurso do Dr. Waldemar Bocchi*. Revista Médica do Paraná. Ano I, n° 2, Jan., 1932, p. 117-118.

_____. *Ata da 3ª sessão extraordinária da Sociedade Médica dos Hospitais do Paraná*. Revista Médica do Paraná. Ano I, N° 3, Fev., 1932, p. 140-141.

_____. *Ata da vigésima primeira sessão da Sociedade Médica dos Hospitais do Paraná*. Revista Médica do Paraná. Ano I, N° 4, Mar., 1932, p. 175-176.

_____. *Ata da 22ª sessão da Sociedade Médica dos Hospitais do Paraná*. Revista Médica do Paraná. Ano I, N° 4, Mar., 1932, p. 176-180.

_____. Arquivos do Instituto Penido Bournier. Revista Médica do Paraná. Ano I, n° 5, Abril de 1932, p. 229-230.

_____. *Revista Médica do Paraná*. Revista Médica do Paraná, Ano II, n° 1, Dez., 1932, p. 1.

_____. *Nota*. Revista Médica do Paraná. Revista Médica do Paraná Ano I, n° 8, Out., 1932, p. 1.

_____. *Ata da trigésima segunda sessão da S.M.H.P*. Revista Médica do Paraná. Ano II, N° 1, Dez., 1932, p. 32-33.

_____. Sumários de Revistas Médicas. Revista Médica do Paraná. Ano II, n° VI, Jun, 1933, p. 197-199.

_____. Sumários de Revistas Médicas. Revista Médica do Paraná. Ano II, n° VII, Jul, 1933, p. 243-247.

_____. Discurso do Prof. Aramis de Athayde, orador oficial da A.M.P., proferido por ocasião da posse da 1ª diretoria. Revista Médica do Paraná. Ano II, N°s 8 e 9, Ago-Set, 1933, p. 267-272.

_____. Ata da sessão da Associação Medica do Paraná, realizada a 7 de setembro de 1933. Revista Médica do Paraná, Ano II, n° 8 e 9, Ago-Set., 1933, p. 269-270.

_____. Ata da sessão da Associação Medica do Paraná, realizada a 7 de setembro de 1933. Revista Médica do Paraná. Ano II, N°s 8 e 9, Ago., Set., 1933, p. 271.

_____. Ata da sessão da Associação Medica do Paraná, realizada a 7 de setembro de 1933. Revista Médica do Paraná, Ano II, n°s 8 e 9, Ago-Set, 1933, p. 275-276.

_____. Ata da sessão da Associação Medica do Paraná, realizada a 7 de setembro de 1933. Revista Médica do Paraná. Ano II, N°s 8 e 9, Ago-Set., 1933, p. 278.

_____. Sumários de Revistas Médicas. Revista Médica do Paraná. Ano II, n°s 8 e 9, Ago, Set, 1933, p. 295-299.

_____. Inauguração de sua sede. Revista Médica do Paraná, Ano II, n° 10, Out., 1933, p. 327.

_____. Sumários de Revistas Médicas. Revista Médica do Paraná. Ano II, n° 10, Out, 1933, p. 329-332.

_____. Ata da primeira sessão ordiária da Associação Médica do Paraná, realizada a 17 de setembro de 1933. Revista Médica do Paraná, Ano III, n° 1, Dez., 1933, p. 29-30

_____. Ata da primeira sessão extraordinária da Associação Médica do Paraná, realizada a 29 de setembro de 1933. Revista Médica do Paraná, Ano III, N° 1, Dez. 1933, p. 30-31.

_____. Ata da segunda sessão ordiária da Associação Médica do Paraná, realizada em 13 de outubro de 1933. Revista Médica do Paraná, Ano III, n° 1, Dez., 1933, p. 32.

Assinatura Anual. Revista Médica do Paraná, Ano III, n° 5, Mai., 1934, p. 170.

_____. Ata da terceira sessão ordinária da Associação Médica do Paraná. Revista Médica do Paraná, Ano III, N° 6, Jun. 1934, p. 237-238.

_____. Ata da sétima sessão ordinária realizada no dia 30 de abril de 1934 na sede da Associação Médica do Paraná. RMP, Ano III, N^{os} 11 e 12, Nov., Dez., 1934, p. 479-480.

_____. Ata da 4^a sessão ordinária, realizada pela Associação Médica do Paraná, no dia 10 de janeiro de 1934. Revista Médica do Paraná, Ano III, n^o 6, Jun., 1934, p. 239-240.

_____. Ata da 6^a sessão ordinária efetada a 9 de abril do corrente ano, pela Associação Médica do Paraná. Revista Médica do Paraná, Ano III, Jun. 1934, N^o 6, p. 241-242.

AMP. Homenagem póstuma. Revista Médica do Paraná, Ano III, N^o 8, Ago., 1934, p. 319.

_____. Publicações Médicas. RMP, Ano III, n^{os} 11 e 12, Nov, Dez, 1934, p. 477-478.

_____. Ata da sétima sessão ordinária realizada no dia 30 de abril de 1934 na sede da Associação Médica do Paraná. Revista Médica do Paraná, Ano III, N^{os} 11 e 12, Nov-Dez., 1934 p. 479-480.

_____. Ata da 8^a sessão ordinária, efetuada no dia 5 de junho de 1934. Revista Médica do Paraná, ANO III, N^{os} 11 e 12, Nov-Dez., 1934, p. 480-481.

_____. Ata da sessão extraordinária em homenagem à memória dos professores Simão Kossobudzki e Doomingos Gerson de Saboya e Dr. Waldemar Bocchi, realizada na sede da Associação em 30 de julho de 1934. Revista Médica do Paraná, Ano III, N^{os} 11 e 12, Nov-Dez., 1934, p. 482.

_____. Publicações Médicas. RMP, Ano III, n^{os} 11 e 12, Nov, Dez, 1934, p. 477-478.

_____. Ata da 10^a sessão ordinária realizada no dia 29 de outubro de 1934 pela Associação Médica do Paraná. Revista Médica do Paraná, Ano IV, n^o 4, Abr., 1935, p. 200-201.

_____. Ata da Assembleia Geral, realizada no dia 8 de novembro de 1934 em 4^a e última convocação para a legislação dos estatutos. RMP, Ano IV, Abr. 1935, n^o 4, p. 201-202.

_____. Ata da sessão ordinária realizada no dia 27 de novembro de 1934. Revista Médica do Paraná, Ano IV, N^o 4, Abr. 1935, p. 202-203.

_____. Ata da 12^a sessão ordinária, realizada pela Associação Médica do Paraná no dia 14 de dezembro de 1934. Revista Médica do Paraná, Jun-Jul, n^{os} 6 e 7, 1935, p. 279-280.

_____. Confraternização dos Médicos. Alocução do professor José Pereira de Macedo. Revista Médica do Paraná, Ano IV, Set., N^o 9, 1935, p. 377-378.

_____. Confraternização dos Médicos [07-09-1935]. Revista Médica do Paraná, Ano IV, Set., N° 9, 1935, p. 373-380.

_____. Ata da 13ª sessão ordinária realizada em 19 de fevereiro de 1935. Revista Médica do Paraná, Ano IV, N° 12, Dez., 1935, p. 506-507

_____. Ata da sessão ordinária realizada no dia 8 de abril de 1935. Revista Médica do Paraná, Ano IV, N° 12, Dez., 1935, p. 507-508.

_____. Ata da sessão ordinária realizada em 18-12-1935. Revista Médica do Paraná, Ano V, Abr, 1936, N° 4, p. 126-127-128.

_____. Ata de sessão ordinária realizada em 13 de janeiro de 1936. Revista Médica do Paraná, Ano V, N° 4, Abr, 1936, p. 128-129.

_____. Mestres da psiquiatria brasileira em Curitiba. Revista Médica do Paraná. Ano V, N° 11, Nov., 1936, p. 441-451.

_____. Discurso do Dr. Dirceu de Lacerda [05-03-1937]. Revista Médica do Paraná, Ano VI, Mar, 1937, n° 3, p. 91-92.

_____. Ata da Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 22 de fevereiro de 1937, em 3ª e última convocação. Revista Médica do Paraná, Ano VI, Mar, 1937, n° 3, p. 93-96.

_____. Confraternização Profissional [08-09-1937]. Revista Médica do Paraná, Ano VI, Set, n°9, 1937, p. 354-358.

_____. Noticiário. Cap. Prof. Dr. Augusto Marques Torres. Revista Médica do Paraná, Ano VI, Nov, Dez, 1937, n°s 11 e 12, p. 491

_____. SEMANA DA TUBERCULOSE. Revista Médica do Paraná, Ano VI, n°s 11 e 12, Nov., Dez., 1937, p. 492-493.

_____. Excursão a Joinvile. Revista Médica do Paraná, Ano VI, Nov, Dez, n°s 11 e 12, 1937, p. 493-494.

_____. Noticiário. Cap. Prof. Dr. Augusto Marques Torres. Revista Médica do Paraná, Ano VI, Nov, Dez, 1937, n°s 11 e 12, p. 491.

_____. Banquete de Confraternização da classe médica. Revista Médica do Paraná, Ano VII, Jan, 1938, n° 1, p. 49-51.

_____. Relatório de 1937. Revista Médica do Paraná, Ano VII, n° 1, Jan., 1938, p. 59-62.

_____. Ata da posse da nova diretoria [08-01-1938]. Revista Médica do Paraná, Ano VII, n° 2, Fev, 1938, p. 101-102.

_____. Ata da primeira sessão ordinária do ano social em vigor, realizada a seis de janeiro de 1939. Revista Médica do Paraná, Ano VIII, Jan-Fev, 1939, n°s 1 e 2, p. 34-35.

_____. Ata da nona sessão ordinária, do ano social em vigor, realizada a 15 de junho de 1939. Revista Médica do Paraná, VIII, n°s 5 e 6, Mai., Jun., 1939, p. 167.

_____. Ata da Assembleia Geral Ordinária para a posse da Diretoria eleita para o ano social de 1940. Revista Médica do Paraná. Ano IX, n° 1 e 2, Jan, Fev, 1940, p. 40

_____. Ata da segunda sessão ordinária do ano social em vigor, realizada em 28 de fevereiro de 1940. Revista Médica do Paraná, Ano IX, Mar, Abr, 1940, n° 3 e 4, p. 99-100.

_____. *NOTICIÁRIO*. Revista Médica do Paraná. Ano IX, Set., Out., n°s 9 e 10, 1940, p. 252.

_____. Palavras do Dr. Dirceu de Lacerda justificando um pedido apresentado à mesa. Revista Médica do Paraná. Ano X, Fev., n° 2, 1941, p. 67-69.

Artigos:

ATHAYDE, Aramis Taborda de; CERQUEIRA LIMA, Alvaro Emílio de; GUIMARÃES, Alô Ticoulat. Perícia Médica. Revista Médica do Paraná. Ano III, Mai., n° 5, 1934, p. 171-189.

CARVALHO, Hilário Veiga de. Organização de Serviços Médico-Sociais. . Revista Médica do Paraná. Ano V, Fev., Mar., n°s 2 e 3, 1936.

GUIMARÃES. Alô Ticoulat . Contribuição paranaense ao estudo da punção sub-occipital. Revista Médica do Paraná. Ano V, N° 4, Abr., 1936, p. 87-92. Biblioteca Pública do Paraná, Divisão de Documentação Paranaense (Curitiba-PR).

_____. A ciência psiquiátrica, seu mérito, sua evolução e suas conquistas no terreno da clínica e da terapêutica. Revista Médica do Paraná. Ano VII, n° 3, 1938, p. 105-131, março, 1938.

_____. Contribuição paranaense ao estudo da punção sub-occipital. Revista Médica do Paraná. Ano V, N° 4, Abr., 1936, p. 87-92.

MIRANDA, João Carmeliano. Psychose systematizada progressiva. Revista Médica do Paraná. Ano V, N° 6, Jun., 1936, p. 185-191.

ROMANÓ, Dante. Intercâmbio científico. Revista Médica do Paraná, Ano II, Ago, Set, N°s 8 e 9, 1933, p. 273-274.

LEMOS, Cláudio. “*O monge do Taquaral*”. Paraná-Médico. Ano I, N° 12, 1917, p. 192-?.

SANTIAGO, Miguel Severo de: “*Um caso de histeria*” . Paraná-Médico. Ano I, N° 1, 1916, p. 6-9.

_____. “A propósito do caso Genoveva Zebroska”. Paraná-Médico. Ano I, N° 5, 1916, p. 71-77.

Relatórios:

Associação Médica do Paraná. *Memoria da Santa Casa de Misericordia de Curityba por Francisco de Paula Dias Negrão – 1842-1932*. Revista Médica do Paraná. Curitiba, 31 de dezembro de 1932. Ano II, N° 4, Mar., 1933, p. 107-112.

_____. *Memoria da Santa Casa de Misericordia de Curityba por Francisco de Paula Dias Negrão – 1842-1932. (Continuação)*. Revista Médica do Paraná. Ano, II, N° 5, Abr-Mai., 1933, p. 145-166.

_____. *Memoria da Santa Casa de Misericordia de Curityba por Francisco de Paula Dias Negrão – 1842-1932. (Continuação)*. Revista Médica do Paraná. Ano II, N° 6, Jun., 1933, p. 187-195.

Faculdade de Medicina do Paraná. *Relatório do ano de 1936 apresentado à Congregação pelo Dr. Victor F. do Amaral e Silva, Diretor, em sessão de 9 de janeiro de 1937*. Curitiba: Typ: João Haupt & Cia, 1937.

_____. *Relatório do ano de 1939 apresentado à Congregação pelo Dr. Victor F. do Amaral e Silva, Diretor, em sessão de 10 de janeiro de 1940*. Curitiba: Typ: João Haupt & Cia, 1940.

Relatório dos Presidentes dos Estados Brasileiros – 1892 a 1930. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná, pelo presidente Dr. Affonso Alves de Camargo ao instalar-se a 1ª Sessão da 20ª Legislatura, Curitiba, 1º de fevereiro de 1930*. 1930. (Hemeroteca Digital Brasileira).

Periódicos:

Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro. Vol. IV. ESTADO DO PARANÁ – CAPITAL, 1930, p. 505-506. (Hemeroteca Digital Brasileira. Acesso em: Set. de 2015).

A FEDERAÇÃO. *Extractos dos Estatutos da Sociedade de Medicina de Uruguayana*. Ano XLIX, N° 238, 15 de outubro de 1932, p. 8. (Hemeroteca Digital Brasileira)

República: órgão do partido republicano catarinense. *Sociedade de Medicina do Paraná*. Ano III, N° 724, 28 de fevereiro de 1929, p. 01.

_____. *II Congresso Medico Sindicalista: os preparativos para a grande assembléa*. Ano L, N° 147, 26 de junho de 1933, p. 3. (Hemeroteca Digital Brasileira).

A NOITE. *Concurso na Faculdade de Medicina do Paraná*. Ano XXV, N° (?), 10 de novembro de 1936, p. 23 (Hemeroteca Digital Brasileira).

A REPÚBLICA. *O PARANÁ LÁ FORA. Um discurso do Dr. Plinio Marques na Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro*. Ano XXXVI, n° 10, 12 de Jan., 1922, p. 1. (Hemeroteca Digital Brasileira. Acesso em 06/10/2015).

_____. *CONGRESSO NACIONAL DOS PRÁTICOS*. Ano XXXVI, n° 76, 28 de Mar., 1922, p. 2. (Hemeroteca Digital Brasileira. Acesso em: 05/10/2015).

_____. *Indicador Profissional*. Ano XLV, 8 de junho de 1933, p. 11. (Hemeroteca Digital Brasileira. Acesso em: Set. de 2015).

_____. “Roma, 24 – Está dando bons resultados, o transporte de postais por meio de aeroplanos.” *Correio Aéreo*. Ano XXXII, N° 120, p. 2. (Hemeroteca Digital Brasileira).

_____. “Rio, 18, - A firma Hendleypoge vai pedir ao diretor dos correios a propagação do início do serviço de postal aéreo que de acordo com o contrato deveria ser inaugurado no corrente mês.” *O Correio Aéreo*. Ano XXXV, N° 167, p. 2. (Hemeroteca Digital Brasileira).

_____. “Montevidéu, 17 – Realizaram-se em condições muito favoráveis os primeiros ensaios de correio aéreo entre Montevidéu e Mercedes.” *Correio Aéreo*. Ano XXXVI, N° 272, p. 2. (Hemeroteca Digital Brasileira).

A REPUBLICA: Orgam do Partido Republicano Federal. *BIBLIOGRAFIA*. Orgam do Partido Republicano Federal. Ano XXI, N° 157, 6 de julho de 1906. (Hemeroteca Digital Brasileira).

CORREIO DO PARANÁ. *A EMBAIXADA DA CULTURA CIENTÍFICA PAULISTA*. Curitiba, Ano II, N° 397, 6 de Setembro, 1933, p. 8. (Hemeroteca Digital Brasileira. Acesso em: setembro de 2015).

_____. *Intercâmbio Intelectual entre S. Paulo e Paraná: as recepções feitas aos professores paulistas – o banquete no Country Club – a conferência de hoje*. Ano II,

- Nº 398, 8 de Setembro, 1933, p. 8. (Hemeroteca Digital Brasileira. Acesso em: agosto de 2015).
- _____. Donativos à Associação Médica do Paraná. Ano II, nº 455, 18 de novembro de 1933, p. 8 (Hemeroteca Digital Brasileira).
- _____. *Os Luminares da Sciencia Medica Brasileira Virão a Curityba*. Ano II, Nº 338, 1º de julho de 1933, p. 1 (Hemeroteca Digital Brasileira).
- _____. *Suicidou-se, no Rio, o professor Gerson Sabóia*. Ano III, Nº 623, 23 de junho de 1934, p. 1 (Hemeroteca Digital).
- _____. *Curso de emergência militar – (Para médicos civis) – Horário geral das aulas e distribuição de professores pelas respectivas matérias*. Ano X, Nº 4354, 28 de maio de 1942, p. 4. (Hemeroteca Digital Brasileira).
- _____. *Correio Aéreo*. Ano II, Nº 254, 20 de março de 1933, p. 2 (Hemeroteca Digital Brasileira).
- DIÁRIO CARIOCA. *Presa de atroz Neurastenia – Enforcou-se um capitão médico do Exército*. Ano VII, Nº 1811, 23 de junho de 1934. (Hemeroteca Digital Brasileira).
- DIÁRIO DA NOITE. *Dolorosa ocorrência nas Laranjeiras – Um médico do Exército suicidou-se enforcando-se na própria residência – Os motivos do acto de desespero do capitão dr. Gerson Saboia*. Ano VI, Nº 2063, 22 de junho de 1934 (Hemeroteca Digital Brasileira).
- O ESTADO. *As instituições hospitalares no Paraná – O que é o Hospital Militar da 5ª Região*. Ano I, Nº 3, 3 de outubro de 1936, p. 7.
- _____. *Correio Aéreo*. Ano I, Nº 7, 8 de outubro de 1936, p. 5 (Hemeroteca Digital Brasileira).
- _____. *FACULDADE DE MEDICINA DO PARANÁ*. Ano I, Nº 31, 6 de novembro de 1936, p. 10 (Hemeroteca Digital Brasileira).
- _____. *Uma embaixada de cientistas em visita a Curityba. Em declarações ao “O Estado”, os ilustres psychiatras manifestam o seu entusiasmo por nossa terra. A Faculdade de Medicina vem de ser homenageada*. Ano I, Nº 33, 8 de novembro de 1936, p. 9 (Hemeroteca Digital Brasileira).
- _____. *Na Associação Médica. A recepção, ontem, aos eminentes cientistas patrícios, ora nesta capital. – As conferências dos Drs. A. Austregésilo e Pacheco e Silva. – Como transcorreu a reunião*. Ano I, Nº 34, 10 de novembro de 1936, p. 2 (Hemeroteca Digital Brasileira).

Coletâneas, Cartas, Memória histórica:

- ALVES, E. S; PILLOTO, M. *Alô Ticoulat Guimarães: uma vida ilustre dedicada à Medicina e ao ensino da Psiquiatria*. Curitiba: Fundação Santos Lima, 1994.
- ARQUIVO PÚBLICO (PR). *História administrativa do Paraná (1853-1947): criação, competências e alterações das unidades administrativas da Província e do Estado*. – Curitiba: Imprensa Oficial/DEAP, 2000.
- BARANOW, Ulf G.; SIQUEIRA, Márcia D. (Orgs.). *Universidade Federal do Paraná: história e estórias, 1912-2007*. Curitiba: Ed. da UFPR, 2007.
- CARNEIRO, David. *Nilo Cairo – Biografia*. Curitiba. Editora da Universidade Federal do Paraná, 1984.
- COSTA, Iseu Affonso da; LIMA, Eduardo Corrêa (Orgs.). *O ensino da medicina na Universidade Federal do Paraná*. Curitiba: Ed. da UFPR, 2007.
- FILHO, Lauro Grein (org.). *José Pereira de Macedo: apóstolo da ciência, da cultura e do saber*. Curitiba: Fundação Santos Lima (Galeria Médica do Paraná), 1993.
- MEMÓRIAS DO HOSPITAL DE JUQUERY, São Paulo, Brasil, Anno III-IV, Num. 3-4. *Officinas Graphics do Hospital de Juquery, 1926-1927*.
- PILOTTO, Oswaldo. *Cem anos de Imprensa no Paraná (1854-1954)*. Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense: Curitiba, 1976.
- SIQUEIRA, Márcia Dalledone. *Associação Médica do Paraná – 60 anos de história, 1993*.
- WITTIG, Ehrenfried Othmar. *Contribuição à História da Medicina no Paraná – Especialidades, Hospitais, Entidades*. Curitiba, 2011.

6. BIBLIOGRAFIA

- ABADÍA, Oscar Moro. *Ensayos: La nueva historia de la ciencia y la sociología del conocimiento científico: un ensayo historiográfico*. *Asclepio*-Vol. LVII-2-2005, p. 255-280.
- ALMEIDA, Marta de. *Congressos médicos, redes e debates locais na América Latina no início do século XX*. Associação Nacional de História, *XXIV Simpósio Nacional de História*, 2007.

- ALMEIDA, Marta de. Circuito aberto: ideias e intercâmbios médico-científicos nas América Latina nos primórdios do século XX. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, v. 13, n. 3, p. 733-57, jul.-set. 2006.
- ALONSO, Angela. Crítica e contestação: o movimento reformista da geração de 1870. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 15, n° 44, outubro/2000.
- ALVAREZ, Marcos César. *Bacharéis, criminologistas e juristas: saber jurídico e nova escola penal no Brasil*. São Paulo: Método, 2003.
- AVANZINI, Claudinéia Maria Vischi. *As origens do Hospital de Crianças*. Saúde e educação em Curitiba, 1917-1932. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha: História e Historiografia da Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2011.
- BERALDO, Renilson. A mirada da Biotipologia no sul do Brasil: discurso e prática nas décadas de 1930-1950. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, 2016 (no prelo).
- BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (Org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo, Ed. Ática, 1994, p. 122-155.
- CAMPOS, Névio de. Victor Ferreira do Amaral e Silva: do oikos à scholé (1862-1878). *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.41, p. 72-87, mar 2011.
- _____. *Intelectuais paranaenses e as concepções de universidade: 1892-1950*. Curitiba. Tese. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, 2006.
- CASSATA, Francesco. *Building the new man: eugenics racial science and genetics in twentieth-century Italy*. Central European University Press. Budapest – New York, 2010.
- CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2000.
- CERQUEIRA, Ede Conceição Bispo. *A Sociedade Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal: Debates sobre ciência e assistência psiquiátrica (1907-1933)*. Rio de Janeiro: 2014.
- CHAVES, Niltonci Batista. *Entre “Preceitos” e “Conselhos”*: Discursos e Práticas de Médicos-Educadores em Ponta Grossa/PR (1931-1953). Curitiba. Tese. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, 2011.

- CHEIBUB, Ana Maria de Souza Santos. *O III Congresso Sul-Americano de Química e a Importância da Química no Brasil da Década de 1930*. Dissertação (Mestrado em Química) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Química, 2013.
- CINTRA, Erica Piovam de Ulhôa. Faculdade de Medicina do Paraná: História, Ciência e Assistência (Curitiba, 1913-1946). *V Congresso Internacional de História*, 21 a 22 de setembro de 2011.
- _____. “*Scientia et Labor*” no “*Palácio de Luz*”: a institucionalização da ciência médica e a Faculdade de Medicina do Paraná. Curitiba, 2010.
- CORADINI, O. L.: Grandes famílias e elite profissional na medicina no Brasil. *História, Ciências, Saúde—Manguinhos*, III (3) 425-466, nov. 1996-fev. 1997.
- DE BONI, Maria Ignês Mancine. *O espetáculo visto do alto*. Curitiba : Aos Quatro Ventos, 1998
- DRUMMOND, Paulo Henrique Dias. *Ciência e ensino na cultura jurídica paranaense: direito penal e filosofia do direito no curso de ciências jurídicas e sociais da universidade do paraná (1913-1953)*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Direito, área de concentração em Direito do Estado, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, 2011.
- ERASO, Yolanda. Biotypology, Endocrinology, and Sterilization: The Practice of Eugenics in the Treatment of Argentinian Women during the 1930s. *Bulletin of the History of Medicine*. 2007 ; 81(4): 793–822.
- FERLA, Luiz Antonio Coelho. *Feios, sujos e malvados sob medida: do crime ao trabalho, a utopia médica do biodeterminismo em São Paulo (1920-1945)*. Tese. Programa de Pós-graduação em História Econômica, do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.
- _____. O determinismo biológico no Brasil de entre-guerras. *ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA* – Fortaleza, 2009.
- FERREIRA, L. O. Negócio, política, ciência e vice-versa: uma história institucional do jornalismo médico brasileiro entre 1827-1843. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, vol. 11 (suplemento 1): 93-107, 2004.
- _____; MAIO, M. C. e AZEVEDO, N. A Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro: a gênese de uma rede institucional alternativa. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, IV, (3): 475-491, nov. 1997- fev. 1998.

- _____; AZEVEDO, Nara; GUEDES, Moema; ANTUNES, Bianca. Institucionalização, Sistema de Gênero e Produção Científica no Brasil (1939-1969). *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 15, p. 43-71, 2008.
- FIGUEIRÔA, Sílvia F. de M. “Instituições científicas e formas de institucionalização do saber”. *Terra Brasilis* [Online], 2000. Disponível em <<http://terrabrasilis.revues.org>>.
- FORMIGA, Dayana de Oliveira. *A escola genética de Dreyfus-Dobzhanski: a institucionalização da genética na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1934-1956)*. Dissertação. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. São Paulo, 2007.
- FRAIZ, Ipojuca Calixto. *Nilo Cairo, a medicina e a Universidade do Paraná*. Curitiba. Tese. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, 2014.
- FURTADO, Maria Regina. *José Loureiro Fernandes: o paranaense dos museus*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2006.
- GALEANO, Diego. Identidade cifrada no corpo: o *bertillonage* e o Gabinete Antropométrico na Polícia do Rio de Janeiro, 1894-1903. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.*, Belém, v. 7, n. 3, p. 721-742, set.-dez. 2012.
- GAVROGLU, Kostas; PATINIOTIS, Manolis; PAPANELOPOULOU, Faidra; SIMÕES, Ana [et al.]. Science and technology in the european periphery: some historiographical reflections. *History Science*, XLVI: 153-175, 2008.
- GUCHTAIN, Olga Singer (Org.). *O Instituto Médico Legal do Paraná nos últimos cem anos – Síntese Histórica*: Fundação Santos Lima, 2000.
- GUINCHAT, Claire; MENOU, Michel. *Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação*. 2. ed. corr. aum./ por Marie - tradução de Míriam Vieira da Cunha. - Brasília: IBICT, 1994.
- HOCHMAN, Gilberto. A ciência entre a comunidade e o mercado: leituras de Kuhn, Bourdieu, Latour e Knorr-Cetina. In: PORTOCARRERO, Vera (org.). *Filosofia, história e sociologia das ciências I: abordagens contemporâneas*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1994.
- HUERTAS, Rafael. Historia de la Psiquiatria, Por qué?; Para qué? Tradiciones Historiográficas y Nuevas Tendências. *Frenia. Revista de Historia de la Psiquiatria*, Madrid, Vol. I (1), 2001.

- JÚNIOR, Dones Cláudio Janz. *A eugenia nas páginas da “Revista Médica do Paraná”, 1931-1940*. Curitiba. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, 2012.
- KUMMER, Carmen Silva da Fonseca. “*Não esmorecer para não desmerecer*”: as práticas médicas sobre a saúde da população rural paranaense na primeira república, 1916-1930. Curitiba. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, 2007.
- LAROCCA, Liliana Müller. *Higienizar, cuidar e civilizar: discurso médico para a escola paranaense (1886-1947)*. Curitiba. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, 2009.
- LENZ, Sylvia Ewel. "Aviação Civil em tempos de guerra": o Sindicato Condor (1927-1942), *Revista Brasileira de História Militar*, 2012. Ano III, nr.9, dez. 2012.
- LIMA, Andreia de Alvarenga. *Psiquiatria e espiritismo no atendimento à doença mental: a história do Hospital Espírita de Psiquiatria Bom Retiro*. (Curitiba – 1930-1950). Dissertação. Curitiba, 2011.
- _____. HOLANDA, Adriano Furtado. “O Dr. Alô falou para não contrariar”: a consolidação da Psiquiatria no Paraná na primeira metade do século XX. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*. Rio de Janeiro, v. 11, n° 1, 353-368, 2011.
- LUCA, Tania Regina de. “História dos, nos e por meio dos periódicos”. In PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. 2ª. ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- MACHADO, Helena; SILVA, Susana (org.). *Testes de paternidade: ciência, ética e sociedade*. Editora: Edições Húmus, 2012.
- MAESIMA, Cacilda. *Japoneses, multiétnicidade e conflito na fronteira: Londrina, 1930/1958*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2012.
- MALQUIAS, Patrícia Pires. *A Preparação e Organização do Serviço de Saúde da Força. Expedicionária Brasileira para a 2ª Guerra Mundial*. Rio de Janeiro, 2008.
- MARTINS, Ana Luisa. Da fantasia à História: folheando páginas revisteiras. *História*, São Paulo, 22 (1): 59-79, 2003.
- MELLO, Sílvia Gomes Bento de. *Esses moços do Paraná...* Livre circulação da palavra nos albos da República. Tese. Programa de Pós-Graduação em História Cultural Linha de Pesquisa: Políticas da Escrita, da Imagem e da Memória. Florianópolis, 2008.

- MIRANDA, Aristóteles Guilliod de; ABREU JÚNIOR, José Maria de Castro. Razões do esquecimento: em busca dos vestígios do Sindicato Médico Paraense. *Rev Pan-Amaz Saude* 2015; 6(2):11-21.
- MIRANDA, Marisa A. La biotipología en el pronatalismo argentino (1930-1983). *Asclepio*-Vol. LVII-1-2005.
- MOTA, André; SCHRAIBER, Lilia Blima. Mudanças corporativas e tecnológicas da medicina paulista em 1930. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.16, n.2, abr.-jun. 2009, p. 345-360.
- NEVES, Afonso Carlos. *O emergir do corpo neurológico no corpo paulista: Neurologia, Psiquiatria e Psicologia em São Paulo a partir dos periódicos médicos paulistas. (1889-1936)*. Tese: Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.
- OLINTO, Beatriz Anselmo. *Pontes e muralhas: diferença, lepra e tragédia no Paraná do início do século XX*. 2ª Ed. Guarapuava: Unicentro, 2013.
- _____. “*Sem ilustração*”: a incapacidade das populações rurais na profilaxia rural do Paraná (1916-1921). *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 4, n. 8, julho-dezembro de 2012, p. 102-123.
- OLIVEIRA, Marinice Sant’Ana de. *Em páginas impressas e nas ondas do rádio: ações educativas para combater a tuberculose. Curitiba, 1937-1952*. Curitiba. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, 2012.
- OLIVEIRA, Marilice Trentini de. *Prescrições médicas sobre higiene e sexualidade e suas relações com a educação: 1920-1930*. Curitiba. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, 2004.
- OLIVEIRA, Ricardo Costa de. Notas sobre a política paranaense de 1930 a 1945. *Revista de Sociologia e Política*. Nº 9, 1997.
- OUYAMA, Maurício N. *Uma máquina de curar: o hospício Nossa Senhora da Luz em Curitiba e a formação da tecnologia asilar (final do século XIX e início do XX)*. 2006. Doutorado em História. – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 2006.
- PAOLA, Elisabeth Braga de Oliveira. “*Paraná Médico*”: contribuição de um periódico especializado ao acervo cultural do estado. Monografia. Curso de Gestão da Informação. UFPR. 2008.

- PATINIOTIS, Manolis. Between the local and the global: History of Science in the European Periphery meets post-colonial studies. *Centaurus*, 55: 361-384, 2013.
- PATRASSO, André Luís de Almeida. *A Escola de Polícia do Rio de Janeiro: ciência, identificação e educação profissional*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Rio de Janeiro: s.n., 2015.
- PATRÍCIO, Antonio Díez. La psicogénesis del delirio en la obra y en la época de E. Kretschmer. *Rev. Asoc. Esp. Neuropsiq.*, 2001, vol XXI, n° 80, pp. 73-97.
- PEREIRA NETO, André. *Palavras, intenções e gestos: os interesses profissionais da elite médica: Congresso nacional dos práticos (1922)*. Juiz de Fora: Clio Edições Eletrônicas, 2002.
- _____. *Ser Médico no Brasil: o presente no passado*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.
- _____. Ética e institucionalização da profissão médica (1927-1957). *Hist. cienc. saude-Manguinhos* vol.5 no.2 Rio de Janeiro July/Oct. 1998.
- _____. A profissão médica em questão (1922): dimensão histórica e sociológica. *Cad. Saúde Públ.*, Rio de Janeiro, 11 (4): 600-615, out/dez, 1995.
- _____; MAIO, Marcos C. (1992). “Origem e Trajetória Inicial do Sindicato Médico Brasileiro” in *Cadernos de História e Saúde*. n.º 2, Rio de Janeiro: FIOCRUZ.
- PESTRE, Dominique. Por uma nova história social e cultural das ciências: novas definições, novos objetos, novas abordagens. *Cadernos IG/Unicamp*, 6 (1): 03-56, 1996.
- PIETTA, Gerson. *Medicina, eugenia e saúde pública: João Cândido Ferreira e um receituário para a Nação (1888-1938)*. Guarapuava. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná – UNICENTRO, 2014.
- PIZANI, Maria Angelica Pinto Nunes. *O cuidar na atuação das irmãs de São José de Moutiers na Santa Casa de Misericórdia de Curitiba (1896-1937)*. Curitiba. Tese. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, 2005.
- PLOUFFE, Willian C. Kretschmer, Ernst: physique and character. In: CULLEN, Francis T.; WILCOX, Pamela. *Encyclopedia of criminological theory*. University of Cincinnati. SAGE Publications. p. 521-524. 2010.

- RODRIGUES, Marília Mezzomo. “A prevenção da decadência”: discurso médico e medicalização da sociedade (Curitiba – 1931/1942). Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, 1997.
- ROSS, Silvia de. *Paraná-Médico (1916-1930): intelectuais em defesa da ciência médica e da educação dos habitantes do meio rural*. Curitiba. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, 2012.
- SÁ, Dominichi Miranda de. *A ciência como profissão: médicos, bacharéis e cientistas o Brasil (1895-1935)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.
- SCORSATO, Helen. O uso da fotografia em processos de identificação e o método Bertillon no século XIX. *ESTUDIOS HISTORICOS – CDHRPyB- Año IV - Diciembre 2012 - No 9*, Uruguay.
- SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *A Política Biológica como Projeto: a “Eugenia Negativa” e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932)*. – Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Rio de Janeiro: 2006.
- STERN, Alejandra Minna. From mestizophilia to biotypology: racialization and science in Mexico. In: APPELBAUM, Nancy P.; MACPHERSON, Anne S.; ROSEMBLATT, Karin Alejandra (Ed.). *Race and nation in modern Latin American*. The University of North Carolina Press. p. 187-210. 2003.
- TARELOW, Gustavo Querodia. *Humores, choques e laboratórios: o Juquery administrado por Pacheco e Silva (1923 - 1937)*. Texto integrante dos Anais do XX Encontro Regional de História: História e Liberdade. ANPUH/SP – UNESP-Franca. 06 a 10 de setembro de 2010. Cd-Rom.
- TEIVE, Hélio A.G. Professor Octávio da Silveira. The pioneer of neurology in the State of Paraná. *Arq. Neuropsiquiatr.* 2008; 66(3-A): 584-586.
- TEIXEIRA, Luiz Antonio. *Na arena de Esculápio: a Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo (1895-1913)*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.
- VALLEJO, Gustavo; MIRANDA, Marisa. Los saberes del poder: eugenesia y biotipología en la Argentina del siglo XX. *Revista de Indias*, 2004, vol. LXIV, núm. 23. Págs. 425-444.

- VENANCIO, Ana Teresa A; CASSILIA, Janis Alessandra P. *A doença mental como tema: uma análise dos estudos no Brasil. Espaço Plural*, Ano XI, Nº 22, 1º Semestre 2010.
- _____. Ciência Psiquiátrica e política assistencial: a criação do Instituto de Psiquiatria da Universidade do Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 883-900, set-dez. 2003.
- _____. Classificando diferenças: as categorias demência precoce e esquizofrenia por psiquiatras brasileiros na década de 1920. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.17, supl.2, dez. 2010, p. 327-343.
- VIEIRA, Felipe Almeida. “*Fazer a Classe*”: identidade, representação e memória na luta do sindicato médico do Rio Grande do Sul pela regulamentação profissional (1931-1943). Porto Alegre. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.
- VIEMIEIRO-GOMES, Ana Carolina. The emergence of Biotypology in brazilian medicine: the italian model, textbooks, and discipline building, 1930-1940. In: A. Simões et al. (eds). *Sciences in the Universities of Europe, Nineteenth and Twentieth Centuries*, Boston Studies in the Philosophy and History of Science 309, 2015.
- _____. A emergência da biotipologia no Brasil: medir e classificar a morfologia, a fisiologia e o temperamento do brasileiro na década de 1930. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 7, n. 3, p. 705-719, set.-dez. 2012.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Os voluntários da pátria*. Aula pública durante o ato Abril Indígena. Cinelândia, RJ, 20/04/2016.
- WADI, Yonissa Marmit; Casagrande, Attiliana de Bona. Políticas de saúde e assistência psiquiátrica no Brasil: o ideário dos hospitais-colônia e a construção do Adauto Botelho no Paraná, anos 1950. *Trashumante. Revista Americana de Historia Social* 5 (2015): 174-198.
- _____. (Org.). *Instituições de assistência psiquiátrica do estado do Paraná: inventário*. Guarapuava: UNICENTRO, 2012.
- WEGNER, Robert; SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Eugenia ‘negativa’, psiquiatria e catolicismo: embates em torno da esterilização eugênica no Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.20, n.1, jan.-mar. 2013, p.263-288.

WELLER, Wivian. A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim. *Revista Sociedade e Estado* - Volume 25 Número 2 Maio/Agosto 2010.

Sítios da Internet:

Dicionário Histórico e Geográfico dos Campos Gerais. Edição Virtual. <<http://www.uepg.br/dicion/verbetes/a-m/bocchi.htm>>. Acesso em 26/11/2015.

Figura Ilustrativa da Divisão Política Administrativa do Paraná do ano de 1938. Fonte: Instituto de Terras, Cartografias e Geociências (ITCG). Disponível em: http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/Produtos_DGEO/Mapas_ITCG/PDF/Mapa_Divisao_Politica_Parana_1938.pdf. Acesso em: 15/11/15.

Os Conselhos de Medicina e os Códigos de Ética Médica - breve histórico. In: MANUAL DE ORIENTAÇÃO ÉTICA E DISCIPLINAR. Volume 1 - 2a. edição revista e atualizada. Comissão de Divulgação de Assuntos Médicos. Florianópolis - Março, 2000. <<http://www.portalmedico.org.br/Regional/crmsc/manual/parte1f.htm>> Acesso em: 08/10/2015.

Albert Léon Charles Calmette (1863-1933) <<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/AlbertLC.html>> Acesso em: 14/02/2016.

Associação Médica Joinvilense. <<http://www.sjm.com.br/institucional/galeria-de-presidentes/>>. Acesso em: 16/03/2016.

Sociedade Harmonia Lyra. <<http://www.harmonialyra.com.br/site2015/>>. Acesso em: 13/02/16.

<<http://www.iml.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=10>>. Acesso em: 02/2016.

Instituto de Identificação do Paraná. <<http://www.institutodeidentificacao.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=33>>. Acesso em 17/02/16

7. ANEXOS

Anexo 1: Relação parcial das posições institucionais de médicos envolvidos com as matérias psiquiátrica e médico-legal (1930-1941)

Nomes/Ano	1930	1931	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939	1940	1941
João de Paula Moura Brito (?-?)	FMP											
	DML											
	FD											
José G. de Loyola (1874-1951)	FMP											
	HNSL	HNSL	HNSL	HNSL								
José P. de Macedo (1883-1965)	FMP											
	DML											
				AMP								
Octávio A. da Silveira (1895-1966)	FMP											
	HNSL											
				AMP								
José Francisco Nauffal (1898-1970)		DML	DML	AMP								
Bernardo Leinig (?-?)	DML			AMP								
Pedro Chagas Bicalho (?-?)	DML											
Julio E. Moreira (1899-1975)	DML											
				AMP								
Erasto Gaertner (1900-1953)	FMP											
			DML	AMP								
Carlos Mafra Pedroso (?-?)			DML	DML	DML	IID						
				AMP								
Saul Chaves (?-?)	DML											
				AMP								
Aramis T. de Athayde	FMP											
				AMP								
Alô T. Guimarães (1903-1985)	HNSL											
			DML									
				AMP								
						FMP						

João Carmeliano de Miranda				AMP								
						FMP						

Fonte: Quadro parcial elaborado pelo autor conforme coleta de dados das obras memorialísticas consultadas durante a pesquisa.

Legenda			
	Faculdade de Medicina do Paraná		Hospício Nossa Senhora da Luz
	Faculdade de Direito		Associação Médica do Paraná
	Departamento Médico Legal		Instituto de Identificação

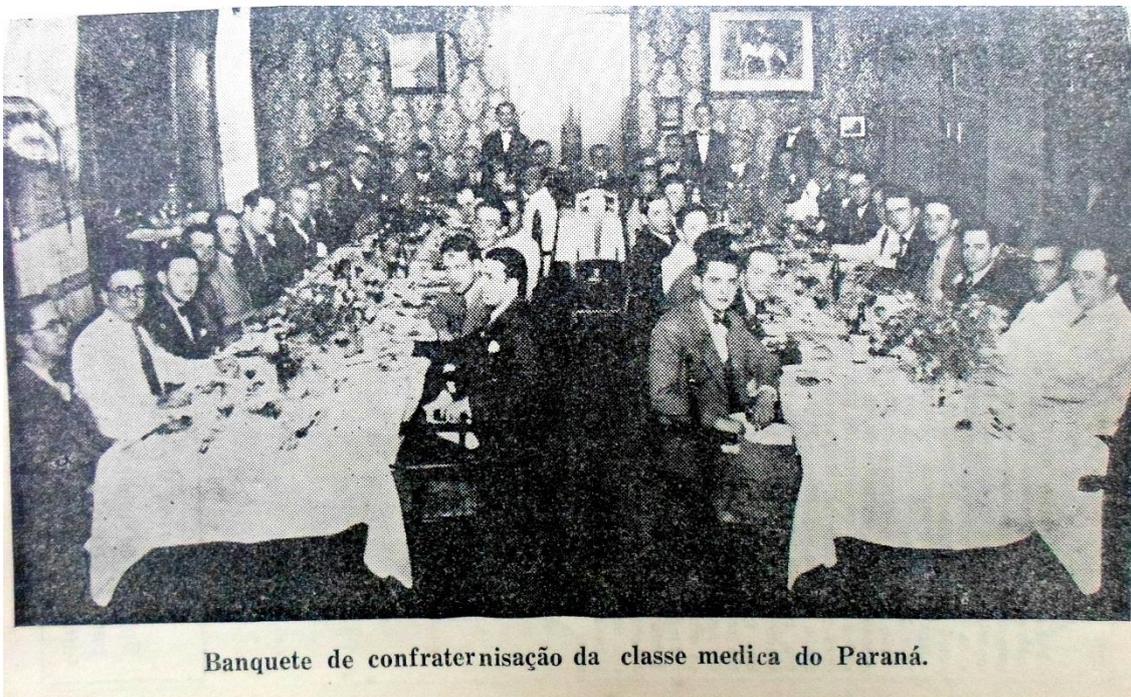
FIGURAS:

Figura 4: Registro frontal das Faculdades de Medicina, Engenharia e Direito do Paraná (1928)



Fonte: Registro frontal das Faculdades de Medicina, Engenharia e Direito do Paraná (1928). *Relatório do ano de 1928 apresentado à Congregação pelo Dr. Victor F. do Amaral e Silva, Diretor, em sessão de 3 de janeiro de 1929.* Curitiba: Typ: João Haupt & Cia, 1929, p. 03.

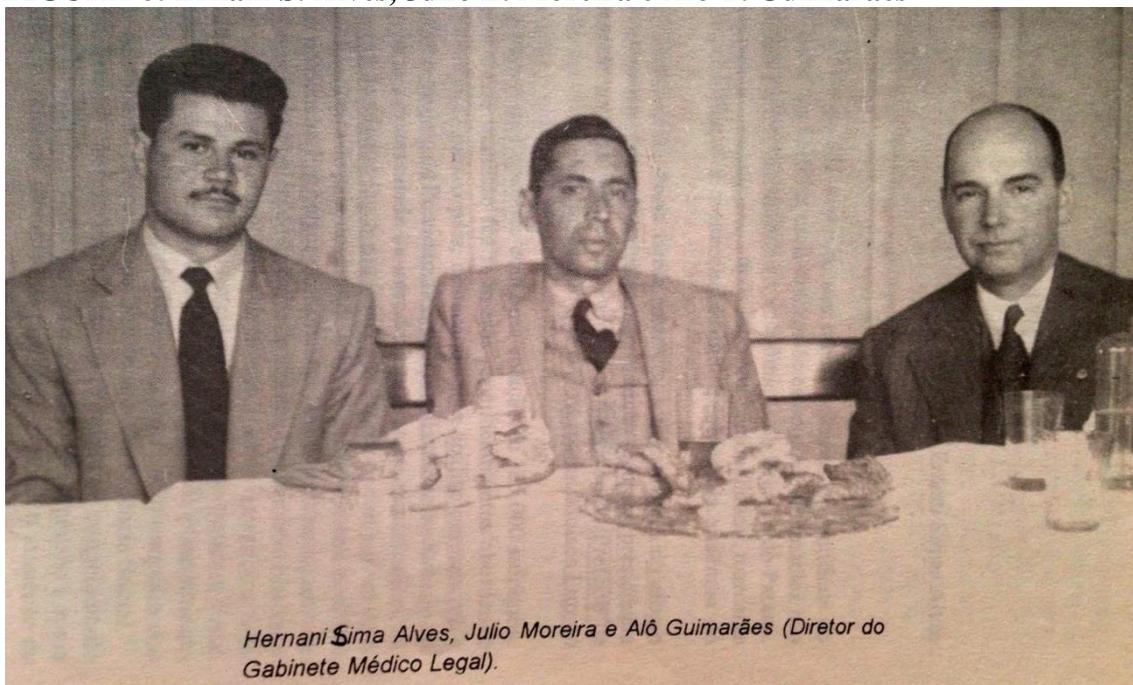
Figura 5: Confraternização da classe médica pontagrossense e curitibana (1931)



“Confraternização da classe médica – Organizado pela Sociedade Médica dos Hospitais do Paraná, realizou-se a 19 de Dezembro último, no Grande Hotel Moderno, um grande almoço comemorativo do 1º

aniversário de fundação deste brilhante grêmio, e em homenagem aos distintos médicos pontagrossenses especialmente convidados para os festejos que, em regozijo à data, foram levados a efeito.” Fonte: RMP, Ano I, N° 2, Jan., 1933, p. 120-121.

FIGURA 6: Ernani S. Alves, Julio E. Moreira e Alô T. Guimarães



Fonte: Ernani S. Alves, Julio E. Moreira e Alô T. Guimarães. ALVES, E. S; PILLOTO, M. *Alô Ticoulat Guimarães: uma vida ilustre dedicada à Medicina e ao ensino da Psiquiatria*. Curitiba: Fundação Santos Lima, 1994. Aprox. 1930-1940.

Figura 7: Sede atual da Associação Médica do Paraná



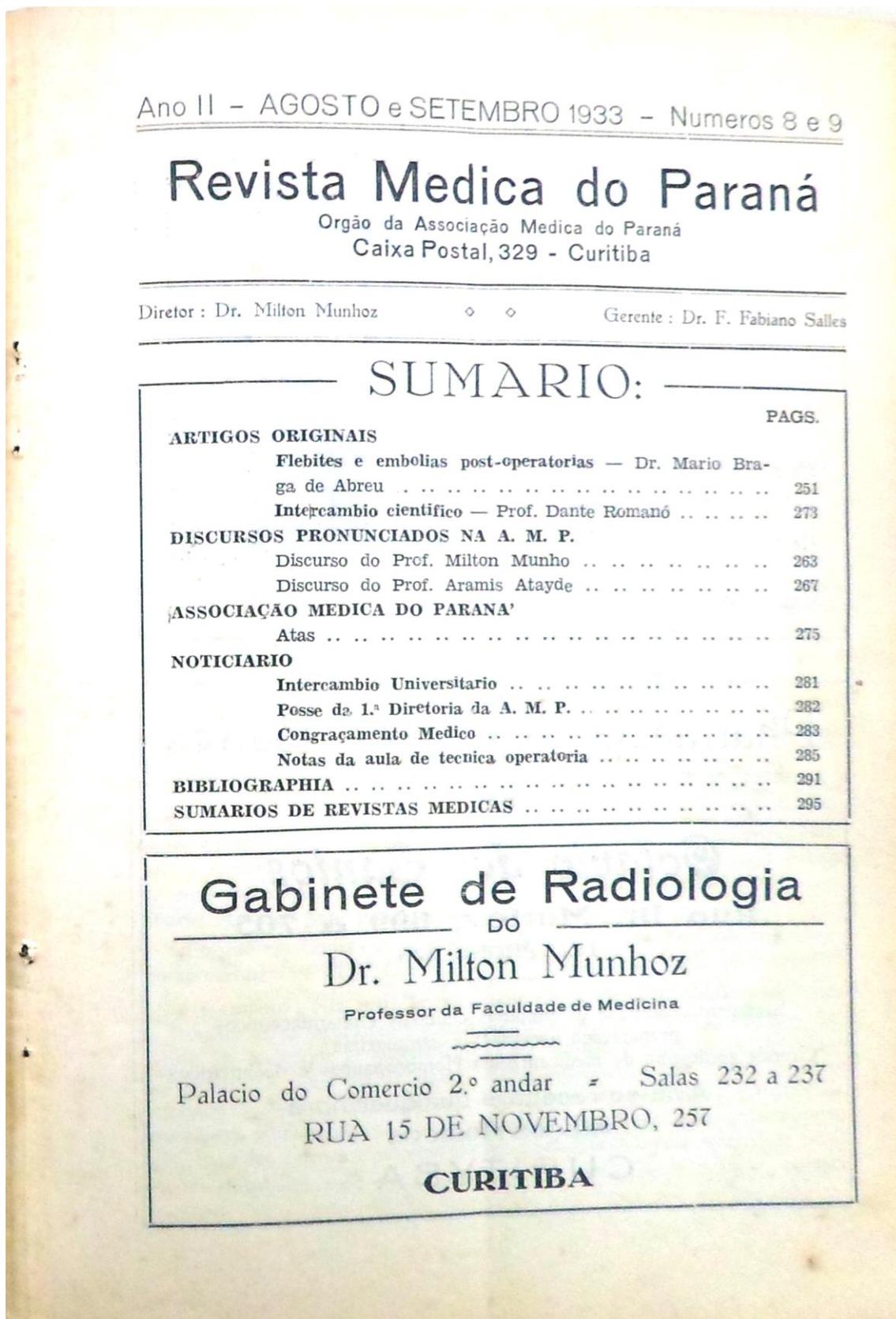
Fonte: Sede atual da Associação Médica do Paraná, localizada à Rua Cândido Xavier, 575, Curitiba, PR. Imagem coletada pelo autor em novembro de 2015.

Figura 8: Galeria atual dos Presidentes da Associação Médica do Paraná



Fonte: Galeria atual dos Presidentes da Associação Médica do Paraná, localizada à Rua Cândido Xavier, 575, Curitiba, PR. Imagem coletada pelo autor em novembro de 2015.

Figura 9: Revista Médica do Paraná de Ago., Set., 1933



Fonte: Revista Médica do Paraná. Sumário, Ago., Set., 1933. Imagem obtida pelo autor na Divisão de Documentação Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná.